

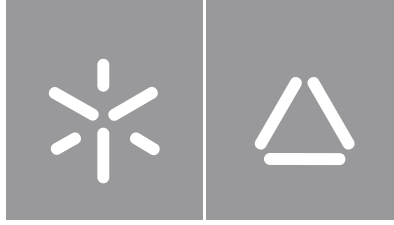


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Cláudia Marisa Martins Henriques

**Rádio, uma história pouco sonora:
o projeto jornalístico do Rádio Clube Português
dos anos 1960-1970**





iscte
INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

UNIVERSIDADE
BEIRA INTERIOR

UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Cláudia Marisa Martins Henriques

**Rádio, uma história pouco sonora:
o projeto jornalístico do Rádio Clube Português
dos anos 1960-1970**

Tese de Doutoramento
Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura, Sociedade

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Madalena da Costa Oliveira
e do Professor Doutor Joaquim Luís Rodrigues Bonixe

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

À Professora Madalena Oliveira e ao Professor Luís Bonixe, pela orientação segura, atenta e incansável, pelas palavras de confiança e incentivo, pelo estímulo intelectual que faz ver mais longe. Sempre.

Ao Professor Rogério Santos, referência maior da história da rádio em Portugal. Sem o seu labor – permanente, exaustivo e filigrânico –, investigações como esta cairiam por terra, à falta de alicerces.

À Professora Carla Baptista, pelo impulso inicial, decisivo e generoso, que deu a este trabalho.

À Professora Ana Cabrera, pelo privilégio de me ter incluído no seu projeto de investigação *Censura e mecanismos de controlo da informação no Teatro e no Cinema. Antes, durante e após o Estado Novo*. A vontade de investigar a rádio começou ali verdadeiramente.

À Professora Marisa Torres da Silva, pela amizade e pelo sorriso do gesto primeiro.

À Professora Helena Lima, que, sempre que nos cruzávamos, fazia a pergunta mais instigadora: “Para quando a tese?”.

À Professora Ana Isabel Reis, firme inspiração em discreta atitude.

Ao amigo e colega Pedro Marques Gomes, que, nos momentos em que não estive ou não fui capaz de estar presente, foi suporte e ombro. Sem deve e haver.

Aos entrevistados, memórias de um tempo que aqui se quer contar, sem os quais esta tese ficaria menos viva e questionadora: Adelino Gomes, António Macedo, Armando Pires, Joaquim Furtado, Joaquim Letria, João Paulo Guerra, José Nuno Martins, Luís Filipe Costa (1936-2020) e Manuel Bravo (1940-2020).

Aos colegas e amigos do curso de doutoramento do qual nasceu esta tese. Uma palavra de especial gratidão para a Mariana Scalabrin Müller e para a Marina Polo, que deram força quando ela se ia embora.

Aos amigos. Aos que já cá estavam e aos que foram chegando nos últimos anos. À Anabela, constante de todas as equações. Ao André, que foi posto de escuta paciente. A todos os que, num momento ou noutro, num instante ou muito para além dele, estiveram presentes: o Pedro G., o Rodrigo, a Sandra, a Ana Luísa, a Susana, o Pedro P., a Helena, o Miguel, o Bruno, a Alexandra, o Luís Miguel, o Carlos, a Inês D., o Álvaro, a Inês H., e o Paulo. E aos amigos que partiram. Esta tese seria outra sem a amizade inteira e terna de António Loja Neves (1953–2018), para quem a vida era um enorme gesto cívico, sem lugar para abstenções ou desistências.

À minha família por toda a ajuda que me deu nos momentos em que mais precisei. À minha tia Maria Delfina uma palavra especial, pelo carinho militante.

Aos meus sogros, que têm o dom raro da generosa compreensão.

Ao meu pai e à minha mãe, a quem tudo devo, e que são o resumo feliz daquilo que as palavras melhor exprimem e do que elas nunca saberão dizer. E mais além.

Ao Hélio – princípio, meio e fim de tudo –, ao lado de quem cada página foi pensada, partilhada e escrita.

Esta tese é dedicada ao Professor Mário Mesquita (1950-2022), que só por razões de força maior não a viu concluída. Os conselhos recebidos ao longo dos últimos anos, as leituras sugeridas, o incentivo constante, a gargalhada sonora, e as conversas sem rumo sobre a vida, o mundo e o jornalismo, que quase sempre desaguavam no pequeno grão que era o meu trabalho, estão a salvo. Num lugar de infinita escuta.

Apoio financeiro

Esta tese foi desenvolvida com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da concessão de uma bolsa de doutoramento (PD/BD/128176/2016) no âmbito do QREN – POPH – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.



O trabalho de investigação realizado neste âmbito foi também enquadrado pelo projeto AUDIRE – Áudio Repositório: guardar memórias sonoras (PTDC/COM-CSS/32159/2017), financiado programa Operacional de Competitividade e Internacionalização e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Título

Rádio, uma história pouco sonora: o projeto jornalístico do Rádio Clube Português nos anos 1960-1970

Resumo

Nesta investigação procuramos perceber as mutações vividas pela rádio informativa em Portugal nas décadas de 1960 e 1970, a partir do projeto jornalístico do Rádio Clube Português (RCP). A criação do Serviço de Noticiários do RCP, em 1960, sob a liderança de Luís Filipe Costa, e por iniciativa da cúpula diretiva da estação, é o móbil imediato que desencadeia a investigação, mas, necessariamente, ela convoca olhares mais amplos e perspetivas questionadoras. O projeto do RCP é enquadrado no regime do Estado Novo de Oliveira Salazar e Marcello Caetano, para o qual a censura aos média era forma de vida e garantia de sobrevivência. A experiência jornalística da estação de Botelho Moniz é olhada sob o prisma das transformações vividas pelo campo jornalístico neste período, particularmente visíveis na imprensa. Do ponto de vista do panorama radiofónico, situamos o projeto do RCP no seio da “rádio nova” que, na década de 1960 e, em particular, na viragem para os anos 1970, traz novos ritmos e novos programas, numa linguagem mais informal e mais próxima do ouvinte. Centrados no projeto do RCP, vemos como para ele confluem mudanças organizativas, editoriais, de estilo e linguagem tais, que, sobretudo por comparação com a realidade da Emissora Nacional, nos levam a concluir estarmos perante a primeira experiência moderna de jornalismo radiofónico em Portugal. Do ponto de vista epistemológico, olhamos para o projeto do RCP, considerando a sua produção noticiosa, e auscultamo-la através dos testemunhos dos profissionais de então, da imprensa da época e de documentação escrita de arquivo. Não obstante, o nosso objetivo, desde o início, foi o de mobilizar, o mais possível, os materiais sonoros conservados em arquivo. Os obstáculos encontrados conduziram-nos a um caminho de reflexão sobre a epistemologia da história da rádio na sua relação com os arquivos sonoros. O som, muitas vezes silencioso, fragmentário e volátil pode constituir-se como bloqueio irreversível à investigação da rádio na sua especificidade sonora, mas não deixa de ser matéria-prima pertinente e necessária. A constituição e maturação da história da rádio dependem, na nossa perspetiva, da existência de arquivos sonoros que a expliquem a partir do seu próprio material acústico. A natureza sonora do meio exige que o seu estudo não se acomode à documentação escrita e aos testemunhos orais que, embora essenciais, por vezes os únicos recursos existentes, são apenas uma das facetas que ajudam à construção da memória da rádio.

Palavras-chave

rádio, Rádio Clube Português, jornalismo radiofónico, história da rádio, arquivos sonoros

Title

Radio, an almost silent history: the journalistic project of Rádio Clube Português in the 1960s and 1970s

Abstract

In this investigation we seek to understand the changes experienced by the informative radio in Portugal in the 1960s and 1970s, based on the journalistic project carried out by the Rádio Clube Português (RCP). The creation of the RCP News Service, in 1960, under the leadership of Luís Filipe Costa, and at the initiative of the station's top management, is the immediate motive that triggers the investigation, but it necessarily calls for broader views and questioning perspectives. The RCP project is framed in the Estado Novo regime of Oliveira Salazar and Marcello Caetano, for which media censorship was a way of life and a guarantee of survival. The journalistic experience of the Botelho Moniz station is seen through the prism of the transformations experienced by the journalistic field in this period, particularly visible in the press sector. From the point of view of the radio scene at the time, we place the RCP project within the “new radio” which, in the 1960s and, in particular, at the turn of the 1970s, brought new rhythms and new programs, in a language more informal and closer to the listener. Focusing on the journalistic project of the RCP, we see how organizational, editorial, style and language changes converge to it, especially in comparison with the reality of Emissora Nacional, lead us to conclude that we are facing the first modern experience of radio journalism in Portugal. From an epistemological point of view, we look at the Rádio Clube Português project, through the prism of its news production, and listen to it through the testimonies of professionals at the time, the press of the time and some written archival documentation. Nevertheless, our objective, from the beginning, was to mobilize, as much as possible, the sound materials kept in archives. The obstacles encountered led us to a path of reflection on the epistemology of the history of radio in its relationship with sound archives. The silent, fragmentary and volatile character of the audible traces, being a block to the investigation of radio in its sound specificity, is still relevant and necessary. The constitution and maturation of radio history depend, in our view, on the existence of sound archives that explain it from its own acoustic material. The sound nature of the medium requires that its study not be accommodated to written documentation and oral testimonies that, although essential, sometimes the only existing resources, are just one of the facets that help to build the radio's memory.

Keywords

radio, Rádio Clube Português, radio journalism, history of radio, sound archives

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
Tema, razões da escolha e horizontes teóricos	2
O estado da arte	3
As questões e a relevância da pesquisa	6
Âmbito cronológico, fontes e itinerários metodológicos	8
A estrutura do trabalho	11
PRIMEIRA PARTE.....	13
CAMINHOS TEÓRICOS.....	13
CAPÍTULO 1.....	14
A HISTÓRIA DA RÁDIO ENTRE SABERES.....	14
1.1. Aproximação crítica entre história e estudos do jornalismo	14
1.2. Dos estudos da rádio e da história da rádio: invisibilidades, silêncios e caminhos de consolidação	24
CAPÍTULO 2.....	31
DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA RÁDIO.....	31
2.1. A rádio como meio de produção de linguagem	31
2.1.1. Uma matriz sonora em arquiteturas líquidas	31
2.1.2. A resiliência da rádio: os novos meios não matam os velhos	32
2.2. A magia da rádio: uma teia íntima de sonoridades e imaginação	33
2.3. A linguagem da rádio: uma gramática de elementos sonoros e não sonoros	36
2.3.1. A palavra	38
2.3.2. A música	39
2.3.3. Os efeitos sonoros	40
2.3.4. O silêncio	41
CAPÍTULO 3.....	43
DO JORNALISMO AO JORNALISMO RADIOFÓNICO.....	43
3.1. Jornalismo radiofónico é jornalismo	43
3.1.1. O jornalismo e a ética da objetividade	43
3.1.2. O jornalismo como registo do quotidiano e do imediato	45
3.1.3. O jornalismo enquanto conhecimento e construção da realidade	46
3.1.4. O jornalismo como território de liberdade.....	48
3.2. As características técnicas e identitárias do jornalismo radiofónico	49
3.2.1. Da tradição impressa à especificidade sonora: disputas, resiliência e afirmação	49
3.2.2. A fala acústica da rádio informativa.....	55
3.2.3. Escrever e falar para o ouvido.....	58
3.2.4. A atualidade da informação radiofónica.....	60
3.2.5. No local, em direto, no tempo presente	61
3.2.6. Planear para informar.....	61
3.2.7. Uma redação por turnos.....	62
3.2.8. A noticiabilidade do som.....	64
CAPÍTULO 4.....	66
DA HISTÓRIA À HISTÓRIA DO JORNALISMO SONORO.....	66
4.1. A história.....	66
4.1.1. Em torno do objeto da história: homens e tempo	67
4.1.2. Um saber com rigor e método	69
4.2. Os territórios da memória	72
4.2.1. Memória não é história.....	73
4.2.2. Fazer falar a memória ou a importância das fontes orais.....	74

4.3. A natureza acústica da história do jornalismo radiofónico	75
SEGUNDA PARTE	78
JORNALISMO RADIOFÓNICO: UMA HISTÓRIA SILENCIOSA	78
CAPÍTULO 5	79
O HISTORIADOR DA RÁDIO, AS FRAGILIDADES DO SOM E DOS ARQUIVOS	79
5.1. Escutar os sons da memória numa sociedade de imagens	79
5.2. Um problema chamado arquivo sonoro	80
5.3. Rádio: o estranho caso do objeto afetivo que não se guarda	84
5.4. No princípio era a escrita	87
5.5. O longo caminho dos arquivistas: da evidência à memória, da custódia à mediação	90
5.6. Os novos velhos desafios dos investigadores da rádio: os arquivos sonoros importam	93
CAPÍTULO 6	103
O ACESSO À MEMÓRIA SONORA DA RÁDIO	103
6.1. Algumas práticas internacionais	103
6.1.1. Os Arquivos da British Broadcasting Corporation (BBC)	103
6.1.2. O Institut National de l'Audiovisuel (INA)	108
6.1.3. O Arquivo da Radio Nacional de España (RNE)	112
6.2. Marcos e vazios legais em Portugal	115
6.3. O projeto do Arquivo Nacional do Som: 16 anos à espera	118
TERCEIRA PARTE	124
O PROJETO INFORMATIVO DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS DOS ANOS 1960-1970	124
CAPÍTULO 7	125
ALGUNS ELEMENTOS DE CONTEXTO	125
7.1. A rádio em regime de censura	125
7.2. O campo jornalístico em mutação na década de 1960	134
7.3. Uma rádio nova para uma nova década	135
CAPÍTULO 8	139
A CONSTRUÇÃO DO JORNALISMO RADIOFÓNICO NO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS	139
8.1. O Serviço de Noticiários do RCP: da informação ao jornalismo radiofónico	140
8.1.1. No princípio era a publicidade	140
8.1.2. Uma redação de “noticiaristas” ou “redatores-locutores”	141
8.1.3. Luís Filipe Costa, o “homem-notícia”	147
8.1.4. A formação: entre a “escola” da redação e a experiência na Rádio Universidade	151
8.1.5. A construção e o alinhamento das notícias	154
8.1.6. Uma outra linguagem	155
8.1.7. Um noticiário a dois tempos: o “normal” e o “bossa nova”	156
8.1.8. Noticiaristas e direção: o “respaldo que vinha de cima”	160
8.1.9. Os efeitos de contágio imediatos: os noticiários na Rádio Renascença	163
CAPÍTULO 9	165
OS SONS DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS: ENTRE A AUSÊNCIA E O FRAGMENTO	165
9.1. (Des)Caminhos de uma investigação	165
9.2. Aproximação histórica aos acontecimentos	177
9.3. Aproximação analítica à produção sonora	188
9.3.1. Acontecimentos previstos	188
9.3.2. O imprevisto sempre acontece	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	208

REFERÊNCIAS.....	217
Arquivos e fontes documentais.....	217
Publicações periódicas	217
Entrevistas realizadas pela autora no âmbito deste projeto	217
Entrevistas realizadas pela autora no âmbito de outros trabalhos.....	217
Livros e artigos	218
ANEXOS.....	237
Anexo 1	
Registos sonoros do Rádio Clube Português recolhidos no Arquivo Sonoro da RTP	238
Anexo 2	
Registos sonoros da Emissora Nacional recolhidos no Arquivo Sonoro da RTP	239

Lista de siglas e acrónimos

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANI – Agência de Notícias e de Informações

APA – Agência de Publicidade Artística

AR – Assembleia da República

BBC – British Broadcasting Corporation

CP – Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses

DGS – Direcção-Geral de Segurança

DRIL – Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação

EAL – Emissores Associados de Lisboa

EN – Emissora Nacional

ENR – Emissores do Norte Reunidos

EUA – Estados Unidos da América

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

INA – Institut National de l'Audiovisuel

MP – Mocidade Portuguesa

ONU – Organização das Nações Unidas

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PR – Presidente da República

PREC – Processo Revolucionário em Curso

RCP – Rádio Clube Português

RNE – Radio Nacional de España

RR – Rádio Renascença

RTP – Radiotevisão Portuguesa/ Rádio e Televisão de Portugal

RTVE – Radiotevisión Española

RU – Rádio Universidade

SJ – Sindicato dos Jornalistas

SN – Serviço de Noticiários

SNI – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

TVE – Televisión Española

Esta tese foi redigida segundo a nova ortografia da Língua Portuguesa e seguiu o Manual de Estilo das Publicações do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, baseado no estilo APA 7ª Edição.

Introdução

Enquanto estudiosos que investiram no esclarecimento do fenómeno do jornalismo, podemos ter perdido o foco. Pois ao ajustarmos os nossos esforços analíticos aos contornos oferecidos por uma determinada lente disciplinar, podemos ter produzido estudos que obscurecem mais do que esclarecem (...). Por outras palavras, (...) substituímos velhos preconceitos contra o jornalismo (...) por uma nova situação de miopia disciplinar. (Zelizer, 2004, p. 205)

Quando Barbie Zelizer (2004) alertou para a “miopia disciplinar” em que o estudo do jornalismo corria o risco de mergulhar, a história – juntamente com a sociologia, os estudos da linguagem, a ciência política e os estudos culturais – foi uma das “lentes” por si convocadas para contornar o perigo. A sua obra *Taking journalism seriously* (2004), que tem no título um repto ao mesmo tempo estimulante e provocador, revelou-se um marco importante na abertura do jornalismo a outras áreas disciplinares, e um convite para que esses campos do conhecimento se voltassem para o jornalismo. Levá-lo a sério implicaria, assim, trilhar um caminho feito de cruzamentos e vias de múltiplos sentidos, em que nem o jornalismo caminharia para si próprio sem olhar para o lado, nem as demais ciências sociais e humanas se furtariam a ver nele um objeto de estudo digno.

A investigação a que aqui nos propomos comunga desta amplitude de horizontes. Propõe-se “levar a sério” o jornalismo radiofónico, examinando a influência do Rádio Clube Português (RCP), nos anos 1960 e 1970, na eventual definição de um estilo e de uma quase linguagem própria. Nesse propósito, olhamo-lo, ao jornalismo, sob o prisma da produção noticiosa, mas integramo-lo num todo contextual e histórico, sem o qual o projeto jornalístico do RCP teria, necessariamente, outra feição, outra sonoridade e outro alcance.

A proposta de Asa Briggs e Peter Burke (2006, p. 10) é-nos, por isso, particularmente inspiradora: “mostrar a importância do passado em relação ao presente, trazendo a história para o interior dos estudos dos média, e os média para dentro da história”.

Tema, razões da escolha e horizontes teóricos

O tema escolhido para esta tese – o jornalismo radiofónico praticado pelo RCP entre 1960 e 1974 – partiu de um desafio epistemológico que nos colocámos: como utilizar simultaneamente os contributos da história e dos estudos dos média numa investigação? Como chegar ao termo da investigação e vê-los necessários, capazes de robustecer o que uma perspetiva única não conseguiria ou para que seria menos eficaz?

A escolha do tema é tributária de um percurso pessoal e profissional, de formação e interesses académicos, para onde confluem quatro vértices distintos: a rádio, o jornalismo, a história e a arquivística. Estas circunstâncias explicam o interesse em mobilizar um objeto que se presta a um olhar triangulado, passível de um mapeamento teórico que inclua os fundamentos e os elementos expressivos da rádio, as características identitárias do jornalismo radiofónico, a teoria da história e os territórios da memória. Na requisição destes eixos teóricos interessa-nos explorar os contributos de cada um deles e perceber o modo como, em conjunto, se articulam e formam um quadro teórico sólido e coerente, capaz de sustentar a investigação.

A opção por este tema é também indissociável da vontade de pesquisar e ouvir os sons gravados e conservados respeitantes à produção noticiosa do RCP à época. Aceder a fontes de informação primárias de arquivos sonoros foi, desde o início, um objetivo maior, no intuito de contribuirmos para uma história da rádio mais rica, mais estimulante e, sobretudo, mais audível.

Claro que o “caderno de encargos” definido pelo investigador pode colidir com a realidade e as circunstâncias práticas que se vão apresentando ao longo do percurso investigativo. Ainda para mais quando o território onde se move e que o sustenta, o das ciências sociais, é, muitas vezes, sinuoso e irregular, conducente a estradas de difícil acesso ou mesmo sem saída. A nossa experiência no contacto com os arquivos sonoros é esclarecedora da não linearidade de um projeto de investigação e das dificuldades de o pôr em prática, tal como idealizado. Isto não significa que o empreendimento académico caia por terra ou perca validade científica. Quanto mais não seja – e sê-lo não é de somenos –, os escolhos e as fragilidades encontradas servem de matéria crítica imprescindível a uma reflexão sobre os caminhos epistemológicos e metodológicos a que os estudos e a história da rádio não se podem furtar¹.

¹ Este confronto entre a idealização do nosso plano de trabalhos e a realidade enfrentada pela investigação é desenvolvido no ponto 9.1. deste trabalho.

Não obstante os obstáculos, mal começámos a planear esta investigação intuímos a pertinência deste tema, que permanece em grande medida inexplorado, a pedir contributos aprofundados, conforme demonstra a revisão bibliográfica feita.

O estado da arte

A revisão da literatura mostra que, se por um lado, o estudo do jornalismo radiofónico em Portugal tem sofrido alguns desenvolvimentos, com os trabalhos de Eduardo Meditsch (1999), Rui Gonçalves (1999), Luís Bonixe (2012) ou Ana Isabel Reis (2015), por outro sabemos ainda pouco das suas origens, do processo de afirmação enquanto prática especializada, da sua definição identitária, da evolução histórica e organizativa e, ainda, dos efeitos de “contágio” que permitiram a construção de uma linguagem técnica e expressiva, e de práticas e rotinas que hoje sustentam a rádio informativa em Portugal. No entanto, ainda que não direcionados exclusivamente para a história da rádio informativa, e em particular para o papel que nela teve o RCP, foram já dados alguns contributos bibliográficos relevantes.

Em primeiro lugar, importa destacar a dissertação de mestrado de Dina Cristo, publicada em livro (2005), focada nas relações entre a rádio portuguesa e o regime do Estado Novo entre 1958 e 1974. Ao defender que é durante este período que se dá uma transição da rádio oficial e oficiosa para uma “rádio nova”, a autora dedica uma parte do trabalho à informação hertziana, a qual, “inicialmente ao nível formal e posteriormente ao nível dos conteúdos, torna-se no principal motor de desenvolvimento do meio radiofónico” (Cristo, 2005, p. 33). Através de entrevistas e da consulta de publicações periódicas, a autora dá conta das mudanças vividas pelo RCP, com o nascimento de um novo serviço noticioso alternativo à EN e lucrativo, capaz de angariar cada vez mais publicidade. Este serviço emerge na rádio como uma “fábrica de novidades”, que

revolucionará a linguagem radiofónica, tornando obsoletos os noticiários baseados em textos escritos, sem prévio tratamento adequado à linguagem específica da rádio, bem como a simples leitura de notícias ao microfone; para além de encetar um tratamento das informações disponíveis adequado ao *media* radiofónico, era o próprio profissional que as levava ao microfone. (Cristo, 2005, p. 34)

Dina Cristo fala da utilização de uma linguagem concisa e sintética, mas também da adoção, por vezes, de uma linguagem codificada por forma a contornar os espartilhos do regime; de uma informação mais rápida e eficaz no acompanhamento dos acontecimentos; do recurso à informação das agências

noticiosas; de uma equipa mais vasta do que o habitual adstrita à informação. A partir da experiência do RCP, um novo profissional da informação em rádio emerge:

O profissional que trabalha nos noticiários, primeiramente redactor ou locutor de notícias, consoante escrevia ou lia o texto, torna-se, depois, noticiarista, concedendo voz aos seus próprios trabalhos. Aos poucos, o jornalista de rádio vai surgindo como uma nova categoria entre os “homens da rádio”, trazendo para o meio radiofónico o profissionalismo e a ética. (Cristo, 2005, pp. 39-40)

Antes do trabalho de Dina Cristo, Rui Gonçalves (1999), na sua dissertação de mestrado sobre o projeto jornalístico TSF-Rádio Jornal, nas décadas de 1980 e 1990, já se havia referido ao jornalismo do RCP. Na contextualização histórica deste trabalho, apoiado no depoimento do realizador de rádio Matos Maia (1931-1995) – que, curiosamente, não se refere ao jornalismo radiofónico no livro *A Telefonía. Memórias da rádio* (1995/2009) –, dá conta do contraste entre a informação praticada pela EN e pelo RCP. Gonçalves assinala “o peso burocrático” da EN, e dos noticiários “elaborados por jornalistas de vários diários (*Diário da Manhã, O Século, Diário de Notícias*) lidos por locutores da estação” (Gonçalves, 1999, pp. 21-22). Matos Maia lembra que a EN, ao serviço do Estado Novo, “fazia cobertura de situações de carácter oficial: discursos de ministros, viagens de governantes, inaugurações de pontes, de fontes, etc.” (Gonçalves, 1999, p. 22). O RCP, por sua vez “surge com uma maior elasticidade, uma maior dinâmica, em parte pelas exigências da sua própria estrutura de empresa privada, e por outro lado, pela componente humana que a partir dos anos 60 trabalha na estação” (Gonçalves, 1999, p. 22). É neste quadro, sublinha o autor, que, pela mão de Luís Filipe Costa, emerge “um tipo de noticiários que se pode dizer que fez história” (Gonçalves, 1999, p. 23). O autor concretiza: “Viviam de *head-lines* com separadores musicais seguidos de um desenvolvimento que não ultrapassava os três minutos no total, com um ritmo grande de forte impacto. Rompe com os cânones que regiam a forma de fazer noticiários em Portugal.” (Gonçalves, 1999, p. 23)

Também Luís Bonixe (2009), na sua investigação de doutoramento, tendo por objeto o jornalismo radiofónico praticado em Portugal no final da primeira década do século XXI, define três antecedentes históricos importantes: os noticiários do RCP na década de 1960, o exercício de um jornalismo de proximidade com o nascimento das chamadas rádios piratas, no final da década de 1970 e inícios da década de 1980, e o aparecimento da TSF no final da década de 1980².

Recorrendo a fontes orais, Bonixe (2009, pp. 140-146) faz uma aproximação à informação radiofónica dos anos 1960, e dá destaque aos noticiários do RCP, sublinhando: a sua fundação por

² A tese de Luís Bonixe foi publicada em 2012 pela editora Livros Horizonte, mas este enquadramento histórico apenas consta da versão original da tese, defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2009.

vontade do proprietário da estação, Botelho Moniz; as motivações de ordem comercial, e não política, da sua criação; a introdução de uma linha de noticiários curtos e horários por oposição aos noticiários da EN, longos e apenas emitidos duas vezes por dia; o desenvolvimento de uma linguagem mais simples e sintética, tributária da experiência publicitária de Luís Filipe Costa, e mais adequada ao meio rádio; a formação de uma redação que já não se limitava a recortar as notícias do jornal e a lê-las ao microfone, e que acabaria por “fazer escola no jornalismo radiofónico português” (Bonixe, 2009, p. 141).

Silvio Correia Santos (2013), na sua tese de doutoramento, ao fazer a história do serviço público de radiodifusão em Portugal, também aborda a informação do RCP, considerando que a estação “fica na história” pela forma como inovou nesta vertente, distanciando-se da EN. Com o RCP, diz o autor, o meio hertziano transformou-se, passando “da rádio com história à rádio com notícias” (Santos, 2013, p. 92).

Rogério Santos tem sido o autor que, de forma mais profunda e sistemática, tem contribuído para a história do jornalismo do RCP. Em 2014, Rogério Santos publica *A Rádio em Portugal. “Sempre no Ar, Sempre Consigo” (1941-1968)*, uma continuação da obra *As Vozes da Rádio* (2005b), que cobre um período cronológico anterior. O novo trabalho, cujo subtítulo, não por acaso, é o slogan do RCP na década de 1960, lança um olhar amplo sobre as múltiplas vertentes da rádio (música, desporto, teatro, humor, programação infantil, publicidade) e dedica um capítulo ao jornalismo radiofónico, designadamente aos noticiários do RCP (Santos, 2014, pp.183-193). Com recurso a várias entrevistas, documentação de arquivo e hemerográfica, o historiador da rádio reafirma o carácter inovador dos noticiários, pelo seu formato, pelos profissionais que aglutinou e pelos novos temas que chegaram à antena, como o assalto ao navio Santa Maria, a queda de Goa, o assassinato de Kennedy, as inundações de 1967 ou a suspensão dos bombardeamentos no Vietname. Em *Sintonias da rádio em Lisboa* (Santos, 2018), o autor volta a destacar a estrutura noticiosa diferenciada criada no RCP, na década de 1960, assim como assinala as transformações vividas pela RR em matéria de informação, a partir de 1972 (Santos, 2018, pp.135-143). Mais recentemente, Rogério Santos (2022a) abordou o tema da censura na rádio, explorando a forma como este instrumento do regime controlava a programação e a informação das estações de rádio, entre as quais rádios privadas como o RCP (Santos, 2022a, pp.117-140). O último trabalho do autor integra a obra coletiva *História do jornalismo radiofónico em Portugal: dos primeiros noticiários aos anos 90* (Ribeiro & Reis, 2022b), enquadrada no projeto de investigação financiado *Para uma história do jornalismo em Portugal*, a que, mais à frente, faremos referência³. Neste trabalho, o autor reflete sobre a realidade da informação radiofónica em Portugal num arco temporal bastante

³ Ver ponto 1.1. desta tese.

alargado – da década de 1930 ao PREC. O propósito, mais do que acrescentar aspetos inéditos ao conhecimento da rádio informativa, passa pela produção de uma síntese que estruture a rádio, desde as experiências iniciais de informação aos noticiários da rádio revolucionária de 1974-1975, passando pelas experiências informativas da EN, pelos noticiários do RCP e da RR, pelo papel da censura e pelos géneros jornalísticos mais utilizados, entre outros aspetos. Daqui resulta um olhar panorâmico sobre o objeto, demonstrativo de que “a informação na rádio foi sempre um elemento constante na programação, embora a ideia de jornalismo seja relativamente recente” (Santos, 2022b, p. 12).

Estes são, no entanto, trabalhos cujas limitações ou objetivos não permitem que a abordagem à história do jornalismo radiofónico seja mais do que contextual relativamente a um período, cronologicamente mais recente, que é seu objeto de estudo (Bonixe, 2009; Gonçalves, 1999), ou que, debruçando-se sobre o período cronológico em que o RCP foi palco de mutações na informação, o seu escopo é bem mais amplo do que o caso específico do RCP, não se detendo nele em detalhe (Cristo, 2005; Santos, 2013; Santos, 2014, 2018, 2022b). São trabalhos que lançam contributos importantes para o nosso estudo, que nos ajudaram a desbravar e a pensar o tema, mas que ensaiam abordagens aproximativas, parcelares ou instrumentais a uma realidade mais vasta – a das mutações na informação e da construção do jornalismo radiofónico durante o Estado Novo de Salazar e Caetano –, onde se inscreve o nosso objeto.

As questões e a relevância da pesquisa

Esta investigação tem por objetivo caracterizar a construção do jornalismo radiofónico em Portugal, nas décadas de 1960 e 1970, com enfoque nas transformações estéticas, técnicas e organizativas operadas pelo Serviço de Noticiários do Rádio Clube Português (RCP) e nas dinâmicas de recomposição das redações e dos seus atores.

A nossa proposta de trabalho parte de uma questão principal: *Em que medida é que o Serviço de Noticiários do Rádio Clube Português, inaugurado em 1960, constitui um elemento de rutura e é a primeira experiência moderna de jornalismo radiofónico em Portugal?*

Partindo da questão principal, elaborámos outras, no sentido de sustentar e esclarecer a primeira:

- Que projetos informativos nacionais antecedem a proposta de jornalismo radiofónico do RCP a partir de 1960?
- Como se enquadra o surgimento do Serviço de Noticiários do RCP no contexto das mutações que se dão nos anos 1960 no âmbito da construção do campo jornalístico português e da profissionalização da atividade de jornalista?

- Em que medida é que o projeto informativo do RCP atesta o nascimento do ofício e da figura do jornalista radiofónico, dotado de individualidade profissional, campo autónomo de saberes e autonomia discursiva?
- De que forma é que o projeto jornalístico do RCP constitui uma rutura relativamente aos modelos informativos praticados pelas principais emissoras, designadamente pela EN?
- Qual a natureza e diferenciação dos conteúdos e formatos informativos introduzidos pelo RCP?
- Do ponto de vista do alinhamento das notícias, de que forma é que os noticiários do RCP rompem com o modelo da EN, que tem na hierarquia do poder o principal critério noticioso, chamando a si os critérios de noticiabilidade ou valores-notícia do jornalismo moderno?
- Que especificidades técnicas e expressivas inaugura o projeto informativo do RCP?
- Como é que os Serviços de Censura do Estado Novo se relacionaram com as mudanças operadas pelo projeto informativo do RCP?
- Que mecanismos de autocensura adotados pelos jornalistas do RCP condicionaram as suas práticas e rotinas profissionais e a definição de conteúdos informativos?
- Como se articulam a memória individual e coletiva dos protagonistas deste período na reconstituição do projeto do RCP e na avaliação do seu carácter inovador?

Algumas das questões de pesquisa formuladas revelaram-se mais ambiciosas do que as suas possibilidades de análise e validação empíricas e do que o acesso às fontes permitia. Não obstante, o momento de reconhecimento da ambição das demandas e da não exequibilidade de muitas delas não deixou de ser veículo e motor reflexivo para outras questões, como veremos durante o curso desta tese⁴.

Do ponto de vista epistemológico, as relações estabelecidas entre o campo dos média e da história permitem um enquadramento e uma amplitude de perspetivas que, a um tempo, ultrapassam os limites da narrativa histórica e da linearidade dos acontecimentos e, a outro, vão além da análise dos conteúdos noticiosos que sobreviveram ao crivo do tempo e das instituições.

A forma como entendemos a investigação sobre o Serviço de Noticiários do RCP implica não só um “descolar” dos acontecimentos mais circunstanciais ou factos cronológicos – ainda que estes tenham lugar na narrativa, obviamente –, como uma análise que não o isole do panorama mediático do Estado Novo. Trata-se de pensar o projeto informativo do RCP em contexto, situando o trabalho do RCP no quadro amplo da história dos média em Portugal.

Na resposta às questões de pesquisa, damos relevo à memória e à voz dos protagonistas que experienciaram o período histórico sob o prisma das transformações vividas pela rádio. Interessa-nos

⁴ Ver segunda parte desta tese.

recuperar uma memória que corre o risco de se diluir ou desaparecer a breve trecho, convocando uma “epistemologia valorizadora dos próprios sujeitos, das suas experiências, reflexividades e discursos enquanto vertentes indispensáveis à produção de conhecimento” (Carvalho, 2014, p. 11).

Por fim, não menos relevante, sublinhamos que a pertinência desta investigação está largamente na forma como confere valor acrescido ao património sonoro, que permanece silencioso, pouco explorado pela comunidade científica, e é fundamental para a caracterização “daquela” rádio e “daquele” jornalismo radiofónico. É igualmente vital para a validação crítica e ponderada da memória e do discurso dos entrevistados, limando as suas versões, entendendo o não dito, corroborando ou não o que a memória lembra e esquece mais de 50 anos volvidos.

Âmbito cronológico, fontes e itinerários metodológicos

Este trabalho inicia-se com a criação, em 1960, do Serviço de Noticiários do RCP – muito embora recue a períodos anteriores sempre que razões contextuais o justifiquem –, e prolonga-se até ao ocaso do marcelismo, ditado pela Revolução de Abril de 1974. Este corte cronológico é natural. O nosso estudo termina quando a nova ordem democrática e a liberdade de imprensa irrompem, estilhaçando o quadro mediático em regime de censura do Estado Novo.

Para esta investigação mobilizámos bibliografia atualizada e diversificada, nacional e internacional, sobretudo da área dos estudos dos média, dos estudos da rádio, e da história. Consultámos documentação do Arquivo da RTP, detentor do espólio sonoro e documental do RCP que sobreviveu ao período revolucionário de 1974-1975. Investigámos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo os fundos documentais do Secretariado Nacional de Informação e do Ministério do Interior, indispensáveis para o conhecimento da censura e das relações entre o poder político e os média ao tempo da ditadura. Fizemos também uma pesquisa hemerográfica na Biblioteca Nacional, onde consultámos publicações periódicas especializadas e alguma imprensa de referência para o período em análise.

Os arquivos são absolutamente vitais para o investigador. A sua existência é já “indício de uma falta”, como escreveu Rousso (1996). O facto de serem o lugar para onde converge um conjunto de vestígios significa que muito já se perdeu, que alguns sinais ficaram, e que sem eles a história e a memória, já de si seletivas, ficarão ainda mais frágeis. Às muitas ausências nos arquivos em geral, acresce que a investigação tende a privilegiar os documentos escritos, como se essas fontes fossem absolutamente puras, naturais, e não resultado de uma construção de quem os escreveu e guardou (Frank, 1999, p. 106).

É um facto que os arquivos são depositários por excelência da memória, mas não a detêm de forma completa e total. É preciso reconhecer as diferentes formas e naturezas sobre as quais a memória se constitui, apresenta e organiza. Tratando-se de um estudo sobre um período histórico relativamente recente, procurámos recuperar as memórias de jornalistas, e outros atores da rádio, em atividade nas décadas de 1960-1970, com especial destaque para os profissionais do RCP. Luís Filipe Costa, Manuel Bravo, João Paulo Guerra, Joaquim Letria, Adelino Gomes, José Nuno Martins ou Joaquim Furtado, forneceram informações – algumas vezes contraditórias, como é próprio dos mecanismos da memória, simultaneamente fecundos, vibrantes, falhos e caprichosos –, que, se não indagadas, corriam o risco de se perder. Valorizámos a memória e o percurso de quem fez e viveu esta “história” diretamente como forma de aceder ao que os arquivos não fornecem. Para além do factual, interessava-nos apurar nas entrevistas “o significado que ele adquire para quem lembra” (Ribeiro, 2015, p.75). Na passagem à escrita, eliminámos pausas, hesitações e ideias não concluídas, mas, de um modo geral, pouco se alteraram as palavras que o gravador registou.

Não obstante algumas fragilidades, como o risco de não permitirem uma apreensão total dos contextos, ou de delas poder resultar uma visão enviesada da realidade (Gaskell, 2003, p. 72), as entrevistas semiestruturadas permitem desenvolver uma relação dinâmica com os entrevistados. Como não são processos de sentido único como as entrevistas estruturadas, as questões, na sua maioria abertas, suscitam respostas com profundidade. Utilizámos um guião flexível por forma a conseguir um registo de conversa fluida, no qual os entrevistados se sentissem à vontade para exprimir opiniões e relatar experiências (Croucher & Cronn-Mills, 2015, pp. 157-159; Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192).

Do ponto de vista da investigação histórica, a entrevista permite o que a observação em tempo real não consegue. Se a observação provê o presente, a entrevista acede tanto ao presente como ao passado, e aprofunda as razões que explicam os comportamentos do interlocutor, as suas motivações, e o entendimento que faz da realidade nos seus vários matizes (Berger, 2000, pp. 112-113). A entrevista é particularmente útil na obtenção de informação em primeira mão quando, como é o caso desta investigação, o foco recai sobre um passado recente (Berger, 2000, p. 129), passível de ser contado por quem o experienciou.

Na manipulação destes materiais – documentação escrita, registos sonoros e testemunhos orais – seguimos o método histórico, assente na análise crítica, síntese e confronto das fontes⁵. A nossa atitude contextualizadora e interpretativa relativamente a fontes e acontecimentos tem essa matriz. Como diria Marialva Barbosa (2012, p. 469), em relação à produção da história do jornalismo: “Como é possível

⁵ Veja-se o ponto 4.1. deste trabalho que, entre outros aspetos teóricos, reflete sobre o método da história.

fazer história sem história?”. Ou seja, como é possível fazer uma história do jornalismo recorrendo apenas à teoria do jornalismo e ignorando os contributos teóricos da história? No entanto, esta é uma tese em Estudos da Comunicação e, como tal, o ângulo historiográfico não substitui nem subalterniza as propostas teóricas dos estudos dos média.

Os historiadores tendem a desprezar a análise de conteúdo e o aparato metodológico das ciências sociais. As reservas do historiador americano Robert Darnton são ilustrativas desse pensamento generalizado sobre a pesquisa empírica. Diz Darnton (1990, p. 70) que, por vezes, desconfia que

os cientistas sociais vivem num mundo fora do alcance dos comuns mortais, um mundo ordenado segundo modelos perfeitos de comportamento, povoado por tipos ideais e governado por coeficientes de correlação que excluem qualquer coisa que não seja o desvio padrão mais normal.

Entendemos e partilhamos algumas das reticências, mas elas não justificam que o conteúdo dos média – o conteúdo da rádio informativa, em particular – seja largamente ignorado pela história dos média e do jornalismo, como se a análise dele decorrente fosse reduto dos estudos do presente e ineficaz ou impossível de ser aplicada a períodos mais recuados.

É nossa convicção que a combinação entre a análise de conteúdo – e outro tipo de técnicas de análise – e a investigação histórica em rádio não só é exequível, como é chave importante para a compreensão da realidade e do papel da rádio na longa duração. Assenta em dois pressupostos o nosso desafio: sem a análise de conteúdo, o olhar sobre o projeto do RCP ficaria amputado na sua especificidade maior, ou seja, os sons produzidos; sem contexto, a realidade noticiosa perderia alcance e profundidade.

Mas não há análise de conteúdo sem uma amostra em quantidade e qualidade. E é aí, na ausência ou fragilidade do legado arquivístico sonoro, que o desenho metodológico de uma pesquisa que se quer tão tributária da história como dos estudos dos média se pode ver redimensionado ou definitivamente inviabilizado.

No nosso caso, o objetivo inicial passava por analisar uma amostra de noticiários do RCP que permitisse aceder às características técnicas e expressivas que individualizam o seu projeto jornalístico. Na prática, o que verificámos é que não existiam registos sonoros dos noticiários conservados no Arquivo da RTP, o que nos obrigou a esboçar uma alternativa. Na ausência de noticiários, optámos por reorientar a pesquisa para acontecimentos jornalísticos que tivessem sido cobertos pelo RCP. Depois de uma pesquisa aturada junto dos serviços do Arquivo da RTP, definimos um conjunto de acontecimentos que se inscrevem no período cronológico da investigação: o assalto ao Pacote Santa Maria (1961); a visita

presidencial de Américo Tomás a Moçambique (1964); as inundações de Lisboa (1967), e a cimeira dos Açores, entre Richard Nixon e Georges Pompidou (1971)⁶.

O ideal teve de ser negociado com o possível. A escolha do *corpus* resultou mais da disponibilidade dos registos sonoros do que dos trilhos de investigação definidos *a priori*, que haviam sido orientados para a análise do que, afinal, terá sido a grande inovação introduzida pelo RCP: os noticiários de curta duração, com cadência horária, e com uma linguagem mais adequada ao ouvido.

As dificuldades que sentimos na recolha e escolha do *corpus* traduzem um dos maiores entraves ao estudo da história da rádio e do jornalismo radiofónico: as debilidades, ausências e condicionamentos dos arquivos sonoros, que acabam por conduzir a história da rádio num sentido mais historiográfico, essencialmente tributário de fontes escritas, bem mais perenes e acessíveis do que as fontes sonoras.

A estrutura do trabalho

Esta investigação estrutura-se em três partes fundamentais, que são precedidas por um capítulo introdutório. Nele, procedemos à explicitação e fundamentação crítica do objeto. Justificamos a escolha do tema, definimos as questões e a relevância da investigação, delimitamos cronologicamente o nosso objeto, fazemos uma revisão bibliográfica sobre a história do jornalismo radiofónico em Portugal, designadamente no que respeita ao RCP, e enunciámos a estrutura da investigação.

As três partes seguintes constituem o corpo principal da tese. Na primeira, fazemos uma problematização dos campos da história do jornalismo, dos estudos da rádio e da história da rádio. Olhamos o objeto na forma ampla como se cruza com problemáticas teóricas maiores e exige uma abordagem interdisciplinar, de que a rádio, o jornalismo, a história, a memória e as fontes sonoras não podem ser dispensados. Para isso, aclaramos e detalhamos o referencial teórico da investigação, confrontando autores sobre temáticas como a rádio como meio produtor de linguagem, a matriz sonora da rádio e os recursos expressivos da linguagem radiofónica, as características técnicas e identitárias do jornalismo radiofónico, sem esquecer o papel que a história, a memória e a componente sonora têm numa investigação no domínio da história do jornalismo radiofónico.

Na segunda parte, fazemos um “desvio” relativamente ao objeto de estudo definido – o RCP – e indagamos sobre as condições necessárias para que este seja plenamente investigado. A constatação de que o historiador da rádio labora na ausência, no vestígio, no fragmento ou no silêncio, quando se trata da pesquisa e interpretação de registos sonoros, é reveladora de um impasse a vários níveis,

⁶ As opções metodológicas tomadas em relação à análise dos registos sonoros destes acontecimentos são pormenorizadas na terceira parte deste trabalho.

designadamente epistemológico e metodológico. Refletimos, entre outros aspetos, sobre o (exacerbado) carácter visual da sociedade, as características (especiais) do objeto sonoro e os desafios da sua salvaguarda, o (difícil) equilíbrio das entidades detentoras do património sonoro, entre a missão de preservar e conservar os documentos e a promoção do seu acesso, e a forma como os investigadores da rádio chamam a si a reflexão sobre o tema “arquivo”, e reivindicam (cada vez mais) o seu acesso. Abordamos, ainda, o acesso à memória sonora da rádio em Portugal, refletindo sobre os vazios legais e o projeto estatal de criação do Arquivo Nacional do Som.

Na terceira parte, descemos ao objeto de estudo. Enquadramos o RCP no panorama mediático das décadas de 1960 e 1970 e no contexto sociopolítico do Estado Novo, dando especial destaque aos mecanismos de censura que condicionam os média, em particular a rádio, neste período histórico. Depois, explicitamos o processo de construção do jornalismo radiofónico do RCP, com a criação do Serviço de Noticiários (SN) em 1960. Recuamos a contextos que precedem o projeto jornalístico do RCP, auscultamos as motivações que levaram à sua criação, caracterizamos a equipa do SN, a sua situação profissional e níveis de formação à época, e indagamos sobre os conteúdos, processos e estilo da informação produzida pelo RCP.

Ainda nesta última parte, regressamos aos caminhos e descaminhos da nossa investigação e confrontamo-nos com a realidade sonora possível. Mobilizamos, para isso, os registos sonoros dos quatro acontecimentos cobertos pelo RCP, já enunciados. Abordamo-los enquanto exemplos da prática noticiosa do RCP, e recorreremos também a sons da Emissora Nacional, relativos aos mesmos acontecimentos, de modo a, pelo contraste, iluminar o projeto do RCP. Interessa-nos, deste modo, perceber de que forma é que os registos sonoros, embora casuísticos, descontextualizados e fragmentados, consubstanciam o que a literatura, as fontes escritas e a memória oral expressam.

Finalmente, sistematizamos as principais conclusões a que chegámos, procurando responder às questões de partida e a todas as inquietações e sugestões de reflexão que fomos encontrando pelo caminho.

Primeira parte

Caminhos teóricos

Nesta primeira parte, lançamos as bases teóricas que guiam esta investigação. Colocamos o campo da história da rádio entre saberes estruturantes como a história, os estudos do jornalismo e os estudos da rádio. Em seguida demoramo-nos na construção identitária da rádio, chamando a si mecanismos de produção de linguagem própria, uma teia de sonoridades e imaginação, bem como uma gramática de elementos expressivos que a distinguem. As características diferenciadoras do jornalismo radiofónico são outro importante eixo de reflexão. Por fim, refletimos sobre a história, prática científica, e a memória, prática social. Reiteramos que a história do jornalismo radiofónico necessita da matriz do saber histórico e das práticas da memória, mas sublinhamos que, ao mesmo tempo que as integra, também não pode prescindir de investigar a natureza acústica dessa história e dessa memória, cuja feição é sonora.

Capítulo 1

A história da rádio entre saberes

1.1. Aproximação crítica entre história e estudos do jornalismo

José Manuel Tengarrinha, pioneiro da história da imprensa e do jornalismo em Portugal, defendeu a complexidade e multidimensionalidade deste campo de estudos, sublinhando:

A não ser que se queira fazer meras resenhas jornalísticas ou colecções de factos “anedóticos”, a história da Imprensa portuguesa não poderá ser observada como um fenómeno isolado e *sui generis*, mas como um dos aspectos – certamente um dos mais vivos e expressivos – da história da nossa cultura. (Tengarrinha, 1965/1989, p. 263)

O olhar de Tengarrinha sobre o jornalismo impresso na sua relação com a história poderia ser transposto para os contextos históricos do jornalismo radiofónico, também ele imerso no tempo e nas circunstâncias vivas e plurais da sociedade.

Nos últimos anos, o campo da história dos média e do jornalismo em Portugal robusteceu-se, designadamente com o incremento de teses de doutoramento – ainda que, na sua maioria, sobre a imprensa ou apoiando-se nela⁷ –, e o desenvolvimento de projetos de investigação financiados. É importante, a este respeito, destacar o projeto *Para uma história do jornalismo em Portugal*, financiado

⁷ Entre as teses produzidas por investigadores portugueses dentro deste campo de estudos, publicadas ou não, nos últimos vinte anos, destacamos: Alves, Tânia (2018). *1961 – Sob o viés da imprensa: os jornais portugueses, britânicos e franceses na conjuntura da eclosão da guerra no Império português*. Universidade de Lisboa; Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses. Do século XIX ao marcelismo*. Lisboa: Escritório Editora; Barros, J. L. (2014). *O jornalismo político republicano radical. “O Mundo” (1900-1907)*. Universidade Nova de Lisboa; Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte; Fonseca, I. A. (2014). *A imprensa e o Império na África Portuguesa (1842-1974)*. Universidade de Lisboa; Gomes, M. (2014). *“Para onde vai Portugal?”/“Dove va il Portogallo?” A Revolução de Abril na imprensa italiana (1974-1976)*. Universidade de Coimbra; Gomes, P. M. (2018). *Jornais, jornalistas e poder: a imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975*. Universidade Nova de Lisboa; Gonçalves, O. (2012). *O agir jornalístico face à Censura: o caso do “Notícias da Amadora”*. ISCTE; Lima, Helena (2008). *Os diários portugueses e os desafios da actualidade na imprensa: tradição e rupturas*. Universidade do Porto; Luís, Rita (2015). *Spain and the Portuguese revolution of 1974-1975: the limits of a surveilled press*. Universitat Pompeu Fabra; Mata, M. J. (2015). *“Criar memória”: as imagens no jornalismo*. Universidade Nova de Lisboa; Pinheiro, F. (2009). *História da imprensa periódica desportiva portuguesa (1875-2000)*. Universidade de Évora; Ribeiro, N. (2014). *Salazar e a BBC na Segunda Guerra Mundial: informação e propaganda*. Lisboa: Almedina; Santos, P. B. (2005). *Igreja Católica, Estado e sociedade (1968-1975): o caso Rádio Renascença*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

pela FCT⁸. Este projeto, iniciado em 2018 e recentemente concluído, esteve sediado no ICNOVA da Universidade Nova de Lisboa, sob coordenação de Carla Baptista e Jorge Pedro Sousa. Entre os méritos do projeto, salientamos a forma como soube pensar a cronologia e a sincronia do tempo histórico, e o universo plural do jornalismo, construindo uma história do jornalismo alargada, onde cabem diferentes meios e contextos, e, portanto, diferentes histórias: a dos jornalistas e das suas práticas (Baptista & Camponez, 2022), a da imprensa (Cabrera & Lima, 2022), a do jornalismo radiofónico (Ribeiro & Reis, 2022), a das revistas de informação (Cardoso, Azevedo & Sousa, 2022), a do jornalismo português no mundo (Pena-Rodríguez & Hohlfeldt, 2021) ou a do jornalismo iconográfico (Sousa, 2020). Estas e outras referências dizem respeito à vasta obra bibliográfica produzida pelos investigadores do projeto, entre a qual se encontra o trabalho coordenado por Nelson Ribeiro e Ana Isabel Reis acima assinalado. Nele estão reunidos um conjunto de contributos sobre a história do jornalismo radiofónico em Portugal, para o período compreendido entre o final da década de 1920 e o início dos anos 1990. Em quatro capítulos são discutidos a informação radiofónica até 1975 (Santos, 2022b), o papel pioneiro de Fernando Pessa no jornalismo da EN e da BBC (Ribeiro, 2022), o jornalismo radiofónico sob a influência das rádios “piratas” da década de 1980 (Reis, 2022), e os projetos jornalísticos saídos da segunda fase de liberalização do setor da rádio ocorrida no início da década de 1990 (Bonixe, 2022). A abrangência temática e cronológica deste volume faz dele uma base de trabalho importante para quem quiser explorar, estudar ou aprofundar a história da rádio informativa em Portugal.

No âmbito deste projeto e de outras iniciativas também se desenvolveram, nos últimos anos, importantes fóruns de discussão sobre a história dos média e do jornalismo, através da realização de congressos e conferências⁹.

Não obstante os avanços referidos, o campo de estudos permanece periférico quando comparado com outras áreas disciplinares dentro dos estudos dos média. Carece de um desenvolvimento e de um prestígio que, de futuro, contrariem a observação de José Tengarrinha (2013, p. 16): “durante muitos largos anos, em Portugal, considerou-se o jornalismo como um género menor, *a latere* da literatura, muito pouco a sua história preocupando os nossos investigadores históricos ou literários, embora eventualmente, pudessem recorrer a ele como fonte”.

Refletindo sobre a natureza, lacunas, desafios e potencialidades da história dos média e do jornalismo, olhamos este campo de estudos a partir de duas perspetivas: a das críticas que, do lado dos

⁸ <https://www.histjorn.fcsh.unl.pt/>

⁹ Foi o caso do congresso *Os média no Portugal Contemporâneo: Da ditadura à democracia*, uma organização nossa, de Pedro Marques Gomes e Sílvia Torres, que decorreu nos dias 18 e 19 de outubro de 2018 na Universidade Nova de Lisboa (<https://medianoportugalcontemporaneo.wordpress.com/>). Salientamos, particularmente, as três conferências internacionais organizadas pelo projeto de investigação do ICNOVA (<https://www.histjorn.fcsh.unl.pt/>).

estudos dos média e do jornalismo, emergiram, trazendo a lume as insuficiências da história do jornalismo e, em contrapartida, estimulando-a; a dos contextos historiográficos favoráveis que, do lado da história, ajudaram a que o edifício mediático se transformasse num objeto de estudo legítimo e profícuo.

No campo da comunicação, os autores tendem a considerar que a história do jornalismo – disciplina ainda relativamente recente, que ganhou maior expressão a partir das últimas décadas do século passado – permanece pouco relevante académica e socialmente. James Carey, em 1974, afirmava que estudar a história do jornalismo continuava a ser visto como “uma espécie de vergonha” (Carey, 1974/1997, p. 86). Para alguns estudiosos dos média (Atwood, 1978; Carey, 1974/1997; Erjavec, 2008; Hardt & Brennen, 1993), falta a esta área enquadramento teórico, sofisticação filosófica e metodológica, enfoque nos contextos culturais e sociais e reflexão crítica sobre a própria historiografia do jornalismo, daí que as práticas de investigação sejam, por vezes, acríticas e a-históricas.

Uma das primeiras críticas veio de James W. Carey, num artigo intitulado “The problem of journalism history”. Carey põe em causa a “interpretação Whig da história do jornalismo” (Carey, 1974/1997, p. 87), ou seja, o paradigma dominante de uma história progressista que, com êxito, vai da imprensa partidária à objetividade e à liberdade de imprensa. Como explica o autor, trata-se de uma interpretação que

vê a história do jornalismo como a lenta e constante expansão da liberdade e do conhecimento da imprensa política para a imprensa comercial, os contratemplos no sensacionalismo e no *yellow journalism*, o avanço para o *muckraking* e para a responsabilidade social. Às vezes, escrita em termos clássicos como o da expansão dos direitos individuais, às vezes em termos modernos como o do direito do público à informação, toda a história é enquadrada por aqueles grandes rostos impessoais que atormentam a imprensa: industrialização, urbanização e democracia de massa. (Carey, 1974/1997, p. 88)

Carey vai contrapor a esta “história Whig” – Curran (2002) chama-lhe “narrativa liberal” –, feita, sobretudo, a partir de perspetivas institucionais, jurídicas, tecnológicas, económicas ou biográficas, uma abordagem cultural. O autor propõe que os historiadores do jornalismo voltem os seus esforços para uma história cultural do jornalismo que vá além das aparências e dos acontecimentos para se concentrar no pensamento que existe dentro deles. Nesse esforço de empreender “o estudo da consciência no passado”, o autor lembra que a história da reportagem permanece por fazer, com enorme prejuízo para a própria história do jornalismo, enquanto conhecimento amplo que capta a consciência humana no tempo. A história do jornalismo é, assim, de acordo com Carey, o estudo da maneira como os homens

no passado imaginaram, compreenderam e interpretaram a realidade a partir da reportagem jornalística (Carey, 1974/1997, p. 93). O argumento é estimulante para quem quer empreender caminho no campo da história do jornalismo:

Antes – tanto lógica como cronologicamente – do jornalismo ser uma instituição, ou negócio, ou conjunto de direitos, ou corpo de tecnologia, o jornalismo é um ato cultural, um ato literário. A tecnologia do jornalismo existia antes das notícias ou dos jornais. O jornalismo é essencialmente um estado de consciência, uma maneira de apreender, de experimentar o mundo. A ideia central do jornalismo é a "ideia da reportagem" e as mudanças dos conceitos relativamente ao que tem sido considerado uma reportagem adequada do mundo. (Carey, 1974/1997, p. 90)

James Curran (2002), por sua vez, alertou para o mediacentrismo em que a história do jornalismo pode incorrer. Muitas vezes, a escrita da história dos média é alicerçada num único meio, gerando um entendimento parcial do papel histórico dos média. Privilegia a história dos média nacionais e segrega-a em histórias parcelares como a história da imprensa, da rádio ou da televisão. Diz Curran (2008, p. 48), num outro trabalho: “Explorar a história convencional dos média pode ser um pouco como abrir uma boneca russa, para encontrar uma boneca menor, na qual se aninha uma boneca ainda menor.”. Por outro lado, é uma história que tende a concentrar-se no desenvolvimento institucional e na organização dos média, em detrimento dos conteúdos, dos processos, e dos vínculos que estes estabelecem com a sociedade. Este estreitamento das abordagens explica, segundo o autor, que a história dos média tenha suscitado um menor interesse junto do público e dos historiadores, que foram ultrapassados por investigadores que orientaram os estudos “históricos” no sentido global do determinismo tecnológico. Mas esta tradição acaba por se revelar simplista ao negligenciar o contexto mais amplo da sociedade: “exagera o impacto das novas comunicações subestimando as influências não mediáticas” (Curran, 2002, p. 135).

A visão de Hanno Hardt e Bonnie Brennen contraria, igualmente, qualquer ditadura da tecnologia e dos meios. Os autores estabelecem uma relação estreita entre a comunicação, a história e a natureza do homem. A prática da história implica a experiência e é expressão da cultura e, nessa medida, “envolve atores humanos nas suas relações com as instituições sociais, políticas e económicas e fornece uma justificação para as maneiras de fazer e de ser” (Hardt & Brennen, 1993, p. 131). Estas premissas significam uma rutura com a história da comunicação tradicional, que “geralmente envolve explicações cronológicas de eventos, crises, ruturas e desastres, baseadas empiricamente, medidas e explicadas como aberrações relativamente à norma de continuidade” (Hardt & Brennen, 1993, p. 131). Pelo contrário, na visão de Hardt e Brennen (1993, p. 132), a história é “um processo dialético vivo de

continuidade e descontinuidade, de evolução e de revolução; não é apenas desastre, crise e rutura, mas também oposição, desafio e regeneração”.

Martin Conboy, por sua vez, preocupou-se em distinguir a história do jornalismo da história dos média. O autor fala da necessidade de “extrair o jornalismo de uma história mais ampla dos média” (Conboy, 2010, p. 411). Isto não significa que a história do jornalismo “não esteja relacionada com outras áreas dos média, práticas económicas ou políticas, ou mesmo com as questões tecnológicas que ajudam a enquadrar seu conteúdo” (Hampton & Conboy, 2013, p. 166). Significa, antes, que a história do jornalismo constitui um campo científico autónomo; é, como diria Bourdieu, o “lugar (isto é, o espaço de jogo) de uma luta concorrencial cuja questão específica é o monopólio da autoridade científica” (1976, p. 89). Significa que, como vinca Andie Tucher, a história do jornalismo importa:

porque nos guia a abrir a nossa imaginação histórica para o processo complexo, contingente, às vezes surpreendente e sempre esclarecedor de como as sociedades passadas faziam sentido em comum. A história do jornalismo importa porque não podemos usar o jornalismo para saber sobre a história – ou para saber sobre o presente – sem saber como o jornalismo funcionou na história. E os historiadores do jornalismo são os que lideram esse esforço. (Tucher, 2014, p. 444)

Outro aspeto a salientar é que a relação entre a história e os estudos do jornalismo tem sido cada vez mais reconhecida e reivindicada pelos investigadores das ciências da comunicação. A investigadora Marialva Barbosa (2005) defende que, se por um lado, a aproximação à sociologia teve um papel estruturante e indiscutível na definição do campo académico do jornalismo, por outro a teoria da história é vital para a sua complexificação. É preciso dominar os postulados da teoria da história – a interpretação, a narrativa, o conhecimento como *episthème*, a questão da temporalidade e do espaço –, e com eles solidificar o campo da história do jornalismo, e dos estudos do jornalismo em si. Uma das razões, salienta Barbosa, é que a história ensina a questionar:

Assim, o que estamos enfatizando é o fato de a história se preocupar com as razões, as causas, os porquês. E a inclusão dos porquês nos estudos de jornalismo pode levar as pesquisas a um outro patamar. Não se trata apenas de dizer que os média podem determinar como pensar ou sobre o que pensar, mas por que isso acontece num espaço social considerado, com determinadas especificidades, que difere fundamentalmente do que ocorre em outro espaço. (Barbosa, 2005, p. 52).

Estas várias reflexões manifestam aproximações importantes dos estudos do jornalismo às humanidades e são importantes contributos para a estruturação de uma história do jornalismo mais reflexiva e contextual, menos factual, menos cronológica, mais diacrónica, mais atenta ao ambiente

cultural e ao simbólico. Esta feição mais humanística, sem recusar a matriz das ciências sociais, permite um maior entrosamento com os desafios da historiografia contemporânea.

Marcel Broersma (2011) faz uma sistematização dos vários estágios da construção do campo da história do jornalismo no plano académico, que, embora baseada no caso holandês, é passível de ser aplicada a outros contextos nacionais, e é-nos particularmente útil. Broersma distingue três momentos fundamentais na historiografia sobre o jornalismo: a história da imprensa e, mantendo os termos originais porque a tradução seria ineficaz, a *journalism history* e a *history of journalism*. Num primeiro momento, a partir da segunda metade do século XIX e até à década de 1980, a história da imprensa foi dominante. Ou seja, o meio historicamente mais recuado e estruturante do jornalismo foi privilegiado, fazendo-se o mapeamento e descrição da história institucional dos jornais e das políticas governamentais relativamente à imprensa. Esta história da imprensa foi desenvolvida “em esplêndido isolamento” (Broersma, 2011, p. 19), confinada aos contextos nacionais, alheia ao demais contexto mediático e com poucas relações com as dinâmicas sociais e culturais. Seguidamente, o *journalism history*, partindo da história institucional anterior, reivindicou uma estrutura cultural mais ampla e um outro desenvolvimento teórico, privilegiando a diacronia e os significados dos média para a sociedade. Nesta fase, tomando como referências James W. Carey e Michael Schudson, a produção noticiosa, a emancipação e a profissionalização dos jornalistas tornaram-se temas dominantes. Num terceiro momento, na transição para o século XXI, emerge, então, a história do jornalismo propriamente dita, “uma forma mais integrada de história” (Broersma, 2011, p. 21), que procura dar relevância ao conteúdo, à forma e ao estilo das notícias. Esta nova fase aponta para contextos culturais mais amplos e dedica especial atenção à forma como os média representam a realidade social e estruturam a mundividência dos cidadãos. Implica também novos desafios metodológicos, que passam por uma comunhão entre análise de conteúdo e investigação histórica.

Estes três estágios sistematizados por Broersma não descrevem uma evolução cronológica linear e generalizada na forma de fazer e pensar a história do jornalismo dentro do campo mais vasto dos estudos jornalísticos. Histórias com enfoque meramente institucional, centradas num ou noutro meio, continuam a escrever-se. Mas significa que houve mutações, acrescentos, reflexão, e iniciativa crítica por parte dos estudiosos dos média nesta matéria.

No campo da história, as últimas décadas tornaram-na mais plural e maleável, ultrapassando-se as fronteiras epistemológicas e temporais da história tradicional. A emergência, por exemplo, da Nova História e da História do Tempo Presente constituem marcos historiográficos importantes que ajudaram à consolidação da história dos média e do jornalismo.

A Nova História surge, nos anos 1970 e 1980, pela mão de historiadores da terceira geração dos *Annales*, sensíveis a “novos problemas”, permeáveis a “novas contribuições” e apostados em “novos objectos” (Le Goff & Nora, 1977, 1981, 1987). Irrumpem temas e ângulos de abordagem que outrora eram “considerados periféricos aos interesses dos ‘verdadeiros’ historiadores” (Burke, 1992b, p. 11), como a infância, a morte, a loucura, o clima, os gestos, o corpo, as mulheres, as imagens ou a leitura. A história ganha uma consciência renovada de que a realidade é social e culturalmente constituída. Os grandes feitos das grandes personalidades perdem destaque perante “a história vista de baixo”, desperta para a realidade e para a opiniões das pessoas comuns. As novas indagações sobre o passado e o alargamento dos objetos de estudo fomentam o uso e a procura de novos tipos de fontes, entre as quais fontes orais, registos sonoros ou materiais audiovisuais, contra o império do documento escrito. A preocupação em analisar as estruturas não votou os acontecimentos ao desterro.

Embora a obra pioneira de Le Goff e Nora (1977, 1981, 1987) não incluía a imprensa, a rádio ou a televisão como novos objetos da história – apenas o cinema ganha destaque num artigo de Marc Ferro –, torna-se evidente que o discurso da Nova História lhes dá respaldo e reconhecimento: “a relação dos homens com a história registou, com os média modernos (imprensa de massas, cinema, rádio, televisão), um avanço considerável” (Le Goff, 1977/2000a, p. 48).

A História do Tempo Presente¹⁰, por sua vez, de forma mais expressiva, revela-se um território do conhecimento que não dispensa as dinâmicas do jornalismo e da comunicação. Esta corrente historiográfica, que em Portugal ganha terreno sobretudo a partir do final da década de 1990, torna-se popular em França nos anos 1970. Na sua base, estão, diz Henry Rousso (2016), “as grandes catástrofes” do século XX, momentos de mudança na prática e na perceção histórica. A I Guerra Mundial é um momento inaugural fundamental: contribui para o declínio ou, pelo menos, para o questionamento do paradigma da objetividade; fomenta o envolvimento ideológico de historiadores e académicos; faz emergir a figura do historiador-*expert*, ele próprio ator de um processo ainda sem desfecho, que sente a obrigação moral e política de reconstruir a história e cristalizar a memória recente; dá voz às testemunhas diretas do acontecimento. A II Guerra Mundial, por seu turno, reforça a vitalidade do passado recente enquanto objeto, patente na recolha em massa de testemunhos e documentos.

A História do Tempo Presente, situada numa encruzilhada entre o presente e a longa duração, procura saber não apenas como é o presente, mas como o presente é construído no tempo (Dosse,

¹⁰ “História do tempo presente” e “história imediata” não são termos equivalentes. A história imediata, expressão associada a Jean Lacouture (1978/1998), identificava a prática do historiador com a atividade do jornalista e detinha-se no instante, nunca chegando a integrar-se na história como área do conhecimento. A história do presente, por sua vez, constitui-se como corrente historiográfica. Vai além da atualidade, inscrevendo-se na profundidade do tempo histórico, ou seja, vê o presente na longa duração e estabelece pontes com o passado e o futuro (Aróstegui, 1996; Bebian, 2003; Rousso, 2016).

2012, p. 6). Nessa demanda, serve-se da história oral, dialoga diretamente com testemunhas vivas e produz discurso sobre experiências e realidades ainda em curso. Se os cânones tradicionais da história mandam que o historiador guarde distância do objeto e que apenas analise o seu significado num momento posterior, os historiadores do tempo presente, por contraste, “interpretam uma história inacabada e assumem o caráter provisório das suas análises” (Rouso, 2016, p. 262).

Com esta corrente historiográfica assiste-se, ainda, ao regresso dos sujeitos à história e a uma espécie de “rebelião de protagonismo”, como explica Julio Aróstegui:

Ao que este final de século assiste é a uma rebelião contra o anonimato, rebelião contra a desidentificação, contra a indiferenciação (...). Esta rebelião não é criativa, não é contra a pobreza dos símbolos, dos instrumentos e até das próprias instituições culturais, mas contra a falta de protagonismo. (...) É a rebelião do espectador contra os atores, porque ele quer participar da representação. (Aróstegui, 1996, p. 23)

No processo de maturação da história do presente foi indispensável o “apetite do grande público pela história próxima” (Rouso, 2016, p. 224), a que não foi alheio o papel preponderante dos média, em particular dos audiovisuais, sobre o acontecer da história. Os sons da rádio e as imagens da televisão transportaram para a esfera pública e doméstica, em direto, “acontecimentos monstruosos” (Nora, 1974/1987, p. 248) como a crise de 1968, a queda do muro de Berlim ou o atentado de 11 de setembro de 2001. Historiadores como Jean-Noël Jeanneney, com obra destacada na área da história dos média, defendem a necessidade de inscrever na história o estudo da rádio e da televisão e proclamam “o dever de nos ocuparmos dele” (Jeanneney, 1998, p. 139).

Claro que a centralidade dos média na história do presente não foi vista por todos de forma efusiva. A tradicional colagem do jornalismo ao efémero, ao superficial e à leve espuma dos dias, contrários às elevadas intensões de complexificação do presente pela História do Tempo Presente, gerou anticorpos. A tensão entre os historiadores “encartados” e os profissionais e estudiosos dos média não se fez esperar. Por um lado, importava aos historiadores contrariar a “plebeização triunfante” do jornalismo como indicador da história (Sanmartí et al., 2002) e clarificar que nem tudo o que aparece nos média tem o estatuto de acontecimento ou objeto históricos. Por outro, havia que traçar limites epistemológicos que garantissem que a inteligibilidade do presente lhes pertencia. Nas palavras de François Bédarida, fundador e primeiro diretor do francês Instituto de História do Tempo Presente (IHTP): “O dever do historiador é não deixar esta interpretação do mundo contemporâneo a outros, sejam os média ou os jornalistas (para não falar dos propagandistas), sejam as outras diversas ciências sociais” (Bédarida, 1998, p. 23).

Do lado dos média também se ouviram lamentos sobre a não aceitação dos historiadores do jornalismo pelos historiadores tradicionais, e sobre as difíceis relações entre as escolas de jornalismo e os departamentos de história (Nerone, 2013, p. 16). Ao mesmo tempo, muitas foram as dúvidas sobre o lugar de pertença dos estudiosos da história do jornalismo:

somos historiadores da comunicação e, como tal, usamos a matriz historiográfica, a da história *tout court*, para elaborar as nossas propostas de análise, estabelecer as nossas diretrizes metodológicas e extrair as nossas hipóteses da teoria da história? Ou aceitamos a teoria da comunicação, entendida como o estudo dos processos de elaboração, emissão, receção e circulação de bens simbólicos, materiais ou imateriais, que envolvem indivíduos, grupos e/ou instituições? (Martínez Gallego & Laguna, 2014, p. 218)

No entanto, os mútuos olhares críticos, desconfianças e interrogações não podem toldar a diversidade de perspectivas teóricas que a história do jornalismo encerra. Um campo deste tipo, que cultiva interseções com outros campos, e que só através do diálogo metodológico e disciplinar garante uma melhor compreensão do jornalismo, não é, nem pode ser, “coutada” de uns em detrimento de outros. Conboy lembra:

Parafraseando Shakespeare, alguns nascem historiadores, outros alcançam o estatuto de historiador, enquanto outros têm a história sobre eles. Podemos desenvolver a partir disto para dizer que alguns estudam jornalismo como historiadores, outros como ex-jornalistas e outros como teóricos da cultura, ou como estudiosos da linguagem ou da política, bem como de muitos outros pontos de entrada possíveis. É importante observar que nenhuma dessas direções tem algum tipo de primazia na determinação de quais devem ser as prioridades do estudo do jornalismo (...). (Conboy, 2010, p. 412)

Jean-Noël Jeanneney, referindo-se especificamente à história da comunicação, reconhece-lhe uma enorme abrangência, uma vez que “ela reúne todas as áreas de investigação e diz respeito à maioria das actividades humanas, públicas e privadas” (Jeanneney, 2003, p. 5). O mesmo se pode dizer da história do jornalismo. Plural, a história do jornalismo pode seguir várias direções e é um território ao qual aportam estudiosos com diferentes formações, sensibilidades e objetivos. Sempre que a questão “quem está mais apto a tratar a história do jornalismo em toda a sua complexidade? O estudioso dos média ou o historiador?” se coloque, a resposta terá de passar por uma solução de compromisso, não excludente, que mitigue a crise de identidade. Como dizem Martínez Gallego e Antonio Laguna:

Não podemos abraçar um empirismo, frequente nos estudos de comunicação, que desenvolve métodos contínuos de verificação e renuncia à interpretação, à dialética entre a análise e a síntese teórica. No polo oposto, não podemos vincular-nos a uma

teoria que despreza os materiais empíricos como necessárias e meras demonstrações. A nova história da comunicação deve estar aberta às agendas de pesquisa de historiadores e especialistas em comunicação. E influenciar ambos. A partir da própria casa. (Martínez Gallego & Laguna, 2014, p. 234)

Na relação de forças e fraquezas, historiadores e investigadores dos média terão de se abrir uns aos outros, num caminho de ida e volta permanente. Não basta que o investigador dos média procure sair da factualidade descritiva, e se equipe de métodos historiográficos para dar mais sustentação e profundidade às suas narrativas e explicações históricas. É preciso que do campo da história saiam investigadores dispostos a “estudar o jornalismo com uma mente aberta e sensível”, a “fundamentar profundamente o jornalismo no seu contexto histórico” e a “levar o jornalismo a sério como força histórica” (Tucher, 2007, p. 3). O que implica também não esquecer que as práticas, ferramentas e conteúdos jornalísticos têm de ser foco imprescindível de quem quer historiar os média e o jornalismo, sob pena de tornar particularmente aguda a interrogação de John Nerone (1993, p. 155): “Será que todo o nosso estudo se transformará em contexto sem centro?”.

O caderno reivindicativo da historiadora do jornalismo Andie Tucher é pertinente:

Quero ver mais académicos de todos os tipos de disciplinas a ficar por um tempo no nosso quintal, em vez de apenas invadirem os nossos pomares como muitos fazem e escolherem as evidências ou os fatos de que precisam para promover os seus próprios argumentos – o sociólogo interessado em teorias da comunicação, o cientista político que se dedica a esta eleição ou àquela crise, o estudioso de direito em perseguição dos princípios da Primeira Emenda, o estudioso da literatura que espera descobrir um Hemingway esquecido, o historiador faminto por uma fonte primária. (...) Muitos estudiosos ainda tendem a tratar o trabalho jornalístico do passado como se mais não fosse do que *aspic* incolor, cujo único objetivo é manter convenientemente a verdadeira carne – os fatos – para a exploração suave do garfo académico. É uma atitude míope que subestima a pungência do *aspic*, pois sobrestima a pureza da carne. (Tucher, 2007, p. 3)

Assim, tomando de empréstimo a ideia de Barbie Zelizer (2004) de que o jornalismo é uma instituição demasiado complexa para ser estudada por uma única lente disciplinar, entendemos que a história do jornalismo que norteia esta investigação em torno da construção histórica do jornalismo do Rádio Clube Português, deve olhar a especificidade e os conteúdos do objeto jornalístico radiofónico, ancorada numa sustentação histórica, contextual e globalizante. Uma história para a qual terão de confluir, necessariamente, a teoria da história, a teoria do jornalismo e os estudos da rádio e do jornalismo radiofónico. São estas as nossas “lentes”, cruzadas e postas em diálogo.

1.2. Dos estudos da rádio e da história da rádio: invisibilidades, silêncios e caminhos de consolidação

Já lhe chamaram “meio Cinderella” (Halesworth, 1971, citado em Starkey, 2012, p. 848), “meio desconhecido” (Faus Belau, 1981), “secundário” (Crisell, 1986, p. 15), “invisível” (Lewis & Boot, 1989, citado em Lewis, 2000, p. 161), “esquecido” (Dennis & Pease, 1993) e “negligenciado” (Tétu, 2004); um território de “paixões privadas” e de “negligência pública e académica” (Lewis, 2000); um campo de estudos tardio e ainda incipiente, com “uma história surda” (Menduni, 2004; Oliveira, 2013) por desvendar.

Esta construção discursiva operada sobre a rádio tem a sua razão de ser. É fruto de um trabalho de diagnóstico levado a cabo por investigadores de um campo de estudos que, remetido a décadas de silêncio e subalternidade académica, encontra finalmente um ambiente de revitalização. O móbil destes autores não era apenas cartografar e denunciar o atraso do conhecimento científico sobre a rádio e os meios sonoros face aos restantes média. Era também um gesto de inscrição pública deste debate na academia e na sociedade, e um estímulo para reverter o cenário e alcançar uma legitimidade perdida ou nunca alcançada.

A trajetória do conhecimento científico sobre a rádio é, em grande medida, indissociável da situação de crescimento, declínio e reafirmação que, na relação com a sociedade e o contexto mediático, o meio foi experienciando. Escreve Michelle Hilmes, autora de um dos primeiros ensaios sobre o percurso e desafios dos estudos da rádio:

Nos seus primeiros quarenta anos, [a rádio] forneceu-nos um dos nossos principais meios de negociar as fronteiras entre a vida pública e a casa particular, tornando-se a “lareira eletrónica” da família americana (...). Depois que a televisão usurpou grande parte desse papel, a rádio tornou-se o som de fundo das nossas vidas, o nosso meio mais persistente e omnipresente companheiro, perdendo o foco principal do horário nobre na sala de estar, mas fazendo-nos companhia durante o resto do dia nas nossas cozinhas, quartos, casas de banho, automóveis, escritórios e oficinas (...). No entanto, esta permeação invisível das nossas vidas ficou notavelmente sem estudo. Desprezada como “meramente” um fenómeno da cultura popular nas suas décadas mais importantes, a rádio mal começara a atrair sérias atenções estéticas e políticas quando a televisão a eclipsou de repente. (Hilmes, 2002, pp. 1-2)

Desde o seu início, a rádio foi objeto de interesse e de estudo (Whittington, 2014). Autores como Rudolf Arnheim, Theodor W. Adorno, Paul Lazarsfeld, Hadley Cantril, Walter Benjamin ou Bertolt Brecht debruçaram-se sobre o universo da rádio, teorizando-a, problematizando-a e olhando-a de várias perspetivas (estética, política, sociológica). A dimensão estética e a questão dos efeitos imediatos da

rádio foram temas privilegiados num primeiro momento. Nos anos 1960, Marshall McLuhan olhou a rádio na sua essência determinística, e R. Murray Schafer, no final da década de 1970, daria destaque ao estudo dos sons e das paisagens sonoras. Mas, os principais impulsos teóricos foram dados até aos anos 1950. Christopher H. Sterling (2009), na linha de Michelle Hilmes, vê os anos 1960, 1970 e 1980 como anos consagrados à televisão, mesmo que a rádio não tivesse deixado de seguir o seu caminho: “Mais ou menos nos bastidores, a rádio continuou a crescer e a mudar – mas ninguém escrevia livros sobre isso. A rádio tornou-se parte do papel de parede cultural do país – em segundo plano, em vez de ser tópico de análise específico.” (Sterling, 2009, p. 230).

Hilmes (2002, pp. 2-8) elenca quatro fatores determinantes para o esquecimento público e científico da rádio até ao final dos anos 1980: pressões industriais sobre a rádio, tornada meio secundário, face ao desvio da atenção (social, económica e política) para o novo meio televisivo; perda do seu estatuto cultural, tornando-se, essencialmente, um meio ouvido por uma audiência local e por públicos minoritários; novas preocupações historiográficas, de cariz liberal, que fazem da televisão o caso exemplar de um meio moderno que irrompe, rumo ao progresso, substituindo a “tecnologia antiga e defeituosa” que a rádio representa; mudança de paradigmas teóricos, que levam à marginalização académica da rádio, ao mesmo tempo que florescem os estudos da televisão e do cinema.

A partir de finais da década de 1990, os estudos da rádio ganham novo fôlego nos EUA, no Reino Unido e, progressivamente, na Europa em geral. Antes, em 1992, nos EUA, tinha sido criada a primeira publicação científica periódica dedicada à rádio, o *Journal of Radio Studies*¹¹, seguido do britânico *Radio Journal*, em 2003, indicadores importantes de um campo que se começa a robustecer.

Os avanços feitos nas últimas décadas dão à comunidade de investigadores uma outra segurança, solidez científica e postura crítica. Para autores como Ian Whittington (2014, p. 634), “o crescimento contínuo dos estudos de rádio (...) tornou obsoleta (...) a expressão de consternação com a escassez de pesquisas relacionadas com a rádio e com a subutilização de arquivos da rádio”. Ken Garner (2003, p. 7) sublinha que é já tempo de os investigadores da rádio abandonarem o “tom de súplica”. Também Kate Lacey (2008) se afasta do tradicional discurso da invisibilidade e da negligência. Depois de uma certa “tribalização” da comunidade e dos estudos da rádio – inerente ao próprio ato de inaugurar um campo de estudos e diferenciá-lo dos demais –, a autora vê no horizonte desafios bem mais prementes: conectar a rádio com os outros média, descentrando-a; estudá-la no quadro dos estudos culturais e da história cultural; repensar o próprio conceito de rádio, rompendo limites e incorporando em si as novas realidades sociais, culturais e tecnológicas que sucessivamente reconfiguram o meio. É necessário

¹¹ A partir de 2008, passaria a designar-se *Journal of Radio & Audio Media*.

debelar o isolamento e a excessiva especialização dos estudos da rádio, alerta a autora, porque “há o perigo de falarmos uns para os outros como se fosse uma câmara de eco, de nos separarmos de correntes mais amplas de debate e de podermos simplesmente conhecer mais e mais sobre cada vez menos” (Lacey, 2018, p. 11).

Esta “abordagem holística e radicalmente contextualizada da rádio” (Lacey, 2018, p. 11) valoriza o cruzamento entre os estudos da rádio e a história. Para alguns investigadores da rádio, a história é vista como ameaça, como disciplina que pode entrincheirar a rádio ainda mais, mergulhando-a num discurso nostálgico que a fixa no passado, numa idade de ouro que já prescreveu. Contra esse argumento, Kate Lacey responde que “os perigos de desconectar o estudo da rádio da sua história são (...) ainda mais agudos” (Lacey, 2008, p. 22). A história tem o mérito de tornar a rádio menos “radiocêntrica”, de lhe conferir significado, de a perspetivar na longa duração e de a estudar “como parte de uma matriz mais ampla dos média, em vez de isoladamente, e em contextos transculturais e internacionais” (Lacey, 2008, p. 23).

A produção teórica e empírica sobre o meio radiofónico tem vindo a aumentar, incidindo sobre temáticas que percorrem as várias faces da rádio, da técnica ao jornalismo, da história à semiótica, da linguagem sonora à convergência digital. E não só se escreve mais sobre rádio como a natureza e conteúdo da escrita mudaram:

A investigação da rádio é muito mais sofisticada em termos de tom e fontes do que costumava ser. Indo além da mera nostalgia descritiva, os pesquisadores estão agora a investigar sob a superfície do 'meio esquecido' para entenderem melhor o impacto da rádio hoje, assim como há décadas atrás. (Sterling, 2009, p. 244)

Como Starkey (2012, p. 851) sublinha, “é verdade que esta Cinderela chegou tardiamente ao baile dos estudos dos média”, mas a sua vitalidade e a promessa de crescimento é inegável. A perenidade do meio radiofónico permite que, entre quedas, mortes anunciadas e renascimentos, o universo académico se interesse ciclicamente por ele (Antoine, 2006, p. 8). O campo de estudos parece fazer jus à resiliência do meio.

O crescimento dos estudos dedicados ao meio radiofónico não se fez ao mesmo ritmo nas várias latitudes. Existem diferenças e variações, de país para país, com raízes fundas que nada têm a ver com os estudos da rádio. São sintoma das assimetrias entre os próprios países e entre as diversas culturas académicas e científicas (Lacey, 2018, p. 114). Manifestam-se na dificuldade em obter financiamento para projetos de investigação relevantes e competitivos (Rodero, 2009), na falta de reconhecimento e prestígio académicos, em dificuldades de acesso aos arquivos, nos constrangimentos de afirmação das

línguas nacionais face ao inglês tornado língua de ciência incontornável (Martins, 2012).

Em Portugal, a ausência de tradição académica na área dos estudos da rádio é particularmente evidente (Bonixe, 2014; Oliveira, 2013, 2015). Mas o panorama começou a alterar-se na viragem para o século XXI. A investigação científica e a produção bibliográfica aumentaram, diversificando-se os temas e as abordagens.

Na produção bibliográfica, como Luís Bonixe (2014) sublinhou, a história tem um lugar preponderante. Encontramos livros que não pertencendo ao universo académico combinam história e registo memorialístico, como o de Matos Maia (1995/2009); obras que contribuem para a história de emissoras de rádio como a Rádio Renascença (Miguel, 1992; Ribeiro, 2002; Santos, 2005a) ou a Emissora Nacional (Ribeiro, 2005; Santos, 2017c); estudos centrados no papel da rádio enquanto veículo de informação e propaganda (Ribeiro, 2014); livros com enfoque nas relações entre a rádio portuguesa e o regime político do Estado Novo (Cristo, 2005); trabalhos de investigação que colocam a rádio no teatro da guerra colonial (Ferreira, 2013); obras coletivas que estudam a receção da rádio (e da televisão) durante o Estado Novo (Carvalho, 2014).

A obra de Rogério Santos (2005b, 2014, 2017b, 2017c, 2018, 2020, 2021, 2022), figura principal da história da rádio em Portugal, merece um destaque especial. Rogério Santos tem vindo a publicar um trabalho que, livro a livro, se traduz num olhar amplo sobre as múltiplas vertentes e dimensões da rádio (produção, programação, jornalismo, publicidade, mutações tecnológicas, censura e utilização da rádio pelo poder político, entre outras), desde os seus primórdios e entusiasmos iniciais (Santos, 2005b) aos dias do PREC (Santos, 2017c). Pelo seu papel pioneiro, pela abrangência temática, pela exploração minuciosa das fontes e pela consistência cronológica, o trabalho de investigação de Rogério Santos é a referência mais sólida nesta área de estudos. Diríamos mesmo que a estruturação do campo de estudos da rádio em Portugal tem na história da rádio, e em particular nos trabalhos deste autor, uma das suas primeiras, e mais robustas, manifestações.

Importa, no entanto, notar que a história da rádio em Portugal – e noutras paragens também – recorre pouco ou nada aos arquivos sonoros. É uma história que vive muito mais do texto do que do som. Explora os materiais hemerográficos e os documentos escritos com detalhe e procura neles resolver as lacunas da ausência de registos sonoros. A sua natureza é marcadamente historiográfica, na abordagem e nos materiais que mobiliza. Esta ausência de sons torna, na nossa opinião, mais difícil o cruzamento da história com os estudos dos média e do jornalismo, e a partilha de técnicas de análise que densifiquem o estudo dos conteúdos radiofónicos pretéritos. Como analisar, por exemplo, um acontecimento mediático inscrito no tempo, as vozes de que é feito, as peças jornalísticas que o contam se os sons não existirem

ou não existirem em quantidade e qualidade que os torne fonte e amostra? Voltaremos a esta questão dos arquivos sonoros, porque ela é pragmática e epistemologicamente muito relevante.

Apesar dos indicadores de crescimento bibliográfico, de que o número de obras na área da história é exemplo, a contabilidade de títulos permanece pouco animadora, sobretudo se comparada com a realidade científica da imprensa, da televisão ou dos média digitais. Segundo dados apurados por Madalena Oliveira em 2013, “em Portugal, a produção bibliográfica neste domínio soma[va] pouco mais de 30 livros, entre trabalhos académicos, registos históricos e reflexões mais ou menos pessoais de profissionais do meio” (Oliveira, 2013, p. 77). Além disso, como é dito na página institucional do Grupo de Trabalho Rádio e Meios Sonoros, trata-se de uma produção de investigadores “relativamente dispersos por vários centros de investigação, desenvolvendo muitas vezes trabalho excessivamente solitário”¹². Apenas em 2013, esta situação de isolamento foi mitigada com a criação, no seio da associação científica que em Portugal agrega as ciências da comunicação (Sopcom), do já referido grupo de trabalho. De uma forma efetiva e simbólica, a ainda pequena comunidade de investigadores da rádio¹³ encontra um espaço de *networking* até então inédito, indispensável à afirmação e à construção de uma legitimidade nacional e internacional do campo de estudos. Esta iniciativa parte com décadas de atraso relativamente à criação de grupos congéneres como o Radio Studies Network, no Reino Unido (1998), o Group de Recherche et d’Études sur la Radio, em França (2001), ou o Grupo de Rádio e Mídia Sonora, no Brasil (1991).

Na academia portuguesa, só em 1997 foi apresentada a primeira tese de doutoramento sobre rádio, incidindo sobre o jornalismo radiofónico. Desde o trabalho pioneiro do investigador brasileiro Eduardo Meditsch (1999) até à atualidade, foram defendidas 20 teses¹⁴, dedicadas à informação

¹² Cf. <https://radioemeiossonoros.wordpress.com/apresentacao/>

¹³ No sítio institucional do Grupo de Trabalho da Sopcom Rádio e Meios Sonoros encontram-se referenciados 19 investigadores. Cf. <https://radioemeiossonoros.wordpress.com/investigadores/>

¹⁴ São estas as teses produzidas por investigadores portugueses dentro do campo de estudos da rádio, publicadas ou não, até ao momento: Alves, Teresa (2017). *Os sons da Lusofonia: contextos multiculturais do serviço público de rádio em Portugal e no Brasil*. Universidade do Minho; Bonixe, Luís (2009). *A informação radiofónica: rotinas e valores-notícia da reprodução da realidade na rádio portuguesa. A internet como cenário emergente*. Universidade Nova de Lisboa; Carvalho, Paulo Lepetri (2015). *A radiodifusão no Brasil e em Portugal e a invasão dos brasucas: uma nova linguagem*. Universidade do Minho; Cordeiro, Paula (2007). *Estratégias de programação na rádio em Portugal: o caso da RFM na transição para o digital*. Universidade Nova de Lisboa; David, Maria Inês (2015). *On and off air: an ethnographic exploration of minority radio in Portugal*. Universidade Nova de Lisboa; Guimarães, Valquíria (2015). *A contribuição da rádio para o desenvolvimento da cidadania: um estudo comparado da atuação de rádios do Brasil e de Portugal (2011-2012)*. Universidade Nova de Lisboa; Leite, Renato (2017). *Antecedentes da lealdade no sector da radiodifusão*. Universidade de Lisboa; Martins, R. (2022) *Novas expressões do áudio: o podcast no ecossistema mediático português*. ISCTE; Meditsch, Eduardo (1996). *A especificidade do rádio informativo: um estudo da construção, discurso e objectivação da informação jornalística no rádio, a partir de emissoras especializadas de Portugal e do Brasil em meados da década de 90*. Universidade Nova de Lisboa; Melo, Rui de (2000). *O Digital Audio Broadcasting e as implicações nos conteúdos radiofónicos*. Universidad Pontificia de Salamanca; Menezes, João Paulo (2008). *O consumo activo dos novos utilizadores na Internet: ameaças e oportunidades para a rádio musical (digitalizada)*. Universidad de Vigo; Midões, M. (2021). *O terceiro setor de radiodifusão em Portugal: mapeamento e caracterização das rádios comunitárias*. Universidade de Coimbra; Moura, Fernando (2010). *A construção da Identidade de uma comunidade imigrante portuguesa na Argentina (Escobar) e a comunicação social*. Universidade Nova de Lisboa; Portela, Pedro (2015). *A voz do utilizador na mediamorfose da rádio: a interactividade e os consumos radiofónicos no início do século XXI*. Universidade do Minho; Reis, Ana Isabel (2011). *O áudio no jornalismo radiofónico na Internet*. Universidade do Minho; Reis, Filipe (2006). *Comunidades radiofónicas: um estudo etnográfico sobre a radiodifusão local em Portugal*. ISCTE; Ribeiro, Nelson (2009). *Radio broadcasting in Portugal during War II*. University of Lincoln; Santos, Sílvio (2011). *Serviço Público de Radiodifusão em Portugal: do controlo ideológico ao fim da representatividade*

radiofónica, à mediamorfose da rádio e aos novos conteúdos digitais, à dimensão técnica da rádio, aos estudos da educação, à economia e indústria da rádio, à antropologia da rádio, ao serviço público e à história do meio. Apesar de modesto, este número não deixa de refletir um crescimento progressivo do número de teses, sobretudo a partir de 2009. Contrariamente à tendência bibliográfica que vimos anteriormente, das 20 teses só duas se situam no subcampo da história da rádio. Uma, é a de Nelson Ribeiro (2014), defendida na Universidade de Lincoln em 2009, que se centra nas emissões da Secção Portuguesa da BBC para analisar as complexas ligações entre informação e propaganda no contexto da Segunda Guerra Mundial. A outra é a de Silvio Santos (2013), defendida na Universidade de Coimbra em 2011, que problematiza a história do serviço público de rádio desde o aparecimento da Emissora Nacional até à atualidade. Este relativo silêncio académico indicia um cenário em que, do ponto de vista das teses doutorais, a história da rádio tem uma expressão minoritária.

Os números nacionais contrastam com a realidade académica de outros países, mesmo salvaguardando as diferenças de escala. No Brasil, entre 1987 e junho de 2010 foram defendidas 110 teses sobre rádio e meios sonoros, 22 das quais na área da história (Lopez & Mustafá, 2012). Em Espanha, até 2008, foram concluídas 118 teses, a primeira das quais em 1980 (Repiso et al., 2011).

Nos últimos anos houve algum interesse em mapear o campo dos estudos da rádio em Portugal (Bonixe, 2014; Oliveira, 2013, 2015). Mas este trabalho de meta investigação tem sido bem mais profícuo em países como Espanha e Brasil, com a publicação de estudos que traçam as tendências, o percurso e os desafios epistemológicos e metodológicos que se colocam ao campo científico (Ferraretto, 2010, 2012; Haussen, 2011; Kischinhevsky et al., 2015; Kischinhevsky et al., 2017; Moreira, 2005; Prata, 2011, 2014; Prata et al., 2014; Rodero, 2009; Zuculoto, 2016). Por outro lado, tem-se verificado a emergência de estudos de carácter bibliométrico que, com maior ou menor profundidade, quantificam e caracterizam, por exemplo, as teses de doutoramento ou os artigos sobre rádio em revistas científicas (Haussen, 2004, 2015, 2016; Lopez & Mustafá, 2012; Piñeiro-Otero & Martín Pena, 2018; Repiso et al., 2011).

Em Portugal, sabemos pouco ou nada sobre a presença dos estudos da rádio em publicações periódicas. Faltam-nos dados publicados sobre a autoria, as temáticas, os trilhos metodológicos, entre outros indicadores. Em 2016, quando iniciámos este percurso de investigação, fizemos um estudo quantitativo exploratório a partir de cinco revistas científicas portuguesas da área das ciências da comunicação¹⁵. Alguns resultados desse trabalho constituem pistas interessantes: para um período de

social. Universidade de Coimbra; Santos, Susana (2012). *O processo de liberalização das emissões de rádio em Portugal entre Estado, Igreja Católica e mercado*. ISCTE; Weigelt, Diego (2016). *A rádio e os jovens na cultura contemporânea: usos e hábitos em Portugal e Brasil*. Universidade Nova de Lisboa.

¹⁵ Este estudo não publicado foi apresentado em novembro de 2017, em Viseu, no 10.º Congresso SOPCOM. A amostra era composta pelos artigos das revistas *Media & Jornalismo*, *Revista de Comunicação e Linguagens*, *Comunicação & Sociedade*, *Estudos em Comunicação* e *Observatorio* para o período 1999-2016. Da grelha de análise constavam as seguintes categorias: autoria (nome, afiliação, número de autores, parcerias entre países, parcerias entre

15 anos (1999-2016), apenas 3% dos artigos dizem respeito à rádio e meios sonoros, embora o seu número tenha vindo a aumentar progressivamente; em termos temáticos, há uma vocação crescente para os desafios que se colocam à rádio na era digital; do total de artigos sobre rádio (59), apenas três se inscrevem na área da história da rádio; do ponto de vista metodológico, os artigos sobre história da rádio assentam, essencialmente, em pesquisa bibliográfica e hemerográfica e na consulta de arquivos escritos, ou seja, a rádio, meio audível, é estudada historicamente através do silêncio da escrita.

Pese embora os condicionalismos de um país e de uma academia periféricas face a outras realidades nacionais – o que torna mais exigentes o esforço de afirmação entre os pares, o estabelecimento de pontes internacionais e a busca de financiamento –, as perspetivas não deixam de ser promissoras. Os investigadores estão inseridos num grupo de trabalho autónomo, as teses de doutoramento crescem e robustecem o campo, aumenta a bibliografia, os trabalhos em parceria com investigadores de outros países acontecem¹⁶, desenvolvem-se projetos de investigação financiados¹⁷. Mesmo que insuficientes, os primeiros passos foram já dados por uma comunidade “movida por uma relação afetiva ao meio e por sentidas lacunas ao nível da investigação” (Oliveira, 2015, p. 246).

instituições académicas, nacionalidade do autor, sexo) e conteúdo dos artigos (tema do artigo, capítulo metodológico, tipo de investigação, orientação metodológica, técnicas de análise de dados).

¹⁶ De referir a obra *Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários* (2015), organizada por Madalena Oliveira e Nair Prata, ex-coordenadoras, respetivamente, do Grupo de Trabalho da SOPCOM Rádio e Meios Sonoros e do Grupo de Pesquisa da INTERCOM Rádio e Mídia Sonora.

¹⁷ Em 2011 teve início o projeto *Estação NET: moldar a rádio para ambiente Web*, financiado pela FCT. Este projeto, coordenado por Madalena Oliveira do CECS da Universidade do Minho, foi a primeira investigação coletiva, na área dos estudos da rádio, a ser financiada pela FCT (<http://www.lasics.uminho.pt/netstation/>). Em 2013, teve início o *RadioActive101*, um projeto europeu financiado pela Comissão Europeia, integrando uma equipa de investigadores portugueses (<http://radioactive101.eu/>). Embora não dedicado exclusivamente à rádio, o projeto *Media, receção e memória: público feminino no Estado Novo*, que recebeu financiamento da FCT em 2012, ocupou-se da história da receção da rádio, imprensa e televisão nas décadas de 1930 a 1960 pelo público feminino. O projeto foi coordenado por José Ricardo Carvalheiro da Universidade da Beira Interior (<http://www.media-recepcao-memoria.ubi.pt/>). Embora não se centre especificamente na área da rádio, importa referir o projeto AUDIRE – *Audio Repositório: guardar memórias sonoras*, com coordenação de Madalena Oliveira (CECS/ Universidade do Minho), financiado pela FCT, entretanto concluído (<http://www.audire.pt/>). De 2018 a 2022 decorreu o projeto *Broadcasting in the Portuguese Empire: Nationalism, Colonialism, Identity* (BiPE), coordenado por Nelson Ribeiro (UCP), com financiamento da FCT (<https://www.broadcastingempire.com/>).

Capítulo 2

Da construção identitária da rádio

2.1. A rádio como meio de produção de linguagem

A rádio hertziana criou um estilo próprio de comunicação, um jornalismo com características acústicas e uma linguagem específica, diferenciando-se dos códigos praticados noutros meios, mas sem deles recusar contributos e contágios.

Daqui resultam duas premissas importantes, sobre as quais importa refletir:

- a rádio é um meio produtor de linguagem;
- a rádio é um meio que se renova a partir dos velhos meios e que sobrevive aos novos.

2.1.1. Uma matriz sonora em arquiteturas líquidas

Lucia Santaella (2005), com base na perspetiva semiológica de Charles Peirce, defende a existência de três grandes matrizes que norteiam a linguagem e o pensamento: a sonora, a visual e a verbal. Desde o século XIX que se multiplicam os meios e suportes de produção de linguagem, de forma mais acelerada a partir meados do séc. XX. Esses meios (fotografia, cinema, jornal, rádio, televisão, vídeo, hipermédia, etc.) geram linguagens que se inscrevem nas matrizes definidas por Santaella, mas estas matrizes e estas linguagens não são campos estanques. Existem processos de combinações e misturas que evitam que as linguagens sejam universos compartimentados:

Textos, imagem e som já não são o que costumavam ser. Deslizam uns para os outros, sobrepõem-se, complementam-se, confraternizam-se, unem-se, separam-se e entrecruzam-se. Tornaram-se leves, perambulantes. Perderam a estabilidade que a força de gravidade dos suportes fixos lhe emprestava. Viraram aparições, presenças fugidias que emergem e desaparecem ao toque delicado da pontinha do dedo em

minúsculas teclas. Voam pelos ares a velocidades que competem com a luz.
(Santaella, 2007a, p. 24)

Partindo de Santaella, e aplicando a sua reflexão ao meio radiofônico, podemos dizer que da mesma forma que a imprensa nasceu da combinação entre o telégrafo, a fotografia e a linguagem escrita, desenvolvendo uma linguagem própria, também a rádio, através da combinação de códigos gráficos e acústicos, produziu uma linguagem de matriz sonora, especificamente radiofônica, orientada não para o olho, mas para o ouvido.

O que daqui resulta são linguagens híbridas – “linguagens em arquiteturas líquidas”, diz a autora (Santaella, 2007b, p. 84) – que, historicamente, não têm parado de crescer e de se mesclar, e tudo indica que se continuarão a multiplicar.

Para Santaella (2007b), as tecnologias apenas existem enquanto meios, agentes mediadores, suportes materiais. Ou seja, são importantes, mas não passam de canais físicos que, sem mensagem ou conteúdo, perderiam o sentido. Nesta medida, as linguagens e os processos sóicos são, para a autora, “antídotos contra o midiacentrismo” e contra uma visão atomizada dos média.

2.1.2. A resiliência da rádio: os novos meios não matam os velhos

A história dos média é também a história de como os diferentes meios se foram transformando e mimetizando para criar novos paradigmas da comunicação. Assim foi com a rádio em relação à imprensa e ao cinema, por exemplo. Ou com a televisão em relação ao cinema e à rádio. Há movimentos de adaptação e substituição que decorrem da evolução natural dos meios de comunicação, contaminando-se entre si até à sua particularização. Em todos os média, o início da sua atividade foi pautado pelo seguimento de técnicas, códigos e linguagens anteriormente explorados.

Sabemos que o jornalismo radiofônico, num primeiro momento, foi incapaz de afirmar a sua especificidade sonora, colando-se ao *modus operandi* da imprensa. As notícias da rádio eram lidas diretamente das páginas dos jornais. Algumas vezes, os artigos eram recortados e colados em folhas para serem lidos à hora certa. Também a televisão utilizou alguns métodos do jornalismo escrito e da rádio para criar um estilo completamente novo. A rádio, por seu turno, uma vez instalada, terá ido buscar ao meio televisivo ingredientes criativos que lhe permitissem rivalizar com o poder visual das imagens televisivas ou, simplesmente, melhor se adaptar a um mundo que ganha um novo meio de comunicação.

Essa transposição de métodos e jogo de influências ainda hoje se verifica, num cenário de convergência digital, na medida em que a primeira tendência é utilizar o que antes se fazia e transportar

a forma para um novo suporte. E, numa continuidade histórica, mais cedo ou mais tarde, cada meio irá individualizar-se, criando novas formas de produção e difusão dos seus próprios conteúdos.

Apesar de Santaella, defensora acérrima de uma abordagem semiótica, rejeitar o conceito de remediação de Bolter e Grusin (2000), pensamos que os conceitos operativos de ambos – por um lado, o conceito de hibridização e, por outro, o de remediação – podem ser debatidos na nossa investigação, numa lógica de complementaridade.

Para Bolter e Grusin, os novos média têm a capacidade de renovar os velhos meios, da mesma forma que os meios tradicionais se reconfiguram para fazer face aos desafios dos novos meios. Daqui emerge uma linhagem histórica que, com mudanças e resistências, faz com que os meios tradicionais sobrevivam e estabeleçam com os novos meios ligações que esbatem a ideia de que as mudanças conduzem a ruturas abruptas.

Este conceito de remediação, nascido num contexto digital, pode ser aplicado retrospectivamente, acreditamos. No caso da nossa investigação, ajuda a explicar a resiliência e a longevidade da rádio, a sua atitude face aos meios que a precederam e sucederam, e a sua própria historicidade.

2.2. A magia da rádio: uma teia íntima de sonoridades e imaginação

A rádio sempre se alimentou do som, forjou-se nele e evoluiu, do ponto de vista tecnológico e comunicativo, na relação estabelecida entre o ouvinte e o espectro sonoro. Existe uma identidade simbólica e concreta entre o meio rádio e o som que lhe dá forma e é razão de ser.

O facto de Marshall McLuhan (1964/2008, p. 301) definir a rádio como o “tambor da tribo” é sintomático do carácter acústico do meio. A rádio é uma “câmara de ressonância única” (McLuhan, 1964/2008, p. 303), desprovida de códigos visuais, que fornece um “místico refúgio sonoro” (McLuhan, 1964/2008, p. 306). Bertolt Brecht (1932/2007, p. 228), ao defender precocemente, em 1932, que a rádio deve ser um instrumento de comunicação entre os homens e não um mero aparato de emissão ou distribuição do que hoje chamaríamos conteúdos, incita a que ela seja mais do que um “armazém acústico”. Paul Lazarsfeld e Harry Field (1946, p. 38) descrevem a rádio como “uma experiência acústica contínua”. Para Rudolf Arnheim (1980, p. 27), o objetivo da rádio é “representar um mundo para o ouvido”. Enfim, a rádio é, em contexto analógico, um universo imaterial, sem palavras escritas nem imagens. Como diria Andrew Crisell (1986, p. 3), a rádio é um “meio cego”, e é dessa condição que resultam as suas características e tipo de linguagem.

Rudolf Arnheim, um homem da arte, da imagem e da cultura visuais, reconhece a importância da rádio e entrevê na impossibilidade visual do meio a sua força enquanto dispositivo de comunicação e

veículo criativo. É nesse sentido que faz o “elogio da cegueira” da rádio (Arnheim, 1936/1980, pp. 84-121). Para o autor, a contingência de a rádio ser “apenas” audível não é, em si, uma despromoção ou diminuição do meio. É verdade que a visão dá uma percepção da realidade mais completa do que o ouvido consegue, mas o que a rádio omite, o ouvinte tem a sensibilidade e a predisposição de completar com a sua imaginação. E o sentido que o ouvinte adita à mensagem, a partir da imaginação, não é sintoma de uma eventual deficiência ou menoridade da rádio face aos meios visuais: é parte do que ela é.

Para Arnheim (1936/1980, p. 85), não há nada que falte à rádio, até porque “a sua essência consiste precisamente em nos oferecer a totalidade, não apenas o audível”. A abstração e o caráter “oculto” da rádio são elementos que a constituem e que, juntamente com a palavra, a esfera oral, a música e o fenômeno acústico, conduzem a um mundo com uma identidade própria. A partir do exemplo de uma peça teatral radiofônica, Arnheim esclarece o seu ponto de vista e sintetiza o que a rádio oferece a despeito dos sinais visuais:

Ao faltar a visão, é criada uma ponte acústica entre todos os sons: as vozes que têm um papel na cena e as que não têm possuem agora a mesma carne, como as recitações, as discussões, as canções e as músicas. Coisas que até então permaneciam apenas justapostas, agora penetram-se de forma vívida: a pessoa do mundo corpóreo lida com a voz destituída de corpo, a música luta em igualdade com a linguagem. (Arnheim, 1936/1980, p. 117)

Martin Shingler e Cindy Wieringa (1998, pp. 73-93) consideram que a recorrente descrição da rádio como “meio cego” pode cristalizá-la como meio ineficiente face aos meios visuais e anular ou comprometer as suas qualidades distintivas. Estes autores preferem que a ideia de “cegueira” da rádio seja substituída pelo conceito de “invisibilidade”. Esta mudança semântica retira o eventual peso negativo associado ao desempenho da rádio e enaltece-a enquanto meio que estimula a imaginação visual de quem a escuta. Aos olhos físicos, os autores contrapõem a eficácia com que o “olho da mente” (Shingler & Wieringa, 1998, p. 74) dos ouvintes lhes permite ver tudo o que escutam ou, até, ver para além do que lhes chega ao ouvido.

Na invisibilidade da rádio desenha-se uma ligação estreita entre o inconsciente dos indivíduos e o universo radiofônico. “A rádio é verdadeiramente a realização integral, a realização diária da psique humana”, diz Gaston Bachelard (1970, p. 216). Ou seja, para o filósofo da ciência, a rádio, assim entendida, constitui-se como esfera de realização do homem. É por isso que, para além do engenheiro de antena, preocupado com a técnica, deveria existir um engenheiro psíquico capaz de harmonizar ritmos e resolver interferências sonoras e ruídos desestabilizadores do inconsciente. Na rádio, e em quem a ouve, existe uma necessidade de doçura e um apelo ao sonho ou ao devaneio (Bachelard, 1970, p. 218).

Neste ambiente radiofônico, a imposição de um rosto decodificador da voz não faz sentido. Aliás, é como se essa referência visual fosse um ruído de antena: “a ausência de um rosto falante não é uma inferioridade; é uma superioridade; é precisamente o eixo da intimidade, a perspectiva da intimidade que se abre”. (Bachelard, 1970, p. 219)

A intimidade da rádio obriga à solidão e por isso exige um ambiente próprio, silencioso, que convida à reminiscência:

Não se trata de ouvir esse tipo de emissão num salão de baile, numa sala de estar. Devemos ouvi-lo, não digamos numa cabana, seria lindo demais, mas num quarto, solitário, à noite, quando temos o direito e o dever de nos colocarmos sossegados, em repouso. A rádio tem tudo o que você precisa para falar na solidão. Ela não precisa de um rosto. (Bachelard, 1970, p. 222)

Na rádio, a voz tem um papel preponderante. Ela desperta sensações diversas nos ouvintes, e é única nas suas qualidades físicas e acústicas. A voz é som e, como tal, tem uma intensidade, uma duração, um tom e um timbre particulares (Martínez Costa & Díez Unzueta, 2005, pp. 44-45). A estes atributos da voz juntam-se outras variáveis que dão sentido e potenciam a compreensão e a expressividade da mensagem radiofônica: a pronúncia, a entoação, as inflexões, a “cor”, a “temperatura”, as hesitações, as pausas discursivas, o ritmo com que conta e fala ao ouvido. Enfim, aquilo que Barthes (1972/1986) classificou como “o grão da voz”, ou seja, as peculiaridades e o simbólico da fala humana, a individualidade e “a materialidade do corpo falando a sua língua materna” (Barthes, 1972/1986, p. 265).

A voz é de tal forma vital que, além de ser veículo de uma mensagem e de identificar quem fala, pode até ser um sinal identificativo de determinado programa ou da estação de rádio que o ouvinte sintonizou, marcando decisivamente o tom e o estilo da emissora (Crisell, 1986, p. 46). Nessa medida, a voz, elemento sensitivo que faz a ponte com o ouvinte, torna-se “inseparável da presença institucional, ao mesmo tempo que a presença institucional se manifesta apenas através da mediação humana” (Meditich, 1999, p. 180). Uma das singularidades do meio radiofônico é que ele toma a voz pelo todo. O sujeito do discurso é transportado para a voz, que se torna autônoma, e estabelece uma contiguidade única entre a voz e quem profere a palavra, gerando uma substituição. Ou seja, o corpo ausente materializa-se e converge na totalidade para a voz que chega ao ouvinte. A rádio é, assim, uma permanente figura de substituição ou, melhor, “é sobretudo máquina de realização metonímica dessa substituição” (Rodrigues, 1988b, p. 125).

É comum falar-se da “magia da rádio”. A voz concorre para esse encantamento sonoro:

É o sussurro noturno da voz do locutor que nos obriga a sonhar, é a firmeza sonora da sua voz que desenha a realidade e é o espírito no som da sua voz que impulsiona o entretenimento. A rádio fica muda sem a voz, é a voz que a transforma em magia, a reveste de evocação, faz dela uma ilustradora de imagens mentais desejadas, uma pintora de sonhos impossíveis. (Rodero, 2002, p. 53)

A magia da rádio passa também pela dinâmica afetiva que gera. A voz, tal como o meio radiofónico em si, ultrapassa o que é dito e gera laços profundos e envolventes entre as pessoas, aproximando-as (Martínez Albertos, 1977, p. 186). Adriano Duarte Rodrigues (1988a), num texto clássico, fala-nos de um programa radiofónico em que os ouvintes telefonam para familiares e amigos emigrantes e de como este contacto não é mais do que uma forma de o ouvinte conseguir “o reforço e a amplificação dos seus sentimentos” (Rodrigues, 1988a, p. 118). A rádio envolve os ouvintes nas mais diversas circunstâncias (em casa a estudar, no local de trabalho, no carro), e convoca experiências ancestrais na vida coletiva e individual dos sujeitos. Nesta medida, a rádio ultrapassa os limites do espaço, os constrangimentos das distâncias e as contingências do tempo, e transforma-se no “*medium* por excelência da ressonância das relações sociais” (Rodrigues, 1988a, p. 118).

A densidade sensível do som da rádio e o carácter poderoso, penetrante e criativo das mensagens sonoras fazem da rádio algo, simultaneamente, racional e emocional. A rádio, que é emotiva, apaixonada e comovente, mantém com o ouvinte, há mais de cem anos, um “contrato de escuta” que a configura como experiência estética particular, de que são subsidiários a imaginação e o imaginário dos indivíduos (Oliveira, 2011).

2.3. A linguagem da rádio: uma gramática de elementos sonoros e não sonoros

Rudolf Arnheim, em 1936, ainda a rádio estava a dar os primeiros passos, descreve com entusiasmo indisfarçável as possibilidades, a sedução e a dinâmica trazidas pelo novo meio, e elenca já os recursos expressivos – os sons e as palavras – de que este dispõe:

Os resultados obtidos nos primeiros anos, graças a esta nova forma de expressão, podem considerar-se realmente sensacionais. Revelou-se como um mundo sedutor e excitante, que possui não só o maior estímulo conhecido pelo homem para os sentidos, a música, a harmonia e o ritmo, mas que ao mesmo tempo é capaz de dar uma descrição da realidade através do ruído e com o meio de difusão mais amplo e abstrato que o homem possui: a palavra. (...) Na rádio, os sons e as palavras revelam a realidade com a sensualidade do poeta, e nela estão os tons da música, os sons mundanos e espirituais, penetrando assim a música no mundo das coisas; o mundo enche-se de música, e a nova realidade criada pelo pensamento oferece-se muito mais imediata e mais concreta do que no papel impresso: o que até há pouco tempo

eram apenas ideias escritas, tornou-se algo materializado e bastante mais vivo.
(Arnheim, 1936/1980, p. 16)

Nesta descrição precursora, Arnheim põe em evidência que o dispositivo radiofónico é enquadrado por uma linguagem específica, inerente ao meio. Esta dimensão expressiva da linguagem da rádio haveria de ser teorizada mais tarde, nas décadas de 1980 e 1990, por investigadores dos estudos da rádio que dedicam obras a este tema, total (Balsebre, 2012) ou parcialmente (Crisell, 1986; Martínez Costa & Díez Unzueta, 2005; Merayo Pérez, 1992).

O pensamento de Armand Balsebre é estruturante nesta matéria. Balsebre apresenta, com rigor e amplitude, uma teoria da rádio que explica a estrutura da linguagem radiofónica, e as suas potencialidades expressivas, recorrendo a contributos da semiótica. O autor defende que a “sonosfera radiofónica” (Balsebre, 2012, p. 12) tem um sistema semiótico próprio que resulta da interação entre os recursos técnicos e tecnológicos, a perceção do ouvinte e os elementos sonoros e não sonoros que dão corpo à linguagem radiofónica. A rádio é um meio de expressão com uma linguagem autónoma, que não assenta apenas na palavra, mas também na música, nos efeitos sonoros e no silêncio. Estes quatro elementos, que quando combinados configuram aquilo a que Merayo Pérez (1992, p. 21) chama “a arte da expressividade radiofónica”, têm a capacidade de suprir a ausência da linguagem visual. Deles depende o processo de perceção sonora e a capacidade imaginativo-visual dos radiouvintes (Balsebre, 2012, p. 27).

Para Eduardo Meditsch (1999), a linguagem radiofónica não é só uma combinação de elementos sonoros e não sonoros. Ela tem também uma dimensão temporal importante, e nisso se distingue da linguagem fonográfica. A rádio, seja em direto ou em diferido, “transmite sempre no presente individual do seu ouvinte e no presente social em que está inserido, ou seja, num contexto temporal partilhado entre emissor e receptor: o tempo real” (Meditsch, 1999, p. 206). Desta relação entre tempo e significação – que é garante da própria possibilidade da linguagem sonora –, resulta uma definição complementar, relativamente à proposta de Balsebre sobre o que é a linguagem radiofónica. Assim, para Meditsch a rádio fala um idioma que é “uma composição sonora invisível da palavra, música, ruído e silêncio, enunciada em tempo real” (Meditsch, 1997).

Andrew Crisell (1986, p. 45) sublinha que todos os signos da rádio – palavra, sons, música e silêncio – são auditivos, sendo que o tempo, não o espaço, é o seu principal agente estruturante. Por sua vez, o código primário da rádio é verbal ou linguístico (Crisell, 1986, pp. 56-58), uma vez que o contexto é a chave para o significado dos efeitos sonoros, da música e do silêncio, e só é possível estabelecer o todo contextual recorrendo ao esclarecimento das palavras.

Analisamos, em seguida, cada um dos elementos expressivos da linguagem radiofónica e o lugar que cada um nela ocupa.

2.3.1. A palavra

Nenhum elemento expressivo da linguagem radiofónica é mais importante, relevante ou eficaz do que outro. Todavia, os recursos expressivos não têm todos o mesmo peso específico. Há sempre algum que predomina, em função das preferências e estratégias do profissional de rádio, das exigências do tipo de programação e da identidade de cada emissora (Martínez Costa & Díez Unzueta, 2005, p. 68; Merayo Pérez, 1992, pp. 124-125).

Apesar de nenhum elemento expressivo excluir os demais, como refere Balsebre, a verdade é que a palavra tem, em rádio, um papel fundamental, até porque é através dela que, por norma, expressamos o nosso pensamento e procedemos à socialização. O poder de evocação dos sons deve ser indicado com palavras. Ainda assim, muitas vezes atribui-se um peso desmesurado a outros elementos expressivos em detrimento da palavra, “como se o autenticamente radiofónico, o que forneceu a chave do sucesso na inteligente construção narrativa da obra, fosse património dos sistemas expressivos da música ou dos efeitos sonoros” (Balsebre, 2012, p. 33).

As palavras da rádio distinguem-se das palavras impressas, porque “são sempre e inevitavelmente faladas”. As palavras são símbolos do que representam e a voz que as exprime indicia a pessoa ou personagem que fala (Crisell, 1986, p. 46).

Stephen Barnard (2000, p. 173) afirma que a palavra falada é, de longe, o elemento mais importante, sob pena de, sem ela, a experiência radiofónica mergulhar numa abstração sem conteúdo:

(...) uma estação de rádio poderia não transmitir nada além de sons naturais ou música sem parar, mas sem o contexto que as palavras trazem, tais sons não se relacionariam e não representariam nada além de si mesmos. Ouvir rádio ainda seria uma espécie de experiência, mas o seu significado seria abstrato em vez de conectivo, forçando o ouvinte a criar o seu próprio contexto para a experiência (...). Na rádio, como na vida quotidiana, a linguagem falada descreve, interpreta, amplifica e valida.

Para Balsebre, nem a linguagem radiofónica é sinónimo de linguagem verbal nem a criatividade é reduto exclusivo das músicas ou dos efeitos sonoros. Em rádio, a palavra não se limita aos seus usos linguísticos nem à comunicação interpessoal, revestindo-se, antes, de uma força criativa e expressiva assinalável. Mais, a palavra radiofónica é transmitida sem que haja uma visualização do interlocutor, o que lhe dá um carácter de linguagem artificial. Como Balsebre (2012, p. 35) enfatiza, a palavra radiofónica

é uma palavra imaginada, capaz de, pelas suas circunstâncias, ser veículo de uma experiência sensorial mais profunda.

O caráter artificial da linguagem radiofónica percebe-se, por exemplo, na utilização do monólogo. Se na comunicação interpessoal o monólogo raramente é utilizado, em rádio é essencial para expressar o pensamento de um protagonista de determinada ação ou como elo de ligação entre o locutor e os ouvintes, a partir da solidão do estúdio.

Outra característica da palavra radiofónica é que pode ser lida ou improvisada. Num caso ou noutro, o registo deve ser "natural" e gerador de intimidade. A economia de tempo em rádio – dizer mais em menos tempo – tem conduzido à queda da improvisação a favor do texto escrito elaborado. Ainda assim, qualquer texto radiofónico deverá estruturar-se em função da sua feição sonora e oralizante:

O texto escrito para o rádio é um texto sonoro, pois só assim será "lido" pelo ouvinte. Consequentemente, é necessário integrar na redação deste texto aqueles recursos expressivos que conotam a referida impressão da realidade acústica, a mesma sensação de naturalidade e espontaneidade do discurso improvisado. (Balsebre, 2012, p. 37)

2.3.2. A música

Um outro elemento expressivo é a música. Na rádio, a música adquire um valor expressivo e comunicativo especificamente radiofónico (Balsebre, 2012, p. 90). Para Balsebre, da mesma forma que existe a música cinematográfica também existe a música radiofónica, o que significa que a linguagem musical em contexto radiofónico adquire autonomia e assume as características do meio em que se move.

Claro que a música na rádio pode ser apenas um objeto de prazer estético, se estamos a falar, por exemplo, na transmissão de um concerto ou de um programa musical. Mas o que nos interessa particularmente é a forma como a música desempenha uma função auxiliar, quando combinada com palavras e outros sons, “significando algo fora de si” (Crisell, 1986, p. 51).

O meio radiofónico fomenta a autonomia da linguagem musical, por um lado, mas por outro pressupõe que a música se submeta à palavra. Para Balsebre, uma mensagem é percecionada de forma diferente consoante a palavra se faça ou não acompanhar por música. Se combinadas, palavra e música dão origem a uma significação mais ampla e superior do que aquela que cada uma poderia produzir autonomamente:

A palavra radiofónica pode ser tão simbólica quanto a música radiofónica; a melodia das palavras pode dar à expressão radiofónica um ritmo tão eficaz quanto qualquer

composição musical, mas o contraponto resultante da sobreposição ou justaposição música/palavra introduzirá um repertório ainda maior de conotações na codificação da mensagem radiofônica. (Balsebre, 2012, p. 94).

A música desempenha diferentes funções expressivas, que dão origem a diversas “intersecções musicais”, segundo Balsebre (2012, pp. 99-101). Assim, temos, por exemplo, a “sintonia”, que identifica um programa radiofônico; a “introdução”, que dá início a um determinado tema ou espaço dentro do programa; o “fecho musical”, que é o tema musical que encerra um programa de rádio; e a “cortina musical”, que separa sequências, conteúdos e blocos temáticos de um programa.

A importância da música na rádio torna-se patente na dupla função que assume no contexto da linguagem e da percepção radiofônicas. Por um lado, a função expressiva, através da qual gera uma determinada atmosfera emocional, afetiva e sensorial; e, por outro, a função descritiva, que permite à música traduzir o ambiente no qual decorre o relato radiofônico (Balsebre, 2012, p. 102).

2.3.3. Os efeitos sonoros

Os efeitos sonoros constituem outro sistema expressivo de que a linguagem radiofônica é feita. São geralmente “produtos sonoros reconstruídos”, ou seja, são gravações de sons naturais ou criados. Mas também é possível utilizar numa emissão em direto os mesmos sons naturais e criados, sem qualquer recurso a registos gravados (Merayo Pérez, 1992, p. 133).

Os efeitos sonoros são decisivos na “visualização” da realidade referenciada pela rádio. Eles descrevem e transmitem uma determinada paisagem sonora (Balsebre, 2012, p. 117). As imagens projetadas pelos sons são reconhecidas pelos ouvintes, mediante um processo de associação de ideias, e daqui resulta uma restituição objetiva e subjetiva da realidade (Balsebre, 2012, p. 123).

A utilização de efeitos sonoros não é arbitrária. Ela depende do contexto verbal que “pede” ou não determinado ambiente sonoro. A rádio não pretende “reproduzir os sons caóticos, complexos e contínuos da vida real: ela pode tolerá-los até certo ponto, mas procura transmitir apenas aqueles sons que são relevantes para as suas mensagens e organizá-los numa hierarquia de relevância” (Crisell, 1986, p. 49). Os sons suportam uma narrativa e o “ouvido acreditará no que for levado a acreditar” (Crisell, 1986, p. 51).

Para Armand Balsebre (2012, pp. 126-133), os efeitos sonoros articulam quatro funções. Ao restituírem a realidade, os efeitos sonoros exercem uma função ambiental ou descritiva. Têm a capacidade de potenciar a imaginação visual dos ouvintes, conferindo verosimilhança, credibilidade e “realidade” à mensagem radiofônica. A combinação entre os efeitos sonoros e a palavra pode ter um

efeito redundante, que Balsebre (2012, p. 126) classifica de positivo:

Quando numa reportagem de rádio, o jornalista-repórter descreve verbalmente determinada ação/notícia a partir de um determinado local de uma grande cidade, o ouvinte espera ouvir, junto com a palavra do repórter, murmúrios de pessoas, sons de trânsito urbano ou qualquer outro som ambiente que signifique convencionalmente a descrição jornalística. A ausência de tais efeitos sonoros ambientais na codificação da mensagem ou crônica jornalística introduz necessariamente uma certa implausibilidade; a ausência de "ambiente" deve ser explicitamente justificada.

Por outro lado, os efeitos sonoros desempenham uma função expressiva, uma vez que transmitem um determinado estado de ânimo. Esta relação afetiva com os sons é marcada por convenções socioculturais e mitos, que fazem com que, por exemplo, o efeito sonoro de um comboio em movimento possa ser interpretado como sinal de “força”, da mesma forma que o som das ondas do mar é interpretado como símbolo de “tranquilidade”.

A função narrativa, por sua vez, verifica-se quando há uma sobreposição de vários segmentos sonoros, que procuram dar uma continuidade à mensagem radiofónica, sem recurso à palavra. É o que acontece, por exemplo, quando dois blocos temáticos de um programa radiofónico são separados entre si por um determinado efeito sonoro.

Por último, os efeitos sonoros podem ter apenas uma função ornamental. Em vez de contribuírem para a verosimilhança do relato, o seu principal valor é estético, conferindo harmonia à paisagem sonora.

2.3.4. O silêncio

Se a rádio é um meio sonoro, também é verdade que “a ausência de som também pode ser ouvida” (Crisell, 1986, p.55). O silêncio radiofónico deve entender-se como “ausência deliberada e não fortuita de estímulos sonoros” (Martínez Costa & Díez Unzueta, 2005, p. 65). Mais do que um vazio sonoro, o silêncio é “o tempo que premeditadamente se concede ao ouvinte para reflexão” (Merayo Pérez, 1992, p. 138).

Apesar de elemento constitutivo da linguagem radiofónica, o silêncio é um recurso expressivo fortemente ignorado e desconsiderado no seu valor comunicativo (Balsebre, 2012, p. 136). Diz Balsebre que, muitas vezes, os ouvintes encaram o silêncio como se de ruído se tratasse. Historicamente, a sociedade tem dificuldade em conviver com o silêncio, gerador de incomodidade e de uma sensação de vazio. Também a rádio tem relegado para segundo plano a capacidade expressiva e narrativa do silêncio.

Andrew Crisell (1986, pp. 55-56) afirma que o silêncio tem uma função negativa e uma função positiva. A negativa é quando significa que há um vazio na emissão. Nada está a acontecer no meio, e o

silêncio pode confundir-se com ruído. No limite, pode significar que há mesmo uma disfunção no transmissor ou receptor, e que o meio não está a funcionar. A função positiva do silêncio, por sua vez, é quando o silêncio é um estímulo para o ouvinte, “fornecendo uma lacuna no ruído para que a sua imaginação funcione” (Crisell, 1986, p. 56). Diz o autor:

(...) esses silêncios ou pausas podem sugerir não apenas ações físicas, mas também qualidades dramáticas, abstratas; podem gerar pathos ou ironia ao confirmar ou contrariar as palavras que os rodeiam. Eles também podem gerar humor (...). (Crisell, 1986, p. 56)

O caráter positivo ou negativo do silêncio só é percebido se o ouvinte, munido de dados de contexto, aceder ao significado do silêncio.

Balsebre diz que o silêncio é parte integrante da rádio, quer sob a forma de “silêncio psicolinguístico”, que ocorre no decurso da verbalização da mensagem, quer de “silêncio interativo”, que se materializa nas pausas de um diálogo. Em rádio, o silêncio pode ser um elemento comunicativo e psicológico eloquente, gerador de proximidade e intimidade entre o locutor e o ouvinte, porque “quanto menos uma pessoa fala, mais tangíveis são as suas palavras, mais se sente a sua presença num determinado espaço, menor é a distância psicológica ou física que separa os interlocutores que codificam ou decodificam esse silêncio interativo” (Balsebre, 2012, p. 138).

Palavra, música, efeitos sonoros e silêncio resultam num tipo de expressividade muito própria que convoca representações mentais ricas e complexas, numa base auditiva que dispensa qualquer suporte visual. Estes elementos não são meramente casuais, ornamentais ou estéticos, uma vez que têm um propósito comunicativo maior (Martínez Costa & Díez Unzueta, 2005, p. 68). Os quatro elementos expressivos existem *per se*, mas não são estáticos nem atuam isoladamente na produção de sentido. Só em associação se compreende o significado e o alcance da mensagem.

Capítulo 3

Do jornalismo ao jornalismo radiofónico

3.1. Jornalismo radiofónico é jornalismo

O estudo da rádio informativa não pode ser apartado do contexto mediático em presença e das dinâmicas mais vastas operadas no campo jornalístico. Não obstante as suas especificidades, investigar o jornalismo radiofónico, no presente ou no passado, significa colocá-lo no centro dos mesmos fundamentos históricos, teóricos, éticos e pragmáticos que balizam o jornalismo praticado noutros meios, designadamente na imprensa, porque ela foi raiz e molde para todas as experiências informativas desenvolvidas posteriormente.

Neste ponto, discutiremos, brevemente, quatro princípios ou ideias que, geralmente, associamos à génese e à prática do jornalismo: o jornalismo é fundado na ética da objetividade, é um instrumento de registo do quotidiano e do imediato, é construtor da realidade e forma de conhecimento, e é um território de liberdade.

3.1.1. O jornalismo e a ética da objetividade

A palavra “objetividade” sempre presidiu aos intentos e ao modo de funcionamento da deontologia e das práticas jornalísticas. O americano Michael Schudson situa o seu desenvolvimento a partir de 1830, na sequência da invenção do telex e do surgimento das agências de notícias. As agências, ao trabalharem para a imprensa, para uma multiplicidade de órgãos, com diversos formatos e orientações, rentabilizavam a sua produção noticiosa através da velocidade, da clareza e da síntese dos conteúdos (Schudson, 1978, p. 4). A objetividade e o controlo da linguagem são o segredo da produtividade desta nova indústria e garante da sua viabilidade:

À comunicação de elite, consubstanciada em pequenos jornais de opinião vai suceder, ainda embrionária, uma comunicação de “grande público”. O requisito da “objetividade na informação aparece ligado à necessidade de constituir o denominador comum entre um conjunto de leitores que se deseja cada vez mais vasto e diversificado, de modo a “credenciar” o periódico perante anunciantes. (Mesquita, 2003, p. 208)

Do vínculo entre o jornalismo e a objetividade, nascem, segundo Jean Chalaby, duas invenções anglo-americanas: a própria notícia, no seu formato de exatidão e imparcialidade, e as “práticas discursivas centradas nos factos”. Nessa medida, defende o autor, o jornalismo é uma invenção anglo-americana (Chalaby, 2003).

No entanto, o conceito de objetividade nunca foi pacífico ou linear. Abraçado na construção do *ethos* do jornalismo, também suscitou reações e dissensões. As práticas do jornalismo investigativo, com apogeu nos anos 1970, com o caso Watergate, e a proposta estética do *new journalism*, que irrompe nos anos 1960, com obras como *A Sangue Frio*, de Truman Capote, demonstram-no bem (Ponte, 2004, pp. 33-37). A objetividade viveu – e continua a viver – entre a ética do dever e a sua operatividade, entre o ideal e a realidade pragmática das coisas (Mesquita, 2003, p. 207 ss.). Ela é “inatingível, por definição”, como escreve Mário Mesquita (2003, p. 212), mas é indispensável enquanto “atitude (quanto à pessoa)” ou “método (quanto à abordagem) que permite relacionar a realidade com a verdade” (Cornu, 1999, p. 327).

A socióloga americana Gaye Tuchman (1999a) encara a conduta de objetividade como um “ritual estratégico”. A objetividade norteia a ação do jornalista, e ele pode reivindicá-la como parte do seu trabalho, explicitando os procedimentos utilizados (o uso de aspas quando cita as pessoas ouvidas, a apresentação de provas de determinado facto, ou a apresentação da informação numa sequência estruturada, entre outros). São estes procedimentos de rotina que vão diminuir, por exemplo, os riscos impostos pelos prazos de entrega, pelos processos judiciais acionados por leitores ou pelas reprimendas dos superiores. A objetividade tem uma dimensão operativa na produção noticiosa e na defesa do jornalista que se mune dela.

Mas, apesar dos procedimentos que o resguardam de si próprio e dos críticos, o jornalista sabe que a objetividade é difícil de alcançar. As pressões internas e eternas, e a celeridade do tempo exigem que o jornalista tome “decisões imediatas relativamente à validade, fiabilidade e ‘verdade’ a fim de conhecer os problemas impostos pela natureza da sua tarefa – o processamento de informação que dá pelo nome de notícia, um produto de consumo depletivo feito diariamente” (Tuchman, 1999a, p. 76). Como Gaye Tuchman (1999a, p. 76) sublinha, os *timings* do jornalismo são avessos a “uma análise

epistemológica reflexiva”. Daí que o mesmo facto ou acontecimento possa ser retratado de múltiplas formas, em resultado dos constrangimentos e das opções tomadas pelo jornalista que o está a tratar. O processo de construção das notícias é “mais uma realidade selectiva do que uma realidade sintética” (Tuchman, 1999b, p. 262).

O fazer jornalístico é um todo, em que o jornalista mobiliza as diferentes coordenadas de tempo, de espaço e de material humano que tem ao dispor. Estas e outras variáveis, que enformam a notícia, são invariavelmente trabalhadas entre a “conduta de objetividade e a subjetividade do jornalista” (Mesquita, 2003, p. 212).

3.1.2. O jornalismo como registo do quotidiano e do imediato

Falar de jornalismo é também ter sempre presente o imediatismo que lhe está associado. Mar de Fontcuberta explica que o elemento básico da notícia, o que a distingue de outro tipo de informações, é a atualidade:

A essência do acontecimento jornalístico é a actualidade, ao ponto de a actividade jornalística se poder identificar a partir da seleção e da difusão dos chamados factos da actualidade. Para uma informação ser notícia requer a conjugação de três factores: a) ser recente; b) ser imediata; e c) que circule. Isto é, que acabe de se produzir (ou que acabe de ser descoberta), que se dê a conhecer no mínimo espaço de tempo possível, e que esse conhecimento circule num público vasto e massivo.” (Fontcuberta, 2010, p. 18)

O teórico da comunicação Denis MacQuail, socorrendo-se da síntese feita por Robert Park, explica que são as características do imediato e a sua transitoriedade que distinguem a notícia jornalística dos factos da história:

As notícias são marcadas pelo tempo, dizem respeito a acontecimentos muito recentes ou recorrentes; as notícias não são sistemáticas, lidam com acontecimentos singulares e o mundo visto através das notícias consiste apenas em acontecimentos não relacionados, que a notícia não se propõe interpretar enquanto sua principal tarefa; as notícias são percíveis – só vivem enquanto os próprios acontecimentos são actuais (...); as notícias são fundamentalmente para orientar e dirigir a atenção e não um substituto para o conhecimento (...). (McQuail, 2003, p. 342)

Assim, ao mesmo tempo que o jornalista capta facilmente o instante e medeia-o através do trabalho jornalístico que produz, por outro, esse mesmo trabalho mostra como os processos de produção jornalística constituem “uma fragilidade endémica, resultante de constrangimentos de espaço e de

tempo, bem como de limitações provenientes de condicionalismos sociais, económicos e políticos”. (Mesquita, 2003, p 229).

A comparação entre os ofícios de historiador e de jornalista ajuda a aclarar a forma como o jornalismo se fixa no quotidiano e o inscreve na vida dos sujeitos. O historiador António Reis define o jornalista como “narrador/comunicador do instante”, sujeito a condicionamentos editoriais e a lógicas de mercado, em claro contraste com o historiador, visto como “narrador/comunicador do tempo” (Reis, 1993, p. 138). O impacto imediato e a ressonância que o jornalismo consegue alcançar junto da sociedade não é, de forma alguma, comparável ao da narrativa da história. Explica Jorge Borges de Macedo que “a pressão da consciência ligada à notícia relativa ao passado acontecido é mais leve, em força persuasiva e evocativa, do que a que se exerce num presente vivo cujo futuro ainda não se definiu” (Macedo, 2011, p. 13). O poder evocativo e de persuasão das notícias da atualidade encontra razão de ser na matéria-prima e nos processos a que o jornalista recorre para traduzir a realidade:

(...) O jornalista capta as notícias numa sociedade quando elas estão envolvidas na vida quotidiana (...). O historiador, em contrapartida, vai procurar os seus factos a fontes que o tempo e a vontade dos homens já seleccionaram. (...) A partir dos dados já truncados, o historiador procura reconstituir o conjunto significativo do passado, para o apreender e transmitir, crítica e dinamicamente. Por seu turno, o jornalista pressupõe intacto o conjunto complexo e retira dele a notícia ou o acontecimento que julga indicativos da situação geral. (Macedo, 2011, p. 13)

Da produção jornalística, assente no quotidiano e no fluir dinâmico do tempo, resultam, necessariamente, insuficiências, constrangimentos, limitações ou perspetivas contraditórias sobre um mesmo acontecimento, mas, simultaneamente, o trabalho jornalístico concorre para a construção social da realidade e é produtor de conhecimento.

3.1.3. O jornalismo enquanto conhecimento e construção da realidade

Nos anos 1960 e 1970, as teorias construcionistas da sociologia trouxeram ao jornalismo e à investigação do jornalismo um novo paradigma e uma nova perspetiva. Isto significou a rejeição da antiga teoria do “espelho”, segundo a qual “as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (Traquina, 2007, p. 74). Esta visão, que é central ao conceito do jornalista enquanto profissional objetivo, desinteressado e desapaixionado, é posta totalmente em causa com o pensamento de autores como Peter L. Berger e Thomas Luckman, que defendem que a realidade não é algo que surge em bruto e *a priori* na vida dos sujeitos. É, antes, complexa, mutável e experienciável:

A realidade da vida quotidiana está organizada em torno do “aqui” do meu corpo e do “agora” do meu presente. Este “aqui e agora” é o foco da minha atenção à realidade da vida quotidiana. (...) A realidade da vida diária, porém, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenómenos que não estão presentes “aqui e agora”. Isto significa que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de proximidade e de distância, espacial e temporal.” (Berger & Luckmann, 2010, p. 34)

Nesta experiência do quotidiano, os indivíduos dão forma ao mundo social e às instituições, construindo-os e partilhando-os entre si. A linguagem tem neste processo um papel determinante. Ela objetiva e torna presentes os objetos, mas também traz à tona as intenções subjetivas dos indivíduos. A linguagem, na sua plasticidade, permite conhecer o mundo e dá-lo a conhecer. Mas, se o mundo quotidiano é dado a conhecer, maioritariamente, na sua forma mais integrada, “sempre como uma zona transparente”, também é verdade que “se há zonas da realidade que estão iluminadas, outras permanecem sombrias” (Berger & Luckmann, 2010, p. 55).

O jornalismo, que é construtor da realidade, usa da linguagem para produzir significado sobre o mundo. A linguagem não transmite direta e exatamente os acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível (Traquina, 2007, p. 94 ss). O jornalista opera, antes, uma representação da realidade a partir de factos por si avaliados e estruturados. Isto não significa que a realidade construída e narrada pelo jornalista seja do domínio da ficção ou do inverosímil. Como refere Tuchman:

Dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. (Tuchman, 1999b, p. 262)

As abordagens mais interpretativas das notícias e do jornalismo enfatizam o papel ativo dos jornalistas na sociedade, nas suas atividades e na interação que estabelecem dentro e fora da redação, com os seus pares, superiores, fontes e sociedade em geral.

O labor dos jornalistas sobre a realidade noticiada transforma-se em conhecimento, a dois níveis: por um lado, o jornalismo reproduz o conhecimento que ele próprio produz e, por outro, reproduz o conhecimento produzido pelas instituições sociais a que acede (Meditich, 2002, p. 11). O jornalismo não parte de hipóteses nem de modelos teóricos, como as ciências, para produzir conhecimento. Ele faz uso de uma observação não controlada para apreender os factos a partir de todos os pontos de vista possíveis e dos seus contextos:

Enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de diferentes factos, procura estabelecer as leis que regem as suas relações, o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do próprio facto, na sua singularidade, incluindo os aspectos

forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências.
(Meditich, 2002, p. 17)

Como todo o conhecimento produzido, o do jornalismo também tem falhas e lacunas. Diríamos, a partir de Berger & Luckmann, que o conhecimento que o jornalista produz, sempre iluminará realidades, enquanto outras permanecerão na sombra.

3.1.4. O jornalismo como território de liberdade

O exercício do jornalismo é um exercício de liberdade. Pelo menos, teoricamente. A liberdade de imprensa é condição sem a qual os cidadãos não conseguem conhecer factos e opiniões, e sem a qual os jornalistas não veem reconhecidas a sua independência e a dignidade da profissão (Cornu, 1999, p. 59).

Daniel Cornu estabelece uma identidade inequívoca entre liberdade e verdade: “A liberdade de informação é o espaço necessário à verdade. Sem liberdade, é ilusório esperar que a verdade possa ser respeitada ou, se se preferir, que a mentira seja desalojada.” (Cornu, 1999, p. 60)

Cornu relativiza os perigos da censura, tantas vezes assinalados pela comunidade jornalística e pela sociedade. O autor é perentório:

A censura já não é hoje a verdadeira ameaça (...). Nos países democráticos, o combate da imprensa contra a censura civil pertence à história. As pressões sobre os jornalistas são mais perniciosas que as medidas que visam preservar o segredo, caro à maioria das administrações. (Cornu, 1999, p. 60)

O que preocupa o autor são os problemas que atingem, na atualidade, em contextos democráticos, as condições de trabalho dos jornalistas e a sua independência, e, portanto, a sua liberdade:

Qual a margem da acção que lhe é deixada nessa sociedade? Como vivem eles a sua liberdade, relativamente ao poder político, aos poderes económicos, aos anunciantes que carregam recursos indispensáveis para o seu jornal? Que independência possuem dentro da sua empresa? (Cornu, 1999, p. 60)

Esta preocupação de Daniel Cornu com a liberdade, deslocamo-la para o cenário de um regime ditatorial, que joga na censura institucionalizada a sua sobrevivência e liberdade, retirando-a aos cidadãos e, em particular, aos jornalistas.

Em democracia, espera-se que o jornalista tenha um sentido de inquietação permanente sobre o quotidiano, o que lhe advém do *ethos* da profissão, e da responsabilidade assumida para com o público e para com a democracia. Espera-se do jornalista o escrutínio que garanta o justo e livre funcionamento das instituições. Podemos equacionar nos nossos dias o fracasso do jornalismo como como contrapoder,

como refere Carlos Camponez (2012), e refletir sobre os aspetos do “novo capitalismo” que impedem o jornalista de exercer a sua missão com rigor e liberdade (por exemplo, as pressões internas sobre a liberdade de criação, a hiperconcorrência dentro do campo jornalístico, a precariedade e a desregulação ética do trabalho). Mas o nosso foco vai para a liberdade negada, à partida, pelo Estado, e gerida por ele através de mecanismos de controlo oficiais.

Se, em democracia, a imprensa exerce, idealmente, uma função de vigilância que se articula com o exercício da cidadania, num regime ditatorial português o crescimento, amadurecimento e consolidação da cidadania não fazem parte da agenda política. O papel do jornalismo e a sua função de mediação da realidade junto do público estão comprometidos, por definição (Lima, 2013).

3.2. As características técnicas e identitárias do jornalismo radiofónico

O jornalismo radiofónico comunga dos fundamentos históricos e ontológicos do jornalismo e participa de muitos dos contextos da atividade jornalística em geral. Porém, a sua vocação acústica determina outros modos de pensar, de agir, de prover e de escrever a informação.

3.2.1. Da tradição impressa à especificidade sonora: disputas, resiliência e afirmação

A imprensa foi, durante muito tempo, o primeiro e o único canal de transmissão da atualidade informativa. A palavra “jornalismo”, terminologia decorrente do suporte físico “jornal”, encontra na escrita uma identidade que deixa de fora, ou subalterniza, outras formas de aceder à informação. Ainda hoje, a aprendizagem do ofício de jornalista tem por base de trabalho a escrita de imprensa, mais concretamente a das agências noticiosas, como se do universo escrito viesse uma fórmula superior e eficaz, facilmente transponível para outros meios como a rádio ou a televisão (Martínez Albertos, 1977, p. 165; Meneses, 2016, p. 9).

Do ponto de vista histórico, é inquestionável que na raiz de toda a atividade jornalística se encontra a palavra, concebida para ser reproduzida por procedimentos impressos. O peso dessa tradição tornou difícil a maturação de linguagens informativas autónomas para os média que vieram depois da imprensa (Martínez Albertos, 1977, p. 166).

Por largas décadas, o jornalismo radiofónico foi incapaz de impor o seu diferencial sonoro, munindo-se dos códigos gráficos da imprensa para enunciar a realidade. Vivia colado às características da imprensa, porque era essa a linguagem que conhecia e a que melhor lhe servia para a transmissão da realidade jornalística (Meditich, 1999, p. 174).

O jornalismo escrito, diz Martínez Albertos (1977, p. 166), teve uma influência “avassaladora e desrespeitosa” sobre as demais modalidades jornalísticas. Uma das fragilidades que os jornalismo radiofônico e televisivo experimentam face ao impresso reside nas vocações diferenciadas atribuídas aos respectivos meios. Se o jornal era considerado, por definição, um instrumento informativo, a rádio e a televisão eram encaradas como meios orientados para o entretenimento e só secundariamente com potencialidades informativas (Martínez Albertos, 1977, p. 167). Nesta diferença joga-se um capital de prestígio que favorece, claramente, o meio impresso.

Não é de estranhar que nos primeiros anos da rádio, as notícias fossem uma componente marginal e insipiente na grelha de programação. Nem surpreende que fossem os jornais diários a nutrir o novo meio de notícias; notícias essas que eram reconhecidas como “antigas” quando ouvidas através da rádio. Para além da falta de atualidade, as notícias subtraídas aos jornais não eram adaptadas ao meio. As notícias eram lidas ao microfone diretamente da imprensa escrita.

O subaproveitamento das potencialidades informativas da rádio deve-se não apenas à novidade e consequente falta de experiência dos profissionais em fazer informação adaptada ao meio sonoro, mas sobretudo devido à pressão que a imprensa e as agências noticiosas exerceram sobre o novo meio, mergulhando-o num clima de “disputas, ultimatoss e boicotes” (Crook, 1998, p. 71). Foi grande o prejuízo para a afirmação e maturação do jornalismo radiofônico, como refere Martínez Albertos (1977, p. 182):

o tempo e o dinheiro que podiam ter dedicado a polir o estilo de noticiários radiofônicos foram dedicados a financiar a chamada ‘guerra da Imprensa e da Rádio’: uma guerra que durou praticamente até ao começo de outra guerra: a II Guerra Mundial.

No entanto, apesar das contrariedades, é justo sublinhar que a rádio sempre se propôs a ser “a chave que abre o mundo” (Henriques, 2018, pp. 170-172). Desde o princípio se preocupou com as notícias e reivindicou uma vocação informativa, ainda que não existisse um estilo ou uma forma própria para apresentar as notícias por rádio.

Faus Belau (1981, p. 48) situa em 1923 a criação do primeiro diário falado. Nessa altura, Bill Slocum, redator-chefe do norte-americano *Herald Tribune*, transita para a rádio WJZ de Nova Iorque (atualmente WABC) e cria este formato com estrutura e conteúdos jornalísticos, com duração de 15 minutos. Os diários falados aparecem como parte integrante da programação das emissoras. Não estamos a falar de um serviço esporádico para tratar um determinado acontecimento informativo excepcional, mas de um espaço fixo e estruturado (Martínez Albertos, 1977, p. 183). Esta e outras

experiências, que se multiplicam por emissoras de outros países, são precursoras, senão do jornalismo, pelo menos da emergência da informação radiofônica.

A rádio vive nas décadas de 1920-1930 uma dura e complexa batalha movida pelo jornalismo impresso. Na relação com a rádio informativa, a atitude da imprensa e das agências oscilou entre a indiferença, a cordialidade e a mais completa hostilidade.

Inicialmente, a relação entre a rádio e a imprensa ou era inexistente, com os proprietários dos jornais a desvalorizarem as competências informativas da rádio, ou de cooperação entre as duas indústrias de comunicação. Alguns jornais adquirem estações de rádio, na procura de uma sinergia entre os dois média. Mas, a muito breve trecho, a imprensa e as agências sentem-se ameaçadas pela concorrência, sobretudo pelas implicações nas receitas da publicidade que o novo meio sem fios podia constituir. No caso americano, a expansão da NBC, em 1926, e da CBS, em 1927, põe em evidência um deslocamento da publicidade dos jornais para a rádio, ao mesmo tempo que os jornais perdem tiragem e a tradicional centralidade junto dos cidadãos (Chester, 1949).

No Reino Unido, as potencialidades da rádio enquanto meio informativo veloz foram rapidamente percebidas pelos donos dos jornais que, através da sua associação (Newspaper Proprietors' Association), conseguiram fazer *lobby* junto do governo para colocar um embargo às notícias transmitidas pela BBC. A emissora só podia transmitir notícias entre as 19 horas e a 1 hora da manhã, e as notícias transmitidas tinham de ser obrigatoriamente compradas às agências de notícias. Este tipo de pressão surtia efeito junto dos governos, que temiam que o novo meio pudesse ser usado para manipular a opinião pública (Crook, 1998, p. 71; Starkey & Crisell, 2009, p. 5).

As estações de rádio não tinham recursos nem estrutura para ter informação própria, pelo que estavam inteiramente dependentes dos serviços das agências noticiosas. Tim Crook (1998, p. 71) explica que na BBC, antes do noticiário, o locutor tinha de referir a fonte (“Copyright News from Reuters, Press Association, Exchange Telegraph and Central News”). Depois, avisava os ouvintes de que o boletim de notícias seria lido “primeiro rapidamente e depois lentamente, repetindo na segunda vez, e sempre que necessário, detalhes sobre os quais os ouvintes podem querer fazer anotações”. Imagine-se um espaço informativo assim: seco, monótono e longo, de 20 a 25 minutos, sem entrevistas, reportagens ou atualização ao momento (Crisell, 2002, p. 32). A subserviência aos códigos da imprensa e a incapacidade, ainda, de fazer um noticiário de matriz sonora, que o ouvinte facilmente pudesse acompanhar, estão aqui bem patentes.

A partir de 1924, a imprensa que ainda não tinha percebido o significado e o alcance da rádio começa a olhá-la com apreensão. O novo meio atrai cada vez mais publicidade e ouvintes, competindo

com os jornais. As emissoras são ainda débeis no conteúdo e na qualidade da emissão e da receção, mas as regras do jogo mediático já não eram as mesmas:

(...) tradicionalmente, a luta pelo cliente, era travada na rua, entre os jornais de qualidade ou 'de boulevard'. Com o surgimento da rádio o panorama mudou radicalmente. Não só a publicidade prefere as ondas; também as notícias chegam a casa apenas com o rodar de um botão. E isto, para uma grande parte da imprensa que não soube intuir a natureza do fenómeno, foi realmente grave. O importante é que o cenário do comércio noticioso mudou de lugar: é a mais perfeita das assinaturas e chega em casa antes de qualquer jornal. (Faus Belau, 1981, p. 49)

Apesar dos obstáculos, lentamente a rádio transforma o carácter das notícias e contribui para uma outra perceção delas. A Greve Geral em 1926, no Reino Unido, resultou num grande confronto entre milhões de trabalhadores e os seus empregadores. Durante vários dias a imprensa esteve parada. O embargo das notícias à BBC foi levantado durante a greve e os seus boletins diários forneciam informações de uma atualidade que não podia ser igualada pelos jornais. A partir de 1927, a BBC ganha o direito de transmitir as suas próprias notícias. A corporação procura, cada vez mais, reduzir a dependência do material das agências, definindo novas estratégias e rotinas produtivas. Mas, para proteger a circulação dos jornais, a BBC continua com restrições nos horários a que poderia transmitir notícias. Só com a eclosão da Segunda Guerra Mundial os boletins noticiosos passam a ser emitidos antes das 19h (Crisell, 2002, p. 32).

O mundo mediático vai assistir ao aparecimento do conceito de instantaneidade, que decorre da grande mobilidade do novo meio, capaz de relatar o acontecimento enquanto está a acontecer. Este imediatismo gera um novo hábito. As famílias reúnem-se em torno do rádio que conta, quase ao momento, o que se está a passar no mundo. A década de 1930 conheceu melhorias na produção de notícias no rádio. Os noticiários passam a ser redigidos numa linguagem menos "literária" e mais adequada para o ouvido. A gravação de sons passa a ser possível com a tecnologia de gravação magnética. No Reino Unido, a rádio aproveita para mostrar o seu potencial ao cobrir acontecimentos como o incêndio no Palácio de Cristal em Londres, em 1936. Quando na manhã seguinte as primeiras páginas dão destaque ao incêndio, já a BBC tinha dado a notícia, naquele que foi o seu primeiro "furo". Andrew Crisell (1986, p. 22) sublinha o impacto do direto sonoro:

A partir do local do incêndio, um jovem repórter chamado Richard Dimpleby transmitiu uma reportagem ao vivo por telefone com um fundo de gritos, campainhas e o crepitar das chamas, e demonstrou como a rádio informativa não é apenas mais rápida do que os jornais, mas também mais "concreta", no sentido em que pode transmitir o som do que relata.

A rádio mostra que é possível cobrir um acontecimento com celeridade e de forma viva quando comparada com a velha imprensa: “Os relatos das testemunhas oculares não eram apenas factuais em conteúdo, como os da imprensa, mas emocionalmente coloridos pelas vozes em que eram ouvidos.” (Starkey & Crisell, 2009, p. 6)

A guerra entre a imprensa e a rádio atinge na década de 1930 o seu ponto alto. Nos EUA, o poder das agências era de tal ordem que, entre 1933 e 1938, por pressão dos jornais, interrompem a venda dos seus serviços às emissoras. Este *blackout* tem a vantagem, segundo Martínez Albertos (1977, p. 184), de pôr fim à “era do corte e da tesoura” nos EUA, ou seja, a era em que os locutores da rádio se limitavam a recortar e a ler os serviços telegráficos das agências. Com este embargo, as rádios de maior envergadura organizam os seus serviços e pessoal para a recolha e tratamento de notícias, o que está na base da estrutura organizativa que se estenderia, mais tarde, à televisão.

O *blackout* de 1933 vem na sequência do enorme sucesso que as redes CBS e NBC alcançaram na cobertura da noite eleitoral de Hoover/Roosevelt em 1932. A rádio consegue provar que é o meio mais rápido e imediato, quando comparada com a imprensa, que só poderia publicar a informação horas depois de os cidadãos já terem ouvido na rádio. Crook (1998, p. 72) explica como as dificuldades e a hostilidade que vinha do lado das agências e dos jornais acabam por ser um estímulo para o desenvolvimento e experimentação da informação radiofónica:

O embargo ajudou os diretores de notícias de rádio a aprimorar os recursos de desenvolvimento das operações de notícias das duas principais redes, a NBC e a CBS. Eles tiveram que se defender sozinhos sem a tradicional dependência das agências de notícias. As redes estabelecidas com redações afiliadas provaram que podiam ter sucesso como sistema de recolha de notícias. Os “furos” da rádio e as histórias originais foram até mesmo publicados e creditados em jornais de grande circulação como o *New York Times*. (Crook, 1998, p. 72)

Em março de 1934, a chamada guerra da imprensa/rádio termina com um acordo entre as três principais agências de notícias americanas – United Press International, Hearst’s International News Service, e Associated Press – e as redes de rádio CBS e NBC, que põe termo ao boicote. As agências percebem que estavam a perder a receita da assinatura de serviços da rádio, e as rádios sabiam que as grandes associações de imprensa tinham um serviço de que precisavam.

Os termos do acordo tiveram efeitos positivos e negativos no desenvolvimento da escrita de notícias para a rádio. Por um lado, a criação de uma agência de notícias vocacionada para a rádio, o Press-Radio Bureau, financiado pelas redes de rádio, levou a um aperfeiçoamento da arte de escrever notícias sonoras. Os jornalistas, vindos da imprensa escrita, tiveram que redirecionar a atenção para os

ouvidos. No entanto, o acordo também impôs um horário que espartilhava a continuidade informativa da rádio: o resumo das notícias da manhã não poderia ser transmitido antes das 9h30, bem depois do pico das audiências da manhã; cada notícia deveria ter 30 palavras, consideradas suficientes para a elaboração de dois noticiários diários de 5 minutos cada; o resumo do noticiário da noite não poderia ir para o ar antes das 21 horas (Chester, 1949). A agravar, os noticiários tinham de ser precedidos de um anúncio: “Para obter mais detalhes, consulte o jornal local”. Este esquema começa a colapsar quando, num clima de concorrência, as agências começaram a perceber que a rádio era uma das indústrias com maior crescimento nos EUA e que precisava de um produto diariamente e em permanência: notícias para a rádio. No final de 1935, as grandes agências começaram a considerar o desenvolvimento de serviços personalizados para rádio (Crook, 1998, p. 72).

No início da década de 1930 aparecem os primeiros correspondentes das grandes cadeias de rádio. Grandes acontecimentos como a Guerra Civil espanhola mostram como a rádio, através de jornalistas no teatro dos acontecimentos, pode ser ágil a contar a realidade. A rádio informativa aumenta, progressivamente, os seus quadros. No caso da BBC, por exemplo, o número de profissionais adstritos à informação passou de seis, em 1934, para 30, em 1939 (Crisell, 2002, p. 32). Mas foi na II Guerra Mundial que a rádio ganhou verdadeiramente o estatuto de meio informativo mais rápido, papel que manteria mesmo na era da televisão. Os novos tempos de guerra estimulam a rádio a empreender melhorias técnicas, a aprender novas formas de procurar a informação e a aplicar-se na forma de transmissão das notícias. Andrew Crisell (1986, pp. 25-26), a partir do caso da BBC, dá conta das mutações que a informação da rádio vive, então:

O boletim de notícias das 21h da BBC abrangeu um público enorme e ávido, e foi sob a pressão da guerra que as técnicas de transmissão de notícias evoluíram desde os primeiros dias de leitura direta dos boletins para algo como uma mistura de leitura, reportagens de correspondentes e atualidade sonora, tal como conhecemos hoje. A recolha de notícias ficou mais organizada e, a partir de 1944, a BBC passou a empregar os seus próprios correspondentes estrangeiros. Os noticiários eram complementados com programas noticiosos estendidos, como o *Radio Newsreel*, que teve início em 1940, e novas técnicas de produção foram adotadas, como a associação do comentário aos factos e a inserção da atualidade nos noticiários.

Para Martínez Albertos (1977, pp. 184-185), a II Guerra Mundial foi, por definição, uma “guerra por rádio”, da mesma forma que as guerras da Coreia e do Vietname foram “guerras por televisão”.

É também a partir dessa época que os jornais aprendem a conviver com a rádio, percebendo que, ainda que o novo meio tivesse afetado um pouco a sua circulação, ainda possuíam na reportagem uma força que faltava ao meio sonoro. Menos preocupados com a atualidade das notícias, os jornalistas da

imprensa procuram explorar a capacidade de a imprensa contextualizar, interpretar e comentar a realidade.

Com o aparecimento da televisão, a vocação noticiosa da rádio sofreu um embate. A sua chegada foi vista, em larga medida, como prenúncio da própria extinção da rádio. A realidade, sabemos-lo hoje, é que a invisualidade da rádio não foi destronada pela profusão de imagens em movimento na televisão. As audiências da rádio caíram nas décadas de 1950 e 1960, mas as suas características identitárias, potenciadas pela tecnologia, “salvaram-na”. A revolução provocada pelo transistor nos anos 1960 veio reforçar a destreza sem competição de um meio que podia ser transportado para todo o lado, ao contrário da televisão. Na década de 1960, o rádio já não é o objeto central da sala de estar, mas não perde centralidade na vida dos indivíduos (Crisell, 1986, pp. 30-33).

Foi demorada e acidentada a afirmação da rádio como meio de informação. Para Gwenyth Jackaway (1994), a guerra entre a imprensa e a rádio, particularmente aguda na década de 1930, é demonstrativa de como os novos meios são acolhidos pelos velhos meios estabelecidos. Este conflito desenrola-se em três momentos, segundo a autora. Primeiro, gera-se o debate no seio dos velhos meios existentes sobre como lidar com a chegada do novo meio, com alguns a posicionarem-se terminantemente contra e outros a favor. A seguir, é o momento em que o conflito entre estas duas opiniões é solucionado. Geralmente, a indústria existente costuma formar uma aliança contra a nova concorrência, bloqueando-a e boicotando-a. Por fim, o novo meio tende a vencer a batalha, afirmando-se. Novos processos e procedimentos de comunicação são instaurados, perturbando e ameaçando os já estabelecidos. No entanto, os velhos meios nunca são inteiramente atingidos de morte pelos novos: “os seus papéis podem ser alterados, mas geralmente mantêm uma função distinta e insubstituível” (Crisell, 2002, p. 33).

Gwenyth Jackaway (1994, p. 311) conclui que o advento das notícias da rádio altera a estrutura institucional que regia a recolha e a divulgação de notícias nos EUA. A chegada da rádio rompe com as dinâmicas estabelecidas do jornalismo. Os jornais e as agências de notícias não faliram, mas o controlo monopolista sobre o fluxo noticioso desintegra-se. A instantaneidade da rádio e a velocidade com que chega ao grande público mudaram para sempre a ecologia da informação. As emissoras venceram a guerra entre a imprensa e o rádio. A mudança sobrepôs-se à resistência.

3.2.2. A fala acústica da rádio informativa

O jornalismo em rádio, desprovido de imagem e emancipado relativamente aos códigos da imprensa, cumpre-se enquanto tal ao reproduzir a realidade através do som. O jornalismo radiofónico

procede a uma construção sonora da realidade, ancorada na combinação de todos os elementos expressivos da linguagem radiofónica de que falámos anteriormente, o que faz dele algo mais do que um ofício da palavra sonora (Bonixé, 2012, pp. 41-44).

Da cegueira do dispositivo radiofónico e da conjugação dos elementos expressivos resulta um espaço etéreo, invisível, entreposto de narrativas e de vozes sem corpo físico nem rosto visível, que estrutura e constrói acusticamente a realidade. O ouvinte recebe a mensagem radiofónica, entende-a e interpreta-a de uma forma totalizadora, a partir, unicamente, de estímulos auditivos. Envolvido no ambiente sonoro e por ele seduzido, o ouvinte torna-se capaz de construir imagens sonoras ricas e ilustrativas da realidade expressa pelas notícias.

Esta experiência totalizadora, geradora de uma realidade múltipla e sensorial, extraída apenas da mensagem escutada, só é possível devido às possibilidades da imaginação. É a imaginação que permite invocar e tornar presentes objetos que, na verdade, estão ausentes. A imaginação, a memória e a associação de ideias produzem imagens auditivas da realidade (Balsebre, 2012, pp. 197-199). São estas imagens que, percecionadas, relacionadas entre si, e ricas em significação, conduzem a uma determinada apropriação do mundo e a uma construção sonora da realidade.

No entanto, o som radiofónico não é uma cópia da realidade. É, sim, uma analogia; algo semelhante, que mantém os traços da realidade e que a recria. Não sendo a realidade, o som radiofónico “apresenta a iconicidade sonora do mundo” e “desperta a evocação e o reconhecimento da realidade”. O som é “uma linguagem da realidade”, conclui Cebrián Herreros (2012, p. 114).

Armand Balsebre (2012, p. 146) classifica o jornalismo como a “dramaturgia da realidade”, enquanto o teatro radiofónico é a “dramaturgia da ficção”. À “dramaturgia da realidade” está associada uma função comunicativa, mas também expressiva, o que significa que todos os sistemas expressivos da linguagem radiofónica podem ser convocados pelo registo jornalístico, reforçando a enunciação e a representação do “real”.

Para Balsebre, a linguagem radiofónica jamais se pode submeter à palavra, uma vez que isso significaria o esquecimento dos restantes três sistemas expressivos. Ao aplicar este entendimento expressivo e dinâmico da linguagem radiofónica a tudo o que a rádio enquadra, jornalismo radiofónico incluído, o professor catalão defende que o discurso informativo, mesmo que nele a palavra seja dominante, deve também fazer uso da música, dos efeitos sonoros e do silêncio. Já Arnheim (1980, p. 18) tinha defendido que as possibilidades expressivas da linguagem da rádio se deviam estender à informação: “As formas expressivas da rádio não só têm validade para obras com um verdadeiro sentido

artístico, como é o caso do radioteatro, como também para as mais simples emissões de boletins de notícias, reportagens e debates”.

O labor do jornalista da rádio, na busca dos sons dos protagonistas e dos acontecimentos, será tão ou melhor sucedido se ele dominar as características e a linguagem do meio e a ele souber adaptar as informações recolhidas (Jiménez Martín, 2008, p. 101). A informação não pode desvincular-se do contexto de produção nem da capacidade de adaptação do jornalista à feição sonora do seu trabalho.

A capacidade expressiva e as possibilidades criativas da informação sonora tendem a ser subaproveitadas. Balsebre (2012, p. 24) atribui responsabilidades aos próprios jornalistas e aos investigadores da rádio informativa. A sua tendência, diz o autor, é a de confinarem as potencialidades da linguagem radiofónica a um simples sistema semiótico da palavra, cuja preocupação principal reside na escrita jornalística e na estruturação das rotinas de produção, associadas ao processo de construção da notícia.

Eduardo Meditsch (1999), ao contrário de Balsebre, que é flexível relativamente aos recursos expressivos ao dispor do jornalismo sonoro, manifesta-se um acérrimo defensor da palavra na informação radiofónica. Para o investigador brasileiro, a palavra é, por natureza, o elemento que preside ao jornalismo feito em contexto de rádio, sendo os outros sistemas expressivos dispensáveis ou dependentes da oralidade. Meditsch (1999, p. 171) recorre à distinção entre arte radiofónica e jornalismo radiofónico, e sublinha que na mesma linguagem existem diferentes intenções. Como a intenção da rádio informativa não é fazer arte, mas sim reproduzir o mais fielmente possível a realidade referente, ela está por isso condicionada, contrariamente à arte, que “cria sons mais realistas que os reais”. Pela sua ligação umbilical à realidade e por imperativos éticos, o jornalismo está privado de liberdade no uso dos recursos dramáticos que a linguagem radiofónica possui. Explica o autor:

No jornalismo, existe um princípio ético que limita a manipulação da realidade referente. Como os sons da realidade a que se refere o jornalismo não podem ser criados artificialmente, o mundo que a rádio informativa transmite será sempre mais pobre, no sentido formal, do que aquele construído pela arte radiofónica com a mesma linguagem. (Meditsch, 1999, p. 172)

No caso da música, por exemplo, Meditsch (1999, pp. 172-173) considera que ela só pode fazer parte de um conteúdo jornalístico se a notícia for referente a algo diretamente ligado a ela (caso de um espetáculo) ou se figurar como ruído do local onde o repórter se encontra. Esta impossibilidade da introdução de um excerto musical num conteúdo informativo de forma intencional, mostra como para o autor o som em informação é subsidiário da palavra, está mais ligado à sua função comunicativa do que

expressiva, e só pode ser utilizado de forma controlada. A dimensão ética do jornalismo condiciona-o em termos expressivos.

Para outros autores, independentemente de algumas limitações do ponto de vista ético, o jornalista de rádio tem o desafio constante de contar a realidade, inclusive a não sonora, através do som. Essa reconstrução da realidade é sonora e não oral, pelo que é no conjunto dos elementos expressivos próprios da linguagem radiofónica que o jornalista se tem de apoiar. E pode fazê-lo recorrendo à paleta de sons de que dispõe, que vão além da palavra e da esfera oral, mesclando-os e combinando-os de maneiras distantes (Bonixé, 2012, p. 43). Desta forma, o jornalista radiofónico pode enunciar o real de uma forma imaginativa, descodificadora do mundo e com qualidade estética, fazendo uso de todos os recursos criativos que a rádio lhe proporciona (Jiménez & Roderó, 2005; Ortiz, 2009), e sem que o valor informativo ou a sua credibilidade profissional se percam.

3.2.3. Escrever e falar para o ouvido

A escrita que se destina à rádio assume contornos totalmente diferentes dos que se aplicam à imprensa ou à televisão. “Um bom texto de imprensa será quase sempre um mau texto de rádio; e um bom texto escrito para ser lido na rádio dificilmente servirá para publicação na imprensa”, diz João Paulo Meneses (2016, p. 9). O mesmo será dizer que “escrever para o ouvido não é o mesmo que escrever para os olhos” (Martinez Albertos, 1977, p. 181).

As características narrativas da rádio não são uniformes, implicando peculiaridades consoante as modalidades discursivas que existem no meio radiofónico. Existem recortes sonoros e de linguagem que distinguem a informação e as notícias da restante programação. O discurso dramático difere do informativo e suporta ambiguidades, níveis de criatividade, e uso de figuras retóricas e de estilo que estão vedados à rádio informativa. Os discursos informativos, por seu turno, primam pela clareza expositiva, e evitam qualquer dupla leitura que possa deturpar o teor da mensagem informativa (Soengas, 2005).

A leitura da imprensa é contrastante com a audição da rádio. Se o leitor pode suspender a leitura, voltar atrás, refletir com tempo sobre o que está escrito e, no fundo, imprimir à leitura das notícias o seu próprio ritmo, no caso do ouvinte toda a inteligibilidade da mensagem radiofónica é condicionada e marcada pelo “compasso” do jornalista que lhe fala ao ouvido (Meditsch, 1999, p. 177). A informação radiofónica, desprovida de suporte material, obriga o ouvinte, independentemente da sua condição sociocultural, a estar com uma atenção redobrada perante as notícias que são emitidas, ao mesmo tempo que desenvolve as mais diversas atividades.

As condicionantes do meio – a ausência de referência visual direta, o som como única referência sensorial, o carácter fugaz e a “não retornabilidade” da informação oral – exigem do jornalista o cumprimento de algumas regras fundamentais (Soengas, 2005). A simplicidade, a clareza, o rigor, a concisão e a variedade são ingredientes indispensáveis à prática de uma boa escrita radiofónica (Meneses, 2016, pp. 14-15). Mas, a disciplina na escrita não significa optar por um registo monótono ou amorfo. Num colóquio, em 1996, disse João Paulo Guerra, reconhecido jornalista, que durante uma década foi redator-locutor do Serviço de Noticiários do RCP:

O rigor não é inimigo da variedade; a simplicidade não significa um léxico pobre e limitado; a clareza não quer dizer que se arrume a imaginação na gaveta. (...) Quero com isto dizer que a linguagem da rádio deve ser assim como quem fala e como quem ouve o som da palavras. (Guerra, 1996, p. 52)

A escrita para o ouvido pode (deve) ser criativa e sedutora, a partir da escolha e da combinação criteriosa de palavras. “Se a palavra perde o brilho, estamos a matar aquilo que nos levou à rádio”, diz Fernando Alves, jornalista da TSF e um dos grandes artesãos da palavra radiofónica em Portugal (Meneses, 2016, p. 20).

O jornalista de rádio deve, segundo Martinez-Albertos (1977, p. 194), levar a sua capacidade de concisão ao extremo – “laconismo” é a expressão que o autor privilegia –, reduzindo-se aos factos essenciais e às explicações imprescindíveis. Por outro lado, deve ter um estilo comunicativo próprio, ou seja, deve ser capaz de “contar” as notícias do dia e de relacionar temas de uma forma viva, contrariando a rigidez e uma certa formalidade do discurso escrito. Em rádio, a mensagem só será recebida com eficácia se a escrita for adaptada ao meio em termos de simplificação, clareza e explicação simples da mensagem. O jornalista que fala ao ouvido não deve, portanto, limitar-se a ler textos jornalísticos ao microfone, mas sim apresentar as notícias de um modo vivo.

Da articulação entre a linguagem jornalística e a especificidade da linguagem radiofónica resulta uma linguagem culta e coloquial, mas diferente da narrativa da imprensa. A escrita em rádio, por oposição à escrita da imprensa, materializa-se numa linguagem falada, que “representa o império da afetividade e do contacto humano tangível e eficaz do ponto de vista das possibilidades da comunicação humana” (Martinez Albertos, 1977, p. 186).

Contrastando a rádio com a imprensa, percebemos que uma das vantagens comunicativas que a rádio possui é a entoação. Apesar das funções expressivas da pontuação escrita, a oralidade pode mudar radicalmente o sentido de uma mensagem. Por outro lado, em termos de envolvimento com a audiência,

Albertos (1977, p. 188) defende “a superioridade da voz sobre a letra tendo em vista a comunicação, especialmente se entendemos a comunicação não como uma pura transmissão de conteúdos, mas como uma tentativa de alcançar o contato entre seres humanos”. Isto significa que a rádio tem uma ação psicológica sobre o ouvinte, envolvendo-o mais facilmente, vinculando-o fortemente à realidade noticiada, e operando uma clara identificação com o locutor. O calor e a proximidade da voz superam a frieza da escrita: “A voz da testemunha torna as notícias presentes ao ouvinte sem a necessidade de artifício. A voz da testemunha tem uma qualidade viva e humana que a tipografia fria e despersonalizada jamais pode alcançar” (Martinez Albertos, 1977, p. 188).

A identificação psicológica entre o ouvinte e o jornalista de rádio pressupõe a utilização de um estilo jornalístico expressamente construído para o ouvido. Só assim a mensagem será eficaz, envolvente, na temperatura certa.

3.2.4. A atualidade da informação radiofónica

A informação radiofónica está muito associada ao conceito de atualidade. Diz Emilio Prado (1989, p.43) que “*ontem* não é notícia para o rádio”. Angel Faus Belau (1981) vinca o carácter atual da informação em rádio e estabelece quatro características que lhe são essenciais, designadamente a atualidade, a universalidade, a periodicidade e a difusão, que em seguida sistematizaremos.

A rádio vive de acontecimentos atuais. É sobre eles que incide toda a prioridade informativa. Ao oferecer algo novo e presente, a rádio está, objetivamente, a aproximar o acontecimento do ato de comunicação do mesmo, e a atuar em simultâneo com a realidade. Nestes predicados, a rádio hertziana supera os *timings* da televisão, até porque a mobilidade dos meios técnicos e das equipas em rádio – para um direto, por exemplo – é muito maior e mais célere. Em síntese, nas palavras de Belau (1981, p. 200), “a informação em rádio é, ou deve ser, e de outra forma não faz sentido, a mais atual, a mais simultânea”.

Para além da relação natural com a atualidade, a informação radiofónica deve contemplar o maior número de acontecimentos que interessem ao ouvinte e sejam eticamente comunicáveis, sendo que o autor considera que a rádio oferece essa capacidade de universalidade de conteúdos.

A informação radiofónica preconiza também aquilo a que Belau (1981, p. 201) designa por “ritmo de vida”. A periodicidade da informação radiofónica traduz-se assim, não na repetição monótona de conteúdos, mas sim no reforço da atualidade e da simultaneidade já referidas. O fator periodicidade dá cadência à informação em rádio e coloca-a em diálogo com a realidade. Como explica o autor, “trata-se de seguir o ritmo dos acontecimentos e a sua evolução; é, em definitivo, o próprio ritmo da vida real, nos

acontecimentos que dizem respeito ao 'mundo presente', e comunicá-los o mais rapidamente possível” (Faus Belau, 1981, p. 201).

Por fim, a rádio é o meio tecnicamente mais acessível e abrangente, o que faz com que a difusão tenha neste meio, e na informação radiofónica, em particular, a sua máxima expressão. Esta característica manifesta-se na capacidade que a informação transmitida em rádio tem em penetrar em todas as classes sociais, com intensidade e sem necessidade de equipamentos técnicos complexos ou dispendiosos.

As quatro características atribuídas à informação em rádio por Belau têm no fator atualidade o eixo principal, até porque é do imediato, do simultâneo e da “isocronia absoluta com o tempo da vida real” (Meditsch, 1999, p. 204) que a rádio vive. Nas palavras de Adriano Duarte Rodrigues (1995/2009, p. 15), “o seu ritmo de funcionamento confunde-se com o próprio pulsar da experiência quotidiana”.

3.2.5. No local, em direto, no tempo presente

O peso da atualidade e os constrangimentos do tempo em rádio explicam que o direto ocupe um lugar especial no jornalismo radiofónico. O direto, que é uma possibilidade técnica vedada à imprensa tradicional, provoca “um forte efeito de realidade e, através dele, a empatia do público” (Meditsch, 1999, p. 202). Para além de que pode ser utilizado como “arma” face à concorrência, ainda que, por vezes, em termos de conteúdo informativo, não ofereça um valor acrescentado assinalável. Os diretos são, algumas vezes, proficuos em emoção e geradores de uma ilusão informativa (Bonixe, 2012, p. 52).

No entanto, a emissão em direto oferece a quem a ouve uma experiência de simultaneidade entre a emissão e a receção da informação, e potencia uma construção narrativa que terá de ser sugestiva e esclarecedora para quem ouve. Ou seja, os diretos em rádio não só vivem do que está a acontecer aos olhos do repórter, como estimulam intelectualmente quem emite e quem reconstrói essa narrativa desprovida de imagens ou de qualquer outra mediação que não seja a voz. Por isso, a rádio não se limita a transmitir: ela “é obrigada a contar o que está acontecendo” (Meditsch, 1999, p. 208).

3.2.6. Planear para informar

A rádio obedece a exigências severas ao nível da atualidade do que transmite. É obrigada a acompanhar e a racionalizar, passo a passo, a realidade, por forma a transmiti-la o mais rapidamente possível. Nesta idealização da rádio, há como que “uma ideia suprema de ubiquidade, mas que

difícilmente terá uma correspondência com a realidade, porque é o próprio dispositivo da informação radiofónica que impossibilita tal cenário” (Bonixe, 2012, p. 55).

Como Luís Bonixe enuncia, a preocupação em atualizar a informação em rádio é constante, porém a estrutura da rádio tem limites, nomeadamente em termos de tempo, que tornam inevitáveis a repetição de notícias e de vozes protagonistas ao longo dos blocos informativos, bem como a procura de acontecimentos previsíveis para noticiar.

A necessidade permanente de dispor de informação atual para emitir, a par da incapacidade técnica, humana e temporal de aceder e poder tratar informação ao momento, potenciam o agendamento criterioso da realidade e a sua antecipação. Independentemente da capacidade inequívoca que a rádio tem de aprofundar temas e acontecimentos, importa destacar que existe “uma falsa imprevisibilidade” (Bonixe, 2012, p. 55) em rádio, que se traduz, por exemplo, na recolha prévia de reações e comentários que serão rentabilizados ao longo do dia noticioso (Bonixe, 2012, p. 57).

Esta realidade faz com que os jornalistas radiofónicos – os jornalistas em geral, poderíamos dizer – invistam fortemente em rotinas que lhes garantam substrato informativo para as suas emissões. Para além da sua rede de contactos, o jornalista apoia-se diariamente no trabalho jornalístico gerado pelos jornais e pelas revistas de informação, fazendo a transposição de algumas notícias para o meio radiofónico; analisa e acompanha, minuto a minuto, os *takes* das agências noticiosas, fornecedoras de abundante e atual material informativo; e não dispensa a escuta de outras rádios, percebendo que notícias estão a ser transmitidas (Faus Belau, 1981, pp. 248-250). Se a rádio informativa é ágil e flexível, também é verdade que vive das rotinas, do que planeia e do que, antecipadamente, prevê.

3.2.7. Uma redação por turnos

O produto da rádio informativa é fruto do trabalho em equipa. Cada profissional, a partir do lugar que ocupa na estrutura dos serviços informativos, contribui para o produto sonoro final que chega ao ouvinte.

Legorburu Hortelano (2011, pp. 235-239) considera que, à semelhança do que se passa noutros média, a rádio informativa está globalmente estruturada em torno da “Linha de Edição” e da “Linha de Áreas ou Secções”: A primeira corresponde ao chamado “jornalismo de secretária”, a segunda ao “jornalismo de rua”.

Na redação podem existir jornalistas especializados em determinadas áreas, adstritos a editorias como Nacional, Internacional, Economia, Sociedade ou Cultura, que seguem o esquema da imprensa escrita, embora com uma estrutura mais reduzida (Alcudia Borreguero, 2008, p. 49). São eles que

procuram a notícia fora da redação, acorrem às conferências de imprensa, entrevistam as personalidades que estão na ordem do dia, cultivam as fontes jornalísticas, e deslocam os meios necessários para fazer reportagens a partir do local onde a notícia, prevista ou imprevista, ocorre. Mas a lógica que preside à estruturação e organização das redações em rádio não é feita, em regra, em função de secções temáticas:

A organização da redação das rádios portuguesas assenta na lógica da continuidade informativa. É preciso garantir que os noticiários, emitidos de hora a hora, ou de meia em meia hora, terão notícias. A estrutura das redações está, por isso, construída em torno dessa necessidade e não em função de áreas temáticas. Ao contrário do que sucede na imprensa, a rádio não se preocupa em preencher páginas de acordo com as temáticas. Na rádio não há páginas de política, sociedade ou cultura e, por isso, não é necessário dividir a redação por grupos de trabalho que respondam a essa necessidade. (Bonixe, 2012, p. 91).

Com efeito, as redações da rádio estruturam-se em função de turnos de trabalho capazes de, em primeiro lugar, cobrir as 24 horas de um dia noticioso e, simultaneamente, garantir a “continuidade narrativa do discurso informativo na rádio” (Bonixe, 2012, p. 92).

De uma forma geral, mas com variações de emissora para emissora, existem quatro turnos: manhã, tarde, noite/madrugada e fim-de-semana. Cada turno tem as suas particularidades, as suas rotinas e uma forma mais ou menos rigorosa de gerir o tempo. O turno da manhã é o que vive uma maior tensão e é mais pressionado pelo relógio. É a partir das primeiras horas da manhã, e até ao meio dia, que a atualidade se desenrola a um ritmo mais veloz, obrigando a uma monitorização, minuto a minuto, da atualidade.

Na redação, o sistema organizativo do espaço que prevalece é o das “cadeiras quentes” (Legorburu Hortelano, 2011, p.236). À exceção de alguns editores e produtores, os jornalistas dos vários turnos vão revezando-se no espaço físico, ocupando a cadeira e a secretária que estão livres.

A atualização de cada turno relativamente ao turno que o antecedeu é possível porque as equipas de trabalho, sobretudo os editores de turno, coexistem na redação por um período de tempo., garantindo a troca, formal ou informal, de informações acerca das notícias, dos temas prioritários e dos protagonistas que marcaram a agenda no turno anterior.

Os jornalistas que cumprem a função de editores de turno tendem a ser profissionais experientes, capazes de gerir e mobilizar as equipas de trabalho, redigir e coordenar a redação das notícias, seleccionar, valorar, priorizar e ordenar as notícias, e dar-lhes voz à hora em ponto. É grande a sua

responsabilidade: deles depende a coerência e atualidade das notícias e, até, “o ‘carimbo’ da emissora, o seu próprio som”. (Legorburu Hortelano, 2011, p. 236).

3.2.8. A noticiabilidade do som

O jornalista da rádio constrói e conta a notícia por intermédio do som. O primado do acústico faz com que “na rádio qualquer realidade é convertida em sons e o ouvinte deve reconstruí-la na sua mente a partir de mensagens elaboradas unicamente com sons” (Merayo Pérez, 2011, p. 63).

Esta prevalência sonora faz com que à constelação de valores-notícia que norteiam qualquer jornalista na demanda pela informação, o jornalista radiofônico acrescente um outro valor-notícia, que nasce da identidade do meio: o som.

Como refere Luís Bonixe (2012, pp. 47-48), o som pode ter um papel editorial relevante, na medida em que, em função da sua existência ou qualidade, as notícias podem ser valoradas e, no limite, pode ou não justificar-se a difusão de uma notícia.

Seguimos a argumentação de Bonixe, que parte da teorização de Mauro Wolf (2009) e de Nelson Traquina (2007) acerca do valor-notícia que resulta da disponibilidade de imagens. Na hora de selecionar os acontecimentos a transformar em notícias, Wolf considera que um dos critérios a ter em conta diz respeito à especificidade aos meios de comunicação. Diz Wolf relativamente à realidade da televisão:

Na informação televisiva, a avaliação da noticiabilidade de um acontecimento diz também respeito à possibilidade de ele fornecer “bom” material visual, ou seja, imagens que não só correspondam aos *standards* técnicos normais, mas que sejam também significativas, que ilustrem os aspectos salientes do acontecimento noticiado. Citações como esta “estas imagens dizem mais do que qualquer comentário...” revelam a existência e a importância daquele valor/notícia, no próprio noticiário. (Wolf, 2009, p. 210)

Nelson Traquina, na sua sistematização dos valores-notícia, inclui nos critérios contextuais – que dizem respeito não às características do acontecimento, mas ao contexto do processo de produção de notícias –, o valor-notícia “visualidade”, ou seja, a existência de materiais visuais como imagens ou filmes. Segundo Traquina (2007, pp. 196-197):

Em particular no jornalismo televisivo, este valor-notícia é um factor de noticiabilidade fundamental. Há imagens ou não? Qual é a qualidade dessas imagens? A existência

de boas imagens, de “bom” material visual, pode ser determinante na selecção do acontecimento como notícia.

Se a “visualidade” é um critério de noticiabilidade imprescindível à televisão, e também à imprensa, então a sonoridade do acontecimento constitui-se como valor-notícia em rádio, capaz de, pela inclusão de declarações gravadas ou sons ambiente, dar densidade, relevância e legibilidade sonora a determinado acontecimento (Bonixe, 2012, p. 48).

Capítulo 4

Da história à história do jornalismo sonoro

4.1. A história

Se os séculos XVIII e XIX trazem à história os caminhos da erudição e do método, o século XX densifica-a e mergulha-a num debate aceso em torno da sua natureza, do objeto, da relação com as ciências sociais e das formas de escrita (Aurell, 2005).

Depois da luta acérrima do movimento da Escola dos *Annales*, nas suas diferentes gerações (Braudel, 1972; Burke, 1992b; Febvre 1953/1989), contra a história tradicional – factual, centrada na política e dedicada ao acontecimento –, a partir da década de 1970 muitos historiadores clamam pelo “regresso à velha história” (Bonifácio, 1993). À defesa do seu carácter explicativo contrapõem a natureza narrativa da escrita da história; contra a objetividade da história defendem a história como saber, mas incapaz de “fazer ciência”; à história estrutural preferem uma história que descreva os factos e que não rejeite os acontecimentos.

Numa perspetiva radical, Paul Veyne (2008) chega a afirmar que a história não é uma ciência, nada explica e não tem um método. É uma narrativa de acontecimentos verdadeiros, que “não procura mais que a verdade, e nisso não é como a ciência, que procura o rigor” (Veyne, 2008, p. 20). O tecido da história, tal como Veyne a entende, é a intriga,

uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos; numa palavra, uma fatia de vida, que o historiador recorta a seu bel-prazer e onde os factos têm as suas ligações objectivas e a sua importância relativa. (Veyne, 2008, p. 42).

Depois de uma “prolongada guerra de trincheiras entre os historiadores narrativos e os estruturais” (Burke, 1992a, p. 333), entre “os inimigos do evento e os advogados da estrutura” (Pereira, 2009), atualmente poucos historiadores reivindicarão para a história a procura de uma verdade absoluta e

incontestável. Também poucos a considerarão um conhecimento tão mutilado, lacunar e relativo como o defendido por Veyne. Há um equilíbrio mais ou menos consensual de que a história é um saber em que os acontecimentos, os indivíduos e os contextos, na pequena, média ou longa duração, são “contados” por intermédio de uma estrutura narrativa. A história não é a realidade. É a escrita do historiador que medeia e convida à descoberta da realidade. Uma escrita com rigor e método, sem rejeitar a arte e a imaginação poética (Bebiano, 2002). Como sublinha Marc Bloch (1949/2010, p. 78):

Evitemos retirar à nossa ciência o seu quinhão de poesia. Evitemos sobretudo corar por isso, coisa que já surpreendi em alguns. Seria espantosa tolice julgar que, pelo facto de exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, a história fosse menos capaz de satisfazer também a nossa inteligência.

Em seguida refletimos sobre aspetos teóricos que definem os contextos e práticas da história. E nessa reflexão encontramos o nosso próprio olhar e a forma como a integramos nesta investigação, vendo-a como uma história de homens e mulheres inscritos no tempo; bebendo-lhe do método e do rigor; encarando-a como produto intelectual em construção; situando o historiador no tempo, por ele influenciado; relevando-lhe o carácter científico, mas não renunciando à criatividade narrativa; realçando-lhe a postura crítica permanente, alheia a verdades cristalizadas.

4.1.1. Em torno do objeto da história: homens e tempo

Os 70 anos que nos separam de *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, obra pioneira do historiador Marc Bloch (1949/2010), não lhe retiram acuidade e relevância no que ao debate em torno da natureza e alcance da história diz respeito. Bloch (1949/2010, p. 89), ao definir a história como uma “ciência dos homens no tempo”, amplia-lhe o campo do saber e define-lhe a matéria-prima, colocando em diálogo duas ideias fundamentais: homens e tempo.

Bloch defende uma história humanizada. Esta condição de laborar sobre o humano é, porém, insuficiente à história. Os homens terão de ser pensados segundo uma categoria de duração. São seres inscritos num tempo, que tanto é contínuo como perpétua mudança (Bloch, 1949/2010, pp. 86-90).

Da sistematização de Bloch resulta uma dupla reflexão para quem investiga história, em particular, diríamos, para os que estudam história contemporânea: por um lado, é impensável dissociá-la dos sujeitos que a fazem, portadores de ideias, verbo e ação; por outro, ela não opera sobre um passado inerte; antes, vive da tensão e do diálogo entre o passado e o presente. É “uma coisa em movimento” (Bloch, 1949/2010, p. 80). Vive da “sempre iminente irrupção do novo” (Catroga, 2016, p. 257).

Lucien Febvre, companheiro de Bloch na renovação historiográfica levada a cabo pelos *Annales* a partir do final da década de 1920, ao contrapor a “sua” história à história “positiva” que até então vigorava, alicerçada em genealogias de factos e textos que deles fizessem prova incontestada, chamou a atenção para a imprescindibilidade do “fator humano”:

História, ciência do homem, e então os *factos*, sim: mas são factos *humanos*, tarefa do historiador: encontrar os homens que os viveram, e deles os que mais tarde aí se instalaram com as suas ideias, para os interpretar. Os *textos*, sim: mas são textos *humanos*. E as próprias palavras que os formam estão cheias de substância humana. (Febvre, 1953/1989, p. 24)

A esta história de homens e mulheres junta-se a segunda reflexão, relativa a uma percepção específica da temporalidade: múltipla e não retilínea, que reconhece historicidade ao presente, e que, em simultâneo, entrevê mudanças e permanências. Um historiador com este entendimento do fluir do tempo histórico, sabe que há um jogo mútuo entre o conhecimento do passado e o conhecimento do presente: “a ignorância do passado não se limita a negar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria acção” (Bloch, 1949/2010, p. 98). O ponto de partida do historiador no seu olhar sobre o passado é a sua paisagem no presente, porque “só ela dará as perspectivas de conjunto de que é indispensável partir” (Bloch, 1949/2010, p. 102).

Nesta equação de tempo vasto, há um *continuum*, individual e coletivo, de vivências e de estabelecimento de relações entre passado, presente e futuro, no qual os historiadores desempenham um papel destacado, como refere Eric Hobsbawm:

Os historiadores são o banco de memória da experiência. Em teoria, o passado – todo o passado, incluindo toda e qualquer coisa que tenha acontecido até à data – constitui matéria-prima da história. (...) E, na medida em que são os historiadores que coligem e constituem a memória colectiva do passado, os membros da sociedade contemporânea terão de confiar nos seus serviços. (Hobsbawm, 2010, p. 30)

Situado no presente, o historiador analisa retrospectivamente a realidade, sem que este seja um processo asséptico. Existem paixões. E o historiador também as tem. Mas tem também à sua disposição métodos na interrogação crítica dos documentos, critérios na análise e comparação dos testemunhos, regras no estabelecimento dos factos e acontecimentos, lembrando o que outros esquecem (Hobsbawm, 2011, p. 15), e uma atitude ética que não se compadece do erro e da mentira como bases da narrativa histórica.

4.1.2. Um saber com rigor e método

É já distante o ângulo positivista dos historiadores que procuraram fundar a história como ciência dotada de uma objetividade a toda a prova, similar à que se espera das ciências naturais e experimentais. Como diz Jacques Le Goff (1977/2000a, p. 19), “a história não é uma ciência como as outras”. No seu ADN epistemológico estão o fluir do tempo e a ação dos homens, de onde resulta um campo do saber sujeito a uma construção dinâmica e a uma reinterpretação constante. De cada vez que novos vestígios surgem, desenham-se novos olhares sobre a realidade da história, com “perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões” (Le Goff, 1977/2000a, p. 29).

As especificidades e ambiguidades da história colocam-na, frequentemente, em risco de “ser” e “não ser”, como refere Luís Reis Torgal (2015, pp. 50-51): ser ou não ser ciência, ser ou não ser arte, ser ou não ser uma ciência social definida.

A história trabalha o que é volúvel, pouco quantificável, impossível de experimentar em laboratório e de ser apreendido na totalidade. Ela acede à realidade por meio dos vestígios que ficaram, e faz sobre eles representações. A história é “uma representação de representações” e, neste sentido, “é um saber, e não propriamente uma ciência” (Mattoso, 1997, p. 38).

Mas o facto de o discurso histórico não se situar no encadeamento lógico das ciências dedutivas ou de ser impossível a verificação experimental própria das ciências empíricas não significa que o historiador se ausente do rigor e da crítica que permitem produzir conhecimento, estabelecer nexos e dissemelhanças, analisar retrospectivamente e aventar horizontes.

Servimo-nos do pensamento de José Mattoso (1997) na explicitação do trabalho do historiador ao seguir o método que a história define para si. O autor defende que existem três momentos na elaboração do discurso histórico: o exame do passado através das suas marcas; a representação mental que resulta desse exame; e a produção de um texto (escrito ou oral) que permite a comunicação.

Com o alargamento do campo da história à contemporaneidade e ao tempo presente, os atos humanos e os seus sentidos passaram a ser analisados na sua globalidade, o que significa “não dar mais valor à queda de um império do que ao nascimento de uma criança, nem mais peso às ações de um rei do que a um suspiro de amor” (Mattoso, 1997, p. 17). Ou seja, a história resulta do significado da infinidade dos factos.

O primeiro passo do historiador consiste em olhar atenta e demoradamente para a realidade em estudo, nas suas múltiplas facetas. Mattoso (1997, 2002) defende que esta demanda exige uma atitude “contemplativa”, o que não significa que o historiador se afaste do real e ponha de lado a objetividade. Pelo contrário, é uma atitude que exige todas as capacidades de observação, de ordem racional e

científica, mas também os sentidos do corpo e do espírito. É um trabalho de abertura às múltiplas realidades, sem que se procure subjugar ou destruir umas em detrimento das outras. É manter intacta a alteridade e saber separar o sujeito do objeto, em busca do óbvio e de dados novos:

Quer dizer, uma observação que procura captar todas as suas dimensões: não apenas as aparentes e imediatas, mas também as ocultas, não apenas as mensuráveis, mas o que as coisas evocam ou simbolizam, não apenas o que nelas é classificável segundo os parâmetros das diversas taxonomias científicas, mas também o que só pode ser captado num registo poético. (Mattoso, 1997, p. 18)

Como a observação direta do passado é impossível, este só pode ser reconstituído por meio de indícios dispersos e das marcas da sua passagem. Daí a necessidade de uma atitude contemplativa que, por um lado, apreenda a totalidade e, por outro, seja capaz de estabelecer relações entre as partes, sem se limitar ao registo e descrição dos factos.

A história contemplativa não se reduz aos documentos escritos nem confunde memória com história. O historiador opera sobre todos os vestígios, materiais e imateriais, de natureza conjuntural e estrutural, e não esquece a forma como ele próprio se relaciona com a realidade e com as fontes por si convocadas. Ele não extrai “confissões” que brotem dos arquivos, porque as fontes não falam por si próprias: elas só dizem na exata medida em que o historiador lhes pergunta o que quer saber (Dosse, 2003, pp. 299-300).

Depois da atitude contemplativa, o segundo passo do historiador consiste em transformar os materiais recolhidos em representação mental. Mattoso faz depender este rigor da própria natureza da história, que é diferente do género literário:

A História é uma ciência, e não uma disciplina literária. Quer isto dizer que propõe um discurso não arbitrário, quer do ponto de vista do conteúdo, quer do ponto de vista da forma; e ainda, que reivindica a possibilidade de encontrar uma relação necessária entre o discurso e o seu objecto. E, se se pode admitir no texto literário, como em toda a produção artística (...), que evoque não a ordem, mas a desordem da realidade, não a sua compreensibilidade (...), mas a desorientação subjectiva do sujeito (...), isso já não pode acontecer com a História. (Mattoso, 1997, p. 23)

Assim, a representação mental não nasce de uma manifestação direta e intuitiva. Obedece a exigências de rigor e a critérios sistemáticos, operacionais e hierarquizados de seleção, classificação, crítica e problematização das fontes. Sem um aparato metodológico e crítico da história, o estabelecimento de relações causais e estruturais que ligam e opõem entre si os factos fica comprometido. Sem uma estrutura metodológica torna-se difícil auscultar os silêncios dos documentos:

“É preciso detectar as anomalias, fazer falar indícios mudos, acumular provas, inventar formas indirectas de revelar o que os documentos não dizem abertamente” (Mattoso, 1997, p. 25).

Por fim, à contemplação e à representação mental sucede a comunicação, que se traduz na escrita. O texto histórico quer-se rigoroso, mas também comunicativo e sugestivo para que o leitor que possa fazer a sua própria leitura da realidade. Desta dupla situação – rigor e necessidade de comunicação – resulta uma escrita que é do domínio da arte.

A arte da escrita da história materializa-se num discurso pessoal que se entrecruza com outras escritas e outros discursos elaborados a partir de pontos de vista múltiplos. Mattoso concretiza:

Quero com isto dizer que [a escrita da história] resulta da minha interpretação. Como tal, não exclui outras maneiras de ver. (...) A variedade das composições que suscita não põe em causa a sua unidade fundamental; as contradições entre os diversos discursos são apenas o resultado de uma realidade demasiado abundante e complexa para se poder traduzir univocamente. (Mattoso, 1997, p. 29)

A escrita da história não é separável da mão que a escreve, o que não significa que seja uma escrita eivada de opinião e juízos de valor. Pierre Vidal-Naquet (1987/2012, p. 169) afirma que o historiador é alguém que “escreve, produz o espaço e o tempo, mas ele próprio situa-se num espaço e num tempo”; é alguém cuja “escrita não é neutra nem transparente”.

Lucien Febvre (1953/1989, p. 19) é perentório ao afirmar que “toda a história é escolha”:

É-o, até devido ao acaso que aqui destruiu e ali salvou os vestígios do passado. É-o devido ao homem: quando os documentos abundam, ele resume, simplifica, põe em destaque isto, apaga aquilo. É-o, sobretudo, porque o historiador cria os seus materiais, ou se se quiser, recria-os: o historiador que não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar.

Independentemente das circunstâncias, o historiador tem um compromisso sólido com a verdade. Ainda que seja difícil, “a busca da verdade deve ser explicitamente considerada a regra de ouro de todo o historiador digno desse nome” (Bédarida, 1996, p. 222).

Reis Torgal (2015) reconhece que o historiador está mergulhado em circunstâncias pessoais e profissionais, e que o seu trabalho é sempre uma interpretação do passado a partir do presente. “O historiador nunca sai do tempo”, diria Bloch (1949/2010, p. 171). É, simultaneamente, agente e intérprete da história, com as fragilidades que dessa condição advêm. No entanto, o historiador é capaz de ir além da circunstância, porque tem uma atitude séria que o incita a “analisar a maioria das fontes disponíveis (e dizer as que estão indisponíveis)”, e a “entender a História em todas as faces, cruzando

os dados e as interpretações diferentes, interrogando-se sempre, ultrapassando, embora com dificuldades, mitos e tabus” (Torgal, 2015, p. 73).

Para Reis Torgal (2015, p. 45), o historiador só se afasta do patamar da ciência e cai na subjetividade se não formular perguntas, se não levantar hipóteses, se não aprofundar as pesquisas ou se não duvidar sistematicamente das fontes. Em síntese:

A objetividade (...) é, a meu ver, o sentido da historiografia, ou seja, a procura do “objeto” na sua “realidade histórica”, que sabemos ser uma representação, como são todas as teses científicas. Recuso, assim, a subjetividade ou mesmo o que se tem chamado “intersubjetividade”. A História não é uma “opinião”, nem uma ideologia, (...) mas um discurso científico. (Torgal, 2015, p. 143)

Mas, a história é tecida a partir de realidades vivas e plurais, que se fazem e desfazem no tempo. Daqui resulta o reconhecimento do carácter provisório da história, sujeita a novas descobertas, correções e atualizações. Esclarece José Mattoso (1997, p. 29):

Não há História definitiva, pela simples razão de que a palavra pronunciada, por mais fundadora e fecunda que seja, está, ela própria, sujeita ao tempo, torna-se ela própria passado, objecto de outras experiências, o que quer dizer que tem de ser constantemente renovada, constantemente pronunciada para se manter viva.

As interrogações do historiador não conduzem a leis nem a certezas eternas. Mas reforçam a capacidade de a sociedade pensar criticamente a realidade. Nas palavras de Hobsbawm (2010, p. 45): “A tarefa dos historiadores consiste em arrancar as vendas (...) ou, pelo menos, em afastá-las um pouco dos olhos de quando em vez.”

Diogo Ramada Curto sublinha: “A história serve para provocar o dogmático, para desestabilizar convicções, para contaminar de curiosidade, para instigar à pesquisa, para produzir a inquietude, para inquirir o presente; serve (...) de lancinante apelo à inteligência” (Curto, 2013, p. 11).

4.2. Os territórios da memória

São meias-irmãs [a história e a memória], por isso odeiam-se e, ao mesmo tempo, têm o suficiente em comum para serem inseparáveis. Além disso, estão constringidas a brigar por uma herança que não podem abandonar nem dividir. (Judt, 2017, p. 281)

A memória humana é um instrumento maravilhoso, mas falível. (...) Esta escassa fiabilidade das nossas lembranças só pode ser explicada de modo satisfatório quando soubermos em que linguagem, em que alfabeto são escritas, em que material, e com que caneta (...). (Levi, 2018, p. 25)

4.2.1. Memória não é história

Até à década de 1970, a memória esteve muito ausente do debate historiográfico. Enzo Traverso (2012, pp. 16-17) situa no pós-II Guerra Mundial, com a emergência dos sobreviventes dos campos de concentração nazis, o advento da figura da testemunha. Depois de décadas de indiferença, a testemunha revela as memórias de que é portadora, robustece o discurso histórico e é acolhida como fonte pelo historiador, mais aberto a outro tipo de “arquivos” e à subjetividade que, até então, uma certa ilusão historicista desprezava.

Com todos os laços que com ela possa manter, a memória não se confunde com a história. É já clássica a oposição que Pierre Nora (1993, p. 9) estabelece entre os dois conceitos:

A memória é a vida (...), aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenómeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, (...) ela [a memória] se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas (...). A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória (...) é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraiza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Esta divisão de águas não espelha um divórcio insanável entre a história e a memória. O historiador não rejeita a memória. O seu trabalho alimenta-se dela. Mas ele perscruta-a com ponderação e espírito crítico. Fernando Rosas (2016, p. 54) clarifica:

(...) a História toma a memória, de onde aliás provém, como sua matéria-prima e um dos seus objectos, mas distanciando-se crítica e reflexivamente dela, ou seja, procurando relatar o passado segundo as regras próprias do ofício de historiador. Isto é, procurando responder analiticamente às questões suscitadas pela memória.

A memória, que é “afetiva e mágica”, como Nora acima sublinha, contrasta com a história, “operação intelectual” por natureza, podendo haver o risco de a primeira se substituir à segunda. Por ser um território vivo, volátil e seletivo, que é sempre experienciado física ou afetivamente, a memória

tem diferentes usos, várias formas de recuperação e apropriação, e diversas “agendas” particulares, que lhe permitem contaminar a história e, até, destituí-la do seu propósito enquanto “operação de conhecimento e de elucidação” (Traverso, 2012, p. 102). Pela ação da memória, a história pode ver-se reduzida “a uma construção linguística de que a memória – dissociada do real – constitui a trama” (Traverso, 2012, p. 99).

O imperativo ético associado à memória – o “dever de memória” –, não raras vezes transforma-se em fonte de abusos (Traverso, 2012, p. 19). O repositório vivo de lembranças, capaz de fornecer uma riqueza de perspectivas e um manancial de informações de outra forma inalcançável, pode transformar-se em entropia, nebulosa ou boicote declarado à história. A memória pode conduzir a ímpetus comemorativos exacerbados (Nora, 1993); ser refém de um complexo processo de lembrança e esquecimento (Ricoeur, 2007); ser alvo de uma “amnésia social” organizada (Burke, 2000); mergulhar em silêncios e “não ditos” (Pollak, 1989); resumir-se a “um instrumento e [a] um objectivo de poder” (Le Goff, 1977/2000b, p. 57); revelar-se agente da mais completa instrumentalização e manipulação da história (Levi, 2018; Vidal-Naquet, 1987/2012).

4.2.2. Fazer falar a memória ou a importância das fontes orais

As tensões que existem entre a memória viva dos indivíduos e o discurso científico não são de ordem a que este possa dela prescindir. É necessário que o investigador, sobretudo se o seu olhar incide sobre o passado, procure a memória e os seus atores, os estimule e os confronte, através do aparato metodológico que melhor servir a este diálogo.

Na relação que o investigador e o sujeito-memória estabelecem, várias questões se colocam: até que ponto é a memória confiável? Em que medida é que o que a memória guarda e faz prova? Como lidar com os lapsos, os esquecimentos, os não-ditos, as preferências, os silêncios ou os esforços de ocultação da testemunha? Qual o estatuto do historiador ou investigador face à testemunha? Como gerir a relação com a testemunha, feita simultaneamente de cumplicidade e tensão? (Frank, 1999).

Equacionados os perigos e fraquezas da memória, e sem os minorar, o investigador consegue pôr em perspectiva o labor teórico e intelectual de que é agente e a memória dos indivíduos que experienciaram o objeto em estudo, transformando-os em fontes da investigação. As fontes orais, assim entendidas, não são um fim em si mesmo, mas um meio para o conhecimento. São fontes “que estão marcadas pelo próprio presente, inerentes a ele”, e que trazem consigo o privilégio (e também os constrangimentos) da “contemporaneidade intrínseca entre o historiador e a testemunha, ou entre o historiador e o ator” (Frank, 1999, p. 103).

Com instrumentos interpretativos próprios – seja a entrevista em profundidade, um dos principais instrumentos metodológicos das ciências sociais, ou outros, filiados, por exemplo, na história oral (Oliveira, 2010; Cardina, 2012) –, a memória é vertida para a oralidade e depois fixada através da escrita. Em seguida, o investigador trabalha esta memória, filtrando-a, encontrando as “parcialidades” que lhe são inerentes – “recordar e contar já é interpretar”, lembra Portelli (1996) –, sujeitando-a à crítica do testemunho e cruzando-a com outro tipo de fontes e discursos.

O investigador pode (deve) dar palco às testemunhas que vivenciaram o que este quer transformar em saber, utilizando-as não como apontamento colorido da narrativa, mas como “história escrita com a evidência acumulada de uma pessoa viva” (Prins, 1992, p. 163); como material fértil “que visa produzir conhecimento” (Cardina, 2012, p. 30).

Desde que legitimamente confrontada nas suas falhas e enviesamentos, a subjetividade da memória não ameaça nem diminui o trabalho intelectual de quem investiga. Porque ainda que os investigadores ouçam a verdade de cada um, “são ainda responsáveis pela totalidade do discurso” (Portelli, 1997, p. 37).

4.3. A natureza acústica da história do jornalismo radiofónico

Ao longo desta primeira parte da tese, defendemos que a história do jornalismo radiofónico existe no entrecruzar dos estudos da rádio, dos estudos do jornalismo, da história da rádio e dos territórios da memória dos indivíduos.

Este olhar poliédrico permite, de forma mais eficaz, cremos, afirmar que a rádio pretérita e a sua produção noticiosa é não apenas fonte da história, mas sobretudo um objeto de estudo que merece investimento académico e reconhecimento social.

É recorrente atribuir ao jornalismo e aos média o papel de fontes primárias da história. Embora neste leque de fontes se incluam, obviamente, os registos produzidos pela rádio, pelo cinema ou pela televisão, o que é facto é que a imprensa, pela sua tradição, acessibilidade e estabilidade do suporte escrito, continua a ser a fonte privilegiada pelos historiadores. A escrita tem em si uma “violência” que a distingue da palavra oral, como Roland Barthes dizia; uma violência que “revela nela [na escrita] a força da inscrição, o peso de um traço irreversível” (Barthes, 1968, p. 111).

Apesar de menos utilizado e reconhecido, o material sonoro da rádio não pode ser negligenciado na sedimentação da história. De igual modo, também não pode ser ignorada a sua dimensão mnemónica, nem o papel do jornalismo, em geral, como “agente ativo e instrumental da memória” (Zelizer, 2014). Como refere Kate Lacey (2008, p. 27): “A radiodifusão certamente ampliou radicalmente

o acesso popular à ‘história viva’ na transmissão e na posterior gravação de eventos ao vivo, e a sobrevivência de tais gravações acrescenta uma dimensão importante tanto à memória popular como ao registro de arquivo”.

A importância do estudo da rádio informativa é tão ou mais evidente quanto a força histórica que teve (e continua a ter) de criar acontecimentos, de se transformar em memória e de impor determinadas mundividências, declinando outras. Com enfoque na imprensa – mas com uma ressonância que entendemos que se estende à rádio, nosso objeto de estudo –, Marialva Barbosa salienta:

O jornal ao selecionar fatos, ao relegar outros ao esquecimento, ao escolher a forma de sua narrativa, ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial a dialética lembrar/esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados na prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento. Funcionando como uma espécie de memória escrita de uma determinada época, retém o excepcional. (Barbosa, 1995, p. 88)

Numa sociedade falha e ávida de memória, dominada pela aceleração da história, impõe-se a existência de “lugares” que a preservem e façam florescer. Segundo Pierre Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais (...). Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. (Nora, 1993, p. 13)

Os média – a rádio, neste caso – são lugares de memória materiais, simbólicos e funcionais, de pleno direito.

O novelo de relações estabelecidas entre os campos do jornalismo e da história mostra uma realidade bem mais viva e complexa do que a concepção limitada e utilitarista que faz dos produtos jornalísticos fontes documentais para a investigação histórica. Também põe em evidência que os média são mais do que construtores da memória histórica das sociedades contemporâneas. De fontes históricas e memorialísticas, os média revelam-se historicamente contingentes e constituem-se como objeto autônomo.

Descendo ao foco da nossa investigação, a rádio informativa ajuda a escrever a história, constitui-se como banda sonora imprescindível a essa operação intelectual, para como lugar agregador da memória individual e coletiva, mas é também fonte de si própria. Ela diz do mundo e diz de si no mundo, com o mundo.

Mas, mais do que banda sonora ou som de fundo, a rádio informativa tem de ser estudada, tanto quanto possível, recorrendo à sua fonte primária: o material sonoro. A natureza acústica da rádio não pode ser negligenciada.

Segunda parte

Jornalismo radiofónico: uma história silenciosa

Nesta segunda parte, problematizamos a dimensão sonora da história da rádio. Verificamos que o meio, que é feito de som, a partir do som, guarda uma ínfima parte do que produz. Daqui resulta um conhecimento necessariamente lacunar. Insistimos, nesta parte do trabalho de investigação, na necessidade de conhecer o funcionamento dos arquivos e o pensamento que os preside, por forma a entendermos as razões da fragilidade da memória sonora. Refletimos também sobre o estranho caso de a rádio ser um objeto que granjeia afetos, mas não se preserva a si própria. Traçamos o caminho que os arquivistas percorreram nas últimas décadas, da conceção dos arquivos sonoros como “especiais” até ao entendimento que os tornou mais acessíveis a cidadãos e investigadores. Exploramos ainda as questões práticas do acesso à memória sonora. Fazemo-lo a partir da análise de experiências de conservação do património sonoro internacionais para, depois, nos demorarmos um pouco mais na explicitação da realidade arquivística nacional em matéria de documentos sonoros.

Capítulo 5

O historiador da rádio, as fragilidades do som e dos arquivos

5.1. Escutar os sons da memória numa sociedade de imagens

É comum definir-se o mundo atual como predominantemente visual. “Vivemos, profundamente, até à última das nossas fibras, dentro de um mundo de visualidade”, sustenta Baitello Junior (2014, p.134). Depois da fotografia, do cinema e da televisão, a profusão de dispositivos digitais veio transformar (ainda mais) a nossa relação com as representações imagéticas e o sentido da visão. Da televisão ao *smartphone*, do computador ao *tablet*, vemo-nos reféns de ecrãs que nos acompanham diariamente e que são, em larga medida, responsáveis pela forma como vemos, pensamos e estamos no mundo (La Rocca, 2017; Martins, 2011b). Como diz Carlos Alberto Augusto (2014, p. 16), “olhamos mais para o mundo à nossa volta do que o escutamos”.

No entanto, com a ecranização e a multiplicação das imagens no mundo contemporâneo, o som não perdeu alcance nem deixou de ser peça vital na construção da realidade. É matéria envolvente que dá sentido, vibração e profundidade à nossa existência. Para Dietmar Kamper, referência em antropologia da imagem, “a profundidade do mundo não é para o olho. E quando o olhar penetra, apenas aumentam novamente as superfícies e superficialidades” (Kamper, 1995, citado em Menezes, 2016, p. 100).

Neste trabalho, que pretende contribuir para a história do jornalismo radiofónico em Portugal, entendemos a escuta dos sons de arquivo como opção de investigação e meio de “observação” da realidade. É claro que podemos interrogar a documentação escrita e os periódicos da época e extrair deles pistas sonoras (Smith, 2002). Podemos, igualmente, indagar as testemunhas sobre a memória dos sons de outrora. Mas, não basta. É preciso, na nossa ótica, tanto quanto possível, aceder aos sons que a memória guardou, e ouvi-los, num processo de escuta profunda, confrontando os ecos sonoros que fazem parte da memória dos indivíduos com o produto sonoro conservado.

Se o historiador, em geral, não pode abdicar das fontes ao seu alcance para “fazer” história, o historiador da rádio ou o investigador que se debruça sobre o passado da rádio não deveria poder abdicar do som como fonte primária, nem da audição para produzir sentido. Só ouvindo os materiais sonoros da época, com rigor e critério, é que o investigador validaria a memória dos sons que lhe foi transmitida em segunda mão. A realidade do acesso a estas fontes, porém, continua, como refletiremos neste capítulo, a inviabilizar o contacto pleno com os materiais que seria indispensável considerar para uma abordagem mais consistente do objeto de investigação.

Não se pretende, com tal observação, estabelecer uma hierarquia de sentidos, com vantagem para a audição. Será, no entanto, compreensível a necessidade de valorizar a auralidade, sobretudo quando estamos perante um meio como a rádio, que vive do som e pratica um jornalismo feito para o ouvido.

A hipervisualidade dos nossos dias pode, até, promover uma “sociedade dura de ouvido” (Oliveira, 2016, p. 334), mas o investigador da rádio não deveria dela fazer parte nem dela ser espectador passivo. Seria desejável que, com as suas ferramentas intelectuais, contribuísse para “o resgate do mundo do ouvir” e para uma temporalidade mais dilatada, propícia à “cultura do ouvir” (Baitello Junior, 2014, p. 146).

5.2. Um problema chamado arquivo sonoro

O sinal “no ar”, que se acende no estúdio para que se veja que a emissão de rádio está a acontecer, constitui uma metáfora significativa da natureza, alcance e desafios que o som coloca. “No ar” é condição de presença, do que *está*, mas, simultaneamente, remete para algo que *paira*, sem ficar. Este estar sem existência física, ao mesmo tempo que dá uma aura de encanto e mistério à rádio, é também explicação para os problemas de fixação e acesso ao som.

A partir de bibliografia que problematiza a dimensão sonora da rádio e a ontologia dos seus registos (Afuera Heredero, 2016a; Balsebre, 2002; Buarque, 2008; Carles, 1992), distinguimos quatro ordens de problemas que condicionam o uso dos arquivos sonoros. Em primeiro lugar, a própria *natureza do objeto sonoro*. As características que imediatamente associamos ao som – intangibilidade, invisibilidade, e carácter onírico – influenciam a forma como a memória acústica é experienciada e preservada. Decorrentes das características do objeto sonoro, identificamos três fatores que afetam a missão dos arquivos sonoros e concorrem para que o som seja menos considerado do ponto de vista do seu valor histórico e patrimonial. Um deles é a essência fugaz da mensagem sonora. A palavra que a rádio emite é já passado e dela ficam resquícios na memória dos que a ouvem e em alguns registos escritos na

imprensa da época. Mesmo quando, em meados do século XX, as práticas de gravação se generalizam, as emissões em direto mantêm-se preponderantes, até porque a agilidade do direto foi sempre um elemento identitário da rádio. Assim, a mensagem radiofónica emerge como algo veloz e transitório, rapidamente eclipsado uma vez emitido.

A instabilidade do som e a dificuldade da sua fixação constituem um outro desafio. O som para ser gravado, transmitido e acedido necessita de dispositivos tecnológicos. Há sempre um dispositivo que cumpre o papel de intermediário entre o suporte que armazena o documento sonoro e quem o quer escutar. Esta singularidade contrasta com a tradicional estabilidade do papel. O imperativo tecnológico associado ao som implica cuidados e estratégias de preservação direcionados para os suportes e para os equipamentos através dos quais se fazem ouvir, com a agravante da sua rápida obsolescência.

Ainda relacionado com a natureza do objeto sonoro, outra contrariedade são os custos associados à conservação e manipulação dos sons. As exigências de intermediação tecnológica tornam os documentos sonoros mais onerosos do que os impressos. Com a fita magnética, o ato de gravar e deixar para a posteridade registos de som tornou-se mais fácil e expedito, mas fez-se pagar caro. Os elevados custos conduziram a sucessivas reutilizações das mesmas fitas. Esta rotina produtiva de constante reaproveitamento e conseqüente eliminação dos registos sonoros anteriores constitui, hoje, um dos principais óbices para o investigador que quer fazer uma leitura contínua do passado.

Retomando, o segundo grande problema que compromete o acesso e estudo do som diz respeito à *(in)disponibilidade do material sonoro e (des)valorização dos arquivos sonoros*. Investigar o som histórico significa lidar, permanentemente, com a ausência, fragmentação ou intermitência dos registos sonoros. Armand Balsebre (2002) faz uma defesa acérrima dos arquivos sonoros, e lembra que, hoje, muito dos registos disponíveis são fruto da boa vontade e sensibilidade de alguns profissionais da rádio que souberam salvaguardar documentação que, de outra forma, se perderia para sempre. A falta de recursos, de políticas documentais e de visão estratégica por parte da indústria da rádio relativamente à matéria-prima de que é feita a sua atividade, está bem patente nas palavras do historiador:

A rotina produtiva desta fábrica de programas diários que é uma emissora de rádio instala o culto do presente com uma servidão de tal magnitude que impede pensar no futuro, e tomar consciência de que o que não é importante hoje, daqui a dez, vinte ou trinta anos pode ser muito importante. As estações de rádio geridas nos seus primeiros anos principalmente por engenheiros e sem documentalistas, não constituem o quadro profissional mais adequado para a implementação de uma cultura profissional mais orientada para a conservação. Somente o zelo pessoal de alguns indivíduos permitiu que décadas depois fosse possível recuperar, às vezes

escondidas em armários pessoais, gravações que são o único testemunho sólido de um período ou de uma época. (Balsebre, 2002, p. 47)

A terceira ordem de fatores a obstaculizar a investigação diz respeito ao *funcionamento dos arquivos sonoros e às normas de consulta definidas*. Por um lado, são evidentes os desequilíbrios decorrentes da natureza do suporte e do trabalho arquivístico diferenciado. A arquivista americana Christopher Ann Paton (1990), experiente na gestão e tratamento de documentos sonoros, descreve um clima arquivístico marcado pela total falta de comunicação entre “aqueles que se preocupam principalmente com papel e outros materiais legíveis a olho nu e aqueles que se preocupam com o som gravado” (Paton, 1990, p. 275), na base da qual estão diferentes preocupações. Os “arquivistas do papel” estão focados na tarefa de descrição dos documentos escritos, facilitada pelo suporte. Tendem a não valorizar o registo sonoro e a dispensá-lo logo que transcrevam o conteúdo (factos, datas e outros elementos descritivos e de referência). Os “arquivistas do som”, por sua vez, estão mais preocupados com os sons capturados nas gravações e com as questões técnicas da sua preservação (Paton, 1990, p. 276) do que com o seu conteúdo informativo. Estas ideias, um tanto ou quanto caricaturais e datadas, não deixam de ser interessantes ao retratarem a clivagem papel/som no seio da própria comunidade arquivística. As especificidades físicas dos documentos conduziram a uma hierarquia e valoração na qual o som – e quem o trabalha – tende a ser o elo mais fraco. Essa “estranheza” entre os arquivos que têm à guarda documentos escritos e os que guardam documentos de outra natureza, designadamente sonora, ainda que mitigada, é uma herança que perdura, e com a qual o investigador tem de lidar.

Por outro lado, a questão de funcionamento dos arquivos sonoros coloca em discussão a natureza das entidades detentoras. Não é a mesma coisa consultar um fundo documental sonoro depositado num arquivo nacional ou querer aceder a documentação sonora produzida e salvaguardada por uma entidade privada, por exemplo. Os passos do investigador são muito mais erráticos, escrutinados e condicionados se o interesse de pesquisa recair sobre arquivos sonoros sediados em empresas de iniciativa privada, como sucede na maioria das estações de rádio. Por mais interventiva que possa ser uma entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos, o arquivo de uma entidade empresarial obedece a lógicas internas e corporativas que não têm no “património” e na “memória” os seus eixos principais. Os princípios são nobres e fixados na lei: “É direito e dever de todos os cidadãos, do Estado e das demais entidades públicas e privadas preservar, defender e valorizar o património arquivístico”¹⁸. Mas, a malha com que estes princípios são tecidos na prática das instituições é frágil.

¹⁸ Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/16-1993-584777>

Esta realidade dos arquivos sonoros, semelhante ao que se verifica nos arquivos audiovisuais, conduz a um afunilamento do conhecimento sobre os meios rádio e televisão e retira-lhes protagonismo no campo dos estudos dos média e do jornalismo. Se o jornalismo “é um texto” (Zelizer, 2004, p. 38-39), construído com palavras, imagens e sons, não é menos verdade que a investigação tende a privilegiar mais a sua forma escrita do que a sonora ou visual.

Sem matéria-prima documental é difícil ambicionar a uma recomposição dos estudos dos média que os tornem mais equilibrados nos ângulos, nas vozes e nos meios investigados. A leitura que Isabel Ferin Cunha (2004) faz sobre este assunto é pertinente:

Assim, não existindo políticas públicas concretas para estes materiais [som, imagem e on-line] — excepto para a imprensa que é obrigatoriamente depositada e constitui o acervo das hemerotecas — os acessos estão condicionados pelas políticas particulares de cada empresa ou instituição. Esta realidade pautada pelas dificuldades de acesso físico, preços praticados e técnicas inadequadas de conservação, registo e indexação, tem determinado, até hoje, os Estudos Empíricos sobre os Media e o Jornalismo em Portugal. Esta situação tem circunscrito as investigações à imprensa, por ser de público e universal acesso, fazendo com que as investigações sobre televisão e rádio sejam realizadas, maioritariamente, por profissionais/investigadores que têm acesso, informalmente, aos materiais produzidos e guardados nas suas empresas. (Cunha, 2004, p.3)

Finalmente, o quarto núcleo de condicionamentos diz respeito aos *desafios heurísticos e metodológicos do objeto sonoro*. Para um investigador focado na sonoridade da rádio, ler o objeto é escutá-lo. Esta leitura-escuta é um processo que acontece de um modo e a um ritmo que contrasta com a tradicional leitura de documentos escritos. Em primeiro lugar, como diz a arquivista Christopher Ann Paton (1990, p. 276), as gravações sonoras “não podem ser ‘scaneadas’ ou percorridas rapidamente apenas pela visão”. Os modos de leitura exploratórios de um texto escrito, a que associamos “ler na diagonal”, “dar uma vista de olhos” ou “fazer uma leitura rápida”, que servem para captar a ideia geral de um texto e definir os principais tópicos de interesse que ele desperta, não são geralmente uma opção quando o objeto de leitura é sonoro. Através de um equipamento de reprodução apropriado, os registos sonoros têm de ser escutados na íntegra, a uma velocidade que seja adequada para que eles sejam realmente ouvidos e entendidos (Paton, 1990, p. 276). As especificidades do som podem subverter as vontades, os tempos e as estratégias definidas pelo investigador. Neste diálogo entre som e investigador, o primeiro, pelo seu carácter orgânico e pela atenção que requer, tende a ditar os ritmos e as dinâmicas da investigação.

5.3. Rádio: o estranho caso do objeto afetivo que não se guarda

I knew a guitar player who called the radio "friendly." He felt a kinship not with the music so much as with the radio's voice. Its synthetic quality. Its voice as distinct from the voices coming through it. Its ability to transmit the illusion of people at a great distance. He slept with the radio. He spoke with the radio. He disagreed with the radio. He believed in a Faraway Radio Land. (...) He believed he'd been banned from Radio Land and was doomed to prowl the air waves forever, seeking some magic channel that would reinstate him to his long-lost heritage. (Shepard, 1982)

Não deve haver expressão mais proferida, quando se fala no objeto radiofônico e em tudo o que o envolve, do que “magia da rádio”. Locutores, jornalistas, sonoplastas ou produtores de rádio falam dela, e os ouvintes adotam igualmente este conceito abstrato, indefinido, envolvente e encantatório no seu léxico. Nas redes sociais, aquando do Dia Mundial da Rádio, por exemplo, multiplicam-se os *posts* e os comentários que enfatizam este olhar mágico e emotivo sobre a rádio. Ainda que a rádio já não seja pertença exclusiva da telefonia e esteja cada vez mais diferenciada e pulverizada por uma outra linhagem de aparelhos eletrónicos, que procure novos caminhos e plataformas de produção e difusão, que motive inúmeras discussões sobre a sua identidade ou que se mova numa outra relação com o ouvinte, a magia do meio radiofónico continua a congregar bastantes adeptos.

Retomando a nossa perceção a partir das redes sociais, a cada 13 de fevereiro, a rádio é celebrada de uma forma particularmente expressiva e diferenciada face às comemorações dos Dias Mundiais da Televisão ou da Liberdade de Imprensa. E é-o, esmagadoramente, por esse tal viés do encantamento. Há uma vocação para abordagens afetivas que romantizam e fixam a rádio num tempo mítico, experienciado ou não. As representações visuais tendem a ser as dos velhos e pesados rádios-móveis de sala dos anos 1940 ou, quanto muito, dos ágeis e portáteis transístores dos anos 1960 e 1970 (Henriques, 2018). No século XXI, como cidadãos, consumimos produtos radiofónicos de formas não analógicas, participamos deles, temos neles a nossa voz mais incluída e representada, mas o imaginário parece conduzir-nos para uma época dourada e luminosa, assim achamos, em que a rádio tudo nos era, por “artes” insondáveis. Essa “magia da rádio” filia-se em vários aspetos, como a natureza do objeto sonoro, a forma diligente como ele chega aos ouvintes, o modo como a voz emana um poder envolvente, e, não menos mágico, o jeito natural como a rádio nos faz companhia. O jornalista de rádio Francisco Sena Santos, questionado sobre para que serve a rádio, volta-se para essa presença afetiva, pouco explicável: “A rádio serve para aconchegar as pessoas, para estar ao lado delas.” (Figueira, 1999, p. 22)

Em 1988, quando o Governo encerrou as rádios piratas¹⁹, Fernando Alves, jornalista de referência da rádio, inaugura aos microfones da TSF a expressão “amada rádio”²⁰. A TSF, ao lado de uma miríade de emissoras, mas de um modo muito particular, vivia um tempo de explosão de criatividade e de inscrição de um novo tipo de rádio e de jornalismo, e de um novo *fazer sonoro* no panorama mediático português. Numa escrita poética, melódica, construída para ser “falada”, disse Fernando Alves ao microfone:

já corremos de mãos dadas
a mais secreta noite do mundo
já subimos ao alto da montanha
sabemos todos os nomes do medo e da alegria
em ti me transcendendo
podia morrer nos teus olhos,
se nestes dias de cigarras doidas
perderes de vista o meu coração vagabundo
dá-me um sinal
abraçar-nos-emos de novo
antes dos rigorosos frios
de novo o grande sobressalto
o formidável estremecimento dos instantes felizes
podia morrer nos teus olhos amada rádio²¹

Diríamos que o poema é fruto de um contexto e de um clima de protesto face ao encerramento e não legalização das rádios que na década de 1980 se multiplicavam e saíam de garagens, sótãos e outros espaços vibrantes e criativos propiciados pelo pós-Revolução de 1974 (Bonixe, 2019; Reis, 2022). Mas, ainda que o situemos por meio de coordenadas históricas ou contextuais, o poema de Alves continua a gerar emoção hoje. Não pertence apenas àqueles “dias eufóricos da rádio”²². Como ouvintes (como estudiosos, também), entendemos esse amor proclamado. Ouvir o poema em silêncio, pela voz de Fernando Alves, tem um efeito que abarca os sentidos²³. Na comunhão entre a música e a palavra falada, entre o sonoplasta invisível e a voz suspensa no éter – voz inconfundível que identificamos mal soa –, há uma adesão imediata de quem ouve. Gera-se uma relação afetiva, cúmplice, urgente, que obriga o automobilista, por exemplo, a ficar na solidão do carro já estacionado para escutar com atenção aquela voz, também ela só, no estúdio, imagina-se. O elo principal é o todo audível, mas principalmente

¹⁹ <https://ipn.up.pt/2014/06/02/radios-piratas-quando-as-radios-livres-deixaram-de-ser/>.

²⁰ Mais tarde, na década de 1990, Fernando Alves integrou este poema feito crónica sonora no programa “Sinais”. Este programa, iniciado em 1995, mantém-se em antena em 2022.

²¹ <https://mediascopio.wordpress.com/2008/02/28/20-anos-de-tsf/>.

²² <https://www.tsf.pt/programa/um-dia-de-cada-vez/os-dias-euforicos-da-radio-12373127.html>

²³ Para ouvir uma versão sonora mais recente da crónica: <https://soundcloud.com/tsf/amada-r-dio>.

a voz grave, profunda e compassada do homem da rádio, que dá cadência às palavras e transporta nelas, neste caso, a ideia, simultaneamente simples e superlativa, do amor pela rádio.

Ouvindo a voz de Fernando Alves, e dando peso a cada uma das palavras que nos são ditas, quase parece que só um profissional da rádio pode amar assim o meio em que trabalha, viver a noite do mundo, estremecer nos momentos felizes, saber de cor o que é o medo e a que sabe a alegria, viver com os sentidos postos na coisa amada, morrer por ela, se preciso for. Na verdade, o amor pelo ofício ou pelo meio onde cada um trabalha é insondável e não obedece a hierarquias ou a termómetros afetivos. Provavelmente, um homem da imprensa também será capaz de sentir e dizer “podia morrer nos teus olhos, amado jornal”. Ou um jornalista de televisão poderá declarar-se apaixonado pela “amada televisão”. Mas a forma de abordar a coisa amada através da rádio torna-a mais vívida, exponencia o sentimento, gera empatia, interpela o ouvido de quem escuta, desperta a sensibilidade e introduz essa ideia de difícil tradução, muito pouco científica, mas palpável ao ouvido: a magia da rádio. Uma sensação que dura os breves 58 segundos da crónica e persiste no ouvinte muito para além deles.

Coloca-se, então, a questão: por que é que algo tão amado e sublime não é preservado com um empenho mais evidente? Por que razão um objeto de quase devoção não é guardado com o mesmo cuidado afetivo com que dele se fala, individual e coletivamente?

Podemos invocar as razões já aduzidas relativamente às fragilidades e contingências do som e da sua preservação arquivística. Mas talvez haja uma razão a montante, de natureza global, mais filosófica e da esfera das ideias do que do plano concreto das coisas. Talvez entendamos que a magia, total e magnética, da rádio não seja passível de ser guardada. Ela existe no objeto-rádio, sentimo-la, vivemo-la ainda hoje, mas teimamos em não a guardar, como imperativo, para lá do campo afetivo. Guardamos fotografias e outras imagens, preservamos documentos físicos e digitais diariamente – faturas, recibos, registos diarísticos –, mas não equacionamos, com semelhante empenho ou necessidade, que os sons da rádio sejam preservados. E fazemo-lo a nível individual, mas também coletivo, ao não reivindicarmos que as instituições de salvaguarda do património não descurem o que sendo imaterial não é mais dispensável ou menos urgente de ser protegido. Guardamos também o que não se vê, como segredos, emoções ou memórias mais ou menos distantes sem precisarmos de os registar ou publicitar. Também os sons parecem ser guardados por dentro, como se essa imanência afetiva, natural, bastasse. Paradoxalmente, do ponto de vista da memória futura, agimos como se a rádio estivesse perto do coração, mas guardada longe do ouvido.

5.4. No princípio era a escrita

A invenção da escrita e o uso dessa tecnologia como inscrição e registo histórico moldaram o desenvolvimento da civilização tal como hoje a conhecemos. A escrita foi de tal modo transformadora e configuradora para a humanidade que operou um corte profundo na história, inaugurando-a.

No final da década de 80, Jack Goody (2022) demonstra, numa perspetiva antropológica, como “a lógica da escrita” foi decisiva na organização da sociedade. Do ponto de vista religioso, a “Sagrada Escritura” fixa e medeia o sistema de crenças e práticas, e toma o lugar da transmissão oral entre iniciados e iniciantes. Na dimensão económica, a escrita foi decisiva para as trocas comerciais e para a gestão dos assuntos económicos do templo e do palácio. Em termos políticos, a escrita configurou a administração burocrática e a construção do arquivo do Estado. Finalmente, na esfera jurídica, os códigos escritos conferem um novo formato e uma outra força à lei.

O poder de inscrição da escrita gera disparidades entre os grupos letrados e os não letrados. A oralidade, até então dominante, perde terreno para as manifestações textuais da escrita. Neste contexto, a feição sonora do mundo vê-se relegada para um segundo plano, como se a escrita fosse uma necessidade, mas também um destino mais eficaz.

Conhecemos os símbolos e os desenhos da pré-história, através da arte rupestre que sobreviveu no tempo, mas desconhecemos-lhe as manifestações de oralidade e a paisagem sonora. Faltava tecnologia para fixar o som, é certo. Mas, imaginando que o aparato técnico da gravação fosse possível à época, e não fosse um anacronismo ou impossibilidade histórica, provavelmente as sonoridades nem seriam registadas ou sê-lo-iam em menor volume e dedicação face à preservação do objeto escrito, palpável, tão propenso a ser guardado como prova e testemunho materiais. Pelo contrário, o som parece ser demasiado “natural” e imanente para requerer fixação para memória futura.

A tensão escrita/som está presente nas práticas arquivísticas. Até há não muito tempo, os objetos documentais sonoros eram considerados “documentos especiais”, não lhes sendo reconhecida “a mesma envergadura de importância patrimonial dos demais, como impressos, mapas e fotografias” (Buarque, 2008, p. 39). Também não lhes era atribuída credibilidade em termos legais. Mesmo se gravados em suportes físicos acessíveis, só muito recentemente é que o documento sonoro passou a ser aceite como meio de prova (Baitello Junior, 2014, pp. 134-135).

“Especial” foi um adjetivo que se colou aos documentos sonoros. Esta “especialidade” marcava uma distinção que advinha não do carácter da sua informação, mas da diferença de suporte dos documentos sonoros (Vieira, 2013) e, ao contrário da singularidade que a palavra parece supor, o epíteto foi-lhes quase sempre prejudicial. A necessidade de meios técnicos de reprodução e de preservação

diferenciados dos utilizados para o documento escrito conduziu a um afastamento entre documentos, que parecia óbvio e natural, ainda que os seus produtores pudessem ser os mesmos, ainda que traduzissem funções ou atividades orgânicas comuns.

Atualmente esta distinção foi diluída no discurso e prática arquivísticos, mas não desapareceu completamente. A literatura mostra que, nos arquivos, designadamente públicos, existe ainda um *apartheid* entre as áreas orgânicas que tratam a documentação escrita e as que se ocupam dos documentos tidos como “especiais”. A separação física consoante o tipo de suporte parece fazer sentido do ponto de vista operacional. As dimensões e características de um cilindro não são as mesmas de uma folha de papel. As propriedades físicas e químicas de um e de outro determinam estratégias de conservação diferenciadas. O que já parece problemático é que os documentos deixem de dialogar entre si só porque uns são vistos como convencionais e outros não. O que não tem justificação é que a separação física conduza a uma separação intelectual, que negligencie a organicidade do documento e prejudique a investigação, descontextualizando, retirando densidade e qualidade informativa. Pensemos, por exemplo, num noticiário. Esse produto tem uma expressão sonora, mas pode ter também, a montante, um alinhamento ou guião escrito, que organiza a leitura das notícias e conduz o jornalista ao microfone. Se o documento “especial” estiver separado do documento escrito, uma porção do conhecimento é subtraída ao investigador.

No final da década de 1990, autores como Rousseau e Couture (1998), que têm uma visão nova dos arquivos enquanto sistemas, chamam a atenção para o acantonamento em que os chamados documentos “especiais” viveram até às décadas de 1960 e 1970. Anteriormente reunidos em coleções específicas dentro dos arquivos ou confiados a outros profissionais de outras instituições, só nesta altura é que “os arquivistas se interessaram verdadeiramente pela questão da inclusão dos documentos não textuais nos seus respectivos fundos de arquivo” (Rousseau & Couture, 1998, p. 227). A produção discursiva das ciências documentais nas últimas décadas tem sido decisiva para que documentos de várias naturezas tomem parte de um todo articulado. A terminologia técnica a que estes autores recorrem não deixa, no entanto, de ser sugestiva. Advogando a integração dos documentos sonoros e audiovisuais no ciclo vasto de todos os documentos produzidos e geridos por uma instituição, fazem-no através de uma diferenciação entre documentos textuais e não textuais. Um novo encapsulamento de uns *versus* os outros. A operacionalidade desta terminologia para um arquivista, que decompõe e descreve física e intelectualmente diferentes tipos de documentos que precisam de ser nomeados e diferenciados para, depois, se integrarem no todo arquivístico, acaba por ser excludente, mesmo se a vontade é agregadora.

Esta oposição documentos textuais/não textuais levanta algumas inquietações próprias das ciências sociais e humanas: o que é um texto?

Não é nosso objetivo demorarmo-nos na vastidão desta questão, mas também não a podemos esconder. Há sempre um abismo, de maior ou menor profundidade, que se desenha quando escolhemos um ou outro conceito para descrever e destrinçar a realidade. Quanto mais a queremos decompor e contrastar, mais recorremos a palavras e a termos que se opõem uns aos outros. Nesse confronto de palavras e recursos analíticos, ao mesmo tempo que iluminamos parte da realidade, também eclipsamos outra parte. É o que acontece quando nos referimos, por exemplo, a um artigo de jornal como documento textual e a um registo sonoro como não textual. Mesmo que por necessidade técnica ou por “vício de linguagem”, sem querermos emitir juízos de valor, o que estamos a dizer é que a linguagem sonora não é produtora de textos. E definimos a linguagem verbal, transformada em escrita, em texto-cânone. Seguimos o pensamento da semióloga Lucia Santaella (1983, p. 10):

É tal a distração que a aparente dominância da língua provoca em nós que, na maior parte das vezes, não chegamos a tomar consciência de que o nosso estar-no-mundo, como indivíduos sociais que somos, é mediado por uma rede intrincada e plural de linguagem, isto é, que nos comunicamos também através da leitura e/ou produção de formas, volumes, massas, interações de forças, movimentos; que somos também leitores e/ou produtores de dimensões e direções de linhas, traços, cores... Enfim, também nos comunicamos e nos orientamos através de imagens, sons musicais, gestos, expressões, cheiro e tato, através do olhar, do sentir e do apalpar. Somos uma espécie animal tão complexa quanto são complexas e plurais as linguagens que nos constituem como seres simbólicos, isto é, seres de linguagem.

Prossegue Santaella (1983, p. 10):

Cumprir notar que a ilusória exclusividade da língua, como forma de linguagem e meio de comunicação privilegiados, é muito intensamente devida a um condicionamento histórico que nos levou à crença de que as únicas formas de conhecimento, de saber e de interpretação do mundo são aquelas veiculadas pela língua, na sua manifestação como linguagem verbal oral ou escrita. O saber analítico, que essa linguagem permite, conduziu à legitimação consensual e institucional de que esse é o saber de primeira ordem, em detrimento e relegando para uma segunda ordem todos os outros saberes, mais sensíveis, que as outras linguagens, as não-verbais, possibilitam.

Não é pela distinção textual/não textual dos arquivistas Rousseau e Couture que os documentos sonoros saem definitivamente magoados na sua identidade e alcance face aos demais ou fadados a um lugar menor. Muitos outros fatores históricos e culturais concorrem para o estado da arte do documento sonoro. No caso do saber arquivístico, ele está intrinsecamente ligado a uma linguagem técnico-científica, multilingue, que assenta na construção de princípios, padrões, normas e procedimentos subjacentes à

sua área do conhecimento. A conceptualização e a padronização terminológica dos arquivistas são resposta às suas idiossincrasias e às necessidades dos utilizadores, que podem ter origens e interesses múltiplos, das ciências exatas às humanidades. Cada um olha para o mundo a partir da sua torre de vigia e procura defender o que é seu. Mas, ressalva feita, a formulação de Rousseau e Couture serve de pretexto para que pensemos como a terminologia de que nos servimos – que é sempre um ato de escolha informada, de tentativa e erro, até encontrarmos os conceitos mais “justos” – tem peso na forma como individual e socialmente vemos a realidade, ao ponto de quase nos esquecermos de que a textualidade do mundo não se esgota na unidade e fluidez das palavras escritas.

A semiótica aporta a esta discussão nuances e uma amplitude de horizontes que são úteis ao tratamento do objeto sonoro. Regressamos a Santaella, que opta por uma aproximação das linguagens, reconhecendo em todas uma dimensão textual. A distinção joga-se, antes, no carácter verbal ou não verbal desses textos:

(...) em todos os tempos, grupos humanos constituídos sempre recorreram a modos de expressão, de manifestação de sentido e de comunicação sociais outros e diversos da linguagem verbal, desde os desenhos nas grutas de Lascaux, os rituais de tribos "primitivas", danças, músicas, cerimoniais e jogos, até as produções de arquitetura e de objetos, além das formas de criação de linguagem que viemos a chamar de arte: desenhos, pinturas, esculturas, poética, cenografia etc. (...) Em síntese: existe uma linguagem verbal (...), mas existe simultaneamente uma enorme variedade de outras linguagens que também se constituem em sistemas sociais e históricos de representação do mundo. (Santaella, 1983, p.10)

Sem que haja uma hierarquia de valor, todos os textos, verbais ou não verbais, produzem significado, são passíveis de ser lidos com os sentidos, e conduzem-nos a um olhar singular sobre a realidade. É a semiótica a corrigir o fosso entre os objetos e os discursos.

5.5. O longo caminho dos arquivistas: da evidência à memória, da custódia à mediação

Em 2007, numa conferência intitulada *Unlocking Audio*, Robert Green (2008), então presidente da IASA – a associação internacional de cooperação entre arquivos sonoros e audiovisuais –, mostra-se esperançoso no futuro da preservação e disseminação do som, sobretudo tendo em conta as potencialidades que o digital oferece e estimula. Mas reconhece também que muitos têm sido os obstáculos ao longo do tempo, assim como muitos são os responsáveis por esses bloqueios. Robert Green coloca a questão: “quem prendeu o som?”. Os governos, a sociedade e as tecnologias, sim, mas

“as bibliotecas e os arquivos [também] fazem a sua própria parte em travar as coisas.” (Green, 2008, p. 41). O autor critica:

Vejam a nossa terminologia. Somos os *guardiões* do património da nação; *institucionalizamos* as nossas coleções; temos *horários de visita* e temos arquivos *negros*. Quando criamos arquivos de áudio, às vezes falamos em *reservar* os documentos para restringir o acesso. Sempre tive uma suspeita: quando um arquivista diz as *nossas* coleções, não estará realmente a pensar *minhas* coleções? (Green, 2008 p. 41)

É interessante que esta (auto)crítica venha da pena de um reconhecido profissional da Biblioteca e Arquivos Nacionais do Canadá, com responsabilidades associativas acrescidas sobre os arquivos de som e audiovisuais.

No imaginário popular, os profissionais de arquivo, à semelhança dos bibliotecários, tendem a ser vistos como figuras circunspectas, com funções essencialmente técnicas e organizativas, fiéis depositários e guardiões de uma herança documental que se quer preservar no tempo. A imagem que a sociedade reifica relativamente aos arquivistas, porventura ultrapassada e preconceituosa, fruto da reprodução de estereótipos a pedirem desconstrução, interfere negativamente na relação que os utilizadores de uma determinada unidade de informação estabelecem com os seus profissionais.

Mesmo um utilizador que esteja familiarizado com o universo arquivístico, provavelmente sentirá, ao pisar num arquivo físico, uma espécie de aura de mistério, uma sugestão de segredo, uma sensação de não pertença, que se traduz num constrangimento entre quem procura a informação e quem a pode facultar. O ambiente de arquivo pode adensar a separação entre o investigador e os técnicos especializados – dos quais o primeiro se sente totalmente dependente –, que laboram na sombra dos depósitos e em gabinetes invisíveis aos olhos do investigador. A haver segredo, poderá pensar quem investiga, ele não será partilhado por quem o controla.

Esta imagem, a um tempo caricatural e, a outro, fruto de uma certa experiência vivida, exige revisão e problematização, a partir do percurso que os arquivistas trilharam ao longo dos séculos, indagado em textos reflexivos da própria comunidade arquivística.

De um ponto de vista histórico, os arquivos surgem enquanto estruturas que adquirem, guardam, descrevem e conservam a documentos. Esses documentos são encarados como evidência e condição da verdade, e o arquivista, guardião-mor, garante a objetividade e neutralidade dos arquivos, tomando essas qualidades para si próprio (Cook, 2013).

Terry Cook afirma que, até meados do século XX, “os arquivistas eram explicitamente comparados a aspiradores de pó eficientes que coletavam, principalmente para historiadores, o legado documental

de um passado distante” (Cook, 2011, p. 176). O arquivo era tacitamente percebido como uma acumulação natural, que não merecia problematização.

Mas esta visão dos arquivos e do papel dos arquivistas na sociedade foi sofrendo alterações, próprias de qualquer processo de construção da profissão e de formação da identidade. Conceitos como “memória”, “identidade” e “comunidade” foram sendo adicionados à tradicional missão de busca da evidência. Neste caminho, o arquivista foi assumindo outras facetas, “de curador passivo a avaliador ativo, de mediador social a facilitador da comunidade” (Cook, 2013, p. 95). O discurso tornou-se mais amplo do que estritamente arquivístico. E a mudança de paradigma facilitou o acesso aos arquivos.

A comunidade acadêmica deste campo de estudos transpôs as fronteiras daquilo que seria o espaço e as regras elementares do ofício para repensar temas como o *ethos* da profissão, as relações de poder que envolvem o arquivista, e o seu engajamento com a sociedade. O arquivista adquire novas feições:

Os arquivistas não são arquivistas porque fazem as mesmas coisas em lugares diferentes (avaliam, adquirem, processam, descrevem, preservam, disponibilizam), ou porque eles ou outros acham que o que fazem é “valioso”, mas porque o que fazem tem o seu próprio significado e impacto social, a sua própria comunidade de significado, a sua própria transcendência do mundano para o ideal, do individual para o comunitário. (Cook, 2013, pp. 98-99)

No decurso da produção teórica em torno dos arquivos, o tema da avaliação documental ganhou destaque. Essa competência do arquivista mostra bem o poder e a responsabilidade social de que se reveste o seu trabalho. Na impossibilidade de tudo ser guardado, o arquivista seleciona, entre a massa documental que lhe chega às mãos, aquela que será guardada permanentemente ou por um período de tempo limitado. Esta escolha vai determinar todas as tarefas arquivísticas subsequentes e, mais do que isso, imprime valor a determinados documentos, enquanto outros se desvalorizam ou desaparecem irremediavelmente. São as regras do jogo arquivístico, e é com elas e contra elas que o investigador se terá de debater.

Neste papel de avaliador e seletor, o arquivista despe a neutralidade e opera sobre a realidade documental e o conhecimento que dela poderá (ou não) resultar. De igual modo, nos trabalhos de descrição documental, os critérios, a semântica e os ângulos que o arquivista utiliza influenciam a qualidade da pesquisa e a matéria-prima a que o investigador acederá. É por isso que Terry Cook (2011, p. 174) afirma que os arquivistas são cocriadores dos arquivos enquanto registos, e cocriadores dos arquivos enquanto instituições. Arquivar é, assim, um ato político e um ato de criação.

Alguma literatura (Cook, 2011, pp. 178-179) revela que o mundo dos arquivos conheceu também transformações ao nível do público que os consulta. Os historiadores perdem a “exclusividade”. A eles juntam-se estudiosos de todas as áreas e cidadãos que exercem o seu direito de usufruto do património documental. Exigem-se mais competências aos arquivistas, maior transparência e uma sensibilidade mais apurada que leve a sério as necessidades amplas dos seus utilizadores. Os arquivos já não são (ou não deviam ser) labirintos frequentados por poucos. Como diria o estudioso da arquivística Eric Ketelaar (1992), “os arquivos [são] do povo, pelo povo, para o povo”.

Os caminhos e atalhos que se abrem neste campo de estudos e de práticas mostram dinâmicas, problemas e desafios em permanente ebulição. O arquivista silencioso, passivo e particularmente cioso do que guarda até pode continuar a existir, mas as exigências da realidade e as demandas esclarecidas de quem produz investigação parecem não voltar atrás. Há uma convicção generalizada de que

os documentos de arquivo estão sempre em processo de serem feitos, que as "suas" histórias nunca terminam e que as histórias daqueles que são convencionalmente chamados de criadores de documentos, gestores de documentos, arquivistas, utilizadores, e assim por diante, são partes (mudando, misturando-se) de histórias maiores, compreensíveis apenas nos contextos mais amplos e em constante mudança da sociedade. Os registos, em suma, abrem-se para dentro (e para fora) do futuro. E os arquivistas são membros de uma grande família de fazedores de documentos. (Duff & Harris, 2002, pp. 265-266)

5.6. Os novos velhos desafios dos investigadores da rádio: os arquivos sonoros importam

Nos últimos anos, “o arquivo” tornou-se um tópico regular de discussão académica para não arquivistas, sobretudo na área da história. Porque para os que trabalham em campos disciplinares da história ou que com ela se cruzam, o arquivo é semelhante ao laboratório do cientista natural, diz Thomas Osborne (1999, p. 52).

O arquivo não pode dissociar a sua “verdade” do próprio processo e dos sujeitos que o construíram como guardião de determinado património documental. A historiadora americana Antoinette Burton (2005, p. 6) diz-nos que há que “desnaturalizar os limites presumidos do espaço oficial de arquivo”. Porque, para lá desses limites, nos seus bastidores, há uma história de proveniências, exclusões, policiamentos, relações com os utilizadores, lutas internas e de pressões constantes, sejam políticas, culturais ou socioeconómicas. Todos estes componentes, que pouco devem ao acaso ou à inocência, “deixam vestígios que transformam os próprios arquivos em artefactos da história” (Burton (2005, p. 6). Todos estes fatores moldam as narrativas que se encontram preservadas nos depósitos de arquivo – e

ajudam a explicar as que não estão –, e que chegam aos utilizadores já com uma história própria, que desafia os princípios de objetividade e neutralidade reivindicados pelo arquivo tradicional Burton afirma que a história não comunga do empirismo de séries televisivas como o CSI, porque

não é apenas um projeto de recuperação de fatos (...), mas também um conjunto de processos complexos de seleção, interpretação, e até mesmo a invenção criativa – processos acionados, entre outras coisas, pelo encontro pessoal com o arquivo, pela história do próprio arquivo, e a pressão do momento contemporâneo sobre a leitura do que ali se encontra. (Burton, 2005, pp. 7-8)

Este tipo de discurso mostra como o interesse académico pelo “arquivo-come-fonte” deslizou para o “arquivo-come-assunto” (Robertson, 2011, p. 1). Para esta viragem foi determinante o trabalho de filósofos como Jacques Derrida, no seu ensaio *Archive fever* (1995), e, sobretudo, o de Michel Foucault. No final da década de 1960, o filósofo vem introduzir uma ideia que, embora latente, não tinha sido devidamente clarificada e motivadora de debate. Para Foucault, o conceito de arquivo não é “a soma de todos os textos que uma cultura conservou consigo como documentos do seu próprio passado, ou como testemunho da sua identidade mantida” (Foucault, 1969/2014, pp. 177-178). Pelo contrário, o arquivo “é antes de mais a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault, 1969/2014, p. 178). Para o autor, o arquivo não é um lugar físico, feito de artefactos palpáveis, mas um espaço mais abstrato que emana poder. É o local que criva o que é dito e descarta uma miríade de outros ditos e não ditos discursivos. Nessa teia de poder, o arquivo é, ao mesmo tempo, um lugar de pertença e exclusão.

À sua escala, também os estudos da rádio, a história da rádio e os estudos do som, no contexto vasto do campo de estudos dos média, têm refletido sobre esta problemática. Não só porque tem um potencial como objeto de estudo, mas, acima de tudo, porque o arquivo é um meio imprescindível para conferir credibilidade ética e epistemológica (Osborne, 1999, p. 53).

Os seus contributos vão desde chamadas de atenção, mais ou menos circunstanciais, para as lacunas, insuficiências e problemas dos arquivos sonoros, sobretudo no que respeita ao acesso, a reflexões mais extensas sobre o arquivo como assunto. Importa sistematizar alguns desses contributos.

Paddy Scannell e David Cardiff (1991), nas páginas iniciais de *A Social History of British Broadcasting*, definem o meio rádio como efêmero e volúvel, com recursos arquivísticos sonoros marcados por ausências, perdas e insuficiências, que comprometem o labor académico deste campo de estudos:

Há um paradoxo inescapável no cerne deste projeto, do qual sempre estivemos cientes – o nosso objeto de estudo não existe mais. Os primeiros pioneiros da rádio como forma de arte lamentaram a “horível impermanência” do seu meio. A rádio e, mais tarde, a televisão, desenvolveram-se primeiro como sistemas de transmissão, enquanto as tecnologias de gravação apareceram depois. Assim, embora existam gravações de alguns dos programas mais significativos transmitidos a partir de meados dos anos trinta, a maior parte da produção pereceu no momento da transmissão. O caráter fugaz e não registado da rádio primitiva parece resistir obstinadamente à possibilidade de recuperação histórica. (Scannell & Cardiff, 1991, p. xiii, citado em Dolan, 2003, p. 66).

Nesta encruzilhada de debilidades sonoras, os arquivos escritos ganham um peso preponderante na produção do discurso académico sobre a rádio. Os autores fazem menção ao material escrito da BBC de que se socorreram para construir esta conhecida obra de história da rádio britânica, que cobre o período da década de 1920 à eclosão da Segunda Guerra Mundial:

Das atas dos conselhos de administração da BBC e das reuniões departamentais, dos arquivos de políticas sobre todos os aspetos dos programas, dos arquivos de produção e todas as transcrições dos programas transmitidos, dos arquivos dos colaboradores, dos relatórios da Pesquisa do Ouvinte, da esplêndida coleção de recortes de imprensa, bem como da *Radio Times* e *The Listener*. (Scannell & Cardiff, 1991, p. xiii, citado em Dolan, 2003, p. 66).

Esta documentação escrita é a fonte que sustenta a obra de Scannell e Cardiff. Apesar da riqueza com que os autores a descrevem, o discurso dos autores indicia que não são as fontes ideais, mas as fontes possíveis; os objetos de substituição que cobrem a falta de registos sonoros.

Jean-Noël Jeanneney começa a sua obra clássica *Uma História da Comunicação Social* (1998) por elencar as dificuldades inerentes ao estudo dos média. Entre elas, destaca o “desequilíbrio da documentação”. Diz o autor que, se por um lado existe uma enorme quantidade de documentação impressa conservada, por outro, as empresas de média não têm a preocupação de guardar os seus arquivos. Jeanneney concretiza:

Os profissionais dos meios de comunicação social raramente têm um pensamento histórico e, na memória dos actores, o que predomina frequentemente é a anedota, mais que a cronologia verdadeira e o sentido dos movimentos de conjunto. Nestas profissões, um acontecimento precede o outro e cada um tende a viver o instante, a guardar poucos papéis pessoais, a não se preocupar com o passado de uma forma reflectida e organizada (excepto no caso de alguns brilhantes historiadores-jornalistas). Acrescente-se que no audiovisual os problemas de conservação e de consulta dos arquivos – tanto de palavras ditas como de imagens mostradas! – são especialmente graves e daí resulta, para a actualidade, um risco de exagero da

importância relativa da escrita, uma vez que os vestígios estão mais facilmente disponíveis. (Jeanneney, 1998, p. 6)

A americana Michele Hilmes afirma que vivemos atualmente uma nova “idade do ouro” da rádio, mas que padece de um sentido crítico que só a história consegue aportar. Sem ela, o trabalho sonoro permanece desligado das suas raízes e, não obstante o talento dos novos profissionais da rádio e das possibilidades criativas dos novos e dos tradicionais dispositivos, qualquer inovação é feita no vácuo (Hilmes, 2014, p. 12). A montante está, diz a autora, a ausência de um discurso crítico sobre a rádio, mas também “o problema do arquivo”, que se pode resumir, de acordo com a experiência americana, em três aspetos. Em primeiro lugar, a baixa prioridade dada ao som pelas entidades arquivísticas, que estimula um importante trabalho de recolha por colecionadores amadores, mas que tende a concentrar-se numa “gama limitada de programação de entretenimento e [a] permanecer fora da esfera oficial dos arquivos” (Hilmes, 2014, p. 15). Por outro lado, a vocação arquivística orientada para o papel em detrimento do som gravado. Finalmente, o interesse pela preservação da música, que sempre foi superior à necessidade de preservação da rádio e da sua sonorização.

Em 2010, Paddy Scannell não se limita a diagnosticar o efeito que a negligência dos arquivos tem para a maturação da história da rádio. Num artigo orientado para os estudos da televisão, mas com pontes para os estudos da rádio, a autora desloca o seu interesse pela televisão como evidência histórica para os efeitos do meio na história. Numa perspetiva que revisita alguns princípios do determinismo tecnológico, Scannell (2010) considera que, no estudo da rádio, os conteúdos mediáticos têm menos peso do que o olhar atento para a forma como esses conteúdos são feitos e com que recursos técnicos e tecnológicos.

Para Scannell, explorar as questões sociais, culturais e políticas, numa perspetiva histórica, implica analisar “a questão invisível de como os programas são feitos, as histórias ocultas da sua produção” e, por conseguinte, ter em conta que as tecnologias – como os microfones de estúdio, as câmaras televisivas ou os dispositivos de gravação – são agentes da história, ditando a continuidade e a mudança social (Scannell, 2010, p. 40). O microfone da rádio, por exemplo, teve um impacto extraordinário no carácter relacional da fala pública:

Os locutores logo aprenderam a adaptar um estilo de conversação, a falar com os ouvintes como se fossem uma audiência de um só, a atraí-los para uma conversa. (...) Na sala de aula, no consultório médico ou no tribunal, uma classe de palestrantes controla e define a interação: professores, médicos e advogados fazem perguntas, enquanto alunos, pacientes e queixosos respondem. A conversação em situações e ambientes não institucionais é uma interação gerenciada em conjunto, na qual os papéis de falante-ouvinte são distribuídos uniformemente e os participantes estão

igualmente envolvidos no processo de iniciá-la, mantê-la e encerrá-la. (...) Algo disso está implícito no novo estilo de falar desenvolvido na rádio e na televisão, possibilitado pelas propriedades comunicativas do microfone (...). Com certeza todas as conversas na rádio e na televisão são institucionais. A responsabilidade pelo que é dito, em primeiro e último lugar, cabe sempre às emissoras que controlam a gestão da fala (...). Mas o caráter relacional do falar em público (...) é transformado. (Scannell, 2010, p. 43)

O que Scannell diz, sem que o faça explicitamente, é que a forma dos conteúdos e o funcionamento das tecnologias têm de ser apreendidos e procurados nos documentos de arquivo a que se tem acesso, e para além deles. A abordagem da autora é menos consentânea com o discurso das perdas e ausências documentais, e mais motivada para os modos de uso dos arquivos.

A autora defende ainda que o arquivo é a totalidade da produção gravada disponível, independentemente do género de programa e dos períodos temporais:

Todos os géneros de programas têm igual interesse e peso histórico: seria um erro elementar pensar que a única parte propriamente histórica do registro eram programas factuais sérios; notícias e documentários. A produção de entretenimento trivial em geral e o entretenimento ficcional em particular são tão relevantes e interessantes quanto a produção factual séria e não menos histórica por ser ficção. (Scannell, 2010, p. 39)

Embora o seu foco seja o conhecimento dos média e a forma como tocaram e transformaram a história, Scannell não mitiga a importância que os documentos de arquivo das empresas de média têm para explorar questões históricas. A autora dá como exemplo algumas *sitcoms* americanas que, hoje, se constituem como um recurso histórico importante para explorar continuidades e mudanças nas relações sociais e nas atitudes em relação ao sexo, género, classe ou política. À época, a sua pertinência ficava-se pelo consumo imediato, mas a constituição de arquivos conferiu-lhes outra vida e utilidade:

Nenhum desses programas se considerava histórico. Todos estão dentro e para os tempos em que foram feitos. Essa inocência (a ingenuidade de não fazer um gesto em direção ao futuro) é o que garante precisamente o seu estatuto para nós, hoje, olhando-os como verdadeiros documentos de seu próprio tempo e, portanto, como genuinamente reveladores daquele tempo. (...) Os programas de rádio e TV agora naturalizam-se, graças à existência dos arquivos, como um local institucional distinto e importante para explorar muitos aspetos da elaboração, no tempo, do processo de fazer história. (Scannell, 2010, p. 40)

Mas, na reflexão de Scannell, a sensibilidade para a história construída com recurso aos documentos de arquivo dos média perde obviamente terreno para o imperativo da compreensão histórica dos média *per se*. A autora insiste na necessidade de “saber ler” os registos gravados em arquivo como

documento que testemunham os efeitos da televisão e da rádio nas estruturas sociais, ao longo do tempo histórico. E estes efeitos devem ser indagados, invariavelmente, nas tecnologias que, com maior ou menor visibilidade, foram sendo utilizadas. Paddy Scannell sublinha:

Os documentos em si não são silenciosos. Eles falam do passado no presente à medida que ganham vida cada vez que são reproduzidos, cortesia da tecnologia de gravação que os preserva como um registo para as gerações futuras. As tecnologias de gravação (...) são, claro, a condição *sine qua non* da história. (...) Obviamente, é importante entender as propriedades das tecnologias de gravação e a história de seu desenvolvimento para entender completamente os documentos que ouvimos e assistimos. (...) O passado, registado no rádio e na TV, não é mais o passado morto. É o passado vivo que volta ao presente ao toque de um botão. Sem tecnologias de gravação (impressão e papel, fitas de áudio e vídeo, CDs, DVDs) não haveria arquivos. (Scannell, 2010, pp. 48-49)

Josephine Dolan (2003) coloca-se numa posição diametralmente oposta ao discurso ortodoxo que vê o meio rádio numa situação arquivística frágil e negligenciada, na qual a efemeridade do suporte e da voz anda de mãos dadas com arquivos insuficientes, lacunares, subalternizados, inferiorizados face a outros arquivos de média.

Dolan, alicerçada na sua experiência de investigação da rádio a partir dos arquivos escritos da BBC²⁴, revela-se bastante crítica da primazia que é dada aos arquivos sonoros, em prejuízo dos registos escritos. A autora afirma:

Aqui, o ‘disco’ sonoro constitui-se como objeto primordial da pesquisa de rádio/rádiodifusão: como aquele que oferece um maior acesso ao passado da rádio/rádiodifusão. Mas, crucialmente, onde o arquivo escrito é construído como inferior, o arquivo sonoro é formulado em termos de falta e insuficiência, problema que é atribuído a uma efemeridade específica do meio. Nessa formulação, os arquivos escritos ou visuais são posicionados, na melhor das hipóteses, como secundários e o texto escrito apenas substitui o registo ausente da rádio/rádiodifusão. Implicitamente, o texto escrito é um pobre substituto para a voz que não pode ser ouvida. (Dolan, 2003, p. 67)

Nesse sentido, a investigadora adverte para o “colapso da distinção entre a especificidade do arquivo sonoro e os termos mais gerais do arquivo de rádio” (Dolan, 2003, p. 65). Ou seja, o arquivo radiofónico é um todo textual, com vários formatos e suportes, que ultrapassa os recursos audíveis.

A autora não contemporiza com o jogo de oposições binárias entre a rádio, tida como transitória e efémera, e os demais meios, considerados mais duráveis e acessíveis. Dolan argumenta que também

²⁴ Trata-se do BBC Written Archives Centre, em Caversham. Veja-se o sítio institucional: <https://www.bbc.co.uk/archive/bbc-written-archives-centre/zdy9scw>

os materiais impressos e os objetos filmicos são retirados de circulação, padecem de fragilidade (sobretudo os filmes), esgotam-se enquanto produtos, e estão sujeitos, como qualquer meio, a uma decomposição material.

A rádio é, amiúde, definida como um meio de vozes, como um meio de fala. A autora não o nega, mas responde a esse facto com uma pergunta: “A gravação de som é o único caminho pelo qual as características e distinções da voz podem ser traçadas?” (Dolan, 2003, p.68). Josephine Dolan considera que a produção de conhecimento sobre a rádio é tão passível de ser feita a partir de arquivos de som como de arquivos escritos. De outra forma, alerta, o arquivo sonoro pode tornar-se num objeto fetichizado. E “privilegiar um meio sobre o outro, um arquivo sobre o outro, é fetichizar especificamente tanto esse meio quanto esse arquivo” (Dolan, 2003, p. 70).

O investigador consegue escutar os textos que mobiliza para investigar a rádio. Esse material escrito desempenha um papel primordial na produção radiofónica. Ou seja:

A rádio/rádiodifusão é o produto de uma vasta gama de textos escritos anteriores ao momento da transmissão. Os textos escritos são parte integrante da complexa malha discursiva da voz transmitida, audiência “internalizada”, “ouvinte” e programas. (...) Sem os textos escritos que agora compõem o arquivo escrito da BBC, a rádio/rádiodifusão não existiria. (...) A rádio/rádiodifusão nunca foi um meio discreto, confinado à circulação do ‘falar’ e às competências de ‘ouvir’. Em vez disso, marca uma interface entre escrever e falar; entre a palavra escrita e a falada; entre as competências de leitura e escuta. (Dolan, 2003, pp. 70-71).

Para a autora, há uma fixação excessiva nas vozes da rádio como veículo através do qual melhor se pode entender e aceder ao meio rádio. Como se o arquivo de sons fosse o baluarte inequívoco para o conhecimento da rádio. Este pensamento gera, segundo a autora, um descaminho feito de vozes que nem sempre podem ser ouvidas, de obstáculos burocráticos no acesso ao arquivo, e de perdas e insuficiências do material audível. Procura-se a voz e os seus fragmentos como se estes fossem a verdade absoluta do *fazer radiofónico*. Dolan faz uma analogia entre o cinema e a rádio para enunciar que os produtos visuais e sonoros de ambos se revestem de uma verdade relativa:

Assim, a verossimilhança realista que faz o filme parecer um meio verdadeiramente transparente é altamente estruturada, altamente convencionalizada e carregada ideologicamente. Pode ser que a câmara não consiga mentir; mas a ausência de mentiras não equivale necessariamente à reprodução de verdades transparentes. O paralelo que pode ser traçado aqui é entre o formato construído de verossimilhança realista visual e o formato construído de verossimilhança realista audível. Essa comparação com a produção cinematográfica sugere que a voz transmitida não pode ser tomada como natural, como um dado. Embora as práticas de produção do

rádio/difusão sejam mais imediatas e menos complicadas do que as do cinema, isso não sugere que o meio não seja mediado: que a voz transmitida não seja convencionalizada e moldada *a priori* no momento da transmissão. Dito de outra forma, a voz “ao vivo” da transmissão de rádio não é mais espontânea do que o artifício do filme realista. (Dolan, 2003, pp. 69-70).

Todo o pensamento da autora vai ao arripio das posturas tradicionais dos investigadores que se insurgem contra o nó cego que o arquivo pode constituir numa investigação sobre o meio radiofónico. É particularmente polémica esta afirmação perentória: “A ausência de registros sonoros não sugere uma lacuna no conhecimento sobre radiodifusão e/ou história da rádio/radiodifusão” (Dolan, 2003, p. 72). A autora prossegue, insistindo que os textos escritos têm lugar na produção da voz, e que a voz não é um objeto a ser recuperado a partir do arquivo da rádio, mas, antes, um objeto que é produzido na relação entre o investigador, as metodologias e os recursos de arquivo:

[A ausência de registros sonoros] não marca a diferença entre um relato suficiente e insuficiente da história da radiodifusão: a diferença entre o sucesso e o fracasso nos esforços para recuperar e ouvir as vozes da rádio/radiodifusão. E, mais importante, sugere que não é por uma falha de tecnologia ou uma falha arquivística que a voz passada da rádio não pode ser ouvida. Tampouco pode ser atribuída a uma efemeridade específica do meio. Em vez disso, aponta para a mudança nas constituições da cultura da rádio; em direção a conhecimentos parciais de vozes variáveis que são produzidas nas re-auditorias da atividade de pesquisa e que atravessam as fronteiras transitórias entre o investigador e o investigado. (Dolan, 2003, p. 72).

Este olhar de Dolan, façamos as críticas que fizemos, tem o mérito de orientar a discussão noutros sentidos e de chamar a atenção para os perigos do endeusamento dos arquivos sonoros em que a investigação da rádio pode mergulhar, renunciando a outras fontes, a outros pontos de vista, a outras estratégias de pesquisa. Mas, como contrapõe Price-Davis, face à afirmação radical de Dolan de que a ausência de gravações sonoras não sugere uma lacuna no conhecimento sobre a rádio e a sua história: “Em vez disso, juntamente com muitos outros professores de estudos de rádio, tenho um desejo genuíno de ter maior acesso aos arquivos existentes” (Price-Davis, 2004, pp. 106-107). Partilhamos desse desejo e dessa urgência.

Os vários contributos que a investigadora Carolyn Birdsall tem dado para a problemática dos arquivos, a solo (Birdsall, 2016, 2018, 2019, 2022) ou em parceria (Birdsall & Harrison, 2022; Birdsall & Tkaczyk, 2019), merecem especial destaque. Birdsall tem desenvolvido um trabalho inovador, com sistematicidade e coerência, que cruza o estudo da rádio com o estudo dos respetivos fundos documentais sonoros, enquadrados na história europeia. O projeto de investigação que atualmente lidera

na Universidade de Amesterdão – *TRACE - Tracking Radio Archival Collections in Europe, 1930-1960* –, reflete esta paleta de interesses e de caminhos de investigação, sendo pioneiro no foco que coloca sobre as dinâmicas dos arquivos sonoros²⁵. Estas preocupações e sensibilidades estão bem patentes no mais recente número de uma revista académica dos Países Baixos, totalmente dedicado ao tema *Historical Traces of European Radio Archives, 1930-1960*, com edição de Birdall e de Carolyn Hamilton, também investigadora do referido projeto²⁶.

O trabalho de Birdsall é o exemplo mais claro de como, no seio dos estudos dos média, em particular da rádio, a atenção epistemológica passou do arquivo como fonte, ou seja, que materiais permitem contar determinada “história”, para o arquivo como assunto, como estrutura explicativa da “história” e do meio. Como refere Alexander Badenoch (2022), trata-se de trabalhar o arquivo não como a entidade neutra que permite o registo dos acontecimentos sob a forma de gravação, mas como instância que é “testemunha” de práticas de salvaguarda documental, que não são inocentes e cujos objetivos podem passar pela instrumentalização dos registos.

Neste sentido, Carolyn Birdsall fala-nos, quase sempre a partir da sua experiência de investigação dos arquivos radiofónicos da Alemanha antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial, da necessidade de “ouvir o arquivo” do ponto de vista dos discursos e das práticas organizativas. Porque, se, por um lado, a gravação foi o elemento fundacional de todas as estratégias de salvaguarda documental, por outro, foi também um lugar de discórdia e resistência, um ponto de permanentes negociações sociais, um alvo cirúrgico de roubos, destruição e deslocalizações, um território de exclusão e de triagem do que é ou não “guardável”. Todas estas “pequenas coisas” (Salosaari, 2022), tantas vezes desvalorizadas, refletem-se, inequivocamente, no tipo e profundidade dos estudos sobre a rádio.

Birdsall insiste que se deve aceder à “mentalidade de arquivo” (Birdsall, 2022) das emissoras de rádio, e isso consegue-se a partir de uma postura epistemológica que agregue os contributos da história dos média, dos estudos da rádio e dos estudos críticos do arquivo. Numa resposta clara à postura de Josephine Dolan (2003), Birdsall é conciliadora:

Essa consciência não exige que os estudiosos do som abandonem suas avaliações críticas dos limites dos arquivos visuais e textuais, nem fetichizem o arquivo sonoro; em vez disso, exige que indaguemos mais sobre as maneiras pelas quais os materiais sonoros são preservados e apresentados no presente, bem como a formação histórica dos sons do passado. A consciência de tais processos – em combinação com perspectivas críticas extraídas da teoria dos arquivos e dos média – é essencial para

²⁵ Veja-se o site institucional do projeto: <https://trace.humanities.uva.nl/>

²⁶ Veja-se o número especial do periódico *TMG Journal for Media History*, lançado no início de outubro deste ano: <https://www.tmgonline.nl/56/volume/25/issue/2/>

alcançar uma compreensão mais matizada da constituição do som mediado. (Birdsall, 2016, p. 142)

Jonathan Sterne (2009), uma das principais referências no campo de estudos do som, reflete sobre as condições de possibilidade de uma investigação baseada em arquivos sonoros. Imaginando que todas as condições políticas, organizativas, técnicas, tecnológicas e humanas fossem asseguradas pelos arquivos sonoros, o historiador disporia de todos os documentos necessários, expectáveis, para reconstruir a experiência sonora do passado? Sterne diz que não. Por mais que a situação de preservação se aproxime do ideal de completude, o arquivista sempre se interrogará se aquele documento deve ou não ser preservado, se tem ou não representatividade e se tem valor para a memória futura. As instituições têm espaço e orçamento limitados que obrigam à tomada de decisões e a uma escolha criteriosa. Como o autor salienta, “a seleção e a memória são atos dolosos que definem a natureza e o alcance dos objetos disponíveis numa determinada coleção” (Sterne, 2009, p. 57).

Pouco adianta ao historiador lamentar-se contra as gravações que os arquivos perderam, contra os retalhos, as ruínas e as evidências sobreviventes, diz Sterne. Independentemente dos esforços dos arquivistas, todos os registos preservados serão sempre uma pequena parte do que a rádio produziu e deu a escutar aos seus ouvintes num determinado momento. Há uma dialética na sociedade entre lembrar e esquecer que os arquivos acompanham. E a tecnologia digital não se tem revelado a panaceia de todos os males. Mesmo no atual cenário tecnológico, propenso ao armazenamento e transferência de sons gravados, uma boa parte da documentação perder-se-á, deixará de ser reproduzível e, portanto, perderá inteligibilidade.

Os horizontes investigativos desenhados por Sterne parecem, à partida, pouco promissores. Mas o autor argumenta num sentido mais desafiante, que obriga a repensar sobre o que é investigar e “fazer” história. O historiador, em geral, lida permanentemente com fragmentos, vestígios e ausências. O historiador que lida com o som também. E é na mobilização e escrutínio do que resistiu ao tempo que o seu labor se cumpre. A inacessibilidade dos sons de outrora não significa que os mesmos não possam ser trabalhados e resignificados. Com um pensamento e uma linguagem muito semelhante a alguns teóricos da história, diz Jonathan Sterne: “A maior parte da história humana só está disponível para a análise atual de forma extremamente distorcida e parcial. Aproveitamos os rastros deixados para trás, interpretando-os, impondo os nossos próprios enquadramentos e questionamentos, e fazendo-os falar ao nosso presente” (Sterne, 2009, p. 65).

Capítulo 6

O acesso à memória sonora da rádio

6.1. Algumas práticas internacionais

6.1.1. Os Arquivos da British Broadcasting Corporation (BBC)

No que respeita aos documentos da rádio, a BBC dispõe de dois tipos de arquivos: os Arquivos Sonoros, criados nos inícios da década de 1930, que começaram por estar instalados no edifício-sede da corporação, na Broadcasting House, em Londres, e que, desde 2010, estão centralizados no BBC Archive Centre, em Perivale; e os Arquivos Escritos, formalizados em 1970, e guardados em Caversham Park, Reading. Interessam-nos, particularmente, os primeiros.

Da sua criação à atualidade, os arquivos da BBC passaram necessariamente por mutações políticas e organizativas, com convulsões internas e tensões entre quem guarda e quem quer aceder, mas são, desde o seu início, uma referência arquivística para o património audiovisual.

Sabemos que a rádio nasceu como meio de transmissão “ao vivo”. A efemeridade certamente fez nascer o desejo de “arquivar”, a emergência das tecnologias de gravação potenciou-o, mas a tarefa de guardar os conteúdos radiofónicos enfrentou, no início da rádio, muitas resistências um pouco por toda a parte, seja porque fixar o som podia retirar-lhe a vivacidade, seja por razões relacionados com os direitos de autor, entre outros obstáculos.

No caso britânico, como noutras latitudes, a partir da década de 1930, gravar e arquivar passaram a ser uma necessidade interna, de apoio à programação, mas também um modo de assegurar uma herança sonora, de matriz nacional, e uma forma de “capturar e ordenar os sons do mundo” (Birdsall, 2018, p. 197). Nos arquivos dessa época guardam-se, por exemplo, sons de alguns acontecimentos, colhidos em reportagem, gravações das vozes contemporâneas, e gravações ilustrativas do próprio meio

radiofónico, como amostras de noticiários, exemplos de previsão do tempo, amostras de programas de entretenimento, e vozes da estação (Birdsall, 2018, p. 200).

Durante e após a II Guerra Mundial, o incremento dos arquivos sonoros da BBC é notório, muito devido ao trabalho pioneiro de Lynton Fletcher, Marie Slocombe e Timothy Eckersley, que são os primeiros membros do Departamento de Programas Gravados da BBC.

Marie Slocombe, formada em Oxford e, inicialmente, secretária da BBC, é um nome particularmente lembrado em alguns trabalhos que abordam os arquivos da BBC (Birdsall, 2018; Rooks, 2010). Ela teve um papel fundamental na criação da chamada Biblioteca Permanente da BBC – à época, os termos “arquivo” ou “arquivo histórico” não eram utilizados –, entre 1937 e o início da década de 1970. Com Slocombe como bibliotecária, começa um trabalho formal e sistemático de curadoria da documentação considerada historicamente significativa, o que não deixou de provocar alguns embates internos. O departamento de Engenharia da BBC não tardou a considerar que o “arquivo” estava a interferir com as suas funções técnicas de gravação; os produtores, por sua vez, gostavam de conservar as suas próprias bibliotecas de som, dispensando intervenção alheia (Birdsall, 2018, p. 200).

Com o trabalho crescente da Biblioteca Permanente da BBC, a estação aposta em programas que mostram a importância deste serviço. É o caso da série de quatro programas *You Have Been Listening to a Recording*, transmitida em 1942. Estes programas são uma espécie de visita guiada à Biblioteca Permanente. Lynton Fletcher, diretor do Departamento de Programas Gravados, aproveita para explicar aos microfones as razões pelas quais as gravações são feitas:

Uma é uma questão de tempo, outra é uma questão de lugar e a outra é uma questão de história. Ou, por outras palavras, o nosso primeiro objetivo é registar as coisas que acontecem quando você está a dormir ou está no trabalho e depois reproduzi-las quando você está acordado ou no lazer. Depois, o nosso segundo objetivo é sair com nossos carros de gravação e trazer de volta ao estúdio as vozes e os sons que estão fora do alcance do microfone do estúdio. Finalmente, o nosso terceiro e último objetivo é preservar para a posteridade pelo menos algumas das coisas que caracterizam a nossa vida e os nossos tempos. (Fletcher, 1942, citado em Rooks, 2010, p.178)

Esta reafirmação da necessidade de gravar e arquivar não é nova para a BBC, mas o que estes programas de 1942 trazem é uma declaração pública, que busca a sensibilização dos ouvintes, num tempo convulso, de multiplicação de acontecimentos e de atores da história. Quando Marie Slocombe explica, neste programa radiofónico, a forma como os suportes de gravação se deterioram facilmente, os custos elevados, e a necessidade que tinha de justificar permanentemente cada minuto que considerava digno de ser gravado, também não está a contar nada que já não tivéssemos abordado, mas

ficamos a saber, de fonte direta, num discurso autorreferencial, algo do que se passava nos bastidores do arquivo da BBC. (Rooks, 2010, p. 179). E sabemos-lo porque alguém, provavelmente Slocombe, considerou que estes e outros programas, dos quais participou, assim como memorandos e correspondência internos, deveriam ser preservados enquanto testemunho do fazer radiofônico e das condicionantes arquivísticas de um dos maiores espólios sonoros mundiais.

Com a II Grande Guerra, a presença de correspondentes da BBC nos teatros de operações, juntamente com o desenvolvimento de equipamentos de gravação mais portáteis, exponencia o número de gravações que dão entrada na Biblioteca Permanente da BBC. O que seria, aparentemente, um feito importante para a memória coletiva – a abundância –, tem da parte de Slocombe a reação própria de um arquivista quando vê uma massa documental crescer sem planeamento. Diz a histórica bibliotecária da BBC: “a história estava-se a acumular nos arquivos”, e a conduzir a “atrasos sem esperança” (Rooks, 2010, p. 179).

Mas esta Biblioteca Permanente de que estamos a falar constitui o Arquivo da BBC? A ideia de memória preside-lhe. Mas, na verdade, estamos mais perante uma coleção de documentos do que de um “acumular” verdadeiramente arquivístico. Para isso precisaríamos de estar em presença de um conjunto de documentos, inserido dentro das atividades da BBC, em que o seu contexto e significado só pudessem ser compreendidos na relação que estabelecem entre si e no conteúdo amplo da sua produção. O arquivo é “natural”, da mesma forma que as coleções, casuísticas, ao sabor de um ou outro tópico, de um ou outro interesse, são construções “artificiais”.

Teriam de passar algumas décadas desde o trabalho de Slocombe – pioneiro e fundamental – para que o Arquivo da BBC encontrasse os recursos, a visão e o carácter orgânico de que necessitava, para se cumprir enquanto arquivo. Para ir além da biblioteca de gravações colecionadas para uso interno, e se transformar num arquivo verdadeiramente representativo da BBC, voltado para dentro, mas também para a comunidade.

Em 1972, num dos primeiros artigos académicos sobre os arquivos da BBC, Paul Thompson, referência da história oral britânica, fez um retrato da realidade e acesso arquivísticos da BBC. No que respeita ao acesso aos Arquivos Escritos, o autor critica a ausência de catálogos ou outros instrumentos de referência mais eficazes, e lamenta os preços a que a consulta está sujeita:

Está aberto [o Arquivo], sujeito a limitações de direitos autorais, a qualquer "historiador de boa fé", mas há taxas consideráveis a serem pagas: 50p. por dia, ou £5 por mês, ou uma assinatura anual corporativa de £25. Você também deve pagar, após uma primeira hora gratuita, £ 1 por hora por qualquer trabalho de pesquisa realizado pela equipa a seu pedido. Só podemos esperar que, agora que a BBC deu

este passo admirável ao abrir seus arquivos ao público, seja capaz de garantir o apoio financeiro necessário para dispensar essas taxas, que provavelmente impedirão muitos "historiadores de boa fé". A cobrança pelo tempo do pessoal onde não existe catálogo é particularmente preocupante. (Thompson, 1972, p. 12)

Thompson também refere alguns constrangimentos no funcionamento dos Arquivos Sonoros:

Você também precisa pagar (£ 2 por dia; e é necessária uma carta de apresentação de um Diretor de Estudos ou equivalente) para aceder aos Arquivos Sonoros, na Broadcasting House. (...) Eles funcionam como um serviço para as emissoras, e há muito pouco espaço para estudantes (...). Por causa das restrições de direitos autorais, o material dos Arquivos Sonoros não pode ser copiado para os investigadores e, em muitos casos, os roteiros das gravações do Arquivo não estão disponíveis, de modo que são necessárias muitas horas de escuta para uma pesquisa eficaz, e atualmente o custo desse tempo é formidável. (Thompson, 1972, p. 12)

O historiador não enjeita os esforços da BBC, o maior estreitamento com os investigadores, o trabalho de catalogação e descrição documental, “com um rigor raro até mesmo nos melhores arquivos públicos.” (Thompson, 1972, p. 13). Mas também não menoriza o novelo de obstáculos que a palavra “arquivo” pode sugerir, sobretudo quando o qualificativo é “sonoro”. A começar pela destruição diária de material sonoro com potencial histórico, num claro contraste com o que se passa com o material impresso. Diz o autor:

É um fato estranho e perturbador que, embora virtualmente todas as páginas dos primeiros meios de comunicação de massa, os jornais dos anos anteriores a 1914, tenham sido preservadas na coleção nacional de Colindale, quase não existam gravações antigas de transmissões, e mesmo agora, quando uma audiência muito maior ouve rádio e televisão do que jamais leu o *Daily Mirror* ou o *Daily Express*, preservamos apenas uma mera fração desse material num arquivo privado. (Thompson, 1972, p. 13)

Nos dias de hoje, a pesquisa e a consulta físicas transformaram-se, em larga medida, em digitais, tornado possível pela desmaterialização dos processos e dos próprios arquivos. A documentação continua a ser avaliada e selecionada, conforme os preceitos da gestão documental. A vontade de tudo ser preservado em arquivo é a ilusão do impossível, mas os critérios são mais inclusivos do que outrora. Quanto ao acesso, diz Simon Rooks, ex-arquivista da corporação pública de rádio e televisão do Reino Unido, “a missão de disponibilizar o máximo possível do Arquivo da BBC nunca foi articulada de forma mais clara ou mais forte” (Rooks, 2010, p. 184).

Em novembro de 2009 foi anunciada uma parceria entre a BBC e a British Library (BL), que é um marco no acesso ao património sonoro britânico. No memorando de entendimento assinado manifesta-se a vontade de promover e integrar o acesso ao material de arquivo de ambas as instituições:

Gerido por uma comissão conjunta, o Memorando de Entendimento procura desenvolver novas maneiras de integrar o acesso a quase um milhão de horas de conteúdo de rádio e TV da BBC e mais de 150 milhões de itens da British Library – aumentando significativamente o acesso ao material de pesquisa em ambas as instituições nacionais para o benefício dos investigadores e do público em geral.²⁷

Aquando do início desta parceria, Mark Thompson, diretor-geral da BBC, reforça o comprometimento da corporação com o interesse público:

A BBC e a British Library compartilham muitos dos mesmos propósitos – garantir o acesso público ao conteúdo em contexto aberto, criando um espaço onde as pessoas possam debater e trocar ideias e experiências. A biblioteca e os arquivos da BBC são uma grande oportunidade e também um imenso desafio. É vital que façamos parceria, aproveitando o poder da tecnologia digital para dar ao público o acesso que ele merece.²⁸

Atualmente, por via deste acordo de cooperação, o acesso ao arquivo sonoro da BBC é disponibilizado aos investigadores e ao público em geral através da British Library, a grande biblioteca patrimonial do Reino Unido. Esta solução permite que o arquivo físico fique salvaguardado nos depósitos da BBC e alivia a empresa de média na responsabilidade operacional com as questões do acesso, ao mesmo tempo que permite um acesso generalizado aos documentos sonoros numa instituição de referência, com instalações e meios orientados para a consulta pública. No caso do acesso aos arquivos televisivos da BBC, a solução encontrada é semelhante. Neste caso, é o British Film Institute que fornece o acesso público a esta documentação, disponibilizando meios de pesquisa e visualização²⁹.

Na British Library, o utilizador que procura documentação sonora radiofónica encontra dois serviços. Por um lado, a coleção principal da Biblioteca, com gravações de rádio próprias, seletivas, feitas desde 1963, a que se soma a documentação adquirida, ao longo do tempo, a estações de rádio, colecionadores, produtores e outras entidades. São cerca de 200.000 horas de gravações, que

documentam os principais desenvolvimentos na transmissão de rádio do Reino Unido desde a década de 1920 – a rede nacional da BBC, a rádio comercial pré-guerra, a rádio pirata da década de 1960, a rádio independente e comercial desde 1973 e a

²⁷ https://www.bbc.co.uk/pressoffice/pressreleases/stories/2009/12_december/11/library.shtml

²⁸ https://www.bbc.co.uk/pressoffice/pressreleases/stories/2009/12_december/11/library.shtml

²⁹ <https://www.bfi.org.uk/bfi-national-archive>

produção de uma década pela estação de rádio comunitária e artística de Londres Resonance FM desde 2002.³⁰

Por outro lado, a Biblioteca Nacional inglesa disponibiliza, como dissemos, o acervo da BBC, num total de, aproximadamente, 300.000 horas de registos gravados.

O acesso a ambos os espólios é gratuito, mas diferenciado. No caso da coleção da BL, parte do espólio está acessível no sítio *Sounds*³¹, sendo que toda a coleção é pesquisável online a partir de um catálogo específico³². No caso dos arquivos sonoros da BBC, o processo tem outro grau de mediação. Para aceder ao conteúdo dos arquivos é preciso solicitar um agendamento com o Serviço de Audição e Visualização da Biblioteca Britânica³³. O catálogo da BBC, por sua vez, não é acessível online. Só está disponível nas salas de leitura da Biblioteca, sendo preciso recorrer à pesquisa manual, através de catálogos impressos e microfichas, no caso de documentação anterior a 1992. Mas, nem todo o material arquivado depois de 1992 está detalhado no catálogo. Nestes casos, é preciso solicitar a pesquisa aos serviços, através do fornecimento de dados como o título do programa, o canal e a data/hora de transmissão³⁴. O acesso público à documentação da BBC não contempla o fornecimento de cópias do material sonoro aos utilizadores.

A British Library fornece ainda um serviço *Broadcast News*, que permite o acesso online, a partir das salas de leitura, a notícias de rádio e televisão atuais de 31 canais, entre os quais BBC London, BBC Radio 1, BBC Radio 4, BBC Radio 5 Live, BBC World Service, LBC e talkSPORT. As gravações são diárias desde 2010, e ficam disponíveis imediatamente após a transmissão³⁵.

6.1.2. O Institut National de l'Audiovisuel (INA)

O depósito legal surgiu em França, no século XVI, e é modelo inspirador a nível internacional (Magni, 1995; Saby, 2013). Foi criado com dois propósitos: por um lado, a construção de um património e, por outro, a fiscalização das obras escritas que iam sendo produzidas no reino. O depósito legal francês abrange, desde o início, todos os documentos publicados, independentemente do suporte. Uma das suas singularidades é a forma como se tem adaptado aos tempos, incorporando todos os tipos de documentos que, na longa duração, vão surgindo ou ganhando maior expressão: em 1648, passa a incluir gravuras, mapas e plantas; em 1793, partituras; as fotografias e os fonogramas são abrangidos em 1925; os

³⁰ <https://www.bl.uk/collection-guides/radio-broadcast-recordings>

³¹ <https://sounds.bl.uk/>

³² <http://cadensa.bl.uk/cgi-bin/webcat>

³³ <https://www.bl.uk/collection-guides/radio-broadcast-recordings>

³⁴ <https://www.bl.uk/help/search-the-catalogues-for-radio-recordings>

³⁵ <https://www.bl.uk/collection-guides/television-and-radio-news>

cartazes, em 1941; entre 1943 e 1977, o depósito legal passa a abarcar os documentos sonoros, audiovisuais e multimídia; em 1992, a lei estende-se ao domínio da rádio e televisão; finalmente, em 2006, a obrigação de depósito legal chega à Internet. Diz Frédéric Saby (2013, p. 19): “o depósito legal [em França] progride da mesma forma que os meios de transmissão do pensamento evoluem. E a diferença entre os dois não é assim tão longa...”.

No que respeita ao património da rádio, a lei aprovada a 20 de junho de 1992 foi decisiva. A lei tem a assinatura e a sensibilidade do conhecido historiador dos média Jean-Noel Jeanneney, à época Secretário de Estado da Comunicação. Através deste diploma torna-se obrigatório o depósito, no Institut National de l'Audiovisuel (INA), dos programas radiofónicos de todas as emissoras titulares de autorização ou concessão, tendo em vista a conservação dos documentos e o seu acesso à pesquisa. Os programas de televisão ficam sujeitos à mesma obrigação.³⁶

A lei de 1992, no entanto, uma vez publicada, teimava em não ser colocada em prática. Faltava-lhe legislação concreta de aplicação e meios financeiros que suportassem a decisão política em matéria do espólio da rádio e da televisão. No espaço público, gera-se um debate em torno desta questão, que culmina com a publicação, no jornal *Le Monde*, de um protesto intitulado “Memória proibida”. Em outubro de 1993, um grupo de mais de vinte académicos, das mais variadas áreas – entre eles, o próprio Jean-Noel Jeanneney, que ajudou a criar a lei, mas também intelectuais como Jean Baudrillard, Jaques Derrida, Paul Ricoeur, Dominique Wolton, Pierre Nora, Roger Chartier, Georges Duby ou Marc Ferro – manifestam-se contra o adiamento da proteção do património de som e imagem, e os consequentes efeitos negativos sobre a investigação:

A dinâmica de investigação e ensino (seminários, trabalhos científicos, ciclos de formação), amplamente engajada desde a publicação da lei, está prestes a ser interrompida. A situação é preocupante. Com efeito, neste final de século XX multiplicaram-se as iniciativas e questionamentos sobre a imagem e o som, a comunicação, o papel, o estatuto e a responsabilidade dos média. (...) Não haverá constituição de conhecimento científico sobre a imagem e o som sem acesso a essas fontes de rádio e televisão. Sem conhecimento constituído, não haverá formação de professores, e sem professores formados não haverá esta aprendizagem de uma leitura crítica do sector audiovisual que é essencial para os cidadãos de amanhã. Historiadores, sociólogos, filósofos, semiólogos, cientistas políticos, especialistas em ciências da comunicação, economistas, geógrafos e homens de letras, não poderão mais dispensar o uso dessas fontes, porque são essenciais para qualquer reflexão sobre o passado presente, a memória coletiva, a representação que nossa sociedade dá de si mesma. A lei da informação de mercado deve ser equilibrada pelo desenvolvimento de um espaço adequado para a criação de um trabalho de reflexão,

³⁶ Loi n° 92-546 du 20 juin 1992 relative au dépôt légal. <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/LEGITEXT000006079299/>

discernimento e conceptualização. Isso só será feito a partir de uma organização racional dos materiais de arquivo obedecendo às necessidades científicas de longo prazo.³⁷

A mobilização dos intelectuais teve efeito. Dois meses depois sai o decreto de aplicação da lei de 1992, especificando o *modus operandi* para os novos documentos ao abrigo do depósito legal. Assim, no caso dos documentos sonoros da rádio, são integrados no INA, até 15 dias após emissão, os seguintes: obras literárias, dramáticas e documentais; obras musicais; programas de informação, com exceção dos noticiários radiofônicos; entrevistas e magazines culturais e científicos; programas de variedades; mensagens publicitárias, e outros programas relevantes (Art.º 32). Os noticiários não são conservados na íntegra. São selecionados por amostragem, sob proposta de uma comissão, que inclui, entre outros, representantes do Governo e do INA (Art.º 35).³⁸ O decreto entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 1995, através do Inathèque, departamento do INA entretanto criado, que, desde essa data, está encarregue da receção dos documentos provenientes da rádio e televisão. Desde 1998, o Inathèque está instalado na Biblioteca Nacional francesa.

A lei de depósito legal é indissociável do INA, criado em 1974, com a missão de preservação dos arquivos de televisão e rádio, de produção de programas criativos, e de investigação e formação profissional³⁹. O INA, antes da lei de 1992, já tinha, portanto, uma missão patrimonial. O que acontece é que, a partir desta lei e das dinâmicas sociais que dela resultaram, a documentação da rádio e televisão francesas passa a estar, sem precedentes, ao dispor dos cidadãos, em particular da comunidade científica. Os fins da conservação, que, anteriormente, estavam muito voltados para a exploração comercial dos acervos e para a sua retransmissão, ao serviço das empresas de média, passam a ser dirigidos para o acesso público e para a investigação (Magni, 1995). Com o impulso da nova legislação, “a investigação sobre a história da radiotelevisão entrou numa nova era” (Rodes, 2005).

Do ponto de vista do acesso, a experiência de consulta documental no Inathèque, relatada pela antropóloga brasileira Claudia Turra Magni, ilustra uma realidade em que os “arquivos visuais e sonoros [estão] ao alcance das mãos, olhos e ouvidos” (Magni, 1995, p. 91) do investigador, através do acompanhamento dado pelos documentalistas e pelos instrumentos de pesquisa colocados à disposição do utilizador.

³⁷ *Le Monde*, 25/10/1993. https://www.lemonde.fr/archives/article/1993/10/23/communication-multimedias-protestations-a-ina-et-dans-les-milieux-universitaires-la-protection-du-patrimoine-de-l-image-et-du-son-est-reportee-a-1995-un-appel-de-chercheurs-et-d_3941683_1819218.html

³⁸ Décret n°93-1429 du 31 décembre 1993 relatif au dépôt légal. <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/LEGITEXT000006082758>

³⁹ Loi n.º 74-696 du 7 août 1974 relative à la radiodiffusion et à la télévision. <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/LEGISCTA000006089724>

Através do sítio institucional do INA, os investigadores e demais público têm acesso online ao catálogo do Inathèque⁴⁰. A partir de casa podem fazer a pesquisa e concretizá-la num dos centros de consulta, espalhados por todo o país. O Inathèque tem um espaço reservado na Biblioteca Nacional de França, mas, para além desse posto de consulta em Paris, existem dezenas de postos descentralizados, uns com “consultoria especializada”, e outros, que são a maioria, de “consulta autónoma”.

Os primeiros têm a vantagem de permitir que o utilizador usufrua do apoio constante de documentalistas do INA, de ferramentas de apoio à análise e de um ambiente de trabalho digital pessoal (Magni, 1995, p. 92). Os restantes, de consulta independente, estão situados em bibliotecas e mediatecas regionais. Em todos eles é possível aceder, gratuitamente, às coleções de televisão, rádio e Web do INA.⁴¹

Não encontramos qualquer referência à eventualidade de o INA permitir o *download* de documentos ou fornecer cópias do material sonoro aos utilizadores e, se sim, a que custos. Mas, as condições de trabalho proporcionadas, o nível de apoio prestado e as ferramentas de pesquisa oferecidas permitem ao utilizador uma investigação distendida no local.

Refletindo brevemente sobre os casos britânico e francês, vemos realidades distintas no que respeita aos arquivos sonoros da rádio. Se, no caso britânico, há um acordo de cooperação entre o Estado (através da British Library) e a BBC, empresa pública de média, no caso francês o Estado chama a si – a montante, e por via de um instrumento chamado depósito legal – a responsabilidade pelo património radiofónico. Por outro lado, se no caso britânico só os registos da BBC estão inscritos nesta parceria de que falámos, o INA, por definição da sua missão, engloba todo o espólio radiofónico de França.

A BBC, por mais tutelar e histórica que seja, não tem o poder de representar todas as experiências radiofónicas que o país conheceu, e continua a conhecer, desde os primeiros dias da rádio. A realidade arquivística que analisámos para o caso da BBC não se aplica aos registos sonoros de outras estações de rádio, de diferentes naturezas, estilos e alcances. E isso traduz-se, necessariamente, na produção científica da área, que trabalha muito mais sobre o que está disponível e com melhores condições de acesso do que sobre o que permanece opaco.

A perspetiva integrada do INA oferece um outro olhar, mais panorâmico, sobre a rádio francesa. Isto não significa que os materiais depositados no INA sejam o arquivo perfeito e totalizador da rádio do país. O arquivo de uma rádio não é o depósito legal das suas emissões. Para que exista a emissão de

⁴⁰ <http://inatheque.ina.fr/>

⁴¹ <http://www.inatheque.fr/consultation/services-de-consultation.html>

um noticiário, por exemplo, há todo um conjunto de processos, procedimentos e documentos que lhe são base e suporte. Os materiais sonoros brutos que não são emitidos, a documentação de agenda que ditou uma saída em reportagem, as notas escritas do jornalista ou o alinhamento que orientou o noticiário não são cooptados para o depósito legal. Claro que as instituições podem sempre manter arquivos próprios organizados, onde guardem todos os materiais produzidos, à margem do que a lei obriga. Mas, também é verdade, nada garante que o façam e que lhes seja facultado o acesso – exatamente porque não se trata de um imperativo com a força de uma lei de depósito legal.

Não havendo realidades perfeitas, a vitalidade da experiência que o INA tem vindo a construir há quase 50 anos tem de ser sublinhada. A imposição de uma lei, que soube acompanhar os tempos, permitiu a salvaguarda transversal de um património sonoro comum, de que a rádio é pedra angular.

No contexto inglês, não sendo capazes de apurar que rádios mantêm arquivos organizados das suas emissões, o que sabemos é que a BBC, a maior e histórica emissora do país e com dimensão mundial, preservou os seus arquivos e preocupou-se, desde Marie Slocombe, com um acesso que fosse o mais abrangente possível, muito além das dinâmicas e necessidades internas, e soube encontrar soluções arquivísticas e organizativas para que assim fosse. Uma realidade e uma perspetiva de futuro que não assiste a muitos países.

6.1.3. O Arquivo da Radio Nacional de España (RNE)

Em Espanha, não existem leis específicas que enquadrem os arquivos sonoros e, em particular, os arquivos sonoros da rádio. A lei geral da comunicação audiovisual espanhola determina que “os operadores de comunicação audiovisual serão obrigados a preservar e a conservar o arquivo de imagens em movimento e áudio”⁴². A lei da rádio e televisão públicas, por sua vez, indica que a RTVE deve “garantir a preservação de arquivos históricos audiovisuais” (Art.º 3.º)⁴³. Estes diplomas consideram este tipo de arquivos, definem obrigações de salvaguarda patrimonial, que recaem nomeadamente sobre a empresa pública audiovisual, mas ficam-se por um discurso vago e residual, sem concretizar de que forma e, com que meios, é que a defesa patrimonial prescrita deverá ser levada a cabo.

A ausência de moldura legal não inibiu a constituição de arquivos de empresas de radiodifusão. A maior referência é o Arquivo da Radio Nacional de España (RNE), que está instalado na Casa da Rádio, em Madrid, juntamente com o arquivo congénere da TVE (Televisión Española). Juntos fazem o Arquivo da RTVE (Radiotelevisión Española), que constitui o maior acervo de sonoro e audiovisual do país. Para

⁴² Ley 7/2010, de 31 de marzo, General de la Comunicación Audiovisual. <https://www.boe.es/eli/es/l/2010/03/31/7/con>

⁴³ Ley 17/2006, de 5 de junio, de la Radio y la Televisión de Titularidad Estatal. <https://www.boe.es/eli/es/l/2006/06/05/17/con>

além da empresa de média de serviço público, também estações de rádio privadas sentiram necessidade de formalizar unidades de documentação e arquivo. O exemplo mais estruturado é o da histórica Cadena SER, cujas origens remontam a 1924 (Afuera Heredero, 2010, 2016b). Muita da vitalidade deste serviço de arquivo deve-se ao trabalho prático e teórico desenvolvido por Ángeles Afuera. Afuera, que era jornalista da estação, fundou em 1989 o departamento de Documentação da Cadena SER, e dirigiu-o por quase 30 anos⁴⁴.

Mas, o que nos interessa particularmente neste trabalho é perceber, nas suas linhas fundamentais, as características do principal arquivo sonoro de Espanha, o Arquivo da RNE.

A criação do arquivo da RNE é indissociável da história de Espanha⁴⁵. A RNE nasce em 1937, em plena Guerra Civil. A emissora rapidamente se torna instrumento e veículo oficial do regime ditatorial do General Franco, que se prolongaria até 1975 (Faus Belau, 2007).

Apesar do esforço de salvaguarda levado a cabo pelos funcionários da rádio, durante décadas a documentação esteve guardada num pequeno depósito, sem critérios de gestão arquivística. Só em 1973, com a construção do edifício da Casa da Rádio, em Madrid, é que o arquivo ganha espaço, estrutura e quadro de pessoal adequados às suas funções.

O Arquivo Sonoro da RNE tem um duplo objetivo. Por um lado, servir de apoio à elaboração de programas dos canais da RNE e de toda a RTVE. Por outro, custodiar e legar um arquivo histórico sonoro de valor indiscutível, tanto pelo volume documental, como pelo valor político, social e cultural das gravações que conserva.

Os fundos sonoros do arquivo estão classificados em dois grandes grupos: musicais e não musicais. Os musicais são compostos pelos registos gravados de música clássica, tradicional e ligeira. Para além dos fonogramas comerciais, incluem inúmeras gravações em direto realizadas pela RNE de concertos, ciclos de música ou festivais. Em pé de igualdade com a música, o Arquivo da RNE dá grande relevo à guarda e tratamento de fundos não musicais, onde se incluem os arquivos de “palavra”, “dramáticos” e de “efeitos” (Ariza Chicharro, 2004). À música juntam-se, assim, testemunhos orais da história recente e uma ampla mostra da programação e da informação da RNE, gravações de peças de teatro radiofónico, e um acervo de sons, ruídos e ambientes que acrescentam valor ao trabalho sonoro. O modelo de arquivo da rádio pública espanhola tem esta vantagem de olhar para o património sonoro de forma integrada. A divisão entre fundos musicais e não musicais é, mais do que um modo de organizar e gerir o espólio, uma forma de enunciar que o património da rádio vive, simultaneamente, de música,

⁴⁴ https://cadenaser.com/programa/2021/08/30/hora_25/1630336081_850917.html

⁴⁵ Neste ponto, seguimos de perto o trabalho que publicámos no ano passado (Henriques, 2021), resultado da visita guiada às instalações do Arquivo da RNE, em Madrid, e da entrevista em profundidade que realizámos à responsável pelo Arquivo, Paloma Carrere, no dia 10 de maio de 2019.

de palavra, de efeitos e de silêncios, refletindo a expressividade do meio (Balsebre, 2012). De igual modo, é de salientar que a documentação escrita produzida no decurso da atividade radiofónica está sob a alçada do Arquivo da RNE. Sons, peças de teatro radiofónico, guiões de programas ou alinhamentos noticiosos são parte da mesma estrutura de preservação documental, completando-se mutuamente.

A equipa do Arquivo da RNE foi crescendo ao longo do tempo. Atualmente é composta por 29 técnicos, na sua maioria com formação em Ciências Documentais.

Em 1998, a RNE iniciou um projeto de digitalização massiva do seu espólio que durou quatro anos (Grau Moracho & Guallar Delgado, 2003). Foi um investimento custeado na totalidade pela RTVE, e levado a cabo por arquivistas, informáticos e engenheiros de som internos, e por profissionais da IBM, especialistas em operações de digitalização e engenharia de sistemas. Com a digitalização de 190.000 horas, o Arquivo da RNE deu um passo importante para a preservação do seu património, criou nos utilizadores internos uma nova cultura de pesquisa e acesso ao arquivo através da intranet, e alterou o processo de incorporação de novos documentos (Crespo Ocaña, Gómez Cornejo & Rodeño Arráez, 2003).

Desde 2011 que a RNE partilha com os centros de produção da RTVE o sistema de gestão de conteúdos ARCA (Marta Lazo & Ortiz Sobrino, 2013). Os fundos documentais estão estruturados tendo em conta o seu tipo (texto, fotografia, áudio e vídeo), e localizados em 13 bases de dados. Este sistema constitui-se como uma plataforma para onde convergem todas as fontes documentais necessárias aos utilizadores.

Os níveis de procura do património documental da RNE aumentaram consideravelmente. Os profissionais da rádio pública já não estão tão dependentes dos documentalistas. Eles próprios tornam-se agentes do processo de pesquisa e de seleção de conteúdos fomentado pelo sistema. Por outro lado, embora independentes, o sistema documental dialoga com o sistema de produção radiofónica, podendo receber dele conteúdos.

Na procura de um sistema o mais integrado possível, os arquivistas tentam sensibilizar os profissionais para a entrega de “brutos” e da documentação de suporte ao som produzida (Prieto, 2007). A preservação dos “brutos” é importante para o Arquivo. Trata-se de um material que pode ser reutilizado posteriormente, para além de ter um valor histórico que não pode ser descurado numa entidade pública como a RNE. Mas, como refere a responsável pelo arquivo, Paloma Carrere, essa tarefa é muito difícil, “sobretudo no caso dos jornalistas, dado o ritmo voraz em que trabalham”⁴⁶.

⁴⁶ Entrevista a Paloma Carrere, no dia 10 de maio de 2019, em Madrid.

A longo prazo, a estratégia de conservação passa pela gravação e digitalização das 24 horas de emissão de todos os canais da rádio estatal, o que já é feito. No entanto, como salienta Carrere, não há tempo nem recursos para tratar as gravações diárias que se vão acumulando.

A seleção documental praticada no Arquivo da RNE tem em conta razões históricas, para lá do interesse informativo da documentação. Numa lista vasta, entre os critérios de seleção que a RNE definiu para determinar que gravações se devem incorporar no arquivo definitivo, destacam-se: os documentos relativos aos mais altos representantes do Estado; os que possuam importância histórica nacional ou internacional; as vozes de pessoas destacadas do mundo da política, das artes, da ciência e do desporto; os programas, reportagens e crónicas sobre acontecimentos de relevo; os quatro programas informativos, ou diários falados, emitidos pela Radio 1, e os concertos de música clássica produzidos pela RNE (Ariza Chicharro, 2004).

No que respeita ao acesso, a consulta dos fundos documentais da RNE, por definição, está reservada ao pessoal da RTVE. O arquivo é, antes de mais, um arquivo empresarial. Mas, dado o seu valor patrimonial, a consulta é aberta aos académicos, mediante pedido prévio.

A RNE não cede cópias do acervo documental a académicos. As cópias só são vendidas para fins comerciais, a preços incomportáveis para um investigador, pelo que a ida à Casa da Rádio, em Madrid, é a única forma que o utilizador tem de aceder aos documentos. Apesar desta impossibilidade, as instalações do arquivo estão preparadas para a consulta externa, com uma sala de leitura dotada de vários postos de consulta, visualização, impressão, audição, descarga e edição dos fundos documentais. Deferido o pedido de acesso do investigador, é feita a marcação da consulta, consoante as disponibilidades dos funcionários e da sala de leitura. Na Casa da Rádio, o investigador é acolhido, recebe folhetos explicativos do funcionamento dos serviços de arquivo, e tem acesso aos instrumentos de referência através da intranet corporativa. Para além de poder fazer pesquisas, com ou sem apoio dos documentalistas, o investigador tem acesso direto, via intranet, aos documentos sonoros e escritos que pretende consultar, durante o tempo de que necessitar.

6.2. Marcos e vazios legais em Portugal

Com raras exceções (Ferreira, 2012; Henriques, 2021), o enquadramento legal dos arquivos sonoros em Portugal tem sido pouco estudado e questionado academicamente, nomeadamente na forma como fomenta ou condiciona o seu acesso. No contexto desta nossa investigação, faz-nos sentido perceber qual a principal legislação que regula as estações radiofónicas no que respeita à sua missão de gerir e preservar a documentação produzida.

Em Portugal, os arquivos sonoros da rádio não têm um enquadramento legal específico, à semelhança do que vimos no caso de Espanha. Em legislação alguma o seu funcionamento é abordado de forma direta. No entanto, a legislação existente em Portugal é mais robusta do que a espanhola. Alguns documentos legais constituem bases jurídicas importantes para a discussão da preservação e do acesso a este tipo de arquivos.

Em primeiro lugar, importa referir a lei que, em 2001, veio estabelecer as bases para a proteção e valorização do património cultural⁴⁷. Pelo seu carácter geral, ela não oferece uma linha sobre a rádio, mas é a lei fundamental que, ao orientar-se para o património cultural, definindo-o de forma abrangente – “histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico”⁴⁸ –, constitui um marco na sensibilização e responsabilização das instituições que tutelam documentação com relevância histórica. Estações de rádio incluídas.

No que respeita à legislação afeta à rádio, a chamada Lei da Rádio⁴⁹ determina, em 2010, a gravação e a conservação das emissões radiofónicas por “um período mínimo de 30 dias, se outro mais longo não for determinado por lei ou por decisão judicial” (Art.º 39.º). Esta determinação foi pela primeira vez explicitada na Lei da Rádio anterior, de 1988.⁵⁰ Mas, tanto no articulado da década de 1980 como na lei atual, a preservação não é motivada por princípios de defesa patrimonial do espólio sonoro da rádio. As razões primeiras estão relacionadas, por um lado, com o direito de resposta e de retificação que aos cidadãos assiste (Art.ºs 59.º-61.º), e, por outro, com as obrigações mantidas com as entidades representativas dos autores e seus direitos (Art.º 39.º). Essencialmente, o período de conservação legislado – 30 dias – serve apenas o propósito de garantir à operadora de rádio um meio de prova jurídica ou documental, caso razões legais o justifiquem. Daí que o prazo seja tão curto, incompatível, por exemplo, com as necessidades de uma investigação que trabalhe períodos mais recuados e com sistematicidade.

Ainda assim, a Lei da Rádio tem o mérito de definir responsabilidades acrescidas para a concessionária de serviço público, entre as quais “manter e atualizar os arquivos sonoros” (Art.º 49.º). E, numa perspetiva global, defende que “os operadores de rádio de âmbito nacional e regional devem organizar arquivos sonoros e musicais com o objetivo de conservação dos registos de interesse público” (Art.º 83.º). O documento prevê ainda a existência de “uma portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela cultura e pela comunicação social”, capaz de regular a cedência e utilização destes

⁴⁷ Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/107-2001-629790>

⁴⁸ Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/107-2001-629790>

⁴⁹ Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/306576/details/maximized>

⁵⁰ Lei n.º 87/88, de 30 de julho. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/87-1988-377928>

registos, tendo em conta “o seu valor histórico, educacional e cultural para a comunidade” (Art.º 83.º). Esta portaria, porém, nunca se concretizou, o que deixa a defesa do património sonoro da rádio num limbo de intenções pouco objetivadas.

O contrato de concessão de serviço público de rádio e televisão⁵¹, por sua vez, deixa claro que é dever da concessionária:

manter em arquivo, nas melhores condições de conservação e utilização, os registos sonoros e audiovisuais que, de acordo com a política arquivística interna adotada e tendo em conta os critérios definidos pelos responsáveis pelas áreas da programação e da informação, possuam valor histórico, sociológico, científico, educativo ou artístico⁵².

Para além de garantir a existência de um arquivo sonoro, conservado para lá dos prazos legais, este contrato prevê a consulta externa dos documentos. O acesso ao material de arquivo tem custos para o utilizador, definidos por uma tabela que distingue a consulta para fins exclusivamente comerciais, a que se destina à produção de obras cinematográficas ou audiovisuais, ou a que prossegue fins exclusivamente culturais, educativos ou de investigação⁵³.

Porém, o contrato de concessão tem lacunas ou “direções” que minorizam o valor histórico-patrimonial do arquivo. Por exemplo, o contrato não especifica que tipo de estrutura, em termos de recursos técnicos e humanos, deverá estar adstrita a este serviço de arquivo. Por outro lado, a leitura do articulado mostra que há um foco muito claro no retorno financeiro e na gestão dos direitos de autor, que retira protagonismo à proteção e ao usufruto do património sonoro. O discurso sobre o estabelecimento de uma tabela de preços, que gere o acesso e a compra de registos sonoros, revela uma preocupação transacional que pode colidir com as necessidades, os recursos e os direitos de quem precisa aceder a este património, o qual está à guarda de uma entidade que presta um serviço público.

As menções que os poucos instrumentos legais existentes fazem sobre arquivos sonoros não deixam de ser importantes, porque, não obstante as muitas debilidades, inscrevem a dimensão arquivística do setor radiofónico e definem algumas obrigações que recaem sobre os operadores de rádio, designadamente sobre a Rádio e Televisão de Portugal (RTP), empresa pública audiovisual. No entanto, são formulações de carácter geral, a pedirem consistência, pensamento estruturado e vontade política. Nem estes diplomas mencionam como se deverá processar, e com que meios, a salvaguarda

⁵¹ Contrato de concessão de serviço público de rádio e televisão, entre o Estado Português e a Rádio e Televisão de Portugal, de 6 de março de 2015. <http://media.rtp.pt/empresa/informacao/contrato-de-concessao-publica-radio-etelevisao/>

⁵² Ponto 1 da Cláusula 24ª do referido contrato.

⁵³ A questão do acesso ao espólio sonoro da RTP será retomada e desenvolvida no ponto 9.1. deste trabalho.

do património audiovisual da empresa, nem outro diploma mais específico foi criado para enquadrar a questão patrimonial da rádio.

A legislação mostra uma indefinição e utilização imprecisa de conceitos. O património radiofónico não é excluído, mas a linguagem deixa margem para dúvidas. Os vários diplomas legais a que fizemos referência utilizam diferentes expressões para definir a totalidade do acervo que deve ser preservado. Uma vez, a legislação abrange o “património sonoro”, noutras refere-se ao “património fonográfico”, passando por “património sonoro, musical e radiofónico” ou por “património fonográfico, musical e sonoro”.

Produzir legislação sobre os arquivos sonoros parece-nos importante. Seria um instrumento de regulação e “pressão” para que esta área fosse valorizada a partir “de cima”, com ressonância junto da sociedade. Caso contrário, os vazios legislativos e políticos de que o património sonoro e audiovisual padece, colocam-no, uma vez findos os curtos prazos legais de conservação, à mercê dos objetivos e vontades das instituições e empresas de média.

Mas a legislação, por si só, não é garantia da valorização da memória sonora. Imprime regras e preceitos que devem ser seguidos, pode ser um ponto de partida, gerador de discussão e consciencialização para a defesa do património sonoro, mas só será produtiva se as instituições detentoras deste património se abrirem verdadeiramente à sociedade.

6.3. O projeto do Arquivo Nacional do Som: 16 anos à espera

Ao contrário de França, em que o Institut National de l'Audiovisuel (INA) recebe o depósito legal das produções de rádio e televisão, em Portugal não existe um organismo ou instituição que se ocupe da gestão e transmissão do património sonoro nacional.

Nos últimos anos, em Portugal, a discussão em torno da criação de um Arquivo Nacional do Som (ANS) tem sido recorrente, gerando expectativas em torno da definição de uma política para os arquivos sonoros (Nunes, 2011). Seguindo uma linha cronológica, e recorrendo à legislação e aos ecos da imprensa, identificamos os principais momentos do projeto de criação do ANS até aos dias de hoje.

Em 2006, a então ministra da Cultura anunciou a criação do ANS, que funcionaria como depósito legal dos fonogramas, em cumprimento da lei em vigor desde em 1982. Este anúncio ocorre quando o Estado, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, decide adquirir uma coleção de discos de música portuguesa, maioritariamente de fado, ao colecionador inglês Bruce Bastin. Em setembro de 2006, o Governo nomeia uma comissão para levar a cabo o projeto, constituída, para além dos representantes do Ministério da Cultura, pelos etnomusicólogos Salwa Castelo-Branco e António Tilly dos

Santos, pela então diretora do Museu da Música, e um representante do então Instituto Português de Museus⁵⁴. De salientar que não há qualquer elemento do organismo de tutela dos arquivos nesta comissão. A música e a etnomusicologia parecem ser, desde o início, a matriz do projeto do ANS.

Em 2013, a Assembleia da República recomenda ao Governo a proteção dos documentos sonoros. Propõe que seja feita uma avaliação em termos “conceptuais, institucionais e orçamentais inerentes à proteção dos documentos sonoros que sejam parte do património cultural português”, e que, seguidamente, se definam medidas de proteção a estes documentos, tanto do ponto de vista arquivístico como museológico⁵⁵.

Na sequência desta resolução, em 2014 é determinada a criação de uma equipa de preparação do ANS, a ser constituída por dirigentes ou representantes dos seguintes organismos públicos: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Biblioteca Nacional de Portugal, Direção-Geral do Património Cultural, Direção-Geral das Artes, Instituto do Cinema e do Audiovisual, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, OPART, Teatro Nacional D. Maria II, Teatro Nacional de São João e Rádio e Televisão de Portugal⁵⁶.

No final de 2014, a tutela da Cultura defende que o arquivo sonoro deveria ficar sob a alçada do Museu da Música, mas instalado no Palácio Nacional de Mafra⁵⁷.

O arquivo sonoro nacional voltou a ser referenciado em janeiro de 2016, quando o Governo o incluiu nas Grandes Opções do Plano, o que foi visto como cumprimento de uma das promessas do programa eleitoral do Partido Socialista, o único partido que prometeu criar o ANS e valorizar o arquivo da RTP.⁵⁸

Em janeiro de 2018, o ministro da Cultura à época anunciou, no Parlamento, que o arquivo sonoro iria fazer parte do Museu Nacional da Música, mas não seria instalado em Mafra.⁵⁹

Em março do mesmo ano, a Assembleia da República recomenda ao Governo a criação de um ANS que permita “a salvaguarda e projeção nacional do património sonoro, musical e radiofónico português”, de natureza pública e privada. Para tal, o Governo deveria tomar as medidas necessárias com vista “à compilação, armazenamento digital, preservação e disponibilização pública do património sonoro, identificando o âmbito, as necessidades técnicas, recursos e equipamentos adequados”⁶⁰.

⁵⁴ <https://www.tsf.pt/lusa/interior/projeto-do-arquivo-sonoro-nacional-soma-12-anos-de-espera-9105701.html>

⁵⁵ Resolução da Assembleia da República n.º 150/2013, de 25 de outubro. <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/504155/details/maximized?filterEnd=2013-11-19&filterStart=2013-11-19&q=2013&perPage=100&fq=2013>

⁵⁶ Despacho n.º 1164-A/2014, de 22 de janeiro. <https://dre.pt/application/file/a/3246372>

⁵⁷ <https://www.tsf.pt/lusa/projeto-do-arquivo-sonoro-nacional-soma-12-anos-de-espera-9105701.html>

⁵⁸ <https://www.tsf.pt/lusa/projeto-do-arquivo-sonoro-nacional-soma-12-anos-de-espera-9105701.html>

⁵⁹ <https://www.tsf.pt/lusa/projeto-do-arquivo-sonoro-nacional-soma-12-anos-de-espera-9105701.html>

⁶⁰ Resolução da Assembleia da República n.º 79/2018, de 26 de março. <https://dre.pt/home/-/dre/114913730/details/maximized>

À margem da recomendação do Parlamento, a conhecida etnomusicóloga Salwa Castelo-Branco, que faz parte de uma comissão conjunta para a criação do ANS, declara à Lusa que é “essencial” a concretização deste projeto, e lamenta a espera e as interrupções desde 2006, depois do “muito trabalho” levado a cabo pelo Instituto de Etnomusicologia, em colaboração com o Museu do Fado, na digitalização e disponibilização do espólio que foi adquirido por Portugal ao colecionador inglês Bruce Bastin.⁶¹

Em 2019, por meio de uma resolução do Governo, é criada a equipa de instalação do ANS, coordenada pelo etnomusicólogo Pedro Félix. A esta equipa, composta pelo três elementos, cabe inventariar o património sonoro, identificar as intervenções técnicas a realizar, definir estratégias de comunicação, e apresentar propostas concretas para o funcionamento do Arquivo⁶².

Importa perceber que tipo de documentação sonora é enquadrado pelo ANS, algo que não é totalmente claro nem nos enunciados legais nem no discurso político. Por exemplo, em janeiro de 2019, quando anunciou que a equipa de instalação do ANS estava constituída, a ministra da Cultura sublinhou: “O património musical é uma área a que queremos dar grande impulso este ano e nos próximos anos”⁶³. Antes, em 2013, na apresentação do projeto de lei do Partido Comunista Português que propunha a criação do ANS, o deputado Manuel Tiago defende a “salvaguarda do património imaterial constituído pela sonoridade — a música, as várias expressões musicais, os instrumentos, a produção musical, artística, cultural, folclórica”. Defende também que o futuro arquivo seja “um instituto público, mas integrado num outro, por exemplo, no Museu da Música”⁶⁴. Em 2018, o deputado Jorge Campos, do Bloco de Esquerda, falou da importância e da necessidade de ter um arquivo sonoro que contribua para uma “memória em construção” e lembrou o trabalho feito por Michel Giacometti, etnomusicólogo francês responsável pela recolha de música tradicional portuguesa⁶⁵. Declarações como estas apontam para um ANS estruturalmente pensado para o património musical.

Em dezembro de 2021 é assinado o protocolo para a instalação do Arquivo Nacional do Som no Palácio Nacional de Mafra, ao abrigo de uma linha específica de financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência. Simultaneamente, é assinado também o contrato de instalação do Museu Nacional da Música no mesmo Palácio.⁶⁶

⁶¹ <https://www.dn.pt/lusa/arquivo-sonoro-nacional-e-essencial-etnomusicologa-salwa-castelo-branco-9105705.html>

⁶² Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2019, de 18 de fevereiro. <https://dre.pt/home/-/dre/119674803/details/maximized>

⁶³ <https://www.dn.pt/lusa/interior/ministra-da-cultura-cria-equipa-para-tratar-do-arquivo-sonoro-nacional-10518427.html>

⁶⁴ <http://www.pcp.pt/pcp-apresenta-proiecto-de-lei-para-cria%C3%A7%C3%A3o-do-arquivo-sonoro-nacional>

⁶⁵ <https://www.publico.pt/2018/02/09/culturaipilon/noticia/parlamento-recomenda-ac-governo-criacao-de-arquivo-sonoro-nacional-1802640>

⁶⁶ <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=assinatura-de-contratos-prr-para-intervencoes-no-palacio-nacional-de-mafra-e-protocolo-para-a-instalacao-do-arquivo-nacional-do-som>

Também no final de 2021, é publicada uma resolução do Governo que renova o mandato da equipa de instalação até à data de criação do ANS. Neste documento, é feito um breve balanço do trabalho desenvolvido pela equipa. Ficamos a saber que foi desenvolvido “um recenseamento detalhado da realidade documental dispersa pelo território, pelas diferentes entidades e missões, o qual permitiu propor um modelo de instituição arquivística eficaz e sustentável”, que “foram sinalizados fundos documentais relevantes”, e que “foi estabelecida uma rede de cooperação que se tem materializado em diversos protocolos com várias entidades detentoras de relevantes fundos documentais sonoros”. Curiosamente, ou não, de todos os trabalhos levados a cabo durante o tempo de missão da equipa, o destaque vai para

o trabalho realizado conjuntamente com a Direção-Geral do Património Cultural no sentido de se criarem as condições instrumentais para efetivamente permitir a classificação do património, viabilizando a classificação da obra fonográfica de José Afonso. Na mesma linha, mais recentemente, submeteu -se a candidatura para inscrição no programa da UNESCO Memória do Mundo das gravações originais de Amália Rodrigues.⁶⁷

Uma vez mais, os discursos parecem sugerir que música e arquivo sonoro têm uma relação muito particular.

Em janeiro de 2022 o projeto do ANS atingiu uma meta importante. A equipa de instalação entregou ao Ministério da Cultura o dossier técnico que irá sustentar as opções relativas à criação do ANS. Numa nota à comunicação social, o Governo explica que “a equipa procedeu a um extenso levantamento (mais de 3.500 entidades foram contactadas) para conhecer em detalhe a dimensão, as características e as condições em que se encontra esta importante domínio do património documental, cultural e científico”, o que, em articulação com as normas e boas práticas internacionais, concorre para que o ANS seja, finalmente, criado.

De acordo com este documento, o levantamento permitiu identificar mais de 500.000 suportes de som, dos quais 170.000 necessitam de urgente intervenção. Esses documentos datam do final do século XIX à atualidade, e encontram-se em múltiplos suportes. Em termos de conteúdo, “vão desde som musical a transmissões radiofónicas, de entrevistas a sons da natureza, de audiolivros a peças de teatro radiofónico”.

No que respeita ao acesso ao futuro arquivo, a ministra da Cultura, citada no referido comunicado de imprensa, reconhece que “o património sonoro, mesmo aquele que está guardado nas várias

⁶⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2021, de 2 de dezembro de 2021. <https://files.dre.pt/1s/2021/12/24000/0012200123.pdf>

instituições de memória, tem estado votado à invisibilidade e ao silêncio. Não está disponível para consulta, e as entidades não dispõem de tecnologia para reproduzir os suportes”. Para a ministra, o futuro ANS é a solução para todos os problemas que afetam os arquivos sonoros das instituições:

A criação do ANS resolve esta necessidade concreta de podermos procurar, aceder, e ouvir este importante domínio patrimonial. Como iríamos explicar às gerações futuras que havíamos perdido a memória sonora do nosso país e que tínhamos um século XX silencioso?

Sabemos pouco de como se processará o acesso aos documentos. Apenas que vai ser “descentralizado e polinucleado, garantindo não só a segurança e a legalidade da disponibilização dos conteúdos, mas de modo a providenciar igual condição de acesso à informação, independentemente do local em que o utilizador final se encontre”⁶⁸.

O sítio institucional do Arquivo Nacional do Som abre com as seguintes palavras:

O som de um pássaro, de um vulcão, de uma rua ou de um bosque, uma entrevista, uma reportagem, um disco de um intérprete celebrado, uma gravação esquecida que não foi incluída no disco comercial com milhões de cópias vendidas, uma notícia transmitida que relata um evento aparentemente banal mas que virá a revelar-se determinante na história de um país... Todos constituem o património sonoro nacional. O objetivo do Arquivo Nacional do Som será simples: assegurar a preservação desses eventos acústicos, gravados num qualquer suporte, e disponibilizá-los a todos.⁶⁹

Não duvidamos da necessidade de um arquivo sonoro central, com a missão específica de cuidar e disponibilizar “todos” os documentos que materializam a herança sonora do país, mas desconhecemos ainda muitas nuances do seu funcionamento futuro. No caso dos arquivos radiofónicos, por exemplo, até que ponto é que será “simples” esta empreitada? Como será feita a articulação com as várias estações emissoras, designadamente privadas? Como serão mobilizadas a dedicar um cuidado e responsabilidade acrescidos à guarda e gestão da documentação que produzem? De que forma é que o arquivo sonoro nacional se articulará com o único arquivo radiofónico formalmente instituído, o da RTP? Como é que, para além da documentação histórica já preservada e por preservar, se criarão mecanismos que resolvam o problema premente da salvaguarda da documentação que diariamente é produzida, e cujos prazos legais apenas obrigam à guarda por 30 dias?

A estas dúvidas acrescentamos a orientação do projeto, que parece ter uma preocupação acrescida com os fundos musicais. Isso reflete-se em alguns sinais discursivos, como vimos

⁶⁸ <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=dossier-tecnico-do-futuro-arquivo-nacional-do-som-entregue-pela-estrutura-de-missao>

⁶⁹ <https://arquivonacionaldosom.gov.pt/historial/>

anteriormente, e na própria constituição da equipa de instalação, cuja formação e experiência passam pela etnomusicologia, pelas ciências musicais e pela conservação e restauro. A equipa não inclui ninguém com formação e experiência arquivísticas nem ligado ao universo prático ou teórico da rádio. É certo que o conselho consultivo integra o responsável pela área de Conteúdos Rádio do Arquivo da RTP, mas os restantes quatro elementos navegam nas águas da etnomusicologia, musicologia e museologia.

Terceira parte

O projeto informativo do Rádio Clube Português dos anos 1960-1970

Nesta terceira e última parte, centramo-nos exclusivamente no projeto jornalístico do Rádio Clube Português, que se inicia em 1960 e se prolonga até ao 25 de Abril de 1974, e concretizamo-lo nas suas particularidades. Este é o momento em que situamos este projeto radiofónico de informação no panorama mediático à época. Depois, isolamos a experiência do RCP, para a entender na sua profundidade, em aspetos como a sua origem, a composição da redação, os conteúdos e formatos informativos, o processo de construção das notícias, o alinhamento dos noticiários, a linguagem utilizada, as fontes preferenciais e a consolidação da profissão.

Capítulo 7

Alguns elementos de contexto

Quando, no início da década de 1960, o RCP cria uma nova estrutura informativa, a realidade orgânica da rádio em Portugal é a mesma que tem origem na década de 1930. Depois dos pioneiros e do amadorismo dos anos 1920, é nesta década que nascem as três grandes rádios de cobertura nacional: a Emissora Nacional (EN), rádio oficial do Estado Novo, a Rádio Renascença (RR), propriedade da Igreja Católica, e o Rádio Clube Português (RCP), estação privada fundada por Jorge Botelho Moniz e Alberto Lima Bastos, fortemente enraizada no quadro ideológico do regime de Oliveira Salazar. Monolítica, esta realidade prolonga-se até dezembro de 1975, altura em que se dá a nacionalização da rádio.

A rádio vive, durante todo este período – mais de 40 anos – num regime de censura, que restringe a realidade noticiada àquela que é permitido noticiar. A televisão, nascida em Portugal em 1956, está ainda a dar os primeiros passos quando o Serviço de Noticiários do RCP é fundado (Cádima, 1996). O novo meio audiovisual precisaria de tempo para encontrar o seu registo diferencial. Os seus espaços informativos, de que o Telejornal é a principal e mais duradoura experiência, são ainda muito marcados pelas atualidades cinematográficas e pela influência da rádio (Godinho, 2022, p. 156).

Mas, não obstante o imobilismo mediático e o controlo censório, o campo jornalístico conhece, na década de 1960, transformações na imprensa a que a rádio informativa não será alheia. É também na viragem para a década de 1960 que uma “rádio nova” se distingue, nos ritmos e na programação, contagiando também o plano informativo.

7.1. A rádio em regime de censura

O que foi o salazarismo? (...) Um buraco negro que engoliu a existência no espaço público. (...) O mal era a impossibilidade da expressão das forças da vida, uma

extraordinária chapa de chumbo que veio tapar os canais e redes de expressão da sociedade portuguesa. (Gil, 2008, p. 121)

“Chapa de chumbo”. É esta a imagem escolhida pelo filósofo Fernando Gil para definir o período salazarista. Neste longo intervalo de tempo, que, somando a ditadura militar aos consulados de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano, perfaz 48 anos ininterruptos de ditadura no país, o mecanismo da Censura foi um dos mais eficazes para a manutenção da ordem social, dentro de parâmetros rígidos de pensamento e de conduta que não emanavam da sociedade, mas que lhe eram impostos *a priori*. Claro que quando falamos da instituição Censura, o que está por detrás, nos bastidores, não é só uma poderosa e bem oleada máquina administrativa que exerce vigilância sobre o jornalismo, os autores e as artes. É também uma máquina que, ao induzir o medo e a submissão, e ao rejeitar os princípios da liberdade, da criatividade e da imaginação, é produtora de uma violência psicológica, cujo raio de ação – democrático, por sinal –, atinge a esfera pública, mas imiscui-se também no tecido social e familiar. O jogo censório é sinuoso e produz um efeito de pregnância gradual. Sendo violento, é também capaz de ser subtil e paciente. Retomando as palavras de Fernando Gil:

Mas o trauma foi tão subtil que não foi sequer sentido como tal. De modo inédito, a chapa de silêncio não desabou bruscamente sobre a vida social, foi-se só insinuando e impregnando imperceptivelmente, de tal modo que quando o povo sentiu a mudança não sabia já quando e como ela tinha começado. (Gil, 2008, p. 121)

Deste controlo, contínuo, adestrante e subreptício, resulta, diz o filósofo, uma existência transformada em trauma, “um tempo de anulação da existência individual” ou uma “não-existência” (Gil, 2008, p. 122).

Partindo de Fernando Gil, os média parecem ter um duplo papel nesta “não-existência” promovida pelo Estado Novo. Participam dela, divididos entre a missão de informar com verdade, que é condição da “existência”, ao mesmo tempo que o aparelho censório os impele a serem caixa de ressonância das vozes do poder, logo cúmplices e construtores da “não-existência”.

Ficaram célebres alguns dos casos de censura na rádio, como os que despediram Adelino Gomes e João Paulo Guerra, e suspenderam ou puseram termo a programas como *Página 1* ou *Tempo Zip* (Santos, 2022b, pp. 38-41). Para o radialista António Macedo, que iniciou a sua carreira na Rádio Comercial de Angola em 1971, e aí se manteve até 1975, os ecos que vinham da então metrópole eram “os de uma rádio que tinha atingido aqui o zénite”. E é “esse pico de força e de qualidade” que faz com que a rádio seja cada vez mais notada pelo regime, e vista “como enorme ameaça”. É esse “ciclo de

afirmação da rádio” que obriga a que “o escrutínio da Censura passe a ser muito mais apertado do que tinha sido até àquele momento, com gente como o Adelino [Gomes], o João Paulo [Guerra], o [Alfredo] Alvela e o Quim [Joaquim] Furtado debaixo de fogo”⁷⁰. A rádio, na viragem para a década que lhe traria a liberdade, soube ter voz, provocando o regime e fazendo-o perder a paciência. Em dezembro de 1972, o deputado Francisco Pinto Balsemão, numa intervenção no Parlamento, tendo em vista a formulação de uma lei da rádio e da televisão, faz menção a estes casos *Página 1/ Tempo Zip*:

Em Portugal, em plena década de 70, a rádio e a televisão são, portanto, obsoleta, injusta e perniciosamente segregadas. Não há lei, não há responsabilidades, não há direitos, não há deveres. Suspendem-se programas – ainda há pouco isso sucedeu com a *Página 1* e o *Tempo Zip* –, forçam-se profissionais ao desemprego, seleccionam-se notícias em obediência a critérios parciais, (...) forja-se a “cultura” segundo o que mais convém a certos interesses (...). A televisão e a rádio singram, sem lei nem roque, sem disciplina interna e sem liberdade de expressão.⁷¹

É no contexto do cerceamento de liberdades no Portugal dos anos 1960 que o projeto jornalístico levado a cabo pelo Rádio Clube Português se situa e adquire força e alcance singulares.

O Secretariado Nacional da Informação (SNI, através da Direção dos Serviços de Censura (DSC)⁷², superintendia a censura à rádio, mas em moldes diferentes dos da imprensa (Franco, 1993; Carvalho, 1999). A rádio não ia à Censura diariamente para obter o visto do “lápiz azul” como os jornais. A Censura estava na rádio. O RCP tinha, desde os anos 1950, um serviço interno de fiscalização, que se no início tinha apenas funções técnicas, rapidamente se transformou em serviço censório estruturado (Cristo, 2005, p. 81).

Durante o período cronológico desta investigação, o responsável pelo serviço de fiscalização do RCP é Moita de Deus, funcionário da estação. Esta instância que funciona no interior da estação obedece, no plano externo, às diretivas que lhe chegam do Estado Novo, através do chamado delegado do SNI ou fiscal do governo junto do RCP. Até junho de 1965, o fiscal do governo junto do RCP é o Tenente-Coronel José Raposo Pessoa. Em ofício, o secretário nacional do SNI, Moreira Baptista, agradece-lhe “por, durante mais de vinte anos e sem qualquer retribuição que não fosse o desejo de nos ajudar na batalha que todos os dias se trava contra os inimigos da Pátria, ter levado a cabo, com tanto brilho e dignidade, mais esta missão de serviço.”⁷³

⁷⁰ Entrevista dada por António Macedo à autora a 24 de maio de 2019, em Lisboa.

⁷¹ *Diário das Sessões*, X Legislatura, n.º 205, 7 de dezembro de 1972, p. 4039. <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/10/04/205/1972-12-07/4039>

⁷² A partir de 1972, com Marcello Caetano na Presidência do Conselho, passar-se-ia a chamar Direção Geral da Informação, sendo que o organismo de que dependia ganha, em 1968, a designação de Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

⁷³ Ofício enviado pelo SNI ao Tenente-Coronel José Raposo Pessoa, de 7/6/1965 (ANTT, SNI, Cx. 1386).

A 2 de outubro de 1965 é nomeado para o cargo António das Neves Martinha. Martinha tinha sido diretor-adjunto e diretor dos Serviços de Censura, entre 1957 e 1965. Depois da saída da direção manteve-se ligado às práticas censórias, exercendo as funções de fiscal do Governo junto de todas as estações emissoras particulares, entre as quais o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença (Gomes, 2013, p. 83). O SNI informa os responsáveis das várias emissoras sobre o novo delegado, e explica que Martinha é nomeado com a finalidade de

superintender e coordenar as actividades das mesmas Estações. Espera-se conseguir, deste modo, uma visão de conjunto dos problemas que afectam a produção radiofónica particular, nomeadamente no capítulo da informação, e, conseqüentemente, uma maior harmonia. Claro que tal nomeação não vem, de modo algum, colidir com as funções de V. Ex.a na Estação, antes completa as actividades de todos os postos, imprimindo-lhes um carácter homogéneo.⁷⁴

À estrutura de censura interna competia, por um lado, escutar a emissão em permanência e, por outro, gravá-la de forma sistemática, por forma a possibilitar a censura *a posteriori* (Azevedo, 1999, p. 74), o que se revelava difícil no caso dos noticiários, emitidos em direto.

Segundo Luís Filipe Costa, a opção de fazer um noticiário marcadamente internacional, que é impressão digital dos noticiários feitos pelo RCP, está intimamente relacionada à censura de que o SN era alvo. Explica o chefe dos noticiários:

(...) dávamos muito poucas notícias do país para que o público radiouvinte se apercebesse, pelo contraste com o vasto noticiário do estrangeiro, de que, efetivamente, neste país não se passava nada. E, por outro lado, aumentámos os serviços noticiosos. De hora a hora ali estávamos, procurando interessar as pessoas pelo que ocorria no mundo; procurando, portanto, contrariar a despolitização em que o fascismo conservava toda esta gente.⁷⁵

João Paulo Guerra, noticiário do RCP entre 1963 e 1973, explica que as rotinas produtivas dos noticiários estavam muito ligadas aos telexes recebidos das agências de informação estrangeiras (France Presse e Reuters), para além das portuguesas ANI e Agência Lusitânia, mas a sua divulgação dependia da autorização da Censura:

Nós recebíamos os telexes ao mesmo tempo que a Censura e, portanto, as notícias, por princípio, estavam todas suspensas. As notícias estão todas numeradas e, de tempos a tempos, vem uma coisa da Censura a dizer, por exemplo: “Serviço da France Presse, das notícias 14 à 27, a 16 está totalmente cortada, a 20 tem o segundo parágrafo cortado e o resto está livre”. Mas isto era teórico, porque a gente

⁷⁴ Ofício enviado pelo SNI aos Emissores Associados de Lisboa, de 18/11/1965 (ANTT, SNI, Cx. 1386)

⁷⁵ Centro de Documentação 25 de Abril, *A Rádio no tempo do fascismo* [Registo áudio], RDP, 1977. UCCD25A CDA-00192. <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/895>

no Rádio Clube não estava à espera disto. Muitas vezes dávamos a notícia antes. Se morreu o De Gaulle nós não ficávamos à espera que a Censura libertasse aquilo, dávamos a notícia.⁷⁶

A suspensão prévia das notícias era comum aos outros média, mas como refere o jornalista Adelino Gomes, à época no RCP, “os jornais só saíam à tarde ou no dia seguinte, e aí a rádio, pelas suas características, tinha a possibilidade de antecipar a notícia”.⁷⁷

O acontecimento das cheias, noticiado no RCP, na noite de 25 para 26 de novembro de 1967, é paradigmático da relação singular estabelecida entre a rádio e o aparelho censório. A transmissão do acontecimento vai beneficiar da emissão em direto, das características da censura à rádio, operada em ambiente “caseiro” e *a posteriori* da notícia, e das especificidades do próprio meio (continuidade, mobilidade, instantaneidade e democraticidade⁷⁸ do som), que davam alguma margem de manobra aos noticiaristas para “furarem” o sistema (Cristo, 2005, pp. 88-89).

Embora alguns autores falem num agravamento dos mecanismos de censura nos anos 1960, mercê da eclosão da guerra colonial e da crise académica (Azevedo, 1999, p. 448; Franco, 1993, pp. 138-139), o episódio das cheias introduz uma nuance a ter em conta. A catástrofe ocorre no ocaso do consulado de Salazar, a menos de um ano da subida ao poder de Caetano. Parece-nos que, neste período, há um certo refluxo censório, diferente do endurecimento vivido no início da década 1960 e daquele que se viveria a partir de 1970, gorada a “primavera marcelista” (Barreto, 1999). Sem essa distensão, mesmo que ténue, cremos que o RCP e a imprensa não teriam deixado um rasto tão significativo do acontecimento, como adiante veremos.

No início dos anos 1960, contudo, em linha com o que a bibliografia assinala, a ação da Censura fez-se sentir de forma mais apertada, também no RCP. Luís Filipe Costa, em 1977, num programa da RDP, recordava alguns dos episódios de censura que mais marcaram o trabalho do SN:

Quando começámos, em 1960, passavam-se coisas como esta. Vou dar um exemplo (...): eram cortadas todas as notícias de recordes mundiais batidos por atletas de países socialistas. (...) 1961 foi um ano mau, como todos sabemos, para o governo de então. Houve a fuga de Álvaro Cunhal, o caso de Beja, o rapto do avião de Casablanca por Palma Inácio, depois houve o Santa Maria, tudo isso, e a Censura perdeu a cabeça, verdadeiramente. Chegou à desvergonha, digamos assim, de inverter o sentido das frases das notícias. Por exemplo, chegava um telex da Reuter ou da France Press [que dizia] que um passageiro do Santa Maria declarava que os passageiros não tinham sido molestados pelos assaltantes. A Censura, pura e simplesmente, mandava cortar o “não” e, portanto, a frase ficava ao

⁷⁶ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora em 7 de maio de 2014, em Lisboa.

⁷⁷ Entrevista dada por Adelino Gomes à autora em 19 de junho de 2015, em Lisboa.

⁷⁸ Num país que tinha, em 1970, mais de 25% de analfabetos (<https://www.pordata.pt>), com graves assimetrias sociais e económicas, a rádio, face aos jornais e à televisão, era o meio mais acessível.

contrário: os passageiros tinham sido molestados. E, se alguém julgar que isto é um exagero, poderá facilmente consultar os arquivos das agências noticiosas da altura.⁷⁹

O chefe dos noticiários lembra outros episódios:

Depois, em 1962, as coisas passaram-se de outra maneira. Por exemplo, durante a crise universitária era o silêncio absoluto, porque nós estávamos lá, os nossos repórteres iam lá, mas não podiam dizer nada, não podiam transcrever o que se gravava. E gravava-se muitas vezes. Recordo-me também naquele 1.º de Maio, já não me recordo o ano precisamente, mas aquele em que um operário foi morto na Calçada da Glória. Tudo isso foi gravado. O João Paulo Guerra que estava na rua foi apanhado pela polícia, foi levado para a esquadra, e mais tarde eles apareceram aqui nos estúdios a pedir a bobine, por isto, porque nós estávamos a poucos metros do homem que disparou, do agente que disparou, e como a PIDE lançava as culpas da morte do operário para a Polícia de Segurança Pública, a Polícia de Segurança Pública veio aqui buscar a bobine para identificar o som dos disparos, porque as armas eram diferentes e, efectivamente, o som era de uma arma que a Polícia de Segurança Pública não usava, mas sim a polícia política.⁸⁰

Costa não tem dúvidas de que a forma e conteúdo dos noticiários desenvolvidos por mais de uma década, entre 1960 e 1974, pelo RCP, teve influência no papel que o RCP teria no 25 de Abril de 1974, transformado em “Emissora da Liberdade” (Maia, 1975):

(...) efetivamente, esta nossa equipa mereceu a confiança do MFA, por isso eles aqui vieram naquela madrugada, aqui, onde era o Rádio Clube Português, e a equipa correspondeu, estava pronta. Só por isso valeu a pena todo o trabalho de organização e de preparação em que se gastaram para aí 10 anos, talvez; 10 anos em que nunca duvidámos que escrever notícias, lê-las, fazer programas, passar um disco era manejar uma arma.⁸¹

Com efeito, as características diferenciadoras da censura levada a cabo na rádio não significam que a censura não atuasse ou que o poder do som da rádio fosse subestimado. A reportagem que Guerra fez na madrugada das cheias de 1967 é disso exemplo:

Chego ao RCP e então dizem-me que o Moita de Deus quer falar comigo. E eu chego lá e estava o Moita de Deus e o Dr. Martinha, que ia lá quando havia alguma “bronca”. Dizem-me: “Você excedeu-se um bocado”. Eu pergunto porquê. Eu tinha entrevistado pessoas, que moravam ali, em barracas. O que os incomodou é que eu tinha o som de uma mulher a gritar, um grito fundo, sonoro. E eles dizem que “é uma coisa

⁷⁹ Centro de Documentação 25 de Abril, *A Rádio no tempo do fascismo* [Registo áudio], RDP, 1977. UCCD25A CDA-00192. <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/895>

⁸⁰ Centro de Documentação 25 de Abril, *A Rádio no tempo do fascismo* [Registo áudio], RDP, 1977. UCCD25A CDA-00192. <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/895>

⁸¹ Centro de Documentação 25 de Abril, *A Rádio no tempo do fascismo* [Registo áudio], RDP, 1977. UCCD25A CDA-00192. <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/895>

alarmista”, e que, se “tivesse passado por aqui pelos serviços, o grito não ia para o ar.⁸²

O grito passou na rádio e também foi plasmado na primeira página do *Diário Popular*, embora os efeitos fossem distintos. Diz Guerra:

Eles a chatearem-me durante algum tempo com o grito, e chega alguém com os jornais da tarde. E eu olho, e na capa do *Diário Popular* estava uma mulher de boca aberta, a gritar. E eu disse: “a minha reportagem é o som desta capa, e isto foi visado pela Censura”. E eles: “bem, não é a mesma coisa”. Pois não, se o jornal tivesse som não deixariam que se ouvisse aquele grito. (...) Bem, eles menosprezavam um bocado o som, mas menosprezavam porque eles pensavam que o som estava controlado. Mas, quando se pôs no ar aquela mulher aos gritos, eles ficam para morrer.⁸³

Nessa mesma manhã, João Paulo Guerra recorda que recebeu um telex dos Serviços da Censura a elogiar o trabalho da estação naquela noite. Pouco depois, recebeu outro a dizer que estavam suspensas quaisquer notícias do RCP sobre o número de mortos. Segundo a memória de Guerra, o telex diria algo semelhante a “A partir de agora não há mais mortos”, segundo a memória do jornalista⁸⁴. As ordens da Censura contrariavam a realidade testemunhada pelos repórteres que tinham saído para os locais de crise. A crónica comovente de Pedro Alvim, jornalista do *Diário de Lisboa* que cobriu as inundações, é reveladora de como a Censura se permitia a forjar realidades fictícias que suavizassem, truncassem, revertessem ou neutralizassem a realidade real, passe a redundância. Se, para a Censura, a morte poderia ser travada por telex, o repórter sabia que o caudal de mortos era já grande, e haveria de continuar:

Era ao cair da tarde — e havia mortos.

Todos muito juntos, enlameados, compridos.

Alinhados, distanciados para sempre, ali aguardando o arrumo definitivo. Ali, ali no cimento frio de um quartel de bombeiros, no fim de um domingo de Inverno. (Alvim, 1968)

No que respeita à materialidade e aos vestígios da Censura sobre o processo produtivo da rádio, o “problema do arquivo” acompanha-nos. Para averiguar do controlo ideológico sobre a rádio não dispomos de provas da censura como as que existiam para a imprensa. Não temos os vestígios físicos que as provas de censura da imprensa constituem, ao definirem graficamente, para os diversos artigos de jornais, quais os cortes, totais ou parciais, e quais as alterações a realizar, por forma a que a informação possa ser publicada. A rádio, pelas mais elementares razões ontológicas, não permite a

⁸² Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora em 7 de maio de 2014, em Lisboa.

⁸³ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 7 de maio de 2014, em Lisboa.

⁸⁴ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora em 7 de maio de 2014, em Lisboa.

aposição de um carimbo prévio que acautele que determinado noticiário foi “visado pela Censura”. Por outro lado, qualquer outra documentação escrita passível de atestar e nos guiar pelo processo censório na rádio e, em particular, no RCP, não foi localizada.

No entanto, o arquivo do RCP conserva o registo de um telefonema, disponibilizado em acesso aberto na plataforma RTP Arquivos⁸⁵, bastante eloquente acerca das ingerências e pressões que a Censura podia exercer sobre a agenda informativa da rádio. O registo sonoro, com cerca de 9 minutos de duração, data de 1 de abril de 1965. Dois meses antes, em fevereiro de 1965, Humberto Delgado, principal referência da Oposição a Salazar, exilado depois das famosas eleições de 1958, era assassinado por uma brigada da PIDE em Villanueva del Fresno, Badajoz. Hoje sabemos pormenores do que aconteceu, até pela voz do chefe da brigada, Rosa Casaco, que, em 1998, foi ouvido pelo jornalista do *Expresso* José Pedro Castanheira⁸⁶. Em 1965 sabia-se que o “General Sem Medo” tinha sido assassinado, mas desconheciam-se as circunstâncias, embora não fosse difícil que as suspeitas apontassem na direção do regime e da sua polícia política.

O registo de arquivo de que dispomos diz respeito à conversa telefónica entre António Caetano de Carvalho, Diretor dos Serviços de Informação do SNI, entre 1965 e 1969, e José Nascimento, repórter do RCP, logo após a transmissão de uma notícia sobre o trabalho de reportagem que Nascimento efetuou em Espanha, no local da morte de Delgado. Vejamos o diálogo:

José Nascimento (RCP): Boa noite, quem está ao telefone?

António Caetano de Carvalho (SNI): Fala do Secretariado Nacional de Informação, Caetano Carvalho.

JN: Boa noite, fala José Nascimento.

ACC: É pelo seguinte, vocês deram há pouco uma notícia relativa ao facto de terem enviado um enviado especial a Espanha...

JN: Sim, fui eu mesmo.

ACC: Foi o próprio? É que é o seguinte, há instruções superiores no sentido de que as notícias, desde que não sejam programadas pelas agências autorizadas, carecem de autorização da Censura.

JN: Bem, nós não tínhamos conhecimento disso.

ACC: Nós sabemos, nós sabemos, e estamos a dizer isto nem sequer é como reparo. Queríamos só pedir a vossa atenção para o assunto. Desde que sejam programas autorizados não há problema algum que enviem...

O repórter interrompe o responsável do SNI, pouco convencido destas diretrizes:

JN: Mas, uma pergunta, então a reportagem do RCP, como qualquer jornal, não estará autorizada a ir lá e...

⁸⁵ <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/telefonema-para-a-censura/>

⁸⁶ <https://expresso.pt/sociedade/como-matamos-humberto-delgado=f910084>

ACC: Vamos a ver, a reportagem pode ir. Depois, aquilo que a reportagem vai publicar, o que pretende transmitir, é que terá de ser apreciado pela Censura.

JN: Ah, sujeita-se a censura.

ACC: Quer dizer, tudo o que transcenda os telegramas das agências já devidamente censurados, tudo isso carece de autorização prévia.

Caetano de Carvalho mostra-se preocupado com a eventual existência de material de reportagem captado aquando da ida do repórter a Badajoz, e curioso sobre o que o repórter terá ou não apurado no terreno:

ACC: Da sua visita a Espanha trouxe alguma reportagem?

JN: Desculpe, que eu não entendi.

ACC: Se de Espanha trouxe reportagem.

JN: Foi só reportagem [a visita a Espanha]. Só. Não teve outra intenção que não fosse a de ir lá e de tentar saber...

ACC: Vocês descobriram alguma coisa?

JN: Não, eu não descobri nada. Eu fui simplesmente lá para ver se “arrancava” algumas palavras, é o termo, das entidades oficiais, que se negaram, porque eles tinham ordens para não falar. Penso eu que tinham essa ordem. E disseram-me que só Madrid é que poderia dar autorização nesse sentido, dado que aguardavam as notícias de Madrid quanto às questões legais, de medicina legal, sobre os cadáveres. E vim-me embora. No entanto, fiquei muito admirado, e este é o ponto: o juiz de paz com o qual falei disse “Eu não posso dizer nada, eu não sei de nada”. A polícia espanhola não sabia nada, o povo não sabia nada (...) Todos não sabiam coisa nenhuma de um crime que se deu na terra deles, os cadáveres apareceram na terra deles. Era estranho para nós, não é? (...) Então, não trouxe nada gravado porque nem sequer me deram essa autorização.

O responsável do SNI procura amenizar as intensões óbvias de condicionar a informação produzida pelo RCP, mas insiste na necessidade de qualquer reportagem sobre o assunto Delgado carecer de aprovação da Censura:

ACC: Esta [minha] intervenção não significa que você, se tivesse vindo com uma reportagem, não a desse. Simplesmente, o senhor delegado [o delegado do Governo junto do RCP] teria de a ouvir primeiro, percebe?

JN: Ah!

ACC: Não significava de modo algum que vocês não dessem nada. Apenas teria que ser apreciado primeiro

JN: Sim, tomar conhecimento do conteúdo, fazer a apreciação.

ACC: Eu não estou a dizer que este seja um assunto tabu.

O repórter impõe o seu ponto de vista e Caetano de Carvalho reafirma a necessidade de tratar o caso com cautela, e sob as ordens da Censura:

JN: Pois. Os senhores, desculpe agora dizer isto, mas isto tem de ser dito mesmo: os senhores têm de ter confiança em nós.

ACC: Ouça, mas naturalmente que se tem. Simplesmente, isto tem implicações de tal ordem que, por uma medida de cautela...

JN: Mas tudo isso eu compreendo, porque todos sabemos que há coisas que são inconvenientes, mas tudo quanto o rádio aqui deu...

ACC: Tudo depende de como se apresentam e dizem as coisas, não é? É claro que não é o caso do RCP, pois toda a gente conhece o serviço do RCP, e sabe da sua isenção e objetividade e, portanto, nem sequer o RCP está em causa. Isto é uma determinação geral, não é só para o RCP. É para todos os programas de rádio ou televisão ou de imprensa

JN: Ah, então muito obrigado, porque estamos todos incluídos. Pensei que era questão única connosco.

ACC: Apenas, atendendo à natureza do caso, entendeu-se que haveria conveniência em, tudo quanto vier a sair, pelo menos nestes próximos dias, deve ser apreciado previamente. Eu agradecia que comunicasse isto aos seus colegas aí dos noticiários: tudo o que seja para além dos telegramas das agências já aprovados, carece de aprovação.

Os interlocutores sabem, desde o início, que estão em pontos cardeais completamente opostos nesta discussão. Quem tem poder procura captar o outro para a necessidade de “uma medida de cautela”, face a um assunto delicado. Insiste-se que não se trata de impedir a reportagem ou o conteúdo noticiado, mas apenas de vincar que ele deve ser “apreciado primeiro”. Do lado do repórter que foi ao local do acontecimento recolher informações, há uma necessidade firme de vincar a seriedade do seu trabalho (“os senhores têm de ter confiança em nós”), assente em procedimentos jornalísticos, que passam pela verificação dos factos *in loco*. Por outro lado, há também a necessidade de não gerar conflito, dando mostras de que as regras de um são entendidas e aceites pelo outro (“Ah, então muito obrigado, porque estamos todos incluídos. Pensei que era questão única connosco”).

A conversa telefónica entre o representante da Censura e o repórter do RCP é cordata. A pressão externa, política, sobre o jornalista, ainda que suavizada pelo tom prudente e sensato do censor, é declarada. As mostras de que o jornalismo radiofónico – mais escorregadio, menos fácil de conter, porque não sujeito a censura prévia –, podia ser capaz de desafiar o poder da Censura também são evidentes.

7.2. O campo jornalístico em mutação na década de 1960

Os anos 1960, ainda que em contexto de ditadura e censura, trouxeram espessura ao jornalismo em Portugal (Cabrera, 2006; Correia & Baptista, 2007), possibilitando outras formas de o pensar e de o prover. Carla Baptista, referindo-se especificamente à imprensa, descreveu este período como “um sopro de renovação do jornalismo” (Baptista, 2012, p. 206).

Os anos 1960 constituem um momento em que se verificam novas condições no campo jornalístico, que se traduzem, entre outros aspetos em lideranças mais progressistas, crescimento económico, modernização tecnológica, incremento da profissionalização do jornalismo, recomposição e rejuvenescimento das redações, reforço da luta associativa e sindical, maior sentimento de pertença a uma comunidade jornalística com identidade própria, e mudança no estilo e apresentação dos conteúdos jornalísticos, com maior recurso à reportagem e à entrevista (Correia & Baptista, 2007).

O quadro político e legislativo não acompanha este pulsar do jornalismo. O controlo do Estado sobre as políticas de informação e a produção noticiosa não sofre grandes alterações. Mas o desejo de mudança faz-se sentir no seio da classe dos jornalistas, robustecendo o campo jornalístico e absorvendo as vagas de mudança que a década trouxe a nível internacional e, timidamente, a nível nacional.

As investigações que mais se têm centrado neste período de transformação do jornalismo em Portugal, têm na imprensa o foco e a direção (Baptista, 2012; Cabrera, 2006; Correia & Baptista, 2007). No entanto, consideramos que as transformações que o campo jornalístico vive neste período são mais latas. O projeto jornalístico do Rádio Clube Português tem coordenadas e um “ar do tempo” que se ligam a um cenário de transformações mais amplas.

7.3. Uma rádio nova para uma nova década

A década de 1960 é o momento cronológico e sociopolítico que representa a rutura com a rádio tradicional, reverencial, oficial e oficiosa, que se limita a ser caixa de ressonância do regime, e entretém inofensivo. A Emissora Nacional é disso paradigma. Paralelamente, aparecerão novos profissionais, uma linguagem menos formal e mais próxima do ouvinte, uma relação com a “rua” mais dinâmica, uma atitude de esclarecimento da opinião pública, mudanças técnicas que potenciarão outras experiências radiofónicas, e novas propostas estéticas, tanto para a programação como para a informação. Dina Cristo (2005) foi das primeiras autoras a chamar a atenção para a emergência de uma “rádio nova” nos anos 1960, nas emissoras privadas, que contrastava de forma evidente com a rádio tradicional, fechada em si, pouco ligada ao tecido social do auditório, feita na quietude da cabina e dela não saindo, de que a EN era a grande embaixadora.

Programas como *23ª Hora* (1959-1974, na RR), *Meia Noite* (1959-1967, no RCP), *Sintonia 63* (1963-1967, no RCP), *Em Órbita* (1965-1974, no RCP), *PBX* (1967-1969, no RCP), *1-8-0* (1967-1971, na Rádio Alfabeta, dos EAL), *Página 1* (1968-1973) ou *Tempo Zip* (1970-1972, na RR), que estilham a modorra da rádio nos anos 1960 e nos primeiros anos da década de 1970. Esta grelha de programação, dispersa pelas várias estações de rádio privadas, com particular destaque para o RCP e a RR, são frente

ativa de uma revolução estética e de conteúdos que a rádio então experienciava, e que se acentua no período 1968-1974, entre o consulado de Caetano e a Revolução dos Cravos (Santos, 2015, pp.31-34). A emergência e o sucesso destes programas refletem os novos caminhos da programação e traduzem as diferenças que se acentuam, internamente, no panorama da rádio em Portugal (Cristo, 2005, pp. 17-28; Santos, 2014, pp. 131-156).

Em 1970, as rádios comerciais são palco cada vez mais consolidado desta nova rádio. A revista *Rádio & Televisão* descreve, de forma viva e expressiva, a nova realidade radiofónica, e destaca, em particular, os elementos de ruptura trazidos pelo incremento dos programas noturnos:

A rádio comercial portuguesa passa neste momento por uma fase de intensa atividade, expressa sobretudo numa ruptura com um passado ainda recente de esquema rotineiro e manso, sonolento e doce. A nova fase tem maior incidência na programação nocturna, a que ultrapassa a meia-noite, durante as horas que foram durante muito tempo consideradas mortas. (...) A noite tem gente. Vibração. Nervos. Acção e sentido. Descobri-la e descobrir-se foi a palavra chave da Rádio. Modernizar-se, actualizar-se, ganhando vivacidade e consciência de si própria e dos ouvintes foi o caminho. Saiu do estúdio. Deixou o remanso dormente. Acordou e ajudou a despertar. Sacudiu insónias e roupagem descolorida. Animou-se. Começou a vestir de cores vivas. Descobriu a reportagem, a crónica, e redescobriu o disco.⁸⁷

O investigador que faça uma leitura das publicações periódicas especializadas em rádio, televisão e espetáculos, do início da década de 1970, percebe que o “ar do tempo” é já outro, mais questionador, menos acomodado. Se a “rádio nova” se vai inscrevendo como tema a partir dos inícios dos anos 1960, no princípio da década de 1970 a “rádio nova” parece atingir tal ponto de novidade e ebulição, que, para se cumprir, já só faltava uma revolução que trouxesse a liberdade. O investigador, que olha para o objeto à distância, vindo do futuro, munido de dados contextuais que, à época, se desconheciam, sabe que a revolução já não tardaria. Mas, mesmo sem esses dados, ao lermos revistas como a *Rádio & Televisão*, encontramos pistas de mudança – ou de um ávido desejo de mudança –, que já não se escondem ou camuflam no espaço público mediático como em décadas anteriores. A linguagem, os elementos visuais, os temas abordados pelos periódicos – a forma como são abordados – mostram que há um fosso evidente entre a rádio conservadora e a rádio nova que, a breve trecho, teria de ser rompido. De um lado, há a vontade de arriscar e experimentar; do outro, “a mediocridade geral” e “os velhos hábitos de disco-anúncio-duas tretas para preencher o tempo de emissão”, como refere a revista *Rádio & Televisão*, em 1972, a pretexto da atribuição de um prémio *ex-aquo*, pela Casa da Imprensa a três programas que se inscrevem na nova forma de fazer rádio: *Página Um* (RR), *Tempo Zip* (RR) e *Vértice* (RCP)⁸⁸.

⁸⁷ *Rádio & Televisão*, 27/06/1970.

⁸⁸ *Rádio & Televisão* de 22/04/1972.

Pelas palavras dos agraciados percebe-se que um novo tempo está em marcha. A postura crítica que resulta do próprio texto jornalístico cruzado com a voz dos radialistas destes programas, ouvidos pela revista, denuncia o marasmo em que a rádio vive e, conseqüentemente, o público, a desvalorização e a precariedade a que os profissionais estão sujeitos e, subjacente a este retrato, de forma sub-reptícia, a censura. Diz o autor do artigo que “não alinhar pela mediocridade geral traz consigo conseqüências desagradáveis”. E prossegue: “Na produção radiofónica inserida no nosso espaço e no nosso tempo, tentar sair dessa mediocridade implica, objectivamente, sujeitar-se ao risco.”

Rui Pedro, autor do programa *Vértice*, emitido no RCP, onde se difundiram palavras de Soeiro Gomes, José Gomes Ferreira, Brecht, Huxley, Camus ou Sartre, afirma: “É grato verificar o reconhecimento do esforço. Mas é grato verificar também o reconhecimento do risco”⁸⁹. Ao “risco”, que, certamente, passaria pela censura, pela extinção do programa ou pelo despedimento, Adelino Gomes acrescenta problemas laborais:

Devo esclarecer que estes programas (substancialmente os três em destaque) me interessam mais pelo que representam de esforço dos seus autores para fazerem alguma coisa do que propriamente por aquilo que na realidade conseguem. (...) Nos últimos três anos trabalhei por períodos nunca superiores a seis meses em cada ano, isto é, vivi com tremendas dificuldades materiais. No entanto, a meu lado, outros profissionais ganham ordenados de presidente de conselho de administração de uma empresa qualquer.⁹⁰

João Alferes Gonçalves, do *Tempo Zip*, programa transmitido na Rádio Renascença, afirma que os objetivos do programa passam por despertar consciências, ou seja:

levar ao público os temas de repercussão social e, ao mesmo tempo, provocar no público uma reação consciente ao estímulo que lhe é transmitido. Se não conseguimos concretizar esse objetivo de produção, integralmente, isso não depende só de nós. A inércia a que o público está habituado tem sido um travão. A primeira grande dificuldade é afastar o público de um determinado tipo predominante de Rádio, mais ou menos fútil e vazio e despertá-lo para a realidade que o deve preocupar.⁹¹

O título do artigo da *Rádio & Televisão* é expressivo, sintomático da abertura de que a rádio necessitava e da determinação em consegui-lo. Quase em tom de manifesto: “Rádio Nova: rasgar horizontes”.

O RCP dos anos 1960 enquadra-se neste conceito de “rádio nova”, potenciado por um conjunto de novidades que ocorrem neste período. É em 1960 que a estação procede à mudança geográfica das instalações da Parede para a rua Sampaio e Pina, em Lisboa. A partir de 1963 é introduzida a FM

⁸⁹ *Rádio & Televisão* de 22/04/1972, p. 22.

⁹⁰ *Rádio & Televisão* de 22/04/1972, p. 22.

⁹¹ *Rádio & Televisão* de 22/04/1972, p. 24.

(frequência modulada), com maior qualidade sonora na propagação e programação autónoma face às ondas médias. É ainda neste ano que o RCP, no emissor da Parede, passa a emitir 24 horas diárias. A continuidade *non-stop* da emissão e o estreitamento da relação com os ouvintes deram origem a um *slogan*, que ficaria na memória dos ouvintes “Sempre no Ar, Sempre Consigo” (Santos, 2014, p. 116).

A criação de um Serviço de Noticiários, enquanto estrutura orgânica dentro do RCP, com um espaço físico próprio, com um coordenador a quem foram dados poderes de definição do serviço, da estrutura e estilo dos noticiários, e com uma equipa de trabalho que lhe era exclusiva está intimamente ligada a esta nova realidade radiofónica. Também, nos noticiários, fazendo uso das palavras da *Rádio & Televisão*, o esquema rotineiro e manso, sonolento e doce, foi desafiado; a rádio saiu à rua; e soube aproveitar o tempo na sua plenitude, interrompendo o dia e a noite dos ouvintes, sempre que a notícia o pedia.

Capítulo 8

A construção do jornalismo radiofónico no Rádio Clube Português

A rádio em Portugal sempre foi espaço de informação, mas o jornalismo enquanto dispositivo orgânico e adaptado ao meio sonoro percorreu um caminho longo até se afirmar como prática e campo discursivo autónomos. Nos anos 1960, as estações comerciais abraçam uma rádio nova, sobretudo na música e na programação, enquanto a Emissora Nacional prima pela estagnação e cinzentismo. No campo informativo, a partir de 1960, o RCP lança as bases de uma linguagem própria, mais veloz e sintética, contrastante com uma Emissora que tardava em se desapegar da formalidade da linguagem escrita, do estilo conservador e dos extensos blocos noticiosos. A Rádio Renascença haveria de desenhar um projeto informativo próprio, mas só em 1972, tendo por modelo o bem-sucedido Serviço de Noticiários do RCP.

O Serviço de Noticiários do RCP acontece no seio de uma emissora privada, desde sempre enraizada na história do país, por vezes de forma que poderemos considerar contraditória, até. O RCP apoiou o Estado Novo, e tornou-se parte dele, mas também foi porta-voz da Revolução de 1974 que desalojou a ditadura, sobrevivendo-lhe, até desaparecer organicamente em 2 de dezembro de 1975, com a nacionalização da rádio. Ou seja, o RCP que, na transição de 1960 para 1961, cria o Serviço de Noticiários é o mesmo que, na década de 1930, é aliado de Franco e altifalante das forças nacionalistas no teatro da guerra civil espanhola, e que em 1974 ascende à condição de “Emissora da Liberdade”. Esta plasticidade reflete um RCP que, não obstante a matriz conservadora, se foi adaptando à realidade política e aos diferentes públicos que foi mobilizando ao longo de quase 45 anos. Paradoxalmente, o RCP foi sempre, ou quase sempre, capaz de escutar o tempo em que estava inserido.

As mudanças operadas nas décadas de 1960-1970, em matéria de jornalismo radiofónico, não podem ser vistas como expressão de uma deriva democrática dentro da velha estação da família Botelho Moniz. A osmose entre regime e cúpula diretiva é a mesma de sempre. Mas, os dividendos comerciais,

a vontade de competir com o mercado existente e de “bater em toda a linha”, como costumava dizer Júlio Botelho Moniz, a Emissora Nacional, são faces de um contexto que propicia a mudança e o início da construção de um campo jornalístico especificamente radiofónico.

8.1. O Serviço de Noticiários do RCP: da informação ao jornalismo radiofónico

8.1.1. No princípio era a publicidade

Em 1959, o Regulamento Geral de Radiodifusão feito pelo RCP (Santos, 2022b, p. 33), faz uma referência importante ao tipo de informação que a estação devia perseguir:

Os noticiários devem restringir-se à narração precisa e desapaixonada dos factos. As notícias devem ser escolhidas com critério e bom senso e evitar quaisquer detalhes mórbidos, sensacionais ou alarmantes que não sejam essenciais à sua descrição. Os comentários e análises a factos devem ser justos e imparciais e a sua apresentação distinta das respetivas notícias.

Este articulado, cuja escrita parece atual, mostra que o RCP começa a dedicar um cuidado especial à componente informativa da estação. É visível que, antes de o Serviço de Noticiários do RCP ser criado, já existia, no contexto organizacional, a vontade anunciada de marcar a diferença nesta matéria.

O Serviço de Noticiários do Rádio Clube Português nasce na transição de 1960 para 1961, quando a emissora muda as suas instalações da Parede, em Cascais, para Lisboa, para a rua Sampaio e Pina. É da cúpula do RCP, por iniciativa de Júlio Botelho Moniz, alto dirigente e proprietário da rádio, que Luís Filipe Costa, que havia sido chefe de redação da Agência de Publicidade Artística (APA), é chamado a criar o novo serviço noticioso. Quando Costa é convidado, Botelho Moniz diz-lhe que quer o RCP “na linha da frente da informação em Portugal”⁹². Claro que o propósito da estação passava por prover uma nova oferta informativa de que a rádio em Portugal era falha. Mas, antes do desejo ou dever de informar, estavam razões de mercado e concorrência. Diz-nos Luís Filipe Costa:

Um noticiário, com regularidade, de hora a hora, era, por si só, apetecível para uma rádio privada como o Rádio Clube. A rádio daquele período era diferente da atual. A produção própria era residual. A emissão vivia de produtores independentes que alugavam, à hora, o espaço para fazerem os seus programas. E eles próprios angariavam a publicidade. O lado financeiro era vital para manter a estação a funcionar. Portanto, aqui nos noticiários, há um lado estratégico evidente por parte de

⁹² Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora em 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

Botelho Moniz, que nisso era exímio. Ou seja, o noticiário era pretexto para que, a cada hora, existissem dois momentos publicitários extra: um antes, e outro depois do noticiário.⁹³

Independentemente de os objetivos imediatos poderem pender mais para a obtenção de dividendos comerciais ou económicos do que para a missão de informar, a verdade é que o RCP inicia, na década de 1960 – a mesma década que conheceu uma renovação no campo jornalístico, como vimos – um projeto de cariz jornalístico até então inexistente em Portugal. Pela primeira vez, uma estação de rádio passa a contar com um corpo redatorial, orientado para a escrita de notícias, contrariando a “forma inorgânica dos noticiários” (Santos, 2022b, p. 15) habituais, que surgiam no interior dos programas, sem formato autónomo, ou, se existissem num formato autónomo, consistiam, única e exclusivamente, na leitura seletiva dos jornais diários.

8.1.2. Uma redação de “noticiaristas” ou “redatores-locutores”

Nós considerávamos [que éramos jornalistas], mas mais ninguém nos considerava...
(João Paulo Guerra, citado em Gomes, 2011, p. 377)

O convite endereçado por Botelho Moniz a Luís Filipe Costa, para criar e liderar o Serviço de Noticiários do RCP, pressupunha a possibilidade deste o fazer em liberdade, recrutando a equipa que considerasse ser a melhor aposta. Costa sabe o que quer: uma equipa “jovem, preparada, arejada, mais próxima do espírito que eu achava que os noticiários deveriam ter”, conta-nos o responsável pelo novo serviço do RCP⁹⁴.

No processo de recrutamento que dava acesso à nova redação do RCP, a iniciativa quase sempre partia do chefe do SN. Sem necessidade de *curricula vitae*, num tempo que precede a existência de formação académica em jornalismo, e em que as bases do jornalismo radiofónico só tinham existência no exercício prático do ofício emergente, a escolha resultava do conhecimento prévio que Luís Filipe Costa tinha do potencial candidato ou da teia de conhecimentos e “das recomendações que me fossem feitas”⁹⁵. “E da intuição”, acrescenta Luís Filipe Costa. Perguntamos ao chefe de noticiários, entretanto falecido, para onde queria que a intuição o levasse. “Para gente que soubesse entender o tempo em que estava, sem vícios, com uma boa preparação, com cultura”, diz-nos.

Pelos noticiários do RCP, ao longo dos anos 1960 e 1970, para além de Luís Filipe Costa, passaram profissionais como João Paulo Guerra, Joaquim Letria, Manuel Bravo, Paulo Fernando, Firmino

⁹³ Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora em 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

⁹⁴ Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora em 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

⁹⁵ Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora em 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

Antunes, Orlando Dias Agudo, Rui Pedro, Carlos Manuel, Fernando Quinas, Jorge Moreira, Duarte Ferreira, Armando Pires, Cândido Mota, Jorge Dias, Joaquim Furtado, Adelino Gomes e Júlio Isidro (Cristo, 2005, p. 35; Santos, 2014, p. 189). Entre eles existem alguns denominadores comuns: a juventude (basta pensar que Luís Filipe Costa, em 1961, tinha 25 anos), a frequência de cursos superiores – por exemplo, Manuel Bravo passou pelo Instituto Superior Técnico, Luís Filipe Costa pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, e João Paulo Guerra pela Faculdade de Medicina – e a experiência pela Rádio Universidade, a que adiante voltaremos. Na equipa dos noticiários está uma nova geração, com uma outra abertura de horizontes, num tempo charneira de transformações internacionais, e também nacionais, pese embora a circunstância de estarmos a falar de um país periférico, num longo parêntesis autoritário, e com uma guerra colonial que, à imagem do regime, teimava em perpetuar-se.

Estes profissionais já não vão ser apenas locutores que, previamente, cortam e colam as notícias da imprensa do dia anterior, em folhas de papel, para depois serem lidas ao microfone (Cristo, 2005, p. 35; Santos, 2014, p. 189; Santos, 2022b, p. 34). As práticas informativas transformam-se, renovam-se, e quem lê a notícia passa também a produzi-la, o que implica um outro tipo de preparação intelectual, uma outra agilidade nas práticas e uma utensilagem técnica e tecnológica mais moderna. Construir as notícias da rádio pressupõe também uma responsabilidade acrescida para com o ouvinte, o chefe dos noticiários e a estrutura que dirige a estação.

O Serviço de Noticiários vive entre o espaço físico da redação e o estúdio. É ele “o centro nervoso do Rádio Clube Português”⁹⁶, para onde, todos os dias, profissionais, tecnologia e informação convergem. No final da década de 1960, um artigo da revista *Nova Antena*, assinado por A. Leston Martins concretiza, a partir do caso do RCP, muitos dos aspetos teóricos que abordámos acerca da especificidade do jornalismo radiofónico e das suas características técnicas e identitárias⁹⁷. O excerto é longo, mas a sua transcrição justifica-se. O texto de Leston Martins talvez seja o que melhor ilustra e nos transporta, de forma vívida, para o ambiente físico e intelectual do trabalho jornalístico do RCP:

Os ‘telexes’ nunca param no seu matraquear. Os olhos do noticiarista jamais se cansam de percorrer os milhares de palavras que, diariamente, as máquinas deixam impressas em centenas de metros de papel. Os ouvidos atentos ao telefone. Os gravadores prontos para o registo em fita magnética. (...) A rapidez da comunicação constitui o primeiro requisito para o valor da notícia. (...) E o público, graças a esse serviço do RCP, está constantemente a par do que se passa no País e no Estrangeiro. (...) O bom serviço que ali se faz é também um consequente do profissionalismo dos homens que trabalham no SN do RCP. (...) Num

* *Nova Antena*, 31/01/ 1969, p. 43.

⁹⁷ Ver ponto 3.2. deste trabalho.

constante alerta, o noticiarista vive o seu período de trabalho, entre a secretária e o microfone, selecionando, emendando, ampliando por vezes a informação e dando-a ao ouvinte na melhor oportunidade. (...) É um cuidado e árduo serviço, que dá relevo aos factos mais em evidência, num estilo muito próprio, peremptório e sempre em cima da hora. (...) A Rádio é, sem dúvida, o veículo informativo por excelência. Através das ondas, em qualquer momento, vai para o auditor a comunicação que mais importa dar ou o acontecimento mais em evidência na altura. E o público acredita nesta certeza que é o jornalismo na Rádio. (...) Quando a informação colhida não é bastante e o acontecimento o justifique, o SN do RCP recorre à colaboração dos Serviços de reportagem ou aos Serviços de escuta. E deslocam-se repórteres para os locais ou captam-se e gravam-se as estações de rádio que forneçam notícias sobre o facto (...) O telefone é instrumento tão importante na vida do noticiarista como o microfone. (...) Informar é factor essencial da Rádio. Daí, o noticiarista do RCP não aguardar, muitas vezes, pelas horas normais dos Noticiários. A informação não fica à espera, em cima da secretária, se o facto exige divulgação imediata.⁹⁸

As novas práticas operadas pelo SN liderado por Luís Filipe Costa dão origem a alterações semânticas. O termo “locutor” revela-se incapaz de nomear e descrever o que estes “novos rapazes da rádio”⁹⁹ fazem. Ao serem construtores, eles próprios, dos textos noticiosos transmitidos aos ouvintes, ao serem agentes produtores de notícia, o RCP atribui-lhes o título de noticiaristas e, mais tarde, redatores-locutores.

No entanto, ao laboratório de novas práticas jornalísticas não correspondeu um estatuto profissional condizente. Como Joaquim Letria sublinha, “a rádio não era um meio menor, mas fazer jornalismo na rádio era menor. O jornalismo-jornalismo era escrito e pertencia aos jornais, a determinados jornais”¹⁰⁰.

A conceptualização formulada – redator-locutor –, mesmo pressupondo a dupla defesa da autonomia da escrita da notícia e da capacidade de lhe dar voz, não foi suficientemente capaz de nomear e distinguir uma realidade profissional em construção que continuava a ser confundida com a profissão de locutor. Um exemplo. Quando em 1968 a Casa da Imprensa atribui os Prémios de Imprensa 1967, Luís Filipe Costa, chefe do Serviço Noticiários, e Eugénia Maria, locutora, recebem ambos o prémio de melhores locutores¹⁰¹. Há uma certa desvalorização da especificidade dos noticiários e dos seus profissionais, que são ainda novidade, é certo, face ao entretenimento e à programação, como se fossem uns e outros indistintos. Adelino Gomes, noticiarista do RCP de 1967 a 1971, rejeitava qualquer nomenclatura que minorasse a condição profissional que sentia ter na prática:

⁹⁸ *Nova Antena*, 31/01/ 1969, pp. 43-45.

⁹⁹ Entrevista dada por Adelino Gomes à autora em 19 de junho de 2015, em Lisboa.

¹⁰⁰ Entrevista dada por Joaquim Letria à autora a 10 de fevereiro de 2020, no Seixal.

¹⁰¹ *Antena*, n.º 71, 15/02/1968.

As pessoas achavam que éramos locutores. Eu sentia muito essa diferença [de tratamento] e irritava-me. Um dos primeiros prémios que tive foi como locutor do ano. Eu e o José Nuno Martins. O Zé Nuno considerava-se locutor, mas eu não, portanto era uma coisa que me irritava. Eu nunca me senti locutor, porque esse é o que vai ao microfone. Nós, os que tínhamos a mania que não éramos só locutores, defendíamos que éramos também redatores e repórteres. Saíamos do estúdio e íamos para o terreno. Éramos jornalistas!¹⁰²

Se o termo “noticiarista” e a justaposição das palavras “redator” e “locutor” não serviram para fazer jus ao edifício informativo radiofónico que emerge em 1960 e aos seus obreiros, também o acantonamento sindical na área das Telecomunicações não favoreceu a afirmação desta “nova” profissão, existente na prática, sentida como prolongamento de quem a exercia, mas, de certa forma, invisível e indistinta aos olhos dos pares.

De tudo isto resultava, para Adelino Gomes, uma não relação entre profissionais da imprensa e da rádio, que concretiza numa oposição entre os “rapazes dos jornais” e os “rapazes da rádio”:

Os pobres dos jornalistas dos jornais eram tratados pelos políticos como “os rapazes dos jornais”. E “os rapazes dos jornais” tratavam-nos a nós como “os rapazes da rádio”. Ou seja, nós estávamos ainda mais abaixo. Nós não éramos jornalistas. Nós éramos os da rádio, os locutores, os repórteres.¹⁰³

Guerra, talvez por ter mantido uma colaboração regular nos jornais, tem uma posição mais conciliatória do que Adelino Gomes, considerando que não existiam assim tantas diferenças entre “os outros jornalistas e nós”. Mas reconhece que eram mundos “menos comunicantes” do que poderiam ser¹⁰⁴. Ambos consideram, no entanto, que houve um acontecimento noticioso que esbateu distâncias e estreitou os laços entre os noticiaristas da rádio e os jornalistas dos outros média. Foi a cobertura do internamento de Oliveira Salazar em 1969, no Hospital da Cruz Vermelha, na sequência da famosa queda no Forte de Santo António do Estoril.

Nas páginas da *Antena*, é descrita, em texto e imagens, a forma como o RCP deslocou profissionais e montou um aparato mediático, à escala de então, à porta do Hospital da Cruz Vermelha¹⁰⁵. Num espírito de urgência informativa e de intensidade da cobertura noticiosa, o RCP “instalou uma autêntica rede informativa, capaz, só por si, de justificar a confiança do ouvinte interessado, que já se habituou à ideia de escutar, em Rádio Clube Português, a notícia da última hora, sempre em primeira mão”¹⁰⁶.

¹⁰² Entrevista dada por Adelino Gomes à autora em 19 de junho de 2015, em Lisboa.

¹⁰³ Entrevista dada por Adelino Gomes à autora a 19 de junho de 2015, em Lisboa.

¹⁰⁴ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 7 de maio de 2014, em Lisboa.

¹⁰⁵ *Antena*, n.º 86, 01/10/1969, pp. 4-5.

¹⁰⁶ *Antena*, n.º 86, 01/10/1969, p. 4.

Os jornalistas do RCP e dos demais órgãos de informação estão em permanência no local do acontecimento. Os repórteres do RCP revezam-se em três turnos. À porta do Hospital, uma carrinha identificada com o logotipo do RCP, devidamente equipada com telefone, era o elo de ligação entre os repórteres no local e os estúdios da Rua Sampaio e Pina.

A forma como o artigo da *Antena* descreve e ilustra as práticas e as rotinas por estes dias, vai de ao encontro com o discurso de João Paulo Guerra, que refere os dias intensos em que se aguardava a morte do ditador:

Lembro-me (...) da equipa que esteve na Cruz Vermelha, a cobrir a doença de Salazar. Passámos lá noites seguidas, de piquete, a ver se o homem morria ou não morria: o Carlos Pinto Coelho pelo *Diário de Notícias*, o Roby Amorim por *O Século*, o Baptista-Bastos pelo *Diário Popular* e mais uma série de malta. (Gomes, 2011, p. 378)

O fim de Salazar só aconteceria em 1970, e seria exatamente Guerra quem, aos microfones do RCP, daria a notícia da sua morte¹⁰⁷, mas estes dias de agonia do ditador ficariam na memória dos jornalistas do RCP como um momento importante de afirmação profissional. Adelino Gomes, esclarecendo-nos sobre a indefinição do jornalista radiofónico até depois do 25 de Abril, sem lugar no Sindicato de Jornalistas¹⁰⁸ e em circuito fechado face aos colegas da imprensa, recorda a importância do acontecimento. Estes dias no Hospital da Cruz Vermelha obrigam ao convívio, dias a fio, entre os profissionais dos vários média, independentemente do meio a que pertencem. Lentamente, defende Adelino Gomes, emerge uma certa “consciência de grupo” e de pertença. Do convívio estreito entre os jornalistas da imprensa e os “jornalistas” da rádio, no quadro deste acontecimento, dá-se uma espécie de cerimonial, que se traduz “na entrada dos ‘rapazes da rádio’ no androceu dos jornalistas”¹⁰⁹.

Luís Filipe Costa diz-nos que foram “muitos, qualificados e até hoje reconhecidos” os profissionais que passaram pelo Serviço de Noticiários que dirigia. Ao longo do tempo, a equipa foi perdendo elementos e ganhando outros, fruto também da polivalência e não exclusividade dos jornalistas próprias do jornalismo à época. Joaquim Letria, a título de exemplo, enquanto esteve no RCP, trabalhava também na imprensa escrita, no *Diário de Lisboa*, e na agência de notícias Associated Press¹¹⁰. A trabalhar em simultâneo, na equipa dos noticiários, estariam entre oito a dez profissionais, que diariamente, de forma rotativa, alimentavam os noticiários da estação. Cada um devia cumprir, em regra, um turno de 6 horas, por forma a garantir que a produção noticiosa não fosse interrompida¹¹¹. Os jornalistas entrevistados

¹⁰⁷ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 7 de maio de 2014, em Lisboa.

¹⁰⁸ Só em 1975 é que os jornalistas do RCP e demais estações de rádio alcançariam o estatuto profissional de jornalista, passando a dispor de carteira-profissional de jornalista e a pertencer ao Sindicato dos Jornalistas.

¹⁰⁹ Entrevista dada por Adelino Gomes à autora a 19 de junho de 2015, em Lisboa.

¹¹⁰ Entrevista dada por Joaquim Letria à autora a 10 de fevereiro de 2020, no Seixal.

¹¹¹ Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora a 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

contam-nos que havia sempre uma passagem de testemunho entre quem saía e quem começava o turno, mesmo que muito breve. Quem terminava o turno fazia o balanço e atualização da realidade noticiosa, por forma a que o jornalista que chegasse para “render” o anterior, entretanto contextualizado, fosse capaz de dar seguimento à notícia¹¹². Esta forma de organização é, ainda hoje, a prática comum e identitária que dá garantia da continuidade informativa em rádio, como vimos anteriormente¹¹³. Também os noticiários pareciam cumprir o novo lema da estação na década de 1960: *Sempre no Ar, Sempre Consigo*.

Esta equipa de noticiaristas respondia perante o chefe dos noticiários, Luís Filipe Costa e, acima dele, à direção de produção (hoje chamar-lhe-íamos direção de programas), liderada por Álvaro Jorge até ao dia 25 de Abril de 1974. Não existindo uma direção específica de informação, é nela que o Serviço de Noticiários estava integrado. Há, portanto, uma instância acima, com personalidades históricas da estação, como Álvaro Jorge, que estão nela desde os tempos em que o RCP fazia uma exacerbada exaltação patriótica e militava na guerra civil espanhola, ao lado das tropas de Franco. Uma dessas figuras tutelares da estação era Jaime da Silva Pinto, um dos primeiros locutores do RCP. Apesar de Silva Pinto não ser propriamente uma figura antirregime, era um profissional muito respeitado entre os jovens noticiaristas. Nas palavras de Joaquim Letria:

É um facto que o Jaime da Silva Pinto – que nessa altura assumia a direção – era um homem próximo do regime. Mas, apesar disso, era um indivíduo encantador. Percebi isso nas muitas vezes que ficámos à conversa, quando me dava boleia, a caminho da casa dele. tudo o que a rádio transmitia era da sua responsabilidade. ele percebia perfeitamente a forma como fazíamos os noticiários e, às vezes, sempre muito discretamente, lá nos dizia para termos cuidado. Mas deixava-nos trabalhar e o estilo e a independência ficavam a dever-se ao Luís Filipe Costa. (Rosa, 2014, p. 38)

Jaime Silva Pinto era, segundo João Paulo Guerra, uma “espécie de porta voz da estação”¹¹⁴. É ele que, muitas vezes, é destacado para cobrir grandes acontecimentos, a par de outras figuras da estação, com maior longevidade e autoridade para serem os representantes do RCP no acontecimento, garantindo, também a qualidade, o conhecimento e a credibilidade externa que os novatos noticiaristas ainda não tinham tido tempo de alcançar.

Guerra conta-nos que, para além da gestão dos noticiários durante o respetivo turno, os noticiaristas também podiam ser chamados para fazer trabalhos no exterior – reportagens ou entrevistas –, tanto para os noticiários como para programas da estação. Essas peças podiam não ter “tempo” para

¹¹² Entrevistas dadas por Armando Pires e Joaquim Letria à autora, respetivamente, a 23 de julho de 2015 e 10 de fevereiro de 2020, em Lisboa e no Seixal.

¹¹³ Ver ponto 3.2.7. deste trabalho.

¹¹⁴ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 20 de novembro de 2016, em Lisboa.

serem passadas nos noticiários, que primavam pela curta duração, “mas se algo estivesse a acontecer e fosse considerado notícia interrompia-se o figurino habitual dos noticiários e alargava-se o tempo de emissão”¹¹⁵.

Este tipo de informações, colhidas a partir da memória dos jornalistas do SN, conduz-nos a uma hipótese de trabalho a ter em conta aquando da escuta e análise sonora dos acontecimentos cobertos pelo RCP: os grandes acontecimentos cerimoniais (Dayan & Katz, 1999) tendem a escapar à equipa dos noticiários. Não são os noticiaristas, vozes de uma renovação na informação da estação, os enviados especiais para a cobertura dos grandes acontecimentos, mas as grandes figuras da estação, algo que, aliás, não está distante das práticas atuais. Tendencialmente, é o grande repórter ou um jornalista destacado que é enviado para cobrir o grande acontecimento, dando segurança à estação e a garantia experimentada de um trabalho de qualidade.

8.1.3. Luís Filipe Costa, o “homem-notícia”

Luís Filipe Costa, chefe dos noticiários, rapidamente conquista popularidade junto da estrutura diretiva do RCP, junto dos seus pares – dentro e fora da estação –, e junto dos ouvintes. Na *Antena*, revista quinzenal de atualidades propriedade do RCP e montra promocional da estação, Luís Filipe Costa ascende à condição de vedeta. Em 1966, a revista dedica uma capa ao homem que dirige os noticiários¹¹⁶. Luís Filipe Costa adquire um estatuto e um valor promocional evidente para o RCP. Fotografado num estúdio de rádio, com o microfone a pender sobre si – imagem de marca do ofício –, e em pose de galã de cinema, com brilhantina no cabelo e casaco de cabedal preto, Filipe Costa substitui os habituais Alain Delon, Roger Moore ou António Calvário na capa da revista. É o jornalismo radiofónico feito “estrela” e móbil de promoção do RCP. Para título da capa foi escolhido o epíteto pelo qual Costa já era conhecido: “Homem-notícia”. Antes da *Antena*, já a revista *Rádio & Televisão* tinha usado a mesma expressão¹¹⁷. No interior da *Antena*, um artigo dava conta do percurso pessoal e profissional de Luís Filipe Costa e do ambiente em que o noticiarista se movia:

Entre a secretária e o microfone, um constante alerta ao telefone e ao telex, e a preocupação dominante de estar em cima do acontecimento, para informar na altura

¹¹⁵ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 20 de novembro de 2016, em Lisboa.

¹¹⁶ *Antena*, n.º 33, 01/07/1966.

¹¹⁷ *Rádio & Televisão*, n.º 328, 15/12/1962.

com o máximo de pormenores. Eis a vida de um noticiarista de RCP. Esta é a história do chefe dos Serviços de Noticiários. A história de Luís Filipe Costa.¹¹⁸

Através da revista, ficamos a saber que Luís Filipe Costa foi admitido em 1954 como locutor da APA, e que se matriculou em Ciências Económicas e Financeiras, tendo depois desistido. Em 1956 estreia-se na RR, fazendo diretos num programa desportivo. Em 1959 torna-se chefe de redação da Agência de Publicidade Artística (APA). A experiência na área da publicidade será vital na construção de um noticiário com um outro ritmo e uma nova linguagem. Um ano depois, ingressa no quadro de locutores do RCP, a convite do diretor de produção, Álvaro Jorge. Em 1961 aceita chefiar o novo serviço noticioso da estação. Ficamos ainda a saber da sua “frieza impressionante” quando recebe as notícias. Filipe Costa explica:

Tem de ser assim. Posso ter um segundo de exclamação própria, mas logo me apercebo de que aquela notícia não veio para mim. E vou logo dá-la aos outros... Isto de ser noticiarista, é uma forma de estar alerta!!!¹¹⁹

Um dos aspetos que torna a revista do RCP relevante é por nos deixar entrar na mundividência do RCP sobre o projeto jornalístico ou, melhor, na mundividência que o RCP espera que tenhamos do projeto. Há uma construção ideológica, de carácter emotivo e euforizante, sobre o jornalismo emergente feito pelo RCP, com o intuito evidente de que o leitor adira a ele. O discurso da revista sobre o discurso do Serviço de Noticiários é suficientemente eloquente para que percebamos que os noticiários são um importante ativo da estação, a justificar tal promoção.

Em 1966, a *Antena* dá destaque a um acontecimento que é acontecimento para a própria emissora: a reportagem de uma corrida automobilística, realizada nos Montes Claros, em Monsanto, a partir de um helicóptero¹²⁰. As imagens da *Antena* mostram o helicóptero, onde, na cauda, aparece bem identificado o nome da estação. “Pela primeira vez, na história da rádio portuguesa, um helicóptero serviu de ponto de reportagem, permitindo ao repórter a completa visão a descrever...”, destaca o artigo. Numa das imagens, o “homem-notícia” assume o lugar do piloto, a reforçar o feito, o protagonista e as tecnologias que só o RCP seria capaz de mobilizar. A revista do RCP enaltece:

Filipe Costa, lá em cima, vibra com a luta dos bólides, e disso faz um relato completo e pormenorizado. De vez em quando, troca impressões com António Miguel ou Paulo Fernando, em terra, dando ao ouvinte uma nova dimensão no campo da reportagem. Os

¹¹⁸ *Antena*, n.º 33, 01/07/1966, p.26.

¹¹⁹ *Antena*, n.º 33, 01/07/1966, p.27.

¹²⁰ *Antena*, n.º 34, 15/07/1966, pp. 14-15.

minutos continuam a correr. Na face de cada um, há satisfação pelo êxito da experiência, pelo novo marco descoberto, no campo da rádio-reportagem.¹²¹

Este metadiscurso construído pela *Antena* é particularmente assumido numa peça da revista intitulada “Quando o noticiário é notícia”¹²². O autor do artigo é o próprio chefe dos noticiários. O tom e a linguagem utilizados remetem para um texto construído com esse objetivo de promoção em causa própria. Luís Filipe Costa explicita o propósito do artigo:

O Jornalismo na Rádio é uma certeza em que o público confia. (...) Revelamos hoje a equipa que forma o Serviço de Noticiários de Rádio Clube Português – nomes diariamente “no ar”, rostos que nem todos conhecem. Vão ficar, assim, mais identificados com o público e o público com eles, através duma pequena biografia e da recordação do acontecimento mais importante da sua vida profissional. Os homens que dão notícia são, eles próprios, hoje notícia.¹²³

Ao longo de três páginas são dados a conhecer alguns dos profissionais do SN, através de uma pequena nota biográfica, e da recordação do acontecimento mais marcante da sua vida profissional. Entre os acontecimentos noticiados pelo RCP, são destacados a morte de John F. Kennedy, a invasão de Goa, a morte de Jean Cocteau, a independência da Rodésia e a vitória da equipa de basquetebol do Benfica em Casablanca. A morte de Kennedy é uma escolha do chefe de noticiários. Para lá das marcas discursivas de persuasão do leitor, a descrição de Costa é bastante interessante, na medida em que nos transporta para o ambiente de urgência da redação quando surge uma notícia de última hora. Nesta passagem, Luís Filipe Costa explica o cenário em que a notícia é construída e dada:

Nesta meia dúzia de anos, já tive oportunidade de dar uma boa mão-cheia de notícias, daquelas que marcam o Mundo. pelo seu extraordinário significado e pela maneira como as coisas correram cá na redacção, recordo a da morte de Kennedy... Vinha a entrar, quando dei com o Paulo Fernando, a quem devia render, aos gritos, agarrado a um dos telexes. Estava a chegar a notícia de que os tiros tinham sido disparados... Minutos depois eu descia ao Inferno, com as máquinas matraqueando telegramas dramáticos e o telefone repenicando ininterruptamente. Foi um corrupio esgotante entre os telexes, os receptores sintonizados para as estações americanas e o microfone, acompanhando, passo a passo, o trágico desenrolar dos acontecimentos. Durante aquela hora que terá mediado entre a primeira e a última notícia interrompi a emissão mais de uma dúzia de vezes.¹²⁴

¹²¹ *Antena*, n.º 34, 15/07/1966, p. 15.

¹²² *Antena*, n.º 20, 22/12/1965, pp. 24-26.

¹²³ *Antena*, n.º 20, 22/12/1965, p. 24.

¹²⁴ *Antena*, n.º 20, 22/12/1965, p. 24.

A descrição de Filipe Costa conduz o leitor a um ambiente especial, novo, marcado pela celeridade da notícia e pela agilidade acrescida com que ela é tratada. A narrativa da revista *Antena* coloca, à frente dessa atitude e desse modo de fazer a notícia, a liderança do chefe dos noticiaristas. Filipe Costa carrega em si um valor facial que permite, à boleia desse prestígio e estatuto profissionais, alavancar do ponto de vista mediático a própria prática do jornalismo radiofónico enquanto originalidade do Rádio Clube.

A narrativa da revista do RCP em relação à importância de Luís Filipe Costa na construção do novo serviço noticioso encontra eco nas entrevistas que fizemos. Sem exceção, todas as pessoas que conheceram e trabalharam sob a liderança de Filipe Costa reconhecem que, discretamente e sem lugar para ordens rígidas, era alguém que dava unidade ao Serviço, espírito de corpo entre os profissionais e que tinha uma visão apurada do que deveria ser um noticiário: “simples, conciso, o mais atual possível”¹²⁵. É pelo trabalho e liderança de Costa que, à época, críticos afirmam: “o Serviço de Noticiários de R.C.P. é, sem favor, e de longe, o serviço mais bem organizado das estações de radiodifusão, incluindo mesmo a E.N.”¹²⁶

Este *élan* de modernidade em torno do RCP, dos seus noticiários e do “homem-notícia”, visível na leitura da imprensa da época, coloca-nos perante um estado de novidade tal que importa ser questionado: não havia jornalismo na rádio antes do projeto do SN do RCP? Sem nos alongarmos demasiado em períodos cronológicos que antecedem aquele a que corresponde o nosso objeto, não podemos deixar de relevar a vasta experiência informativa da EN, desde os anos 1930, nem mesmo esquecer que, antes da década de 1960, o RCP já tinha uma tradição de informação que precedia as inovações trazidas pelos noticiários.

O trabalho recente de Nelson Ribeiro (2022), centrado na figura de Fernando Pessa (1902-2002), mostra como, se por um lado, a afirmação do jornalismo radiofónico enquanto disciplina autónoma ainda haveria de demorar, por outro, o trabalho pioneiro de Fernando Pessa nos primórdios da Emissora Nacional e, depois, nas secções brasileira e portuguesa da BBC, traz uma frescura à informação praticada no meio sonoro que não pode ser esquecida, como se a novidade mais recente apagasse o historial de novidades que a precede. Pessa inovou nas reportagens, crónicas e noticiários que trouxe para o grande público através da rádio e conseguiu um estilo próprio de locução e de relação com o ouvinte que rompia com o tom monocórdico que a EN impunha. A linguagem radiofónica, ainda que a conceptualização de tal fosse ainda precária no contexto da rádio portuguesa, encontra em Pessa um agente transformador.

¹²⁵ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 20 de novembro de 2016, em Lisboa.

¹²⁶ *Plateia*, n.º 341, 15/08/1967, p. 52.

Também Artur Agostinho (1920-2011), que dá os primeiros passos na rádio no final da década de 1930, e ingressa na EN em 1945, faz um caminho singular que vai além da “rádio de vozes” que domina a época. Agostinho tornar-se-ia uma referência da rádio, no final da década de 1940 e na década de 1950, graças às transmissões desportivas das modalidades que, então, eram muito populares: o futebol, o hóquei em patins e o ciclismo. Embora este tipo de transmissões e relatos não se inserisse naquilo que era considerado informação, o facto é que Artur Agostinho tornou-se uma figura acarinhada pelo estilo vivo e pelas reportagens dinâmicas que fazia. Reportagens essas que, direta ou indiretamente, influenciariam o *modus operandi* dos demais profissionais da rádio, incluindo os mais afetos ao campo informativo.¹²⁷

Podemos afirmar que, até à década de 1960, não existia na rádio em Portugal uma estrutura especificamente jornalística, mas tal não significa que, no RCP, na EN, na RR e demais emissoras não existisse a transmissão de informação e de notícias junto dos ouvintes. Para Joaquim Furtado, do ponto de vista da construção do radiojornalismo, para além dos noticiários, “há um conjunto de programas radiofónicos que começam a fazer na rádio aquilo que outros fazem na imprensa, sem pensarem que o estavam a fazer”. Furtado sublinha:

Podia não haver intenção – e certamente não haveria –, mas antes de existir um jornalismo dito radiofónico, já estava a ser feito um caminho, ali, em alguns programas, por aquela geração que vinha da Radio Universidade, e não só, que era já jornalismo radiofónico. (...) A ideia do jornalismo, mesmo se não estivesse explícita... Mesmo antes de haver a preocupação de ser jornalista na rádio, era-se já jornalista na rádio por esta via, porque se achava que a rádio tinha também de ter esse papel. O papel recreativo da rádio era dominante, mas o papel informativo estava lá também, muito antes da oficialização do título.¹²⁸

8.1.4. A formação: entre a “escola” da redação e a experiência na Rádio Universidade

Se o caminho percorrido até à profissionalização dos jornalistas em Portugal foi longo e atribulado, no quadro de uma ditadura que atrasou a construção do jornalismo como campo de saber autónomo e como profissão que se alimenta do questionamento e do inconformismo, no caso específico dos jornalistas da rádio o desafio foi ainda maior. A ausência de uma formação estruturada direccionada ao meio e as portas cerradas da sindicalização até depois do 25 de Abril comprometiam o desenvolvimento de um jornalismo sonoro.

¹²⁷ Entrevista dada por Adelino Gomes à autora a 19 de junho de 2015, em Lisboa.

¹²⁸ Entrevista dada por Joaquim Furtado à autora a 16 de julho de 2019, em Lisboa.

Na década de 1960 foram levadas a cabo algumas experiências, iniciativas e tentativas em termos de formação que não podem ser minoradas, e que precedem o primeiro curso universitário na área do jornalismo, inaugurado apenas em 1979. Em 1966, o *Diário Popular* promoveu um Curso de Iniciação Jornalística, durante um mês e meio, nas suas instalações (Teixeira, 2012c, p. 409). Em 1968, o Sindicato dos Jornalistas organizou o I Curso de Jornalismo do Sindicato Nacional dos Jornalistas, que contou com cerca de 200 inscritos, e tinha por objetivo a oficialização das habilitações literárias e técnicas indispensáveis aos futuros jornalistas (Sobreira, 2003, p. 77). No entanto, estas e outras experiências de formação eram muito orientadas para o jornalismo de imprensa e, no caso do curso do Sindicato dos Jornalistas, destinadas apenas aos membros do Sindicato, de que o universo da rádio informativa não fazia parte.

Os conhecimentos académicos inacessíveis deixavam lugar ao mimetismo das experiências noticiosas estrangeiras, a algum experimentalismo e a um saber intuitivo que se vai forjando na troca de experiências no espaço fechado da redação, e no fazer quotidiano das reportagens fora dos estúdios.

“Quando entrei para o Serviço de Noticiários do RCP nunca tinha escrito uma notícia. Aprendi ouvindo, fazendo e vendo fazer. E aí o exemplo de todos nós era o Luís Filipe Costa.”¹²⁹ É assim que João Paulo Guerra sintetiza o “fazer-fazendo” do RCP e o papel tutelar de Luís Filipe Costa na construção de um modo de fazer informação em rádio. Adelino Gomes acrescenta, ao autodidatismo de todos, as idas de Filipe Costa à BBC, que acabavam por lhes ser benéficas, e o estímulo que todos sentiam em escutar rádio, por gosto pessoal e para um “aprender ouvindo”:

Todos nós ouvíamos estações de rádio internacionais. A geração anterior à minha ouvia muito a BBC, mas a minha geração ouvia mais a rádio francesa, nomeadamente o Office de Radiodiffusion Télévision Française (ORTF), e a Radio Télévision Luxembourg (RTL). Depois, num outro plano, mais da programação, mas muito importante por causa da linguagem sincopada que ali aprendíamos, escutávamos muito as rádios piratas dos anos 1960.¹³⁰

Não obstante a inexistência de formação específica em rádio, há uma experiência de laboratório de rádio, a Rádio Universidade (RU) que, a partir de 1950, vai moldar toda uma geração de profissionais (Santos, 2014, pp. 297-307). A Rádio Universidade era uma estrutura afeta à Mocidade Portuguesa (MP) – organização de enquadramento ideológico e defesa dos valores do Estado Novo –, cujos programas produzidos eram emitidos na Emissora Nacional. O projeto informativo do RCP e, mais tarde o da RR, são tributários dos *inputs* vindos desta academia de rádio informal, que era, simultaneamente, um

¹²⁹ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 7 de Maio de 2014, em Lisboa.

¹³⁰ Entrevista dada por Adelino Gomes à autora a 19 de Junho de 2015, em Lisboa.

espaço de recrutamento para as estações de rádio. Adelino Gomes, que também passou pela RU, sublinha:

Apesar de ser da Mocidade Portuguesa, a partir de meados dos anos 1960 a Rádio Universidade começa a ter alunos dos liceus e alguns alunos da universidade. O José Nuno Martins, o Joaquim Furtado, o José Manuel Nunes, eu, o Jorge Moreira ou o Rui Pedro somos gente que aí tentou perceber o que é isso de fazer rádio. Era uma espécie de escola em que os nossos mestres eram pessoas da EN, mais velhas. E depois começámos a ouvir muita rádio e a entusiasmar-nos muito com aquilo. Portanto, na ausência duma escola de rádio aquela foi a nossa escola. Fizemos programas de toda a espécie, apresentámos discos, escrevemos textos, fizemos reportagens, aprendemos a montar.¹³¹

Podiam candidatar-se à Rádio Universidade os estudantes universitários ou liceais dos 6.º ou 7.º anos. Um desses estudantes foi Joaquim Furtado, que se candidatou mal terminou o 7.º ano do Liceu. Furtado recorda-se das provas a que foi sujeito, que incluíam a leitura de textos “difíceis” e o improvisado em estúdio. A voz, diz Joaquim Furtado, tinha um peso significativo:

Na altura, é preciso ver, a voz era muito importante na rádio, coisa que, não é que hoje seja desvalorizada, mas passaram a ser valorizados outros predicados também. E quando digo voz, também digo dicção. Na altura, a voz desejada era, no fundo, o padrão da Emissora Nacional, que escolhia os locutores muito em função dessa ideia de uma voz com características específicas, uma voz radiofónica.¹³²

Joaquim Furtado começou na Rádio Universidade e foi seguindo o percurso hierárquico definido: “Primeiro fui estagiário – penso que não tinha acesso ao estúdio e ao microfone –, depois tornei-me locutor-estagiário e, só depois, locutor efetivo. Depois, cheguei a chefe dos serviços de programas”. O jornalista recorda ainda que a Rádio Universidade era um “local de experimentações”, com uma “surpreendente liberdade, se pensarmos que era enquadrada pela MP”. Havia entreajuda entre os colegas mais velhos e os recém-chegados, com os primeiros a “ensinar aos outros os rudimentos básicos da rádio”. Mas, se, por um lado, a RU era um laboratório que permitia a criação e a experimentação, por outro, foi ali que Furtado se sentiu censurado pela primeira vez:

Foi-me pedido para fazer um apontamento, um programa sobre o Natal. E eu utilizei para a construção desse programa partes do poema de António “Dia de Natal”, que fala sobre as contradições da quadra natalícia. A dada altura, o poema dizia: “Jesus/ o doce Jesus/ o mesmo que nasceu na manjedoura/ veio pôr no sapatinho/ do Pedrinho/ uma metralhadora”. Essa referência à metralhadora, e depois uns versos onomatopéicos, com

¹³¹ Entrevista dada por Adelino Gomes à autora a 19 de junho de 2015, em Lisboa.

¹³² Entrevista dada por Joaquim Furtado à autora a 16 de julho de 2019, em Lisboa

“tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá” fizeram com que o subdiretor [da RU] não permitisse aquele trabalho.¹³³

À falta de um projeto estruturado para o ensino da rádio, nas suas várias vertentes, a RU era, dizia a revista *Nova Antena*, em 1970, “a ‘escola primária’ de uma profissão”¹³⁴.

8.1.5. A construção e o alinhamento das notícias

Quando Botelho Moniz equacionou a criação de um Serviço de Noticiários, um dos objetivos era fazê-lo por contraste relativamente à informação praticada pela Emissora Nacional, diz-nos João Paulo Guerra. O propósito era que “o nosso noticiário fosse diferente dos noticiários maçadores da Emissora Nacional, religiosamente à hora do almoço, que duravam quase uma eternidade, feitos de textos pastosos lidos ao microfone”¹³⁵.

Luís Filipe Costa estabelece noticiários de curta duração, com aproximadamente 3 minutos, numa cadência informativa quase horária. Em 1969, em entrevista à *Rádio & Televisão*, Filipe Costa explica que o RCP emite 17 noticiários por dia, mas que a notícia é algo que vai além da rigidez dos horários. Abre, assim, abrindo caminho para a notícia inesperada ou de última hora: “O noticiário surge sempre que a notícia ou o acontecimento o justifiquem” (citado em Cristo, 2005, p. 35).

A curta duração supõe uma economia de palavras condizente, o ritmo como aliado, a síntese como forma mais eficaz de prover a notícia no imediato. Esta economia dos noticiários, por sua vez, vai provocar uma outra estrutura de apresentação das notícias, mais ordenada e com critérios noticiosos a presidir, num claro contraste com a tradição da Emissora Nacional. O modelo cristalizado de alinhamento da informação na EN, a partir das notícias provenientes da imprensa e das estruturas de poder oficiais, é questionado e rompido pelo Serviço de Noticiários do RCP. Desenha-se uma hierarquia noticiosa diferente, aproximada ao conceito de valores-notícia, que deitará por terra a velha hierarquia de acontecimentos ditada pelas figuras do Estado Novo e pela sua ordem de importância (Santos, 2014, p. 187). Quem escolhe, escreve e depois lê as notícias ao microfone tem, necessariamente, uma visão mais integrada do que é uma notícia. João Paulo Guerra sublinha:

O noticiário treinado por Luís Filipe Costa já não dá primeiro a notícia do Chefe de Estado, depois a do Presidente do Conselho, depois as dos Ministros, por ordem hierárquica, e assim sucessivamente até chegar ao acidente que acabou de

¹³³ Entrevista dada por Joaquim Furtado à autora a 16 de julho de 2019, em Lisboa

¹³⁴ *Nova Antena*, 23/01/1970.

¹³⁵ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora em 7 de maio de 2014, em Lisboa.

acontecer. As notícias passam a [seguir] uma ordem de importância e, se acontecer uma catástrofe, é a catástrofe que abre o noticiário.¹³⁶

Face à realidade do país, de cerceamento das liberdades e de controlo ideológico da narrativa política e social a ser veiculada pelos média, o Serviço de Noticiários privilegiou, desde o início, as notícias internacionais. Escolher contar a realidade internacional oferecia maiores garantias de contornar a censura. A redação tinha terminais de telex ligados à Reuters e à Agence France Press, e apesar de, pelo terminal ligado à Censura chegarem indicações de que determinadas notícias não poderiam ser dadas ou estavam suspensas até nova ordem, “havia sempre maneira de contornar, porque a rádio era, muitas vezes, mais rápida do que os censores e muito mais difícil de controlar”.¹³⁷

8.1.6. Uma outra linguagem

O projeto jornalístico do RCP constitui “uma profunda transformação da concepção informativa radiofónica” (Cristo, 2005, p. 36). Vimos como a narrativa, com os noticiários do RCP, se adapta mais à realidade noticiosa do que ao relato oficioso dos feitos do poder. A duração curta da notícia dá-lhe mais destreza e torna-a mais acessível aos ouvintes. A notícia adapta-se melhor ao ambiente sonoro.

Os noticiários do RCP provocam também mudanças na linguagem mobilizada. Adelino Gomes, considera que a atenção dada às notícias internacionais ajudou a dar forma a novas práticas de escrita jornalística em rádio, depois transpostas para a oralidade do microfone:

As notícias internacionais eram escritas diretamente a partir dos telexes das agências de notícias. Só que eles [os noticiários do RCP] aprenderam a adaptar a escrita à rádio e a não escrever como se fosse para um jornal. Por exemplo, o primeiro parágrafo ou “headline” do telex da agência era transformado em três frases simples e com ritmo, em que normalmente se cortava o artigo definido. Isto é a linguagem RCP! É a linguagem que deixou de ser gongórica, redondinha, com sujeito, predicado e complemento. E eles vão desenvolvendo isso. Isto é o RCP e é uma revolução radiofónica!¹³⁸

Mais breves, os noticiários do RCP libertam-se do espartilho e do peso formal e de conteúdo dos textos escritos e chamam a si frases curtas e sintéticas, fazendo cair cargos e formalismos ao microfone. Luís Filipe Costa concretiza:

¹³⁶ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora em 7 de maio de 2014, em Lisboa.

¹³⁷ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora em 7 de maio de 2014, em Lisboa.

¹³⁸ Entrevista dada por Adelino Gomes à autora em 19 de junho de 2015, em Lisboa.

A regra era dizer “O Senhor Presidente da República, Américo Thomaz, inaugurou a ponte sobre o Tejo”. No RCP passamos apenas a escrever e a dizer ao microfone “Américo Thomaz inaugurou a ponte sobre o Tejo”.¹³⁹

As diferenças de forma, estilo e conteúdo da informação do RCP relativamente à Emissora Nacional são visíveis. E, à época, a imprensa especializada soube reconhecer as mudanças operadas. Em 1968, escreve Jorge Guerra, crítico da *Rádio & Televisão*:

Nos noticiários são francamente animadores os sintomas de uma maior síntese e tratamento das notícias. Começa -se a pensar em termos radiofónicos quando se redige uma notícia recebida por telex (...). Nesse aspecto, há que referir, especialmente, os resultados obtidos pelos serviços de noticiários de Rádio Clube Português, sem dúvida, os mais preocupados com o ‘fenómeno’ do tratamento a dar às notícias chegadas por telex. (...) No que respeita à estação oficial o problema da forma é ainda um caso por solucionar. A síntese parece não ser muito preferida pelos ‘noticiaristas’. A prosa compacta, apenas aligeirada em relação ao que o telex transmite, continua a ser a fórmula usada. (...) Os progressos registados são tão pequenos que quase não se notam. Daí a longa e estafante maratona que constitui sempre o noticiário da noite da E.N. Daí também o afastamento do ouvinte. Quando é que se compreenderá que a rádio não é o jornal?¹⁴⁰

A economia da linguagem desenhou um formato informativo que, ao ser conciso, não permitia grandes experiências estéticas de sonorização. Joaquim Letria, que costumava fazer o turno das 21:00 às 2:00, lembra que não havia margem para a introdução de peças no noticiário:

Difícilmente havia “sons” nos noticiários. Além de não ser possível, porque não havia tempo nem pessoal – em cada turno só estava um noticiarista –, penso que não havia grande interesse dado o conceito de noticiário criado pelo Luís Filipe Costa. A ideia era a síntese e não a redundância de declarações e “sons”. As declarações estavam incluídas nas notícias que nós que estruturávamos e líamos ao microfone.

8.1.7. Um noticiário a dois tempos: o “normal” e o “bossa nova”

Ao longo desta investigação não conseguimos localizar registos de noticiários do RCP nos arquivos à guarda da RTP, que permitissem uma análise sistemática. A única exceção foi um noticiário do dia 1 de fevereiro de 1966, que detetámos num ficheiro de 28 minutos que nos chegou, através dos serviços do Arquivo da RTP, por engano. Ouvido o material, verificámos que previamente a um concerto do grupo Sheiks, transmitido pelo RCP em direto, constava um bloco de noticiário.

¹³⁹ Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora em 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

¹⁴⁰ *Rádio & Televisão*, 21/12/1968.

O bloco, que tem a duração de um minuto e 72 segundos, é antecedido por publicidade e pelo sinal horário, e começa com o locutor-redator a dizer: “Noticiário”. Seguem-se sete notícias, ditas de forma calma, mas com algum ritmo:

Salisbúria – O governo de Salisbúria não distribuiu qualquer comunicado acerca da realização da conversação com Londres anunciada no parlamento britânico pelo ministro inglês Harold Wilson, mas a notícia foi recebida com satisfação.

Nações Unidas – A realização de eleições e regresso a um regime constitucional não será possível no Gana durante os próximos três anos, segundo afirma o chefe da delegação ganesa na ONU, Frederic Arcouste.

Atenas – A delegação parlamentar grega à VI Conferência Conjunta da Grécia e da Comissão de Associação [?] chegou ontem de manhã a Rodes chefiada pelo deputado Rodopoulos, que presidirá à conferência.

Moscovo – O Ministro dos Negócios Estrangeiros soviético Andrei Gromiko regressou esta noite a Moscovo, de Roma, onde conferenciou com o Papa e com membros do governo italiano.

Cairo – Um piloto das linhas aéreas da [?], contou hoje o tribunal, está a ser julgado com, mais 45 elementos de uma organização clandestina, de ter sido encarregado de estudar a forma de sabotar o aeroporto do Cairo.

Charleston, Indiana – Três operários foram dados como desaparecidos, admitindo-se que tenham morrido em consequência da violenta explosão registada hoje numa fábrica de pólvora desta cidade.

Leeds, Inglaterra – A equipa do Leeds United venceu o Real Saragoça por 2-1 na segunda mão das meias-finais da Taça das Cidades com Feiras. O Saragoça tinha ganho a primeira mão por 1-0, pelo que a s duas equipas se encontram empatadas.¹⁴¹

Este seria o noticiário-tipo da estação, breve, com o máximo de informação possível no curto espaço de tempo que lhe era reservado, feito na sua maioria de notícias internacionais, e onde a colagem à linguagem dos telexes das agências noticiosas estrangeiras e à informação que deles chegavam parece evidente.

Dispomos ainda da gravação de um noticiário recriado por Luís Filipe Costa em 1977, quando por altura da comemoração do 3.º aniversário do 25 de Abril de 1974, a RDP fez uma emissão especial intitulada “A Rádio no tempo do fascismo”¹⁴². Filipe Costa é convidado pela rádio pública para falar sobre a relação entre a censura e o SN do RCP e “interpreta” um noticiário, à semelhança do que costumava fazer no noticiário das 12.45h, antes da Revolução. Vejamos o texto noticioso, constituído por quatro notícias e pelo boletim meteorológico, separados entre si por um sinal sonoro. Depois do sinal horário, aos microfones da RDP, Filipe Costa simula um noticiário em regime de ditadura:

¹⁴¹ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHCD249.

¹⁴² Centro de Documentação 25 de Abril, *A Rádio no tempo do fascismo* [Registo áudio], RDP, 1977. UCCD25A CDA-00192. <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/895>

O Mundo em 24 de abril. Uma imagem vale mil palavras. No mercado do povo, mil imagens contam a revolução. Tudo o que vivemos, memorizado pelas fotos da exposição inaugurada esta noite. O povo festeja e luta, dançando em arraial, desfilando na rua, reafirma-se agora como há três anos a vontade de avançar. [sinal sonoro separador]

O Oriente, Médio de nome, extremo de violência. Irmãos divididos, os árabes combatem entre si. Nas ruas de Beirute, os automóveis cederam a vez aos tanques. [sinal sonoro separador]

Quem passa? Pergunta de jornalistas. É o rei que vai à caça. A resposta do papagaio real: Hussein, monarca jordano em trânsito para Washington. Na bagagem uma pergunta: Que significa a frase “um país para os palestinianos?” Jimmy Carter, o anfitrião disse-a em Inglês. Terá agora de a traduzir para árabe. [sinal sonoro separador]

O campeonato é grande e Mortimore o seu profeta. Cumpre-se o que anunciou: o título para o Benfica. Perdendo em Braga, o Sporting perdeu as últimas esperanças [sinal sonoro separador]

O tempo. Limpido e sereno. Hoje, teremos um céu à imagem e semelhança da terra que se deseja. Sol pleno, no dia que é promessa de que, alguma vez, ele brilhará para todos. Céu azul em dia de cravo vermelho.

Este noticiário, com a duração de 1 minuto e 28 segundos, não se submete às regras canónicas do jornalismo, nem reflete a simplicidade e a síntese da linguagem de que o noticiário que vimos anteriormente se aproxima e tem por modelo. A forma do noticiário recriado reflete mais uma construção literária do que uma construção noticiosa, assente na teoria da objetividade. Vive de imagens e de uma linguagem metafórica, que não é propriamente explicativa, nem acessível a todos os ouvintes.

Este era um noticiário “especial”, circunscrito a um horário mais propício a jogos de linguagem, perto da 1h da manhã, que permitia que uma notícia fosse dada de modo a desobedecer ao figurino habitual dos noticiários durante o resto do dia. Era conhecido por noticiário “bossa nova” ou, como abaixo é referido, noticiário “nouvelle vague”. Este tipo de terminologia, que aponta para a novidade do ritmo musical que chegava do Brasil ou para a rutura artística operada no cinema francês daquele período, é sintomática de como os contemporâneos reconheciam modernidade e arrojo a este noticiário. Luís Filipe Costa e outros noticiarista mais experimentados, como Paulo Fernando, marcavam a diferença na forma como faziam este noticiário de síntese do dia, que costumava começar por “O mundo em [data]”. Faz parte da mitologia dos noticiários a forma críptica como foi dada a notícia do assalto da LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária) à filial do Banco de Portugal na Figueira da Foz, a 17 de março de 1967. A notícia havia sido cortada pela Censura, mas, sob a forma de boletim meteorológico, foi transmitida da seguinte forma aos microfones do RCP: “O dia de amanhã vai estar cinzento, feio, vai chover, vento forte, mas felizmente há luar [LUAR]” (Santos, 2022b, pp. 33-34).

Em 1962, o crítico Pinto Pizarro da *Rádio & Televisão*, pouco depois de este tipo de noticiário ser criado, dá-lhe destaque e elogia-o:

Sabemos que há pessoas que não gostam nada, mesmo nada de escutar os serviços de noticiário radiofónico. (...) Se referimos o caso é apenas para chamar a atenção desses ouvintes alérgicos a noticiários, a que escutem o serviço de noticiários transmitido às 0 horas e 45 durante o decorrer do programa *Meia Noite*, através do Rádio Clube Português. Oçam-no e verão como a vossa opinião é com certeza susceptível de se alterar. O referido noticiário passa por ser um verdadeiro modelo de como devem ser dadas as notícias através da Rádio.¹⁴³

Dois meses depois, a mesma revista dedica ao noticiário “especial” um artigo, que incide sobre o papel de Luís Filipe Costa na sua criação e popularização:

Os serviços de noticiários de Rádio Clube Português vêm apresentando, há meses, no período informativo do programa *Meia-Noite*, às 0.45 horas, um serviço noticioso de características inéditas na Rádio portuguesa. O público apercebeu-se, rapidamente, da inovação e a crítica assinalou já, com palavras de justo louvor, a feliz iniciativa.

A ideia nasceu, precisamente, quanto o produtor do "Meia-Noite", António Miguel, sugeriu à direcção do R.C.P. A possibilidade de um "noticiário" diferente no período desde sempre reservado às informações baseadas nos telegramas chegados até à hora da transmissão.

Foi Filipe Costa o homem encarregado de estudar o tal "noticiário diferente". E o esquema inicialmente submetido à apreciação passou à fase concreta com a rubrica "O Mundo em...", escrita de forma original.

Há quem lhe chame o "noticiário nouvelle-vague" – que seja!

Filipe Costa (e os colegas da equipa de noticiários seguem o exemplo) transforma diariamente, as informações das agências que os Telex batem a todo o instante, em apontamentos incisivos vivos, espantosos de precisão e de análise instantânea dos acontecimentos que justificam e impõem a marcha implacável do mundo em que vivemos. O noticiário das 0.45, valorizado pela própria voz do seu autor, foi, afinal, buscar à linguagem telegráfica o esquema de concepção ideal para uma informação radiofónica, necessariamente rápida, nervosa, concreta.

Um êxito de Rádio Clube Português, sem dúvida; mas um triunfo pessoal (e profissional), de Luís Filipe Costa – o homem "notícia" das 0.45!¹⁴⁴

Na emissão especial da RDP, em 1977, Filipe Costa explica o contexto e os objetivos do noticiário das 0:45 h, que passavam pela sua utilização como “arma” contra o regime:

Bem, este tipo de noticiário, aquele que fazíamos à 1 hora da manhã no antigo Rádio Clube Português, deve parecer agora um pouco deslocado, talvez demasiado gongórico. Mas, naquela altura, era uma das maneiras que nós usávamos para furar o sistema. Naturalmente que isto restringia o número de ouvintes que recebiam as mensagens, já que, todo ele era, como ainda se recordam, certamente, à base de imagens, de trocadilhos, de jogos de palavras. E se isso, por um lado, restringia, como eu disse, o número de ouvintes que recebiam a mensagem, por outro lado, permitia, às vezes, com uma certa subtilidade, fazer passar uma coisita pelas malhas da censura. (...) Talvez alguns achem que esses noticiários

¹⁴³ *Rádio & Televisão*, 01/09/1962, p. 13.

¹⁴⁴ *Rádio & Televisão*, n.º 328, 15/12/1962, p. 7.

que esta equipa fez como arma não passassem de uma fisga. É possível que sim. De qualquer modo, nós temos provas de que algumas das pedradas que atirámos com essa fisga magoaram muitos dos salazarentos.

A síntese dos noticiários habituais, no tempo e na linguagem utilizada, tendia a ser “desfeita” no noticiário da 1 hora da madrugada. O cânone criado pela equipa de noticiários era interrompido no início da madrugada, num gesto de informação, mas também de lúdico exercício de imaginação e de experimentalismo numa época em que, uma e outro, não eram particularmente bem vistos.

8.1.8. Noticiários e direcção: o “respaldo que vinha de cima”

Na entrevista que nos deu, Luís Filipe Costa refere-se ao “respaldo que vinha de cima”¹⁴⁵, ou seja, à forma como a estrutura do RCP, de quem partiu a iniciativa do novo Serviço de Noticiários, defendia os seus noticiários, nomeadamente junto da esfera do poder político.

Sempre que os noticiários falhavam uma notícia por motivos aos quais eram alheios, Botelho Moniz e Álvaro Jorge eram céleres em pedir justificações às entidades políticas com responsabilidade. O “caso do Aeroporto” justificou a troca de correspondência entre as chefias do RCP e Ramiro Valadão, diretor dos Serviços de Informação do SNI, durante mais de um mês. A 12 de maio de 1965, Álvaro Jorge, diretor de Produção do RCP, remete a Ramiro Valadão uma nota de abertura lida aos microfones no dia 3, e publicada na *Antena* na edição de dia 15¹⁴⁶, intitulada “Os direitos da informação”. Nela é contado um episódio no Aeroporto, aquando da chegada do Benfica a Lisboa, vindo de Budapeste, onde tinha ganho ao Vasas, num jogo a contar para a primeira mão das meias-finais da Taça dos Campeões Europeus. À chegada da equipa, quando o repórter do RCP se aproxima da equipa, é impedido de fazer o seu trabalho.

Mas... quando o repórter de RCP pretendeu – identificando-se – entrar para o salão de desembarque, um funcionário da Polícia internacional não lhe permitiu a entrada. Perante a insistência do nosso repórter, surgiu um outro senhor, em traje civil, que explicou não lhe ser possível autorizar a passagem do nosso repórter (...). E perante a estranheza de um dos atingidos quanto à presença das equipas da E.N. e da T.V., na referida sala, o mesmo senhor respondeu que essas organizações tinham uma autoridade especial. E perguntamos nós: Uma autorização especial, porquê?... E quem concede essas autorizações especiais? Onde estará a razão que justifique o impedimento aos órgãos de informação de cumprir o seu trabalho, que aliás, se destina exclusivamente a servir o público e o País. E porquê exceções? (...) Terá partido da direcção do Aeroporto o intempestivo cerceamento?¹⁴⁷

¹⁴⁵ Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora a 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

¹⁴⁶ *Antena*, n.º 6, 15/05/1965.

¹⁴⁷ Ofício enviado por Álvaro Jorge, do RCP, a Ramiro Valadão, do SNI, de 12/05/1965 (ANTT, SNI, Cx. 1386).

Em resposta, Ramiro Valadão diz que a situação será aclarada junto da direcção do Aeroporto, não sem antes fazer o reparo:

No entanto, julgo que, o caminho aconselhável teria sido a apresentação da vossa reclamação às entidades competentes, antes de a terem exprimido publicamente, pois compete apenas às referidas entidades como indispensável dever, a protecção dos interesses de todos os Órgãos de Informação e a verificação cuidadosa das suas situações.¹⁴⁸

Face a este ofício, Botelho Moniz, vice-presidente da direcção do RCP, hierarquicamente acima de Álvaro Jorge, intervém. Júlio Botelho Moniz justifica a tomada pública de opinião acerca do caso:

Quanto a não nos termos dirigido directamente àquela Direcção e termos feito o reparo publicamente, deve-se ao facto de já por várias vezes ter sucedido o mesmo, o que, apesar das nossas reclamações e das da Imprensa, se manteve. De resto, a presença da Televisão e da Emissora Nacional nos locais proibidos aos outros Órgãos de Informação, justifica a atitude que tomámos, na medida em que o nosso trabalho fica prejudicado.¹⁴⁹

O caso termina com um último ofício de Valadão, dando conta de que o RCP não é alvo de discriminação, desde que os seus profissionais cumpram os procedimentos de creditação a que estão obrigados¹⁵⁰. O que é interessante de observar nesta e noutra correspondência trocada entre a hierarquia do RCP e o SNI é como, perentoriamente, a estação e quem nela trabalha é defendida.

Em junho de 1965, Júlio Botelho Moniz volta a escrever a Ramiro Valadão¹⁵¹, desta feita a propósito das eleições presidenciais:

Confirmamos a conversa telefónica que V. Exa. teve ontem, cerca das 20 horas, com o nosso Director de fiscalização, Sr. Moita de Deus, em que V. Exa. informou irmos receber um comunicado acerca da apresentação do candidato à Presidência da República pela União Nacional. Nesta conversa frizou V. Exa. que a notícia não deveria ser divulgada antes da manhã de hoje. Aguardamos toda a noite esse comunicado e, com surpresa nossa, não nos foi distribuído, tendo aumentado a nossa surpresa quando o lemos nos jornais matutinos e o ouvimos na Emissora Nacional.

O descontentamento de Botelho Moniz sobe gradualmente de tom:

O funcionário de serviço nocturno não fez a notícia em virtude de ter recebido ordens para só a fazer através da comunicação dos Serviços em que V. Exa. superintende e, assim, mais

¹⁴⁸ Ofício enviado por Ramiro Valadão, do SNI, a Álvaro Jorge, do RCP, em 22/05/1965 (ANTT, SNI, Cx. 1386).

¹⁴⁹ Ofício enviado por Júlio Botelho Moniz, do RCP, a Ramiro Valadão, do SNI, em 26/05/1965 (ANTT, SNI, Cx. 1386).

¹⁵⁰ Ofício enviado por Ramiro Valadão, do SNI, a Álvaro Jorge, do RCP, em 16/06/1965 (ANTT, SNI, Cx. 1386).

¹⁵¹ Ofício enviado por Júlio Botelho Moniz, do RCP, a Ramiro Valadão, do SNI, em 23/06/1965 (ANTT, SNI, Cx. 1386).

uma vez fomos atropelados por outros órgãos de informação que estamos habituados a “bater em toda a linha”, pela nossa orgânica informativa.

O tom aceso de Botelho Moniz cresce nas exigências que faz ao alto responsável do SNI:

Para que não fiquem quaisquer dúvidas sobre este momentoso problema que, aliado a outros, e mais recentemente quando da remodelação ministerial, têm surgido, agradecemos que V. Exa. nos comunique por escrito a razão de tão estranho proceder em relação ao RCP. Atrevemo-nos a pedir a V. Exa que a resposta nos seja dada em termos que possam ser expostos aos nossos funcionários, de forma a que eles, habituados a serem os primeiros, educados numa escola que é difícil hoje conseguir, não se sintam moralmente deprimidos por mais este fracasso. Além do mais consideramos o facto desprestigiante para a Direcção do RCP, em relação aos seus funcionários, podendo mesmo dar lugar a que pensem que estamos a ser objecto de discriminação ou a não querer contribuir para a divulgação de notícias de tão grande importância.

Não deixa de ser curioso que uma estação que perfilha e alimenta o discurso patriótico e nacionalista do Estado Novo, e que durante a guerra civil de Espanha foi um dos maiores esteios de Franco contra os republicanos (Pena Rodríguez, 1998, pp. 331-366; Pena Rodríguez, 2017; Balsebre, 2001, pp. 391-392) se empenhe, na década de 1960, na sedimentação de um serviço noticioso inovador e diferenciador face à concorrência. Filipe Costa expressa, em mais do que um momento do seu testemunho, o suporte recebido de Botelho Moniz:

Eu tinha o total apoio do Botelho Moniz. Os noticiários eram muito acarinhados por ele e pela direcção. Eu tinha uma enorme liberdade a dirigir os noticiários, e a primeira palavra – e posso dizer que a última também – na escolha dos jornalistas era sempre minha.

Botelho Moniz, na noite das inundações de 1967, como adiante veremos, elogia com fervor, em direto, o trabalho dos jornalistas do RCP na madrugada das cheias. Este acontecimento, que o regime preferiria que nunca tivesse vindo a público pela miséria social revelada, foi vivido pelo RCP com toda a sua espectacularidade, e é “acarinhado” e utilizado de forma instrumental para destacar a relevância do RCP, demarcando-o das restantes rádios. Para Adelino Gomes, a atitude de Botelho Moniz de elogio permanente e de defesa intransigente da informação do RCP filia-se no valor estratégico e de prestígio que a esta reconhece:

No caso das cheias, Botelho Moniz dá os louros à informação e a Luís Filipe Costa, numa lógica de “nós somos os melhores”. Ele estava interessado em marcar uma posição face à EN. Não se trata de uma afirmação ideológica, mas sim de mostrar que o RCP tinha mais capacidade para fazer informação, tanto em termos técnicos como de recursos humanos e

de capacidade de iniciativa. As cheias mostram como o RCP não tem concorrência; como as outras estações, por variadíssimas razões, são incapazes de competir.¹⁵²

O respaldo da administração em relação aos noticiários e aos profissionais do RCP é reflexo do aparecimento de uma nova geração de dirigentes à frente do RCP, que ascende na sequência da morte de Jorge Botelho Moniz. Júlio Botelho Moniz, filho do fundador, é “mais voltado para os negócios e menos para o combate ideológico” (Santos, 2018, p. 37). Sendo um homem do Estado Novo, Júlio é também alguém que detém poder económico, o que lhe confere, simultaneamente, independência e arrogância face ao regime, diz João Paulo Guerra.¹⁵³

Não raras vezes, o dono do RCP insurge-se contra a Censura e a PIDE. Guerra dá um exemplo em causa própria: “Uma vez fui fazer uma reportagem e a polícia apreendeu-me o gravador. À nossa frente, o Botelho Moniz chamou-lhes tudo ao telefone, com palavrões, aos gritos, com desprezo. Gritou à polícia, à PIDE!”. Segundo o entrevistado, “Botelho Moniz defendia-nos aguerridamente e ao RCP, porque estava em causa *a sua* estação, *a sua* informação, *os seus* profissionais, *o seu* gravador. E isto era tolerado pelo regime porque ele era *O* próprio regime”.¹⁵⁴

8.1.9. Os efeitos de contágio imediatos: os noticiários na Rádio Renascença

O principal efeito de contágio do SN do RCP no panorama radiofónico nacional reside na criação de um serviço semelhante na Rádio Renascença. O serviço de noticiários da RR tem início a 23 de outubro de 1972. Os noticiários são apresentados de hora a hora, existindo três serviços mais desenvolvidos, às 12:45, às 19:00 e à meia-noite (Santos, 2022b, pp. 35-37).

Face à popularidade dos noticiários do RCP, Paulo Azevedo, responsável da programação da RR, convida Carlos Cruz para estruturar o novo serviço (Cruz, 2016). Carlos Cruz, que já trabalhava na televisão, conta na sua autobiografia: “aceitei, mas com a condição de que, logo que o serviço estivesse a funcionar com regularidade, eu sairia. Outra condição prévia: liberdade editorial, isto é, só me sujeitava a uma censura, a oficial” (Cruz, 2016, p. 222).

Pelos noticiários da RR passaram José Alferes Gonçalves, que sucederia a Carlos Cruz na direção do serviço, José Manuel Nunes, Rui Pedro, Pedro Castelo e Júlio Corte Real, Viriato Dias e António Santos.

¹⁵² Entrevista dada por Adelino Gomes à autora a 19 de junho de 2015, em Lisboa.

¹⁵³ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 7 de maio de 2014, em Lisboa.

¹⁵⁴ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 7 de maio de 2014, em Lisboa.

A margem de liberdade (possível), com que Carlos Cruz delineou os noticiários e Alferes os pôs em prática, foi sendo, progressivamente, diminuída pela ação de “uma censura interna que se manifestou mais feroz e reacionária do que a oficial” (Cruz, 2016, p. 223).

A Rádio Renascença torna-se a primeira rádio a concorrer com o projeto de noticiários do RCP, inspirando-se no seu modelo, mas beneficiando de um outro enquadramento da programação, como refere Rogério Santos:

Se a informação de Rádio Clube Português estava condicionada aos horários dos programas de produtores independentes (54 minutos por hora radiofónica, mais seis minutos para noticiários e publicidade), a Rádio Renascença tinha três programas da própria estação (*Enquanto For Bom Dia, Radiorama, 23ª Hora*), o que permitia irradiar quando a notícia fosse importante.

Capítulo 9

Os sons do Rádio Clube Português: entre a ausência e o fragmento

9.1. (Des)Caminhos de uma investigação

Listen to the silence, let it ring on (Joy Division)

Quando iniciámos esta investigação partimos para a leitura de várias obras, com perfil de manual, que, com variações nos ângulos de abordagem, no tempo em que foram escritas ou no tipo de conhecimentos que aportam, mergulham quase sempre na velha questão de Umberto Eco (1977/2002): como se faz uma tese?

A ansiedade – e o entusiasmo – da escolha do objeto e do seu porquê transferiu-se, rapidamente, para a ansiedade – e para um entusiasmo agora menos efusivo – de como (com que materiais, com que meios e com que ferramentas metodológicas) levar por diante o projeto investigativo.

Mesmo com abordagens exploratórias, que permitam conhecer, com alguma antecedência, o objeto que se pretende estudar; mesmo que com esse trabalho de diagnóstico se procure desenhar um projeto exequível, equilibrado, que responda às questões de partida, às exigências metodológicas, às interrogações pessoais e aos objetivos académicos; mesmo que, como no nosso caso, soubéssemos que o objeto-rádio tem contornos “especiais” que transcendem a materialidade, a certeza e o relativo conforto dos objetos fixados em suporte escrito, ainda assim, é quando a investigação entra, realmente, na engrenagem, que a pesquisa exploratória, que foi ditando alguns percursos possíveis e seguros, como mandam os manuais, pode chegar a um caminho sem sentido ou a uma estrada com poucos e maus acessos.

Esta economia das vontades, expectativas e realidades do que é encetar uma investigação a este nível será, com maiores ou menores desafios, transversal a qualquer doutorando. No nosso caso, os desafios foram particularmente sentidos, obrigando a um trabalho de reflexão acrescido sobre o campo

de estudos da rádio e, em particular, sobre o subcampo da história da rádio e a realidade epistemológica subjacente.

Queríamos, desde o início, contribuir para uma história da rádio em Portugal mais baseada no som do que nos registos escritos e memorialísticos, sem os dispensar. Centrados na produção noticiosa do Rádio Clube Português das décadas de 1960 e 1970, queríamos ser veículo da história que os noticiários, uma vez ouvidos e analisados, contam de si próprios. Auscultar vozes, estilos, géneros e conteúdos informativos, e fazê-lo de forma sistemática ao longo do tempo cronológico da investigação, procurando tendências, ruturas e continuidades.

Este propósito não se alterou drasticamente, mas as expectativas de o conseguir pela via privilegiada do som do passado sofreram alguns abalos, pontos de inflexão, abertura para outros ângulos e recomeços.

Sabemos que os documentos não falam só por si (Ketelaar, 2001, pp. 138-139). Eles precisam de ser interrogados e, só aí, nesse exaustivo e rigoroso jogo de perguntas, é que os documentos respondem à demanda do investigador. Isso pressupõe que a metodologia usada seja incisiva e questionadora, através de modelos e categorias de análise que vão sendo isoladas e escrutinadas individualmente. Mas, e quando as fontes não existem, foram destruídas ou são de difícil acesso? Mesmo sendo “mágica”, esta rádio de que se quer contar o som e sobre a qual se quer produzir conhecimento, não pode flutuar sem dados concretos. Precisa de, pelo menos, indícios. E esses indícios têm de ter a solidez suficiente para que lhes seja aplicado um qualquer modelo de análise, garante de respostas para as questões de partida do investigador.

O que a realidade material dos documentos sonoros consultados no Arquivo da RTP nos trouxe foi mais indicial e fragmentário do que, de início, supúnhamos. Por outro lado, a procura incessante por fontes sonoras, que constituíssem uma amostra suficiente, viu-se órfã de metodologias que já tivessem sido testadas em pesquisas semelhantes, que pudessem ser modelo e foco de discussão. Do que apurámos, a pouca interrogação dos sons de arquivo, sobretudo na perspetiva que preconizamos, em que o som da rádio não é contextual e fonte da história, mas, essencialmente, fonte da sua própria história, não gerou massa crítica que permita produzir modelos, quanto mais replicá-los, confrontá-los ou multiplicá-los.

Nesta nossa investigação procurámos alicerces sólidos a nível teórico, não desistimos da procura de sons e da sua escuta, e buscámos alternativas quando epistemologicamente surgiam fragilidades. Mas, sobretudo, percebemos que as debilidades sentidas não são específicas de uma ou outra investigação, mas transversais a todo o trabalho académico que incida sobre a escuta da rádio como

meio de investigação preferencial. É um problema estrutural do campo de estudos, que questiona e desafia os seus fundamentos epistemológicos. Sem quereremos mergulhar no “tom de súplica” que Garner (2003, p. 7) atribui a alguns investigadores da rádio, a verdade é que o valor epistémico do som e a experiência sensorial que lhe é inerente têm sido pouco considerados e explorados. Escutar tem sido subvalorizado enquanto forma de observar e compreender a realidade; enquanto forma produtora de conhecimento científico (Oliveira, 2018, p. 348).

Falámos neste trabalho de como o tema “arquivo” se tornou fundamental para investigadores das mais variadas proveniências. De como, de discutido enquanto fonte, passou a ser assunto e objeto de reflexão académica mais aprofundada¹⁵⁵. Particularmente relevante para um investigador é também saber o que fazer com o material disponível, seja ele um fragmento possível ou uma amostra significativa. Faltam-nos ferramentas críticas e analíticas que deem sentido, legibilidade e inteligibilidade ao som investigado. O debate que é necessário fazer sobre o acesso aos arquivos sonoros da rádio não é menor do que aquele que deve ser feito sobre o uso desses arquivos. Se o primeiro não está apenas nas mãos dos investigadores da rádio, envolvendo poder público e consciência social, o segundo é um assunto epistémico-metodológico que pede especial empenho a quem estuda a rádio.

A montante, no nosso caminho de investigação, entre percalços e alterações de rumo, sem perder a história do jornalismo radiofónico como eixo, também nos interrogámos sobre o(s) modelo(s) de ciência que presidiam ao nosso próprio pensamento. A forma como vivíamos as tentativas frustradas de encontrar registos sonoros e nos interrogávamos sobre a fragilidade ou ausência de metodologias aplicadas aos sons pretéritos tinha um significado mais profundo do que circunstancial. A interrogação de Zara Pinto Coelho, a propósito da premência da semiótica na investigação dos média, contra a vocação para os “dados” e para a quantificação da realidade fez-nos eco:

Por isso, quando ouvimos um aluno de doutoramento (...) afirmar que não consegue ver a pertinência da semiótica para o seu objecto de estudo, ficamos profundamente perplexos. Como poderemos explicar a este aluno (e a tantos outros) que ele como nós vive no mundo do “Sr Sigma”, um mundo de signos? O que fazer para inverter a tendência de imobilizar os textos e de os tornar “dados” ou produtos acabados, que cortamos e colocamos aqui e acolá de forma a encaixarem-se num SPSS ilusoriamente perfeito na sua exactidão e precisão? (Pinto-Coelho, 2010)

Apesar de toda a nossa formação ser na área das humanidades e das ciências sociais, o esforço na procura de sons – e o grau de insatisfação que dela resultava – era sintoma de uma certa ideia, mais internalizada do que consciente, de que, para “fazer” ciência, a vertente empírica deve prevalecer, qual

¹⁵⁵ Veja-se o ponto 5.6. deste trabalho.

esteio de credibilidade e exatidão. A tentação de transpor para as ciências sociais a mundividência das ciências exatas tem sido matéria de vasta reflexão, aguçada crítica e, até, polémica. Autores como Boaventura Sousa Santos (1995, 1999) ou Moisés de Lemos Martins (2011a, 2017), embora de “escolas” diferentes, têm desenvolvido abordagens epistémicas profundamente críticas da epistemologia de matriz positivista, em particular quando ela invade, por osmose, os territórios das ciências sociais, retirando-lhes centralidade. A si e ao objeto, que tem uma natureza totalmente distinta daquela que pertence às ciências exatas (Santos, 1995, 1999). Nas últimas décadas, a investigação sentiu uma mutação na cultura ocidental, que, necessariamente, transforma o conhecimento sobre a realidade e lhe muda a feição: “da palavra para o número, do logos para o ícone, da ideia para a emoção, do uno para o múltiplo, enfim, das estrelas para os ecrãs” (Martins, 2011a, p. 21). Este nosso trabalho, do ponto de vista epistemológico, é tributário deste pensamento crítico e instigador. A investigação que aqui apresentamos permitiu-nos, com outra clareza, sublinhar que a ciência também se faz de vestígios, de sensibilidades, de perceções, da mobilização de recursos qualitativos que assinalam subtilezas e traduzem a realidade, sem procurar a totalidade indiscutível. Como assinala Madalena Oliveira, por mais que sejam criados software e ferramentas metodológicas que permitam uma análise empírica mais técnica, objetiva e direcionada, auscultar o significado do som será sempre um trabalho de escuta, com todas as variantes de subjetividade e intangibilidade que estão associadas ao ato de ouvir:

Fazer sentido é uma questão de interpretação, que envolve não apenas o que está na estrutura do som, mas também o que existe nas pessoas e nos contextos. Isso significa admitir a emoção, além da descrição racional, como um elemento valioso e válido para explicar tanto a imersão de si mesmo no ambiente quanto o poder significativo das energias acústicas. (Oliveira, 2018, p. 352)

Talvez, seguindo o pensamento de Moisés de Lemos Martins, o número não seja tão exato e perfeito como pode parecer; talvez a palavra tenha uma estabilidade que ao número falta:

O abandono do regime da palavra e a sua substituição pelo regime do número concretiza a atual cinética de um mundo, que passa do fundamento seguro, do território conhecido e da identidade estável, para a insegurança, o desconhecido, e a instabilidade (Martins, 2017, p.165)

A avidez por uma amostra de dados perfeita, sobre a qual laborem metodologias testadas, critérios sólidos e abordagens eficazes, que se transformem em ciência, pode toldar algo que tenha de ser discutido primeiro. No nosso caso, no princípio estava o problema do arquivo, a sua existência e

disponibilidade. Sem arquivos, em sentido vasto, não há ciência possível, seja ela de matriz quantitativa ou qualitativa, mais experimental ou ensaística.

De seguida, desenvolvemos com mais detalhe os caminhos que percorremos no acesso aos registos sonoros à guarda do Arquivo da RTP, a forma como esses materiais foram convocados nesta investigação e as linhas metodológicas seguidas.

A nossa investigação deparou-se com três entraves principais no que respeita ao acesso e uso dos sons radiofónicos. Referimos anteriormente as políticas de arquivo e conservação definidas para os arquivos sonoros em Portugal¹⁵⁶. Agora abordaremos a história, o funcionamento e as normas de acesso do Arquivo Sonoro da RTP, bem como a organização dos registos sonoros do RCP, nosso foco de investigação, à época da sua gravação.

Em Portugal, não existe uma produção discursiva autorreferencial como a de Marie Slocombe para os arquivos sonoros da BBC, a que anteriormente já nos referimos. Faltam-nos as impressões de quem viveu por dentro a construção, o funcionamento e as mudanças vividas pelos arquivos sonoros radiofónicos, que hoje estão à guarda do Arquivo da RTP. As informações de que dispomos através do responsável do Arquivo Sonoro da RTP¹⁵⁷, e da nossa própria experiência de pesquisa de acordo com os resultados obtidos, dão-nos conta de que no RCP não existia um arquivo sistemático de sons destinado à sua preservação e consulta futura. Alguns dos profissionais do RCP entrevistados para esta tese salientam a volatilidade do som e dos seus suportes, bem como os seus elevados custos. Sublinham a prática corrente de reutilização dos suportes de gravação. Um som matava outro som. Uma voz era gravada em cima de outra voz, apagando acontecimentos, discursos, pontos de vista e respetivos atores.

O Arquivo da RTP remonta à fundação da Emissora Nacional em 1935 (Leite, 2014). De início, o Arquivo Sonoro teve as suas funções muito ligadas à música emitida em direto e à música gravada, que tinham um importante papel na programação da emissora. Logo no primeiro organograma da EN consta uma área orgânica designada "Arquivo Musical e Discoteca" (Leite, 2014). Gradualmente, o arquivo foi agregando outras funções e conteúdos, confundindo-se o seu percurso com a história e evolução da rádio em Portugal. O documento mais antigo de produção própria data de 28 de maio de 1936, sendo um excerto do discurso de Oliveira Salazar durante a cerimónia de comemoração do 10.º aniversário do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926. Para além dos conteúdos da EN e, a partir de 1976, da Radiodifusão Portuguesa (RDP), sua sucessora, o arquivo é constituído pela produção sonora de outros

¹⁵⁶ Veja-se o capítulo 6 deste trabalho.

¹⁵⁷ Para um melhor conhecimento do Arquivo Sonoro da RTP, dos contextos de produção e história custodial do fundo do RCP, e do funcionamento do Arquivo na sua relação com os utilizadores, entrevistámos o seu responsável, Eduardo Leite, no dia 4 de junho de 2019, nas instalações da RTP, em Lisboa.

fundos documentais, integrados na sequência da nacionalização da rádio, após a revolução de 1974¹⁵⁸. É o caso do fundo documental do RCP, com emissões das décadas de 1930 a 1970, e dos Emissores Associados de Lisboa (EAL).

No caso do fundo documental do RCP, quando, por via da Revolução dá entrada no arquivo da rádio e televisão públicas, chega bastante incompleto e desagregado, sobretudo quando comparado com o da Emissora Nacional, que permanece bem mais intacto e coeso. Esta integridade encontra respaldo nos contornos da própria história: por um lado, a documentação da EN dizia diretamente respeito à emissora oficial do regime de Salazar e Caetano, logo mais protegida, por outro, do ponto de vista arquivístico, não sofreu transferências ou mudanças de instalações como as que o RCP viveu em 1974¹⁵⁹.

O acervo do Arquivo foi progressivamente enriquecido por doações e pela compra de espólios como o da extinta produtora Companheiros da Alegria, pertencente a Francisco Igrejas Caeiro, homem da rádio que marcou a produção radiofónica das décadas de 1950 e 1960.

Na atualidade, o Arquivo Sonoro gere a documentação produzida pelas várias estações – Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP África, RDP Internacional, RDP Açores, RDP Madeira –, e pelas delegações locais, integradas, desde 2004, na empresa pública Rádio e Televisão de Portugal (RTP).

Sabemos que arquivar é sempre um ato de escolha, mas desconhecemos, em larga medida, os critérios de seleção utilizados no passado. Explica o responsável pelo Arquivo Sonoro: “O que era gravado era relativamente pouco e segmentado. Não se gravavam indicativos, noticiários, sequências de programas ou publicidade, que dessem uma ideia de continuidade e da totalidade da emissão”¹⁶⁰.

A utilização da fita magnética em Portugal, no final da década de 1940, vai ser determinante para o incremento das gravações e do arquivo. No entanto, os seus custos, o espaço ocupado e o caráter reutilizável vão comprometer muitas das gravações efetuadas. Talvez isso explique porque é que no Arquivo existem séries de programas aparentemente completas, mas a que faltam alguns episódios.

Depois da Revolução de Abril de 1974, as bobines de circulação são copiadas para arquivo. Mas, só em 2009 surge um documento que, não sendo uma política do arquivo, define “a prática de avaliação e seleção de documentos no arquivo da rádio” (Ferreira, 2013, p. 12). Historicamente, o que era conservado em arquivo definitivo eram programas de música erudita, programas por amostragem, reportagens, e programas sobre atos oficiais. A partir de 2009, registam-se mudanças. É introduzido o sistema de gravação contínua, que permite a gravação sucessiva das emissões dos canais de rádio

¹⁵⁸ O decreto-lei n.º 674-C/75, de 2 de dezembro determina a nacionalização da rádio em Portugal. Só a Rádio Renascença, pertencente à Igreja Católica, se mantém privada. <http://www.gmcs.pt/ficheiros/pt/decreto-lei-n-674-c75-de-2-de-dezembro.pdf>

¹⁵⁹ Entrevista a Eduardo Leite, no dia 4 de junho de 2019, em Lisboa.

¹⁶⁰ Entrevista a Eduardo Leite, no dia 4 de junho de 2019, em Lisboa.

pública. Na sua origem, esta prática tinha por objetivo garantir a obrigação legal de preservação das emissões por um mês, mas acabou por trazer dividendos para os serviços de arquivo: facilitou o trabalho de gestão documental, permitiu uma seleção documental mais alargada e ajudou à migração dos documentos para outros formatos.

A manutenção destas gravações contínuas dá algumas garantias de preservação para memória futura, mas estas emissões integrais não são tratadas arquivisticamente, o que significa que não existem possibilidades de pesquisa para além da designação da emissora, data e hora em que determinado conteúdo foi transmitido. No entanto, é também a partir de 2009 que é adotado um novo sistema de produção de rádio que permite gerar ficheiros. Isto significa que é possível “tirar” pedaços da emissão do sistema. Ou seja, com este sistema de produção, o arquivo passa a aceder diretamente aos conteúdos emitidos e a guardar lotes de programas, o que permite que haja uma continuidade de conteúdos em arquivo, até então inédita.

Para os chamados “brutos” – a totalidade de determinado material sonoro gravado, sem edição – não existe uma política de salvaguarda sistemática. Na prática, a estação de música clássica, a Antena 2, é a única que tem o cuidado de enviar os “brutos” dos concertos de música para o arquivo.

No contexto da rápida deterioração dos documentos originais, e do desenvolvimento das tecnologias digitais, a solução da RTP para a preservação a longo prazo passa por continuar a digitalização do acervo.

Atualmente, o Arquivo da RTP serve, sobretudo, de apoio aos profissionais da rádio e televisão pública, mas também é muito procurado por investigadores, outros média, e produtores de cinema e de documentários. A relação entre o arquivo e os cidadãos é salvaguardada pelo contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão, ao estabelecer o acesso público do acervo audiovisual aos cidadãos ou entidades que o desejarem¹⁶¹.

Para aceder à documentação em depósito, os investigadores fazem um pedido, via e-mail, por telefone ou através do portal RTP Arquivos¹⁶², à área de Acesso Externo ao Arquivo, que, por sua vez, solicita aos serviços técnicos do Arquivo a pesquisa. Uma vez feito o levantamento pelos técnicos de arquivo, a área de Acesso Externo ao Arquivo comunica ao utilizador os resultados da pesquisa. É possível, por marcação, consultar os registos nas instalações do arquivo, mas, conforme contacto com a responsável pela área de Acesso Externo, a consulta local, no caso deste tipo de utilizadores, é

¹⁶¹ <http://media.rtp.pt/empresa/informacao/contrato-de-concessao-publica-radio-etelevisao/>

¹⁶² <https://arquivos.rtp.pt/>

considerada “uma exceção”. A consulta local, com preço fixado em tabela, está apenas definida formalmente para os utilizadores de natureza comercial¹⁶³.

Ainda assim, foi-nos permitida uma experiência de consulta no local, após o primeiro contacto estabelecido com o serviço de Acesso Externo ao Arquivo. No entanto, as condições logísticas oferecidas, se bem que permitissem um primeiro contacto com o material, sobretudo para seleccionar aquele que corresponde aos nossos intentos de pesquisa mais imediatos e despistar o que não é relevante, não eram as mais profícuas para “ler” e investigar o objeto que, vimos atrás, tem condicionantes heurísticas muito específicas¹⁶⁴. Ouvir o material sonoro requiere um tempo de escuta mais distendido do que aquele que reservamos para a leitura do jornal. A imersão numa realidade acústica torna-a menos longínqua, mas, ao mesmo tempo, para que essa proximidade e entendimento existam é preciso uma mobilização dos sentidos muito particular, feita de escuta atenta e escrita pormenorizada. É preciso ouvir e reouvir o som, e tomar nota do que ele diz e do que dele se pode subentender, a partir do processo, simultaneamente físico e intelectual, levado a cabo pelo investigador. O trabalho de diálogo com o objeto sonoro, e da sua interpretação, afigura-se mais moroso e “delicado” do que o que a imprensa exige. O jornal, em contexto analógico, encerra em si uma ideia de finitude e perenidade, constituindo-se ele próprio como um arquivo diário que dá acesso a uma linha narrativa e a uma cadência de acontecimentos. A sonoridade da rádio, por sua vez, desenvolve-se num contínuo, sem que haja um suporte fixo que a “arrume” numa edição diária que seja memória. Os dias colam-se uns aos outros, e as vozes e os sons, muitas vezes isolados, não formam a unidade explicativa, coerente e organizada de que o papel é capaz. Se o jornal, facilmente à disposição na hemeroteca, oferece uma “história” que pode ser seguida dia a dia, os registos sonoros, avulsos e menos acessíveis, conduzem a “momentos”, cuja interpretação e análise se revelam bem mais exigentes para o investigador.

Retomando os trâmites da consulta dos registos sonoros no Arquivo da RTP, o acesso à documentação faz-se através da compra de cópias digitais dos conteúdos, sujeita a uma tabela de preços que distingue três tipos de consultas: a consulta para fins exclusivamente comerciais, a que se destina à produção de obras cinematográficas ou audiovisuais, e a que prossegue fins exclusivamente culturais, educativos ou de investigação¹⁶⁵. Apesar desta distinção, que gradativamente torna os custos menores, a

¹⁶³ Conversa telefónica com Filomena Fernandes, responsável pela área de Acesso Externo ao Arquivo da RTP, no dia 22 de julho de 2019.

¹⁶⁴ Recorde-se o ponto 5.2. deste trabalho.

¹⁶⁵ <https://arquivos.rtp.pt/tabela-de-precos/>

verdade é que os preços das cópias destinadas ao trabalho de investigação são consideravelmente onerosos¹⁶⁶.

Em toda esta dinâmica, há duas instâncias de intermediação: primeiro, a área de Acesso Externo ao Arquivo, que é o pivot de todo o processo; depois, os técnicos de arquivo que fazem a pesquisa pelo utilizador. O utilizador externo não tem qualquer acesso aos instrumentos de pesquisa do Arquivo, ou seja, a pesquisa e a consulta exigem sempre mediação. No nosso caso, fomos fornecendo aos técnicos do arquivo palavras-chave ou descritores que permitissem apurar os registos sonoros possíveis relativamente à produção jornalística do RCP.

Em síntese, para lá da possível inexistência de registos num arquivo fragmentado, os investigadores deparam-se com preços elevados e com a impossibilidade de autonomamente fazerem a pesquisa prévia dos registos com interesse.

A RTP tem investido na abertura do arquivo à sociedade civil, através do projeto PAR – Portal Arquivo RTP: A nossa memória coletiva à distância de um click¹⁶⁷. Numa notícia de 2017, a RTP anunciava: “Todo o arquivo histórico da Rádio e Televisão está disponível na internet para toda a gente”¹⁶⁸. Na verdade, o portal não disponibiliza (nem pode disponibilizar) a totalidade do acervo. A progressiva colocação de documentos na plataforma está dependente de um processo de seleção documental, e sujeita a várias etapas técnicas prévias. Os critérios de escolha e a priorização de uns documentos em relação a outros deixam de fora uma parte considerável do acervo. Por outro lado, apesar de, em teoria, o projeto “facilitar o acesso público e universal ao património audiovisual da rádio e televisão portuguesa”¹⁶⁹, na prática, como atesta o responsável pelo arquivo, Eduardo Leite, são ainda poucos os registos sonoros disponibilizados online. O que se verifica é que o sistema informático que gere a documentação da televisão está preparado para publicação direta de conteúdos, cumprindo os desafios desenhados pelo portal, enquanto que o sistema de gestão documental da rádio requer mais operações manuais na relação com o PAR¹⁷⁰. Acresce, ainda, que as necessidades dos investigadores nem sempre coincidem com os critérios e interesses da instituição que disponibiliza o património sonoro. O historiador da rádio Hugh Chignell (2013) dá disso testemunho para o caso britânico. Ao fazer uma listagem dos programas históricos da BBC que considera mais significativos, chegou à conclusão que nenhum deles

¹⁶⁶ Para fins de investigação, os preços variam, de acordo com a tabela em vigor desde 15 de março de 2019, entre 8€ (até 15 minutos), 15€ (de 15 a 45 minutos) e 25€ (mais de 45 minutos) por cada registo, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. Consideremos o exemplo prático de um pedido que fizemos de quatro registos sonoros com a duração aproximada de 8, 6, 60 e 47 minutos. O total pago foi de 98,40€.

¹⁶⁷ O PAR foi financiado por fundos da União Europeia, entre 2015 e 2017. Disponibiliza online, gratuitamente, milhares de documentos, e é alimentado em permanência. Em março deste ano, quando foi lançada a APP RTP Arquivos, para dispositivos móveis, contava com 42.000 conteúdos de áudios, textos, fotografias e vídeos. <http://media.rtp.pt/extra/noticias/rtp-arquivos-ja-app-dedicada/>

¹⁶⁸ https://www.rtp.pt/noticias/pais/rtp-disponibiliza-arquivo-historico-on-line-para-consulta-livre_v987033

¹⁶⁹ <https://arquivos.rtp.pt/ficha-de-projeto/>

¹⁷⁰ Entrevista a Eduardo Leite, no dia 4 de junho de 2019, em Lisboa.

está disponível online. “Eles podem ser partes extremamente importantes da nossa herança da rádio, mas não aos olhos dos arquivos da BBC”, lamenta Chignell.

Pelo seu valor intrínseco e pela falta de uma estrutura nacional que, à data, enquadre a guarda da produção sonora, é inquestionável a relevância patrimonial do Arquivo Sonoro da RTP. Mais do que um arquivo institucional ou empresarial, é o repositório de grande parte da memória sonora do país. O seu conteúdo é necessário à história da rádio, e à história em geral. É absolutamente vital para o conhecimento da produção jornalística de outrora. Investigar a rádio é (deveria ser) ouvi-la. Mas as dificuldades que se colocam ao investigador, ao mesmo tempo que são desafiantes, também acentuam que é mais acessível, cómodo e rápido investigá-la através do património escrito.

No ponto seguinte, analisamos uma amostra da produção noticiosa do RCP. Não tendo encontrado noticiários que pudessem ser alvo de uma análise sistemática, como já dissemos, optámos por seleccionar acontecimentos marcantes da época que pudessem ter sido tratados pelo RCP, e dos quais existissem registos em arquivo. Por tentativa e erro, fomos indicando aos técnicos de arquivo hipóteses de acontecimentos a pesquisar. Numa vasta lista – resultado de sugestões dos antigos profissionais do RCP entrevistados, de pistas bibliográficas que indicavam acontecimentos tratados pela emissora de Botelho Moniz e de referências a acontecimentos nos periódicos do RCP¹⁷¹ –, incluímos acontecimentos previstos e inesperados, de natureza nacional e internacional, de carácter político, económico, social e cultural. De muitos não encontramos quaisquer vestígios guardados em arquivo. Foi o caso, por exemplo, da morte de John Kennedy (1963), do assassinato de Humberto Delgado (1965), do Campeonato Mundial de Futebol (1966), do Circuito Automóvel de Le Mans (1967), do regresso a Portugal do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes (1969) ou do golpe de Estado no Chile (1973). De outros existiam registos sonoros que abriam algumas hipóteses de estudo. As pesquisas desenvolvidas, a nosso pedido, pelos serviços de Arquivo da RTP, devolveram-nos quatro acontecimentos possíveis, cobertos pelo Rádio Clube Português e, igualmente, pela EN, no período cronológico da investigação: o assalto ao Pacote Santa Maria (1961); a visita presidencial de Américo Tomás a Moçambique (1964); as inundações de Lisboa (1967), e a cimeira dos Açores, entre Richard Nixon e Georges Pompidou (1971).

Dois pontos prévios. Em primeiro lugar, é importante sublinhar que estamos a falar de acontecimentos cobertos pelo RCP e não de acontecimentos cobertos (exclusivamente) pelo Serviço de Noticiários do RCP. No caso das inundações de 1967, a equipa do SN foi vital para a cobertura do

¹⁷¹ Referimo-nos às revistas *Antena* e *Nova Antena*. O primeiro número da *Antena*, propriedade do RCP, surge a 1 de março de 1965, e o último número data de 15 de outubro de 1968. Em novembro de 1968, a revista *Antena* funde-se com a revista *TV*, dando lugar a uma nova publicação – a *Nova Antena* –, fruto da sociedade entre o RCP, a RR, e a RTP. A revista perdura até outubro de 1970.

acontecimento e, muitas das peças terão sido transmitidas nos noticiários. Mas, parte dos acontecimentos que aqui apresentamos foi abordada em programas da estação, gerida e apresentada por equipas à margem do SN. Sabemos que existiam sinergias entre a informação e a programação, mas isso não significa que a notícia preparada antecipadamente pelo noticiário seja transmitida num programa da noite nos mesmos moldes informativos e estéticos que seria no espaço do noticiário. De igual modo, as entrevistas realizadas dão-nos conta de que, em regra, os grandes acontecimentos não eram cobertos pelos jornalistas do SN, mas sim por figuras como Jaime da Silva Pinto, com uma outra longevidade na estação e projeção junto dos ouvintes¹⁷². O que significa que a dinâmica impressa pelos noticiários no dia a dia informativo podia colidir ou diferenciar-se do discurso mais tradicional e conservador adotado na cobertura dos grandes acontecimentos. Não podemos, portanto, esperar que as inovações operadas pelos noticiários liderados por Luís Filipe Costa estejam plasmadas em cada registo informativo que faça parte do arquivo sonoro do RCP daquele período. Em segundo lugar, apesar de convocarmos para a análise exemplos noticiosos da EN, o nosso foco de interesse recai sobre realidade jornalística do RCP. Procurámos fazer um cruzamento entre os registos do RCP e os da EN, por forma a termos as perspetivas jornalísticas das duas estações para os mesmos acontecimentos. Entendemos que, pelo contraste, tornar-se-ia mais fácil e profícuo entender o projeto do RCP.

Da consulta e análise dos registos do RCP resultam muitas dúvidas e lacunas por resolver. Na ausência de respostas cabais, ensaiámos algumas hipóteses, que ajudassem a perceber as formas de organização, gestão e descrição dos registos sonoros à época. Importava-nos saber com que critérios é que o RCP salvaguardava o património sonoro que ia produzindo. Sabemos, através da audição destes registos sonoros, que a eles lhes foi reconhecido, à época, valor suficiente que justificasse a sua preservação no tempo. A sobrevivência destes registos acontece porque ao acontecimento que testemunham foi conferido valor de memória. Sabemo-lo, porque muitos dos registos têm uma indicação expressa de que foram propositadamente salvaguardados. Em muitos deles, uma voz-off anuncia previamente: “Antegravado para museu”. Na semântica utilizada não cabe a palavra “arquivo”, mas a ideia de “museu” é suficientemente clara para se perceber da vontade expressa em selecionar, reunir e conservar num determinado local objetos ao serviço da memória. A título de exemplo, num dos registos sonoros consultados relativamente às inundações, uma voz anuncia: “Antegravado para museu de uma reportagem efetuada em Odivelas durante as inundações em Lisboa. Transmissão em Rádio Clube Português no dia 29 de novembro de 1967”¹⁷³. Noutro caso, a gravação referente à visita presidencial a

¹⁷² Entrevistas dadas por João Paulo Guerra e Manuel Bravo à autora, respetivamente, nos dias 20 de novembro de 2016 e 5 de junho de 2019, em Lisboa.

¹⁷³ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-12.

Moçambique, em 1964, inclui uma voz que indica: “Ante gravação para museu. Visita presidencial a Moçambique, Almirante Américo Tomás, dias 23 a 29 de junho de 1964”¹⁷⁴

Esta indicação sonora – “ante gravado para museu” – é uma especificidade do fundo documental do RCP, não se verificando algo semelhante na documentação da EN, diz-nos o responsável pelo Arquivo Sonoro da RTP¹⁷⁵. Não se sabe se, à época, foi produzido algum documento em suporte em papel que descreva o conteúdo destes registos ou se a voz que apresenta o conteúdo selecionado para ficar em arquivo é, por si, a única descrição existente.

Mas, o facto de sabermos que estes registos foram considerados dignos de “museu”, ou, como hoje diríamos, que lhes foi reconhecido valor arquivístico, não significa que conheçamos os critérios que conduziram a que estes fossem salvaguardados em detrimento de outros. Desconhecemos se os sons que chegaram à atualidade constituem a totalidade do *corpus* que se pretendia conservar, ou seja, se são representativos da produção sonora à época do acontecimento. Ou se, pelo contrário, outros registos foram gravados, mas os suportes físicos não resistiram à passagem ou à convulsão dos tempos. Também não sabemos se mais diligências jornalísticas foram tomadas, se outros protagonistas foram ouvidos e deles não temos voz por ausência de suporte físico que o demonstre. Neste quadro de possível não sobrevivência do som ao crivo do tempo e à ausência de preocupações arquivísticas estruturadas, a “estratégia” de salvaguarda documental do RCP afigura-se-nos casuística e intuitiva.

Na lista de constrangimentos para a investigação, os sons sobreviventes oferecem-nos alguns problemas quanto à própria compreensão e contextualização dos factos. As etiquetas sonoras “ante gravado para museu” dão pistas sobre o conteúdo gravado, mas, ainda assim, são falhas de alguns elementos de contexto. Importava conservar “só aquilo que fosse mesmo importante”¹⁷⁶, diz-nos João Paulo Guerra, mas o que ditava essa importância não nos surge balizado por critérios claros. É como se estivéssemos perante uma coleção documental sonora de curiosidades históricas.

Por outro lado, a audição das peças mostra-nos sons isolados entre si, a que faltam os cuidados de referência jornalísticos a que atualmente estamos habituados. Ou seja, do ponto de vista do fazer jornalístico de então e de construção das peças sonoras, vemos que, muitas vezes, estas são omissas relativamente a dados como a identificação exata dos locais, das pessoas entrevistadas e dos repórteres que estão no terreno.

Os acontecimentos que mencionámos são, em seguida, abordados enquanto exemplos da prática noticiosa do RCP. Não constituem estudos de caso. Aproximamo-nos deles conscientes da sua

¹⁷⁴ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9106-3.

¹⁷⁵ Entrevista dada por Eduardo Leite à autora, dia 4 de junho de 2019, em Lisboa.

¹⁷⁶ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 20/06/2016, em Lisboa.

incompletude, mas sem dela deixarmos de retirar as pistas e os significados possíveis, numa análise qualitativa que olha com especial destaque para os elementos expressivos, os protagonistas, o ritmo (do som e da linguagem) e os recursos discursivos ou de linguagem utilizados.

Não nos interessam os acontecimentos históricos *per se*, embora os contextualizemos brevemente, mas a forma como o jornalista os conta ao ouvinte. O nosso objetivo neste trabalho não é extrair destes registos dados que robusteçam o conhecimento sobre estes acontecimentos. Antes, procuramos neles vestígios que acrescentem ao conhecimento sobre a rádio informativa. No modo e no conteúdo expresso, estes registos sonoros dão sinais do que foi (ou conseguiu ser) o projeto jornalístico do RCP nas décadas de 1960 e 1970. Ao fazermos o contraponto da realidade sonora do RCP com exemplos da produção noticiosa da EN, os registos sonoros revelam algumas das mudanças que o RCP operou (ou não), relativamente à informação pela Emissora Nacional.

9.2. Aproximação histórica aos acontecimentos

Antes de fazermos o enquadramento histórico dos acontecimentos selecionados e de os analisarmos através de exemplos da produção noticiosa radiofónica que chegou até nós, importa refletir sobre os conceitos teóricos de acontecimento, acontecimento jornalístico ou noticioso, e acontecimento mediático.

Os acontecimentos estruturam a nossa experiência individual e coletiva. Eles vão além da factualidade e da causalidade que lhes são, tradicionalmente, associadas. O acontecimento distingue-se, essencialmente, por ser “um fenómeno de ordem hermenêutica”, como salienta o sociólogo francês Louis Quéré: “por um lado, ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação” (Quéré, 2005, p. 60). O acontecimento tem a capacidade de inaugurar um momento (ou uma época) e de o(a) encerrar. Nessa medida, o conceito de acontecimento é complexo e rico para o campo das ciências sociais, porque tem o “poder de abertura e de fecho, de iniciação e de esclarecimento, de revelação e de interpelação” (Quéré, 2005, p. 60).

Desde as últimas décadas do século XX que o acontecimento tem vindo a ser recuperado na sua complexidade e nas potencialidades que oferece de enunciação e explicação da realidade social e da realidade histórica. No início da década de 1970, Pierre Nora (1974/1987) decretou o “regresso do acontecimento” à história, contra as longas durações estruturalistas. Apelidou os acontecimentos de “vulcões da actualidade” (Nora, 1974/1987, p. 249), e lançou pontes para a não marginalização dos média e dos acontecimentos mediáticos na compreensão das dinâmicas do presente e do passado. Na

base deste “regresso” estava a experiência vivida nos dias agitados do Maio de 1968. Nora (1991, p. 46) acolheu na varanda da sua casa, com vista privilegiada para os confrontos de Paris, um jornalista da rádio Europe 1 que cobria o acontecimento. Ao mesmo tempo que assistia em direto ao acontecimento, era também testemunha da capacidade da rádio em transmiti-lo e amplificá-lo. Para o historiador, torna-se claro que, no final do século XX, “o monopólio da história” pertence aos média (Nora, 1987, p. 245), e que “não há acontecimento sem os média” (Nora, 1991, p. 47). Os média participam da natureza do acontecimento, e é a partir destes que ele faz prova de vida.

No campo dos estudos dos média, a proposta de Elihu Katz e Daniel Dayan (1999) revelou-se fundamental para a teorização do acontecimento mediático. Porém, para estes autores, acontecimentos noticiosos e acontecimentos mediáticos não são sinónimos. Se os primeiros “falam de acidentes, de desordem”, os segundos “celebram a ordem e a restauração” (Dayan & Katz, 1999, p. 24). O trabalho teórico dos autores incide especificamente sobre os acontecimentos transmitidos em direto pela televisão – em especial, os acontecimentos cerimoniais –, previamente planeados e negociados, e que apelam ao consenso social. De fora, ficam os acontecimentos jornalísticos que irrompem nos média e são selecionados através dos critérios de noticiabilidade. “Estamos interessados, sim, no funeral de Kennedy – um grande cerimonial – e não no assassinio de Kennedy, um grande acontecimento noticioso”, vincam Dayan e Katz (1999, p. 24).

Para o sociólogo Louis Quéré (2005, p. 61), os acontecimentos importantes não são os previstos, a que autores como Dayan e Katz dão destaque. Pelo contrário, diz o autor, os acontecimentos marcantes são os inesperados:

Quando se produzem não estão conectados aos que os precederam nem aos elementos do contexto: são descontínuos relativamente a uns e a outros e excedem as possibilidades previamente calculadas; rompem a seriação da conduta ou a do correr das coisas (...). Esta descontinuidade provoca surpresa e afecta a continuidade da experiência porque a domina. (Quéré, 2005, p. 61).

É a partir deste prisma do acontecimento como fenómeno inesperado, que Adriano Duarte Rodrigues explicita o acontecimento jornalístico. Para o autor, “é acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais” (Rodrigues, 1999, p. 27). Prossegue o autor:

Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. É por isso em função da sua maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico:

quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar o discurso jornalístico. (...) O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência. Neste sentido, faz parte de um conjunto relativamente restrito que pertence a um universo muito vasto. (Rodrigues, 1999, p. 27)

José Rebelo sublinha que o acontecimento está preso à atualidade e “opera uma ruptura inesperada na ordem das coisas”. Por outro lado, o acontecimento é “corte e desordem que impelem o sujeito para uma procura de sentido” (Rebelo, 2006, p. 19). Esta procura de sentido materializa-se na construção de narrativas sobre o acontecimento, entre as quais as narrativas mediatizadas ou mediatizáveis, escreve o autor, que dão ordem e contexto ao acontecido (Rebelo, 2006, pp. 19-20).

Kepplinger e Habermeier (1995) distinguem três tipos de acontecimentos com diferentes figurinos consoante as suas causas e a respetiva implicação dos média. Os acontecimentos podem ser “genuínos”, ou seja, independentes da ação dos média, por oposição aos acontecimentos “mediados”, que são influenciados pelos média, e aos “encenados”, que são preparados para serem representados nos média, para os média (os chamados pseudo-eventos). Os autores valorizam os acontecimentos “genuínos”, como acidentes e catástrofes. No entanto, esta teorização do acontecimento a partir do papel que os média têm na sua construção é passível de discussão. Como escreve Mário Mesquita, mesmo tratando-se de acontecimentos imprevistos, “passada uma primeira fase de desorientação, o teatro do poder rapidamente se instala de forma a assegurar o controlo estratégico da narrativa mediática” (Mesquita, 2003, p. 33). Um acontecimento pode, rapidamente, passar de “genuíno” a “encenado”, sublinha o autor. Com efeito, não é por ser disruptivo que o acontecimento deixa de ser apropriado, alimentado, transformado e valorado pelos média.

Neste trabalho, contrariando a perspetiva mais restrita com que Dayan e Katz definiram o conceito de acontecimento mediático, demarcando-o dos acontecimentos noticiosos ou jornalísticos, consideramos que todos os acontecimentos que vamos analisar são mediáticos. Servindo-nos da reflexão crítica de Mesquita (2003, p. 359 ss.), entendemos que tanto os acontecimentos mais performáticos, que visam a ordem e o consenso, como é o caso da visita presidencial de 1967 ou da cimeira internacional de 1971, como os acontecimentos que rompem o equilíbrio social, como as inundações de 1967 ou o assalto ao paquete Santa Maria por opositores ao regime de Salazar (1961), todos se constituem como acontecimentos mediáticos. São-no, no sentido amplo de acontecimentos que receberam uma atenção privilegiada dos média à época, designadamente do RCP. O caso das inundações é particularmente emblemático. Trata-se de uma catástrofe e, por isso, está nos antípodas

da harmonia que é marca de água dos cerimoniais de Dayan e Katz, mas partilha muitas das características que os autores atribuem àquele tipo de acontecimentos: a interrupção da rotina, o monopólio exercido, o recurso ao direto, e a mobilização de grandes audiências (Dayan & Katz, 1999, pp. 20-24).

Em seguida, enquadrámos, do ponto de vista histórico, os acontecimentos que serão alvo de análise. Fazemo-lo, alinhando os acontecimentos por ordem cronológica.

Na década de 1960, o Estado Novo de Oliveira Salazar sofreu embates que o fizeram temer pela própria sobrevivência. 1961 é o *annus horribilis* do ditador (Alves, 2021). Vários acontecimentos abalam o regime nesse ano: em janeiro, elementos da oposição, através do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), apoderam-se do paquete Santa Maria; em março, tem início a luta armada de libertação de Angola, na terminologia dos movimentos independentistas; em abril, a partir do interior do regime, dá-se a tentativa de golpe de Estado, liderada pelo ministro da Defesa, Júlio Botelho Moniz; a 18 de dezembro, tropas da União Indiana ocupam os territórios de Goa, Damão e Diu; e, na noite de fim de ano, há uma tentativa de assalto ao quartel de Infantaria 3, em Beja. Os dias do fim do Estado Novo pareciam próximos.

Um dos acontecimentos mais marcantes do ano é o *assalto ao Santa Maria* (Alves, 2021, pp. 37-106; Paulo, 2011). Na madrugada de 22 de janeiro, o paquete Santa Maria, propriedade da Companhia Colonial de Navegação, foi tomado de assalto e desviado por um comando do DRIL composto por 23 elementos, liderado pelo capitão Henrique Galvão. Neste grupo havia um núcleo ligado à campanha eleitoral oposicionista de Humberto Delgado, em 1958, e alguns ex-oficiais anteriormente afetos ao regime. A operação – designada “Operação Dulcineia” – tinha por objetivo iniciar um golpe de Estado capaz de derrubar o regime de Salazar.

O acontecimento apanha políticos, média e cidadãos desprevenidos. Durante 12 dias consecutivos, até 4 de fevereiro, o mundo esteve suspenso, ávido de saber o que se passava a bordo do paquete, com mais de 500 passageiros e 350 tripulantes. Do assalto resultou a morte do terceiro piloto, João Nascimento Costa. A imprensa portuguesa ocupa-se do caso, dando pormenores, alimentando o acontecimento, dando-lhe uma aura de mistério e um carácter quase folhetinesco. Mas, se em Portugal jornais como o *Diário de Notícias* se referiam ao acontecimento como um “ato de pirataria no Mar das Caraíbas”¹⁷⁷, “farsa trágica que os que abusivamente se inculcam como democratas puseram em cena

¹⁷⁷ *Diário de Notícias*, 24/01/1961.

no mar das Caraíbas com o criminoso assalto ao Santa Maria”¹⁷⁸ ou “proeza criminosa de um bando de aventureiros”¹⁷⁹, jornais como o inglês *The Guardian* questionam: “Piratas, ou rebeldes contra a ditadura?” (Alves, 2021, p. 57). O *Figaro*, por sua vez, salienta que ação liderada por Galvão é um “putsch político” (Alves, 2021, p. 63). E o *Le Monde* titula “Adversários do regime de Salazar tomam de assalto um paquete português no mar das Caraíbas” (Alves, 2021, p. 64). Apesar da morte do terceiro piloto do navio a ensombrar a ação, e do sequestro de centenas de passageiros e tripulantes, o mundo parecia ter uma leitura do acontecido diametralmente oposta à veiculada pelos média portugueses: o propalado ato de pirataria seria, antes, um ato de oposição ao salazarismo. Ainda que falho, o golpe foi capaz de expor Portugal aos olhos de todo o mundo.

Em 1964, o Presidente da República (PR) Américo Tomás faz uma *viagem a Moçambique e à Ilha do Príncipe*, a bordo do paquete Príncipe Perfeito. Antes, já o Presidente da República se tinha deslocado a Angola (1963), do mesmo modo que, em 1968, visitaria a Guiné e Cabo Verde, fechando o ciclo de visitas ao “Ultramar” em 1970, com a ida a São Tomé e Príncipe.

Américo Tomás foi, entre todos os chefes de Estado do regime de Salazar e Caetano, o que mais viajou pelas então colónias. A razão está na eclosão do conflito armado em Angola, em 1961 (Castro, 2016, p. 79). A guerra colonial, nas suas várias frentes, foi pano de fundo e principal pretexto para as visitas de Américo Tomás a um Império que ameaçava ruir. Esta e as demais viagens ultramarinas estabeleceram-se como pontos altos de uma política de propaganda cujo objetivo era reafirmar a soberania de Portugal sobre os territórios ultramarinos, quer perante a opinião pública nacional, quer internacional (Castro, 2016, p. 75). Com efeito, para passar a imagem de soberania perante os territórios africanos, havia que forjar uma ideia de unidade *in loco*, e, com ela, debelar o descontentamento popular em Portugal e nas então colónias, e dar a resposta possível às pressões externas.

O cerco internacional era cada vez mais expressivo, com a ONU a contestar o regime e a guerra colonial, assim como a maioria dos países afro-asiáticos, vários países do Norte da Europa, o Brasil e, até, a Espanha de Franco (Rosas, 1998, pp. 482-483). O regime sabia-se “em hora particularmente grave para a Nação” (*Diário da viagem*, 1965, p. 7), mesmo quando proclamava que as viagens presidenciais eram um “triunfo nacional na diversidade étnica e geográfica do Mundo Português” (*Diário da viagem*, 1965, p. 7). E defendia-se, escudando-se na incompreensão externa: “O Mundo, que nos detracta e nos cobiça, menosprezando a nossa resistência moral, esse, decerto terá saído mais desiludido e menos convicto das suas possibilidades de êxito” (*Diário da viagem*, 1965, p. 7).

¹⁷⁸ *Diário de Notícias*, 25/01/1961.

¹⁷⁹ *Diário de Notícias*, 25/01/1961.

Estas marcas do discurso do regime de Salazar fazem parte do aparato de propaganda de que se revestiam estes atos oficiais. As viagens presidenciais foram quase sempre acompanhadas de um livro descrevendo a viagem e de um álbum com as fotografias mais importantes, da responsabilidade da Agência Geral das Colónias, depois designada Agência Geral do Ultramar. Para lá da imprensa, que cobria estes atos oficiais, a comitiva do Presidente integrava um cronista, a quem competia produzir uma obra de relato da viagem e de defesa do regime.

Esta segunda viagem do PR, de acordo com o diário oficial, foi um “novo teste de sentimentos nacionais e de unidade e fidelidade das parcelas além-mar à Mãe Pátria” (*Diário da viagem*, 1965, p. 7). As referências à “comunhão entre os povos”, superior a quaisquer diferenças, e contrastantes com a realidade do mundo, são constantes:

Páginas de História, elas pertencem ao povo de Portugal (que as escreveu com o coração e com mãos brancas, pretas, amarelas e mestiças na consciência debotada de um Mundo a exaurir-se em espírito de tolerância e de amor ao próximo), numa coesa comunidade de raças e de crenças, criadora de autêntica democracia de corpos e de almas. (*Diário da viagem*, 1965, p. 7).

Durante mais de um mês, entre 6 de julho e 19 de agosto, o chefe de Estado foi de Lisboa a Lourenço Marques, passando por Angola e pela Ilha do Príncipe. Com Américo Tomás, embarcou uma extensa comitiva, constituída por vários representantes do Estado, como o ministro do Ultramar, Peixoto Correia, ou o secretário nacional da Informação, Moreira Baptista. A comitiva incluía também alguns jornalistas e representantes dos órgãos de comunicação, por sinal dos mais afetos ao regime, como Luís C. Lupi, diretor da Agência Lusitânia, Artur Pedro Gil, chefe de redação da Agência ANI, e João Patrício, diretor adjunto do *Diário da Manhã*, que acumulou este papel com o de cronista oficial da viagem (*Diário da viagem*, 1965, pp. 14-15). Finda a viagem, o cronista salienta a importância dos meios de comunicação. Foram eles que relataram ao público os episódios da viagem que “encheram o noticiário dos jornais e desfilaram, na imagem e na imaginação, através do Cinema, da TV e da Rádio” (*Diário da viagem*, 1965, p. 7).

Em todas as passagens da crónica da viagem, que a documenta a par e passo, não há um único foco de tensão. A descrição, invariavelmente em tom de elogio acérrimo, fala da tranquilidade e placidez dos locais visitados, e da forma viva como a população local acorria para ver o Presidente, sempre “envolvido por densa multidão de autóctones, que o aclamavam com entusiasmo” (*Diário da viagem*, 1965, p. 184). O diário da viagem inclui fotografias que ilustram o ambiente de aceitação vivido durante a viagem, excertos de discursos oficiais e transcreve algumas notícias veiculadas pelos média, como

esta, do *Diário de Notícias*, de 19 de agosto, escrita a poucas horas da chegada de Américo Tomás a Lisboa:

Regressa hoje a Lisboa, depois de uma viagem gloriosa através da grande província portuguesa da África Oriental, o Senhor Presidente da República. A população da cidade que acorrer a recebê-lo, com a sinceridade e espontaneidade que são seu apanágio, traduzirá na manifestação entusiástica do seu agradecimento, os sentimentos de Portugal inteiro. (...) Portugal atravessa, desde o início de 1961, uma crise que se inscreve entre as mais graves da sua história. É a Nação no seu prestígio, na essência da sua unidade espiritual e no seu território que se procura atingir (...). As viagens ao Ultramar, do Chefe de Estado Português (...) responderiam a todas as dúvidas (...) se existissem olhos para ver e ouvidos para ouvir nos centros donde saem as vozes de comando e as intrigas dos que pretendem embrulhar-nos do que nos pertence e escravizar milhões de africanos que são livres como portugueses – e preferem continuar livres sob a nossa lei, que há quatro ou cinco séculos consideram sua, a serem submetidos às incertezas da tutela internacional. (*Diário da viagem*, 1965, p. 538)

Este tipo de notícia, de apologia ao Governo e ressonância colonialista, é replicada em quase todos os órgãos de comunicação, com poucas variações no conteúdo e na forma. A lembrar a “comunhão de povos” tão exaltada pelo cronista desta viagem, o discurso jornalístico parece estar em total comunhão com os desígnios do regime, enaltecendo-o e projetando-o eficazmente no espaço público.

As inundações de Lisboa de 1967 foram um acontecimento mediático relevante no final da década de 1960. Na noite de 25 de novembro de 1967, chuvas torrenciais abateram-se sobre a região da Grande Lisboa, naquela que foi considerada a pior catástrofe natural desde o terramoto de 1755. Loures, Vila Franca de Xira e Alenquer foram alguns dos concelhos mais afetados. Os números da tragédia são, em boa medida, desconhecidos ou imprecisos. Atualmente, estima-se que tenham morrido mais de 500 pessoas, podendo o número ser superior a 700 mortos (Costa et al., 2014; Pimentel, 2013). À época, a contabilidade oficial não foi além dos 468 mortos¹⁸⁰.

Os dados pluviométricos mostram que foi no Estoril que se verificou uma maior intensidade das chuvas; no entanto, foi junto às ribeiras do Jamor, de Odivelas, do Trancão e de Alenquer que a concentração e o efeito das águas foram mais violentos (Ramos & Reis, 2001). É nestes territórios periféricos, com maior densidade populacional, dominados por barracas e outras habitações precárias construídas em leitos de cheia, que ocorrem mais mortes e destruições. A catástrofe natural revelou a tragédia social do país.

¹⁸⁰ *República*, 02/12/1967.

O relato do comandante dos Bombeiros Voluntários de Odivelas, escrito nas primeiras 48 horas da tragédia, é elucidativo da velocidade da intempérie e prenúncio do elevado número de mortos que se verificaria:

Às 23h40 estava consumada a grande catástrofe com todas as estradas cortadas para Odivelas, e centenas de pessoas a gritar pedindo para as salvar. (...) Às 4h00 da madrugada do dia 26, começaram a chegar cadáveres de homens, mulheres e crianças, que ficaram depositados no nosso Quartel. (...) Às 16h estavam depositados no nosso Quartel 61 cadáveres.¹⁸¹

Na primeira sessão da Assembleia Nacional depois da tragédia, o seu presidente, Mário de Figueiredo, tem uma intervenção que é sintomática do discurso do regime: por um lado, garante que “o Governo tomou as disposições que julgou mais adequadas na emergência”, convocando as autoridades administrativas, militares, sanitárias, bem como os bombeiros “para salvar os irmãos que ainda viviam ou minorar o sofrimento das famílias dos que tinham morrido ou iam morrer”; por outro lado, as mortes e destruições são, segundo o político, produto da “fúria dos elementos”¹⁸², não havendo nada a fazer.

No socorro às vítimas, foram dois os principais esteios da população atingida. Segundo a imprensa da época, os bombeiros, voluntários e sapadores, foram os primeiros a chegar aos locais de crise na noite de 25 de novembro. A seguir, chegaram os estudantes universitários e liceais, num movimento espontâneo. No terreno, centenas de estudantes desobstruíram e limpavam as ruas, os pequenos estabelecimentos comerciais e as casas dos sobreviventes. Particularmente importante foi a ação de inúmeros estudantes de medicina, que levaram a cabo a vacinação das populações (Costa et al., 2014, 2016). Face à realidade de desordenamento do território e de miséria social encontrada, não admira que os estudantes universitários envolvidos no auxílio se tivessem interrogado:

Como pode a chuva de algumas horas (anormal é certo, mas apesar disso apenas chuva) provocar a morte de mais de meio milhar de pessoas, arrasar povoações inteiras, obstruir estradas, paralisar a vida, já bem precária aliás, de inúmeras populações?¹⁸³

As páginas dos jornais de domingo dão ecos de uma tragédia de grandes proporções, ainda sem desfecho. A força das manchetes e dos títulos principais é notória: “Chuva e morte: centenas de vítimas”¹⁸⁴, “Só silêncio na aldeia das Quintas”¹⁸⁵, “Horas de pavoroso dilúvio sobre Lisboa e arredores”¹⁸⁶,

¹⁸¹ <https://www.publico.pt/2017/11/12/sociedade/noticia/as-4h-da-manha-comecaram-a-chegar-cadaveres-de-homens-mulheres-e-criancas-1791976>

¹⁸² *Diário das Sessões*, IX Legislatura, n.º 101, 29 de novembro de 1967, p. 1881. <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/09/03/101/1967-11-28>.

¹⁸³ *Solidariedade Estudantil*, 04/12/1967.

¹⁸⁴ *Diário de Lisboa*, 26/11/1967 (2.ª ed.).

¹⁸⁵ *Diário de Lisboa*, 26/11/1967 (3.ª ed.).

¹⁸⁶ *O Século*, 26/11/1967.

“Lisboa e arredores sob pavoroso temporal viveram momentos de ansiedade e angústia”¹⁸⁷, “Noite dramática em Lisboa e arredores”¹⁸⁸. No plano internacional, os jornais não poupam críticas à incapacidade do governo e denunciam a ação da censura. É o caso do *Le Monde*, que reitera:

Os jornais, as revistas e a rádio só podem dar relatos gerais sobre o desastre, que deixou quatrocentos e vinte e sete mortos – um balanço desconhecido do público - e não devem descrever longamente o sofrimento dos sobreviventes. Quase não há menção à ameaça da febre tifoide e qualquer crítica, mesmo que ligeira, é sistematicamente censurada.¹⁸⁹

Na rádio, o RCP, como veremos, teve um papel importante na cobertura deste acontecimento, O crítico da revista *Plateia* Pedro Santos elogiou desta forma o trabalho dos profissionais da estação de Botelho Moniz:

Choveu todo o dia. Havia alarme em toda a cidade. À meia-noite, em R.C.P., no seu inestimável serviço de noticiário, anunciavam-se tragédias em perspectiva. O programa P.B.X. (...) desenvolveu uma notável actividade, inquirindo constantemente dos Hospitais, dos Bombeiros, da Polícia, em reportagens no exterior, enfim, procurando identificar-se com a extensão da catástrofe, para logo lançar no ar os elementos conseguidos. (...) Os rapazes da Rádio, em R.C.P., entregaram-se totalmente à sua profissão, ao serviço da humanidade. (...) Nós, que nem sempre somos pródigos em elogios queremos aqui deixar bem expresso o nosso "Bem Haja" a todos quantos, no R.C.P., se empenharam em servir, ao serviço da Rádio, prestigiando a Rádio e a sua profissão.¹⁹⁰

Por oposição, diz o crítico, “a E.N., a emissora que maiores responsabilidades – e obrigações – tem perante os radiouvintes” demitiu-se da sua obrigação informativa: “Deu-nos um noticiário de ‘Últimas Notícias’, em que nem uma palavra se referiu aos acontecimentos! E fechou, tranquilamente!”¹⁹¹

O vazio deixado pela Emissora Nacional no tratamento desta catástrofe não significou só o silêncio informativo sobre um acontecimento de emergência. Se os rapazes do RCP corporizaram, segundo o crítico da *Plateia*, “uma humana comunhão com a horrível tragédia que tantos lares atingiu”¹⁹², a ação da rádio oficial traduziu-se numa manifestação de afastamento e indiferença face à população que viveu a tragédia.

¹⁸⁷ *República*, 26/11/1967.

¹⁸⁸ *Diário de Notícias*, 26/11/1967.

¹⁸⁹ *Le Monde*, 01/12/1967.

¹⁹⁰ *Plateia*, 12/12/1967.

¹⁹¹ *Plateia*, 12/12/1967.

¹⁹² *Plateia*, 12/12/1967.

Os testemunhos de populares da região de Loures, no dia a seguir à tragédia, ouvidos pelo *Diário Popular*, vão ao encontro da inação e falta de empatia que a *Plateia* atribui à EN:

Começámos a pedir socorro às dez da noite, para toda a parte, mas ninguém fez nada, ninguém podia fazer nada. (...) Falámos para a Emissora, mas de lá disseram-nos que não podiam interromper a emissão, nem sequer correr o risco de alarmar o País...¹⁹³

A *cimeira realizada na ilha Terceira*, em 12 e 13 de dezembro de 1971, com a presença de Richard Nixon, Presidente dos EUA, e de Georges Pompidou, Presidente francês, é o corolário das manobras diplomáticas de aproximação aos EUA, encetadas por Marcello Caetano logo que assume o poder, em 1968. O acontecimento político, a pretexto da crise monetária que vinha minando as relações transatlânticas há alguns meses, tem em si uma componente de propaganda em benefício de Caetano, mas esta é mais sofisticada e subtil do que a que vimos no caso das visitas presidenciais de Américo Tomás aos territórios ultramarinos.

O historiador Pedro Aires Oliveira explica:

As imagens da cimeira, mostrando um Caetano sorridente ladeado pelos chefes de Estado de duas das principais democracias do mundo ocidental, deram ao regime português uma aparência de respeitabilidade que há vários anos lhe vinha sendo negada pela condenação quase universal da sua política colonial. (Oliveira, 2005, p. 142)

Através do seu empenho pessoal e dos canais diplomáticos, Marcello Caetano torna-se mediador numa cimeira que reúne dois vultos de peso da política internacional, Nixon e Pompidou. O regime autoritário de Portugal vê-se, assim, anfitrião de duas das democracias de maior relevância no ocidente, EUA e França, num diálogo que atravessa dois continentes. É natural que o acontecimento tenha mobilizado inúmeros órgãos de comunicação, a nível nacional e internacional. O *Diário de Lisboa* informa, através da prosa escorreita e irónica de Luís Sttau Monteiro, que Caetano

desembarcou a sorrir, como não podia deixar de ser, dado que das três grandes vedetas deste encontro é a única que nada tem a discutir, a única que nada tem a perder e a única que não tem problemas graves ou complexos a resolver.¹⁹⁴

Na verdade, Caetano tinha vários problemas graves a resolver. O maior deles, talvez fosse a manutenção de um império colonial, anacrónico, que lhe retirava prestígio dentro e fora de portas. Era esse prestígio desejado que o Presidente do Conselho colocava em jogo nesta cimeira internacional.

¹⁹³ *Diário Popular*, 26/11/1967.

¹⁹⁴ *Diário de Lisboa*, 13/12/1971.

O contexto que se vivia em 1971 era já outro relativamente ao período salazarista. O marcelismo revelar-se-ia um enorme impasse político (Sardica, 2011, pp.105-114). O projeto de intenções sob o signo da “renovação na continuidade” não produziu um reformismo capaz de dar o salto para uma realidade não autoritária. Como refere Fernando Rosas, “o reformismo [de Caetano] esgotara o seu tempo histórico de viabilidade”, pelo que a revolução era inevitável (Rosas, 1999, p. 27). Mas antes de ser uma promessa fracassada, o marcelismo trouxe esperança de mudança, abrindo portas para que muitos pensassem que, com Marcello Caetano, o regime faria uma transição para a democracia. O sinal que Caetano dá, por exemplo, ao autorizar o regresso do exílio de Mário Soares e do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes indicia uma possível abertura do regime (Baptista & Henriques, 2017).

As práticas do jornalismo conheceram transformações neste período, como vimos. Os textos tornam-se mais objetivos, a narrativa mais ágil, e a propaganda veiculada menos vincada. A crónica que referimos, do *Diário de Lisboa*, é disso exemplo. Mas, o *Diário de Notícias* mostra como o regime ainda se alimentava da reverência da imprensa, ao dar, na primeira página, tanta ênfase à “calorosa recepção a Marcelo Caetano à chegada a Lisboa”¹⁹⁵.

Apesar do lugar de destaque que a cimeira dos Açores alcançou nos média, os seus resultados não foram os melhores. O acordo de 1971 acabou por ser muito contestado internacionalmente e o regime português, marcado por dez longos anos de guerra colonial, permaneceu isolado, como antes. Em julho de 1973, por ocasião do aniversário dos 600 anos da aliança luso-britânica, Caetano vai a Londres, mas a visita de Estado foi ofuscada por manifestações nas ruas de Londres, de protesto contra a guerra colonial. As notícias sobre os massacres perpetrados pelas forças armadas portuguesas contra populações civis em Moçambique (Mucumbura, Wiryamu e Chawola), denunciados pelo padre católico inglês Adrian Hastings agravam, ainda mais a contestação (Oliveira, 2001). A imprensa internacional noticia o ambiente adverso a Caetano que se vive em Londres. O *Le Monde* de 17 de julho, por exemplo, denuncia “os horrores da guerra de Moçambique”¹⁹⁶.

A política externa apaziguadora de Caetano, de que a cimeira de 1971 é um exemplo, não foi suficiente para que o regime ganhasse respaldo internacional e perdurasse a longo prazo. O percurso de Caetano dentro do Estado Novo, de rosto do corporativismo à sua progressiva ascensão política, a consequente e “natural” assunção da liderança do Governo, a aparente adaptabilidade aos novos tempos e a consequente acumulação de poder simbólico, carisma e capital político dentro do regime autoritário português (Mendes, 2021) não chegaram para concretizar o que a proclamada “primavera marcelista”

¹⁹⁵ *Diário de Notícias*, 15/12/1971.

¹⁹⁶ <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04318.002.001#14>

prometia. Ainda para mais, num cenário de guerra que se arrastou por treze anos, consumindo homens e dinheiro, em três frentes de batalha longínquas e difíceis de aceitar. Três anos depois da cimeira dos Açores, e um ano depois da viagem a Londres, o marcelismo, e o salazarismo que o precedeu, caíram de vez, sem possibilidades de redenção.

9.3. Aproximação analítica à produção sonora

Os registos sonoros que testemunham a cobertura jornalística destes acontecimentos históricos, que primeiro foram acontecimentos com expressão mediática, não são uniformes. Nem do ponto de vista quantitativo, nem qualitativo. Essa diferença de tempos, detalhes e ângulos tem na sua origem várias razões, quase sempre ligadas à questão do arquivo (o que existe gravado foi o que se produziu sobre o acontecimento?), ao contexto político em presença (era conveniente que determinado acontecimento fosse relatado? sendo relatado, em que malhas da censura terá caído?) e ao modo de “funcionamento” do jornalismo à época (a que acontecimentos é que o pensamento e a prática jornalísticos, já de si seletivos, deram relevância, com a agravante de que o regime impunha sobre eles um controlo que restringia ainda mais a realidade passível de ser publicitada?).

Neste ponto, distinguimos os acontecimentos pelo seu caráter de previsibilidade. Alguns fazem parte da agenda das redações, são preparados com tempo e, ao acontecerem, já são esperados por ouvintes e fazedores de notícias. Outros, surgem sem aviso prévio, e apanham o jornalista e o ouvinte de surpresa. De um lado, temos o previsto, com a visita presidencial e a cimeira dos Açores, do outro, a irromper na superfície lisa da história, como diria Adriano Duarte Rodrigues, o assalto ao Santa Maria e as cheias de Lisboa.

9.3.1. Acontecimentos previstos

A visita a Moçambique do Presidente da República, Almirante Américo Tomás, realizada entre 23 de julho e 7 de agosto de 1964, é um acontecimento inscrito na agenda de qualquer órgão de comunicação daquele período. Conhecido muito antes do momento em que vai ser noticiado, este é o típico acontecimento que pode ser preparado com tempo, nos meios e conteúdos, ao contrário do que sucede com um acontecimento absolutamente disruptivo, em que o tempo do jornalista está demasiado próximo do acontecido para dele se conseguir fazer um planeamento sistemático.

No arquivo do RCP encontramos um registo de 20 minutos, no qual estão condensados alguns momentos sonoros (reportagens e discursos) que ajudam a fazer e a compreender o acontecimento¹⁹⁷. A voz-off que indica previamente “Antegração para museu” é a mesma que nos guia pelos sons que, em determinado momento, alguém entendeu que deviam ser guardados. Esta voz, que, pelo grau de conhecimento do material sonoro, deverá pertencer a um jornalista do RCP, faz a legendagem construtiva dos sons. É através dela que acedemos a esta narrativa de forma mais ágil.

Neste registo, existem alguns excertos de discursos do Presidente da República, transmitidos no RCP à medida que Américo Tomás os ia produzindo, testemunhando as cerimónias e as visitas feitas a várias localidades e instituições em Moçambique. Mas, interessa-nos, sobretudo, destacar uma reportagem sobre os primeiros momentos no cais de desembarque, quando o Presidente da República chega a Lourenço Marques, então capital de Moçambique. O relato do repórter, feito em cima de abundantes sons ambiente, coloca-nos no local e revela o pano de fundo ideológico em que um acontecimento desta natureza era moldado e comunicado. O repórter diz aos ouvintes que “amanheceu o dia 23 de julho de 1964, data que marca o início de mais um capítulo histórico nesta província de Moçambique”. Num discurso que parece ser construído no momento, a acompanhar, com vivacidade, cada passo dado pelo Chefe de Estado e sua comitiva, o repórter enaltece “Sua Exa., o Senhor Presidente da República”. As palavras do repórter são entusiásticas:

Dentro deste ambiente jubiloso que sublinha as primeiras cerimónias, o povo moçambicano marca já a sua presença, com todo o entusiasmo, todo o patriotismo, toda a lusitana alegria. Enfim, toda aquela espontânea e tradicional maneira de bem receber, sobretudo aqueles que lhe são caros ao coração, como é o presente caso da chegada do venerando chefe de Estado desta parcela portuguesa da costa oriental africana.

Conseguimos visualizar o ambiente real e ideológico que o repórter quer transmitir na sua reportagem sonora. Vemos Américo Tomás a sair do paquete Príncipe Perfeito, “atravessando as águas da baía”. Ao mesmo tempo, chegam à baía “dezenas e dezenas de barcos de todos os tipos: embarcações a motor, embarcações a remo, embarcações à vela, todas embandeiradas em arco, todas a colaborarem vivamente para este momento alto”. Ouvimos os aviões da Força Aérea e os helicópteros que sobrevoam o cais. De tal modo que, “em terra, no ar e no mar, a emoção é excepcional!”. O Presidente da República está acompanhado por “altas individualidades”, mas também por efusivas manifestações populares. Ouvem-se salvas de tiros, e, em seguida, o Almirante Américo Tomás recebe as chaves da

¹⁹⁷ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9106-3.

cidade das mãos do Presidente da Câmara Municipal local. A terminar, ouve-se a voz do Presidente a agradecer a homenagem, seguido de uma sonora ovação dos presentes.

Esta reportagem, pelas indicações que constam do próprio registo, não foi transmitida em direto, mas o modo como é feita simula essa vertigem do direto. A forma viva como os acontecimentos são contados, a partir do local, não é apenas manifestação do estilo do repórter, mas um instrumento ao serviço de uma doutrina da qual o órgão de comunicação – e o próprio repórter – participa e faz ressonância.

As marcas de linguagem presentes na construção da reportagem vão ao encontro do discurso de unidade que o Almirante Américo Tomás quis sublinhar nesta sua visita a Moçambique:

Chego por mar, pelos caminhos que os portugueses conheceram antes de qualquer outro povo e que são um mundo de recordações para a nossa alma marinheira. Partindo de Lisboa e chegando a Lourenço Marques, continuei sempre em Portugal, pois dele, em verdade, não saí. Naveguei num navio português, em mares genuinamente portugueses e só aportei a terras portuguesas.¹⁹⁸

No caso da Emissora Nacional, dispomos de um registo referente aos últimos dias da visita presidencial a Moçambique, transmitido no *Diário Sonoro* da estação¹⁹⁹. O enviado da Emissora Nacional faz um relato, em forma de balanço, da forma como a visita decorreu, com enfoque no modo como o Presidente da República foi recebido pelas “populações laboriosas desta encantadora terra”. O discurso jornalístico da Emissora Nacional é especialmente orientado para a defesa de um “Portugal único”, no quadro da guerra colonial iniciada em 1961 e que, pouco mais de um mês após esta visita, chegaria a Moçambique. Muito mais do que no registo do RCP, já de si laudatório e alinhado com o regime, é na linguagem que o jornalista da EN adota que as palavras do Presidente da República são exaltadas, nas suas “magníficas lições de lusitanidade, de carinho e de amor por este bom povo que luta dia a dia, hora a hora, pela continuidade de Portugal em África”.

O enviado da EN diz que o que mais tem sobressaído nos relatos e noticiários dos últimos dias é “uma simpatia, uma simplicidade e afabilidade tão naturais e francas que desde logo criaram uma clara e expressiva comunhão de afetos entre o Presidente e o povo que acorre para o saudar”. A comunhão entre o chefe de Estado e a população é a ideia redundante que, ao longo de mais de 12 minutos, o jornalista quer transmitir. Há uma necessidade premente de mostrar o envolvimento e adesão total do povo moçambicano, referido pelo jornalista como “autóctone” ou “nativo”, forjando uma ideia de unidade indesmentível. Esta passagem do texto radiofónico ilustra-o:

¹⁹⁸ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9106-3.

¹⁹⁹ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo EN, AHD1252-3.

Temos na nossa mente uma fotografia publicada hoje num jornal de Lourenço Marques, em que se vê o Senhor Almirante Américo Tomás rodeado por massa impressionante de povo, na sua maioria autóctones, beijando e acarinhando duas rapariguinhas, uma branca e outra nativa. Imagem-espelho perfeito do que foi esta visita do Presidente da República, primeiro magistrado da Nação.

O jornalista reforça:

Se as manifestações de carinho pelo supremo magistrado da Nação ao longo de todos os distritos têm sido de grande intensidade, diríamos mesmo esmagadoras, a bela capital do distrito que deu nome a toda a província, vestiu galas especiais, e repetiu a consagração que tem sido a nota dominante de toda a visita do chefe de estado. Consagração de unidade. Consagração do ideal pátrio. Em uníssono foram vitoriosos os nomes do senhor almirante Américo Tomás e de Portugal. (...) À entrada da cidade de Nampula um dístico a toda a largura da rua “Aqui será sempre Portugal”.²⁰⁰

A cobertura jornalística que o RCP nos oferece – assim como a EN –, a propósito desta visita presidencial, cola-se à agenda de propaganda do regime, tão bem expressa no diário da viagem promovido pela Agência Geral do Ultramar, a que nos referimos anteriormente. Se recordarmos algumas passagens desse documento, se nos fixarmos nas palavras e no estilo característicos deste tipo de material de propaganda política, rapidamente percebemos que o trabalho do repórter não foi além da agenda ideológica definida pelos órgãos de poder. O interesse e a atualidade que o discurso noticioso exalta não vão além dos limites dos atos, cerimónias e personagens oficiais, com os seus discursos previsíveis e circulares.

A cimeira que reuniu Richard Nixon e Georges Pompidou, nos Açores, em 1971, é, igualmente, exemplo de um acontecimento programado. É um acontecimento cerimonial, como Dayan e Katz (1999) o cunharam; um acontecimento que quando irrompe já foi negociado e aceite.

Desta vez, começamos pelo registo sonoro produzido pela EN relativamente ao acontecimento. Trata-se de uma notícia que foi transmitida no programa de atualidades *Momento 71*. Ao longo de cerca de 5 minutos, o jornalista da Emissora Nacional relata o ambiente que se vive na Ilha Terceira, e também as dificuldades mais sentidas²⁰¹. O discurso, embora longo, sem outro recurso para lá da palavra, é fluido e informativo:

Enquanto se ultimam febrilmente os preparativos para a receção depois de amanhã ao Chefe de Governo de Portugal e dos Presidentes da França e dos Estados Unidos,

²⁰⁰ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo EN, AHD1252-3.

²⁰¹ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo EN, AHD1079-1.

Angra do Heroísmo vai perdendo o ar tranquilo de cidade de pequena ilha. Instalou-se, e é quase palpável, o ambiente que precede os acontecimentos invulgares. É gente que chega, jornalistas, fotógrafos, homens da rádio e da televisão. Nas ruas, o Português de Lisboa mistura-se com o Inglês da América, o Francês com o Português das Ilhas de vogais estranhas.

O jornalista informa o ouvinte de dois problemas que estão a afetar o encontro diplomático. Um é o alojamento:

Mais representantes dos órgãos de informação virão ainda. E aqui um problema inicial, o alojamento. Estão superlotados os poucos estabelecimentos hoteleiros existentes. O Hotel Angra, onde ficará instalada a comitiva do Presidente francês, teve de ser desocupado, aliás conforme o previsto, enquanto ficava a postos, atracado ao molhe de Praia da Vitória, o navio Ponta Delgada, que servirá de hotel flutuante até à chegada do Paquete Funchal, prevista para amanhã. O estado do tempo, que começa a apresentar-se bastante irregular, não permitiu que o Ponta Delgada ficasse no Porto de Pipas, da Baía de Angra.

O outro problema reside nas telecomunicações:

Mas isto não é tudo. Instalados em casas particulares, onde foram simpaticamente recebidos, há muitas dezenas de jornalistas e técnicos de telecomunicações. Telecomunicações, um segundo e mais grave problema. Espera-se, e tudo se tem feito, para que a insuficiência das estruturas locais seja superada pelos dispositivos que vão ser postos a funcionar.

A fragilidade das telecomunicações é o pretexto para que o jornalista entreviste, de seguida, um engenheiro da Direção do Serviço Técnico dos CTT, encarregado de coordenar, na cimeira, os vários serviços relativos às comunicações, e atender às solicitações dos órgãos de comunicação nacionais e estrangeiros.

A realidade informativa do RCP para o mesmo acontecimento tem contornos diferentes em relação ao exemplo da Emissora. Quando começamos a ouvir os quase 25 minutos do som do RCP²⁰², parece que estamos perante uma reportagem nos bastidores da Estalagem da Serreta, onde ficou instalado o Presidente Pompidou. O jornalista teria decidido relatar o acontecimento, a partir dos testemunhos dos profissionais do hotel, e de outros, encarregues da logística e das infraestruturas necessárias ao acontecimento. Ouvimos sons ambiente constantes que demonstram a agitação vivida no hotel (pessoas a passar, carrinhos de chá, portas a abrir, ruídos não identificados), às vésperas de um acontecimento impactante na rotina dos funcionários e na vida da ilha Terceira.

²⁰² Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHCD301-2.

A qualidade do som não é a melhor. Ouvem-se as muitas perguntas do jornalista (“Como é que o senhor se chama? Está cá há muito tempo?”; “Qual foi o visitante mais ilustre que passou por aqui?”; “O senhor anda a servir aqui à mesa, é? Estes pratos já cá estavam ou são especiais e vieram só agora?”; “O senhor é que é o ajudante de cozinheiro? Já cá estava ou veio de propósito de Lisboa?”; “Este já é o prato que o presidente Pompidou vai comer?”; “Está contente com o que se está a passar aqui na ilha?”), mas as respostas dos entrevistados são pouco perceptíveis.

Entre estes momentos de reportagem, o jornalista faz a ligação e separação entre os temas. Neles dá informações mais consistentes sobre o que se passa no local:

Perante esta antevisão do que será a chegada do Presidente da França, Georges Pompidou dir-lhe-ei a si, amigo ouvinte, que os Senhores Valéry Giscard d’Estaing e Maurice Schumann não vão ficar na Estalagem da Serreta. Vão ficar no Hotel de Angra do Heroísmo. Vão ser acompanhados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Dr. Rui Patrício. Supõe-se, e isto diz-se à boca pequena, que tanto os senhores Schumann e Giscard d’Estaing irão conferenciar durante algum tempo com o Ministro Rui Patrício, na mesma medida em que o Presidente Marcello Caetano se vai demorar cerca de 60 minutos na Serreta, conferenciando com Georges Pompidou. Logo após a chegada do Presidente da França, o Presidente do Conselho português deslocar-se-á novamente às Lages, onde aguardará o Presidente dos EUA, Senhor Richard Nixon. (...).

O repórter refere-se, de forma crítica, ao problema das telecomunicações, também referido pelo repórter da Emissora Nacional, e à falha de outros recursos indispensáveis para a cobertura do acontecimento:

Comunicação na era da comunicação, o mais grave problema dos homens da informação. Circuitos que não existem, linhas de telex prometidas que também não existem, aparelhagem para telefotos que está presente, mas que ainda não funciona. (...) A verdade também é que os automóveis que fretamos para andar de um lado para o outro são como gotas de água neste mar magro de parque automóvel, onde a maioria é de matrícula americana, mas que não emprestam a ninguém.

Porém, os textos de ligação entre o ambiente sonoro do local de reportagem e a voz do repórter que introduz os separadores, nem sempre parecem consistentes. É, então, que nos últimos minutos deste material sonoro surge gravado um telefonema do repórter na Ilha Terceira para as instalações do RCP, cujo teor é o seguinte:

Alô, Central Técnica de RCP,

Tudo o que segue é para os Serviços de Noticiários. São para os *flashes* dos Serviços de Noticiários. Eu faço as separações entre cada notícia e depois comporão aí como

entenderem nos Serviços de Noticiários. A primeira notícia que vou enviar é uma primeiríssima mão e convinha q os Serviços de Noticiários a metessem assim que puderem. Portanto, eu vou dizer:

“Aqui em Angra do Heroísmo fala Rádio Clube Português. São as últimas informações sobre a visita dos Presidentes Nixon e Pompidou. (...) Sabe-se já que os três estadistas, o Presidente da França, o Presidente dos EUA e o anfitrião, que é o Presidente do Conselho português, Presidente Marcello Caetano, vão chegar aqui no mesmo dia e mais ou menos nas seguintes horas: o Presidente do Conselho português a bordo de um jato da Força Aérea Portuguesa chegará às Lajes pelo fim da manhã, muito próximo das 12h; o Presidente Pompidou, viajando num concorde, chegará às Lajes pela tarde, que é como quem diz cerca das 18.30h, hora local; o Presidente Richard Nixon, viajando num avião *Air Force One*, chegará às Lajes cerca das 22h. Se tivermos em conta que a diferença horária que nos separa é de duas horas, o Presidente dos EUA chegará cerca da meia noite de Lisboa, ao aeroporto das Lajes. Daqui é tudo, voltaremos.

A esta notícia, lida à distância pelo repórter, para ser introduzida pelo Serviço de Noticiários nos blocos informativos do RCP, seguem-se outras. O telefonema que consta deste registo indica que este documento não é o produto acabado que foi para o ar, mas sim o documento sonoro que inclui os sons brutos produzidos por este repórter para serem transmitidos pelo Serviço de Noticiários, à medida das suas necessidades e prioridades informativas.

As incoerências que sentimos na escuta têm esta justificação. Não sabemos se alguns destes segmentos informativos foram, ou não, emitidos. Mas temos neste registo dados importantes, como uma diversidade de vozes significativa, que foge aos atores principais da cimeira, e à procura de ângulos noticiosos que não são estritamente políticos.

Por outro lado, mesmo que não tenhamos a certeza de que o material deste registo foi parcial ou totalmente escutado pelo ouvinte, ele é revelador das rotinas produtivas de um enviado especial, que procura permanentemente fazer a ligação com o seu órgão de informação, para enviar informação, nomeadamente de última hora, que alimente o curso da atualidade

9.3.2. O imprevisto sempre acontece

Para o acontecimento do *assalto ao Pacote Santa Maria*, datado de janeiro de 1961, não dispomos de peças noticiosas do RCP que façam a cobertura do acontecimento quando ele ocorreu, embora saibamos, pelas entrevistas realizadas, bem como pela informação da imprensa especializada, que o acontecimento teve imediata resposta por parte do recém-criado SN do RCP:

E, pela primeira vez, depois da sua nova estrutura, toda a equipa esteve presente nos Estúdios, em permanente alerta, trabalhando unida na informação. Foi um vai-vem contínuo,

durante toda a noite. Como sempre, a preocupação constante em trazer o ouvinte inteirado do que se passava. O assalto ao paquete “Santa Maria” – noticiado pela uma da madrugada – iria manter o SN do RCP em actividade invulgar, até ao regresso do paquete ao porto de Lisboa.²⁰³

Não tendo o testemunho sonoro desta noite informativa e dos dias seguintes, em que o acontecimento esteve vivo na redação do SN, dispomos apenas do registo de um programa de carácter informativo, *O Mundo em Parada*, que, no dia 31 de dezembro de 1961, faz um balanço dos acontecimentos nacionais e internacionais mais emblemáticos do ano²⁰⁴. Este programa foi transmitido dentro do *Meia Noite*, um programa de referência do RCP, que esteve no ar de finais de 1959 a 1967, da meia noite às 3:00h. Foi, segundo Rogério Santos, “o primeiro programa noturno da rádio portuguesa, destinado a fazer companhia aos que trabalhavam à noite ou tinham insónias” (Santos, 2013).

O Mundo em Parada do último dia do ano de 1961 é um programa bem sonorizado, com mais de uma hora²⁰⁵, que se nota ter sido feito com tempo e cuidado. O locutor introduz a notícia em tom pausado e firme: “Dia 23, anuncia-se que, no Mar das Caraíbas, um grupo chefiado por Henrique Galvão apoderou-se do paquete Santa Maria”. Em seguida, uma música inscreve algum dramatismo, a sugerir sonoramente um ambiente de filme policial. A música é o elemento expressivo que dá ritmo e capta o interesse do ouvinte, fazendo a ligação com o remate da notícia:

Foi morto a tiro o terceiro piloto João Nascimento Costa e ferido gravemente o praticante de oficial José António Lopes de Sousa. Este caso provocou em todo o país a maior excitação. Entretanto, em São Paulo, Humberto Delgado dizia que foram ordens suas que levaram à apreensão do paquete português.

A fazer contraponto com o texto noticioso do RCP, o mesmo acontecimento também é tratado na Emissora Nacional dentro de um programa de retrospectiva, *Revista do Ano*, “documentário radiofónico dos principais acontecimentos registados pelos nossos microfones ao longo deste ano do Senhor de 1961”, diz o locutor na abertura do programa²⁰⁶. O programa, com sonorização cuidada, tem a duração aproximada de uma hora.

A forma como a notícia sobre o Santa Maria surge, entre os outros acontecimentos do ano lembrados, impacta o ouvinte. Depois de uma música suave, com violino e piano, a servir de pano de fundo à notícia que recorda a vida e obra de João Villaret, falecido em janeiro de 1961, a voz do locutor faz de separador para a notícia seguinte, anunciando, com voz firme o dia do acontecido: “24 de janeiro”.

²⁰³ *Nova Antena*, 31/01/1969, p. 43.

²⁰⁴ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD8538-1.

²⁰⁵ Em texto, de uma forma geral, apenas referimos a duração aproximada dos programas ou peças. Nas tabelas 1 e 2, em anexo, os tempos de duração e algumas informações sobre os registos sonoros estão mais detalhadas.

²⁰⁶ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo EN, AHD1648-1.

Uma música particularmente dramática, mais prolongada e mais incisiva do que no caso do RCP, acentua a gravidade e o escândalo do acontecimento. A linguagem utilizada no corpo da notícia, e a entoação dada, contrastam com a sobriedade dos relatos do RCP:

Um bando de criminosos internacionais, chefiados pelo ex-capitão Galvão, apodera-se do paquete Santa Maria que, em rota normal, demandava aos portos das Américas. O ato criminoso de Galvão é o caso do dia em toda a parte.

O locutor da Emissora prossegue, no mesmo registo moralizante e de empenhada condenação do acontecido, após outro trecho de música dramática:

Durante dias, centenas de vidas estão à mercê de um celerado traidor e milhares de pessoas vivem a angústia duma incerteza que paira sobre parentes e amigos que viajam no Santa Maria. A bordo, um cadáver, ao leme do seu navio Nascimento Costa caíra, caíra no seu posto, morto pelas balas dos assaltantes; caíra em glória. Em casa, uma viúva e um órfão. Mas, a história tem mais um herói, e o seu exemplo é uma chamada à nação. Ao leme é a ordem. Os acontecimentos irão precipitar-se. O inimigo ataca em todas as frentes, mas a nau singrará, porque estamos ao leme.

Em termos de linguagem, palavras e expressões como “bando de criminosos”, “ato criminoso”, ou “celerado traidor” marcam o tom. O veículo noticioso assume as dores do Governo, e defende-o com o mesmo tipo de linguagem que associamos ao regime do Estado Novo. Há um sentimento de pertença emocional e ideológica contra a qual o imperativo de resumir a notícia aos factos colide. O fecho da notícia confirma-o. Esta história “tem mais um herói”, sublinha o locutor, para além do piloto João José Nascimento Costa, falecido “em glória”. Esse herói é o país e o regime (“a Ordem”), de que a Emissora Nacional faz parte e é porta-voz. Diz o locutor: "Ao leme é a Ordem. (...) O inimigo ataca em todas as frentes, mas a nau singrará, porque estamos ao leme."

Esta forma implicada de dar a notícia, mais palavrosa e extensa, e com recurso a mais elementos expressivos – neste caso a música –, como meio de provocar no ouvinte uma maior adesão às palavras, reflete-se nos tempos de duração dos registos sonoros. Se a peça do RCP tem a duração de 43 segundos, no caso da EN a notícia retrospectiva prolonga-se por mais de três minutos.

O acontecimento das *inundações de Lisboa*, ocorridas em novembro de 1967 é, dentro dos registos sonoros que apurámos, um caso singular. Se, para os demais, temos um registo por cada acontecimento, no que respeita à cobertura das inundações dispomos de nove registos áudio. Se, para os outros acontecimentos, conseguimos algum termo de comparação com a informação produzida pela

emissora oficial do regime, no caso das inundações não existe espelho possível, porque o acontecimento, como já explicámos, não foi tratado pela EN.

No total, são 34 minutos de som, provenientes dos arquivos do Rádio Clube, emitidos durante os cinco dias imediatamente após o acontecimento. Quatro das nove peças concentram-se no dia seguinte à tragédia.

É natural que face à “abundância” de registos perante a habitual escassez, os contornos da cobertura jornalística ganhem uma clareza, e uma certa riqueza de pormenores, que os demais acontecimentos convocados não conseguem alcançar. Os desequilíbrios da análise refletem os desequilíbrios dos materiais passíveis de serem estudados. O maior desenvolvimento na análise dos sons deste acontecimento também se deve ao testemunho proveniente das fontes orais. Em quase todos os entrevistados havia um sentimento “especial” quando mencionávamos este acontecimento. Outras vezes, sem que o perguntássemos diretamente, o fio das memórias dos entrevistados guiava-nos livremente por estes dias de catástrofe de novembro de 1967. Era a percurso natural da memória a seleccionar alguns factos e lembranças, ao mesmo tempo que silenciava ou esquecia outros.

José Nuno Martins deu-nos a sua versão dos acontecimentos, vividos na qualidade de jovem repórter do recém-estreado PBX. O programa PBX, convém salientar, teve um papel destacado na noite das inundações. Trata-se de um dos programas mais marcantes do final da década de 1960, numa linha de programação que visava introduzir modernidade radiofónica, face aos “velhos” programas habituais, e captar a tenção de novos públicos (Santos, 2017, p. 142 ss.). Este programa noturno, de “autor”, que ia para o ar entre a meia noite e as 2:00h, estreia a escassos dois meses da catástrofe. É realizado por Carlos Cruz, Fialho Gouveia e Paulo Cardoso e produzido pelos Parodiantes de Lisboa. Nomes como José Nuno Martins, Adelino Gomes, João Paulo Guerra ou Paulo de Moraes fizeram parte da equipa do PBX, o que leva Matos Maia a afirmar que “nunca um programa de rádio em Portugal teve uma equipa tão numerosa e qualificada” (Maia, 2009, p. 339). O PBX era “arrojado”, saía do estúdio, realizando reportagens cuidadas, bem sonorizadas. A valorização da dimensão sonora era visível, salienta José Nuno Martins, “não só na edição das reportagens como na criação dos jingles do programa”²⁰⁷. A crítica especializada faz eco das memórias de José Nuno Martins:

Parabéns pela vitória sobre a inércia e o marasmo habituais. Boa música, muita actualidade e humorismo temos nós todas as noites na vossa companhia. Parabéns

²⁰⁷ Entrevista dada por José Nuno Martins à autora a 27 de outubro de 2014, em Lisboa.

por uma ‘linha’ que nunca é interferida desgraciosamente: a ligação do ouvinte com PBX.²⁰⁸

Os passos percorridos por José Nuno Martins, na noite de 25 de novembro, ajudam-nos a perceber algumas dinâmicas e diligências jornalísticas que estiveram por detrás da produção noticiosa do acontecimento das inundações. Por volta das 20.30h, o repórter saiu de casa, nos Olivais, rumo ao RCP²⁰⁹. Antes de chegar aos estúdios da Sampaio e Pina, José Nuno Martins teria ainda de fazer um desvio para uma reportagem. Era noite de estreia de *Romeu e Julieta*, no São Jorge, situado na Avenida da Liberdade, com a presença de Margot Fonteyn e de Rudolf Nureyev. Mas, ao chegar à Praça de Espanha, José Nuno sente o autocarro deter-se. Quem estava no autocarro é obrigado a sair, num “cenário dantesco, de água pelos joelhos, enxurrada, e carros a boiar e a chocar uns com os outros na descida da Rua António Augusto Aguiar”. Pegar no gravador foi o ímpeto imediato do repórter. O serviço de reportagem que tinha agendado já não é feito. José Nuno Martins regista, antes, as primeiras declarações de preocupação dos bombeiros, no eixo Praça de Espanha-António Augusto Aguiar-Marquês da Fronteira, antes de chegar às instalações do RCP²¹⁰.

O radialista recorda-se de ter chegado cerca das 22h ao RCP, “e de ser o primeiro a chegar e a trazer notícias”. Chegariam depois mais e mais profissionais, entre locutores, noticiaristas e técnicos, mesmo os que estavam de folga, numa prática de “toca a reunir”, que ainda hoje é comum nas redações, sempre que uma catástrofe ou acidente de envergadura acontece.

O PBX, que, habitualmente, só começava às 24h, vai para o ar mais cedo nessa noite, por forma a acompanhar os acontecimentos. Para além de antecipado, o PBX prolonga-se muito para lá das duas horas habituais. José Nuno Martins afirma que a emissão só foi entregue pela manhã ao *Onda do Optimismo*, programa que começava às 8.30h. Até lá, qualquer programação que existisse era suspensa, e os seus profissionais integrados nesta superequipa que acompanha as “cheias”.

“É uma emissão contínua, especial, assim assumida pelo Rádio Clube”, afirma José Nuno, na qual os mentores e locutores do PBX têm um papel fundamental. Fialho Gouveia é o líder que gere a emissão, e Carlos Cruz o homem que está na cabine, a falar com o ouvinte.

As tarefas multiplicam-se naquela noite de urgência. Ao repórter do PBX coube ouvir, recolher e editar os testemunhos dos ouvintes que depois iam para o ar. José Nuno Martins esclarece o processo, ditado pela vontade de dar voz às pessoas, mas também de cumprir as normas da Censura, mesmo em situação de catástrofe:

²⁰⁸ *Rádio & Televisão*, 7 de outubro de 1967.

²⁰⁹ Entrevista dada por José Nuno Martins à autora a 27 de outubro de 2014, em Lisboa.

²¹⁰ Estes registos sonoros feitos por José Nuno Martins não foram localizados no Arquivo.

Pusemos no ar dezenas de telefonemas. Mas, naquela altura, por causa da censura, não era propriamente meter telefonemas no ar. Os telefonemas que não fossem de profissionais tinham de ser gravados, não podiam ir para o ar em direto. Eu lembro-me que a minha tarefa era receber as chamadas, e depois limpar esses telefonemas, tirar dali 20 segundos ou minuto e meio, e pô-los depois no ar.²¹¹

João Paulo Guerra, jornalista do Serviço de Noticiários, lembra uma madrugada agitada, com jornalistas a saírem para o terreno, e outros a receber, na estação, as informações do exterior²¹². A partir dos quartéis dos bombeiros e de outros locais de crise, os repórteres telefonavam a informar sobre a dimensão da tragédia. Essas informações, na sua grande maioria, não iam para o ar através do telefonema direto do repórter, devido às deficientes condições técnicas. Quem estava na redação recolhia a informação, redigia-a para ser lida ao microfone, e passava-a ao jornalista que estivesse em antena. A revista *Nova Antena* recorda a cobertura do RCP, dois anos depois do acontecimento:

Em 1967, esta hora [22.00h] seria o início de uma noite angustiante. Trágicas iriam ser as consequências das inundações de Novembro. Em RCP a informação foi constante, o microfone quase sempre aberto, os telefones constantemente ocupados. Trabalhou-se à luz de uma vela, quando faltou energia na cidade. E o gerador de emergência dos Estúdios era apenas suficiente para manter em funcionamento a cabina da locução e a respectiva regência técnica. Esclareceu-se, apelou-se, orientou-se...²¹³

O jornalista recorda que o RCP conseguiu fazer um trabalho de serviço público fundamental para as populações em crise. Num tempo em que já havia transístores, que permitiam uma autonomia face à eletricidade que rareava em parte da cidade e arredores, o rádio torna-se o único meio de informação e de ligação com o mundo. “Propagou-se a ideia de que o Rádio Clube estava a falar disto, e os avisos dos bombeiros, e as informações das estradas cortadas e das zonas de maior perigo chegam às pessoas através do RCP”, diz João Paulo Guerra²¹⁴. A gravidade e o imediatismo do acontecimento ditavam uma atitude jornalística mais urgente e ágil do que o habitual: “Nós próprios, ali, naqueles locais, tínhamos noção de que aquilo era uma coisa que se estava a agigantar, até do ponto de vista jornalístico”²¹⁵.

Pouco depois, o caudal da informação na rádio, tal como na imprensa, diminui. Guerra recorda que, pouco depois de ter recebido um telex da Censura a elogiar o trabalho da estação naquela noite, recebeu outro a dizer que estavam suspensas as notícias do RCP sobre o número de mortos.

Os testemunhos dos profissionais do RCP, que acabámos de enunciar, assim como os registos sonoros a que tivemos acesso, revelam que na noite e na madrugada da tragédia, a rádio, através do

²¹¹ Entrevista dada por José Nuno Martins à autora a 27 de outubro de 2014, em Lisboa.

²¹² Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 7 de maio de 2014, em Lisboa.

²¹³ *Nova Antena*, 31/01/1969, p. 45.

²¹⁴ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 7 de maio de 2014, em Lisboa.

²¹⁵ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora a 20 de novembro de 2016, em Lisboa.

RCP, quis e soube estar presente. Numa sinergia entre o Serviço de Noticiários e o PBX, entre informação e programação, é levada a cabo uma emissão contínua noite dentro, que escuta os ouvintes e transmite as informações que chegam, em tempo real (ou quase), a partir dos locais de crise, seja por intervenção dos repórteres que vão para o terreno, seja pelas declarações de ouvintes lidas aos microfones. Antes da leitura das manchetes de domingo, é pela emissão do RCP que a notícia chega primeiro aos cidadãos.

Nos registos sonoros relativos às inundações encontram-se declarações institucionais, sejam elas do Ministro do Interior²¹⁶, do representante da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (CP)²¹⁷ ou do proprietário e dirigente do RCP. Em número igual, registam-se também peças de reportagem que introduzem outras vozes numa “história” jornalística que vai além das personagens que, de algum modo, detêm o poder²¹⁸. É nestas reportagens que ouvimos vítimas diretas da tragédia, estudantes que foram em seu auxílio, e bombeiros que estão no terreno.

O primeiro registo sonoro de que dispomos é a entrevista telefónica que Luís Filipe Costa faz ao proprietário da estação, Júlio Botelho Moniz²¹⁹. Transmitidas às 5.10h da madrugada de dia 26, as declarações de Botelho Moniz dão conta do empenho dos profissionais do RCP na produção de informação contínua sobre a tragédia, desde a noite anterior:

Começo por felicitar e dar os parabéns ao programa PBX, que é dos nossos queridos Parodiantes de Lisboa, e felicito os belíssimos realizadores, Fialho Gouveia e Carlos Cruz. Mando também daqui um grande abraço ao nosso grande Filipe Costa, chefe dos nossos noticiários, e à sua equipa. Por felicidade nossa, RCP, conseguimos, ou por energia própria ou com energia das companhias fornecedoras, manter a emissão no ar. Fizemos apelos, coordenámos serviços, mantivemos informação permanente. E, sem querermos elogiarmo-nos a nós próprios, fizemos tudo o que pudemos para manter o país informado do que se passou em Lisboa.

Esta intervenção de Botelho Moniz, em direto, serve um propósito claro: a defesa, o autoelogio e a valorização da estação a que preside. O episódio das cheias, com toda a sua espetacularidade, é utilizado de forma instrumental e propagandística para destacar publicamente a relevância do RCP, demarcando-o das restantes rádios. Neste olhar estratégico de Botelho Moniz, o Serviço de Noticiários é a ilustração perfeita da rádio moderna que é o RCP.

Na voz de Botelho Moniz há um orgulho manifesto pela informação produzida em contexto de crise, entendendo-se o meio rádio como aquele que melhor se move em situações de emergência:

²¹⁶ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-5.

²¹⁷ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-4.

²¹⁸ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-8, AHD9119-11 e AHD9119-12.

²¹⁹ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-7.

Filipe, isso é trabalho nosso! É rádio! É assim que se faz rádio. (...) É assim que se faz informação. (...) E, como sempre, o RCP esteve na primeira linha da informação. E esteve sempre a servir o país. Esteve sempre a servir a nação. (...) É para isto que serve a rádio como meio de comunicação e meio de informação. É nas horas de emergência que se reconhece a existência deste grande meio de comunicação que é a rádio.

Quatro dias depois, o RCP volta a fazer eco do pensamento de Júlio Botelho Moniz. Aos microfones da estação é transmitida uma mensagem do seu proprietário, com o objetivo de promover uma subscrição a favor das vítimas²²⁰. Mas, os mesmos microfones que publicitam um gesto de solidariedade do RCP de Botelho Moniz, servem também para promover a estação e mostrá-la em comunhão ideológica com o regime:

Senhor Presidente do Conselho de Ministros, cá estamos presentes. Estamos habituados a servir sempre, onde esteja a razão, onde esteja o bom senso, a justiça, e, principalmente, o interesse nacional. (...) Incompreendidos por alguns, por manifestarmos, por vezes, a nossa opinião honesta, sofremos, por isso, reveses, que nos doem, e que com mágoa sentimos. Rendemos a Vossa Excelência, Senhor Presidente do Conselho, mais uma vez, as nossas mais respeitosas homenagens. Que Deus o guarde muitos anos junto de nós.

Queridos ouvintes, (...) aqui estamos de novo na primeira linha, onde o interesse nacional nos chama. A voz dos nossos microfones, ao chegar a todos os recantos do país, vai certamente esclarecer muitos, e fazer-lhes sentir que todos devemos ajudar aqueles, que na madrugada de domingo, perderam os seus haveres ou a vida dos seus familiares. Abrimos a nossa campanha de solidariedade, apelando para o espírito humanitário e altruísta do bom povo português.

No espólio sonoro do RCP relativamente a este acontecimento surge um programa especial da rádio espanhola Cadena SER sobre as inundações²²¹, bem como uma crónica de Luís Filipe Costa²²², gravada para ser transmitida na mesma estação espanhola.

Na crónica, o responsável pelos noticiários do RCP oferece alguma informação sobre o cenário pós-catástrofe²²³. A linguagem utilizada está longe de um registo simples e oralizante. A escrita de Luís Filipe Costa é elaborada e, neste caso, tem considerações de valor que lhe retiram objetividade. Claro que a crónica é um género jornalístico mais subjetivo e opinativo, que vive da experiência e das situações testemunhadas pelo jornalista, e que, nessa medida, tem uma outra liberdade de estilo e conteúdo. Diz Luís Filipe Costa:

²²⁰ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-13

²²¹ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-10.

²²² Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-9

²²³ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-9.

Números oficiais afixam em 316 o número dos que morreram, vítimas de tempestade. Foram vidas roubadas ao convívio dos familiares e amigos, corpos arrancados ao trabalho honesto e progressivo. Os jornais de todo o país vestiram as suas primeiras páginas apenas com a tinta preta do luto e da dor. Títulos a toda a largura dão a ideia da tragédia e do sofrimento dos que salvaram a vida, mas que, agora, têm de vencer, com esforço e coragem a adversidade que os envolveu. Entretanto, as autoridades administrativas tudo tentam para minorar os sofrimentos das vítimas. Cada Câmara Municipal encarregou-se dos funerais dos mortos do respetivo município, enquanto as paróquias abriram as suas portas para os donativos de roupas e alimentos, necessidade primeira para quem tudo perdeu. Enquanto isto, as autoridades aconselham todas as populações atingidas à vacinação. A Companhia das Águas previne todos os consumidores de que a água para beber deve ser fervida num lapso de tempo nunca inferior a 20 minutos. Multiplicam-se também os movimentos de solidariedade. Aqui e além organizam-se listas, somam-se donativos, dividem-se esforços para que o sofrimento de alguns seja, no máximo, minorado.

Neste relato do responsável pelo Serviço de Noticiários não é atribuída qualquer responsabilidade ao Governo pela tragédia acontecida. Pelo contrário, é veiculada a ideia de que todas as providências estão a ser tomadas pelas autoridades. Lamentam-se as “vidas roubadas ao convívio dos familiares e amigos, corpos arrancados ao trabalho honesto e progressivo”, mas quem esperasse um texto mais desafiador à ordem estabelecida não o encontra. Luís Filipe Costa inovou em muitos aspetos formais do jornalismo radiofónico, mas o conteúdo tinha de obedecer a uma trave mestra ditada pela censura do regime e os fundamentos ideológicos da rádio de Botelho Moniz.

A fechar a crónica, Costa prefere demorar-se em considerações sobre a “compaixão paternal” que vem do Vaticano, e a “fé do Senhor” que liga o Papa Paulo VI às vítimas da tragédia vivida em Lisboa e arredores:

Paulo VI enviou também os seus sentimentos de compaixão paternal e a garantia das suas orações, tendo contribuído igualmente com avultada quantia em dinheiro. É o conforto espiritual e material que chega do Vaticano para uma população simples, trabalhadora e com fé, aquela fé em que o Santo Padre também comunga, pois certamente muitas das vítimas estiveram com ele em Fátima a 13 de maio, numa jornada de glória e de agradecimento. Ontem, como hoje, continuam unidos. A fé do Senhor os juntou. A fé do Senhor os vai ajudar neste momento difícil. Lisboa continua a ser a crónica de uma cidade enlutada.

O programa especial da Cadena SER foi transmitido não só pela rádio de Madrid, mas também pelo RCP, no dia 28 de novembro, pelas 21:45h²²⁴. A versão de que dispomos é essa, que resulta de uma montagem do programa original com a voz de Luís Filipe Costa, que vai fazendo a legenda

²²⁴ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-10.

construtiva do texto sonoro. Costa apresenta as personalidades ouvidas pela Cadena SER (Luís Pinto Coelho, embaixador de Portugal em Madrid, e Jose Ibañez Martin, embaixador de Espanha em Lisboa).

O programa começa com a voz do locutor espanhol a dar conta das inundações que afetaram Lisboa. Segue-se a voz de Luís Filipe Costa, que, a partir das últimas palavras do locutor espanhol – “os nossos irmãos portugueses veem no nosso programa o alento e o apoio de uma nação que os compreende” – dá continuidade ao texto sonoro, fazendo ligação entre as partes:

Compreensão, amizade. As coordenadas dos povos que se estimam e vivem numa comunhão de ideais. Toda a Espanha viveu igualmente longas horas de expectativa e de esperança. Expectativa pelas notícias tranquilizadoras que tardavam em chegar, e esperança de que elas chegassem no minuto mais próximo. Desde a primeira hora que o país vizinho e amigo sentiu, talvez como nós, Portugueses, o peso do flagelo. Um repórter da Radio Madrid recolheu na Embaixada de Espanha, também vítima das inundações, o testemunho do embaixador D. Jose Jose Ibañez Martin, que, com palavras sentidas, relatou aos seus compatriotas as horas amargas que viveu.

A escrita de Luís Filipe Costa tem uma construção muito própria. Demasiado literária para os padrões da escrita radiofónica atual. Entre cada trecho do programa espanhol, Costa procura ser descritivo e, com esse objetivo, faz considerações de valor, adjetiva e constrói frases mais densas do que a economia do texto radiofónico pede. Por exemplo: “Também o povo madrileno foi auscultado sobre a forma como recebeu a notícia da tragédia. Nas ruas de Madrid, o microfone foi testemunho e também passaporte de opiniões sinceras do anónimo espanhol.” Ou, noutro momento: “O repórter da Radio Madrid percorreu Lisboa e cercanias, surpreendeu água por todo o lado, lodo a marcar o rasto do elemento destruidor, vidas roubadas ao convívio dos familiares e amigos”.

A terminar, Luís Filipe Costa apresenta um registo seu de reportagem incluído no programa espanhol. Introdu-lo desta forma:

Rádio Clube Português, Sociedade Espanhola de Comunicação. Traço de união, amizade e camaradagem entre duas organizações cuja missão principal é informa. E, desta vez, foi Rádio Clube Português a fornecer diretamente para Madrid um apontamento sonoro desta cidade que continua a ser a crónica da capital brutalmente atingida.

O contributo de Costa é o seguinte, no mesmo registo literário que lhe conhecemos:

As ruas que há pouco foram rio e sepultura apresentam agora um aspeto desolador. Em vez de água, sol. Um sol que providencialmente veio banhar a cidade para que o seu calor contribua também para refazer os estragos e recompor a normalidade do dia a dia. A cada passo, principalmente nas zonas baixas que foram as mais afetadas se deparam quadros que imprimem a cada alma um vinco de dor e de sofrimento. É

o refazer de toda uma vida. A partida do zero para o infinito, um infinito que nunca se sabe quando chegará, porque o tempo é, por vezes, impiedoso e cruel.

Esta peça sonora contrasta com a forma, bem mais simples e objetiva, como o repórter de Madrid que veio a Lisboa relata o estado da cidade:

Todos os correspondentes que acudiram a Lisboa pensavam que haveriam de encontrar uma cidade como Valencia há dez anos (...) Mas há que ter em conta que Lisboa é uma cidade situada entre colinas, que tudo são encostas, e que a água logicamente buscou o caminho mais fácil, escapando-se até ao mar. Lisboa já só era lama. Onde havia passado a água, ficavam enormes extensões de lama. Lama no Campo Grande, lama nos bairros mais baixos da cidade, lama nas grandes avenidas. Lama. Uma lama que havia tido em cima três ou quatro metros de água.

Um dos aspetos mais relevantes do material sonoro que faz a cobertura deste acontecimento é a sobrevivência, como já referimos, de pequenas reportagens que mostram como, nos dias seguintes às inundações, os repórteres do RCP foram para o terreno.

Logo na manhã de domingo, no noticiário das 7h, o RCP transmite uma pequena reportagem de João Paulo Guerra junto ao Forte do Carrascal, em Mafra²²⁵. Parte do material militar do paiol explodiu quando a água chegou a ele. O som ambiente captado pelo gravador é de agitação, com a população na rua. Um morador é entrevistado e relata, de forma expressiva, o susto causado pela explosão:

Eu ouvi um barulho. Tenho lá em baixo uma casa de gado. E era um vendaval... Pensei que aquilo fosse algum tiro e disse para a minha mulher assim: “Isto tiros de espingarda não pode ser”. ‘Alevantei-me’. Tenho lá um telheiro, pus-me debaixo do telheiro. Depois outro, novamente. E outro estilhaço. Depois calei-me e aquilo começou tá-tá-tá-tá-tá! Fui a correr sozinho, quando chego lá abaixo vejo um clarão, digo “há fumo naquelas barracas”. Mas depois mais ao pé, era no forte. Acordou a vizinhança toda.

O RCP faz reportagens em alguns dos locais mais afetados pela catástrofe. A aldeia de Quintas foi, talvez, o caso mais emblemático da tragédia²²⁶. No posto da Polícia de Trânsito do Carregado, o repórter fica a saber que, no terreno, no auxílio às vítimas, apenas estão esta corporação, os bombeiros e as pessoas locais. Elementos do exército ou da marinha, apesar de solicitados, “ainda não chegaram cá”, diz um agente.

No Hospital de Vila Franca de Xira, o presidente da junta de freguesia do Carregado transmite a dura realidade de uma aldeia submersa, em estado de sítio:

²²⁵ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-8.

²²⁶ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-11.

Admitimos que se fala num cento e meio de mortos. Já temos no hospital cerca de 20, e estamos a todo o momento a transportar. Vai agora mais outro carro buscar mais mortos e, por aquilo que vimos, nas casas que (...) estivemos a abrir e a arrombar, ainda se supõe que haja um número de cadáveres e outros arrastados pelos campos e pelas vinhas, no caso concreto, uma família de 11 pessoas...

Em Odivelas²²⁷, Luís Filipe Costa entrevista um bombeiro sobre os corpos que continuam a ser encontrados e a necessidade de ferramentas que ajudem a limpar Odivelas da lama. O repórter enfatiza a presença espontânea de estudantes nos locais onde a tragédia mais se faz sentir. Uma estudante fala-lhe dos prejuízos materiais encontrados e do número de mortos que continua a crescer: “Ainda ali está um corpo por retirar e retiraram esta manhã outro”.

Num outro ponto de Odivelas, Luís Filipe Costa fala na “voz do medo e do pânico”, que ali se fez ouvir. Um popular explica o que viveu, num relato comovente: “A gente abria uma janela ali daquele lado e só ouvia gritos de socorro em cima dos telhados. A gente não tinha quem nos salvasse à gente como é que podíamos ir salvar os outros?”

Sente-se nos repórteres a procura de testemunhos, para além dos atores mais institucionais. A escuta de bombeiros, de estudantes e das populações mais afetadas e desprotegidas refletem um alargamento do espectro das vozes que são notícia em rádio, e uma ligação estreita entre quem faz e escuta rádio. Nas palavras do crítico da *Plateia*, os profissionais do RCP “não pouparam telefonemas, saídas, transparecendo em todos eles uma humana comunhão com a horrível tragédia que tantos lares atingiu.”²²⁸

Da análise que fizemos dos registos sonoros do RCP, em diálogo com os registos da EN, resultam alguns dados significativos. Em primeiro lugar, em quase todos os exemplos de acontecimentos existem diferenças, algumas mais marcadas, entre a cobertura do RCP e a da EN. Por exemplo, no caso do assalto ao Santa Maria, as peças de ambas as estações têm origens e formatos semelhantes – integram magazines de revista do ano, com cerca de uma hora duração, com cuidados de sonorização, atempadamente preparados –, mas no conteúdo contrastam. A peça do RCP assenta num discurso bastante factual, informativo e isento, em que as palavras escolhidas são sóbrias e claras, enquanto a EN opta por um discurso valorativo e parcial, utilizando expressões como “traidor” ou “bando de criminosos”, em nome da “Ordem”. Como se informar e defender o regime fossem uma e a mesma coisa. Ambas as peças recorrem a música para dar um efeito “policial” à narrativa, mas os trechos

²²⁷ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-12.

²²⁸ *Plateia*, 12/12/1967.

musicais escolhidos pela Emissora são bem mais dramáticos, imprimindo junto de quem ouve um tom de tragédia e perigo. Por outro lado, para lá das palavras, a forma como elas são proferidas orienta o ouvinte para diferentes vivências da notícia, que resultam em perspetivas necessariamente distintas sobre o acontecimento. Sabemos que aspetos como o volume, a entoação, o ritmo, e a articulação da voz, bem como o léxico utilizado, compõem a notícia e não são inócuos. O tom da cobertura jornalística de determinado tema marca (e condiciona) o tom com que o ouvinte vai receber e pensar sobre determinada notícia anunciada aos microfones.

No caso das inundações não temos termo de comparação, mas na audição dos sons do RCP ressoam marcas do direto, ambientes e vozes que amplificam e dão espessura ao acontecimento. O ouvinte é facilmente transportado para os locais físicos da notícia. Apesar da habitual transmissão das vozes e dos pontos de vista oficiais, as várias reportagens produzidas dão uma dimensão social ao acontecido, tornando protagonistas os que estão no terreno: bombeiros, polícia, populares, estudantes universitários. Protagonistas estes de que a Emissora não deu eco nem fez notícia.

Mas, por outro lado, RCP e EN também comungaram do mesmo estilo e enfoque em determinadas peças. A cobertura da visita presidencial – um grande acontecimento –, de duração considerável, e espartilhada pelas rotas definidas pelo regime, é, nas duas estações de rádio, semelhante. O tom de exaltação e o ritmo discursivos são aqueles que melhor servem a notícia de um PR que viaja para proteger, manter e propagandear o Império. As reportagens e crónicas são o reflexo perfeito da vocação colonizadora que o chefe de Estado transmite nos seus discursos. A cobertura feita pela equipa do RCP em pouco ou nada se distingue daquela que a rádio oficial levou a cabo. Pelos sons que sobreviveram a esta viagem, perceberemos que os enviados de ambas as estações não ultrapassaram os limites rígidos e seguros da ressonância dos poderes do regime. E, muito menos, os locais visitados terão sido pretexto experimentado para relatar, pela observação, pelo contacto direto ou indireto, a realidade dos povos africanos ou algo que dissesse respeito ao conflito armado em curso.

Em terceiro lugar, entre a convenção dos acontecimentos previstos e agendados – visita presidencial e cimeira – e os que se apresentam aos média sem avisar, exigindo reação e urgência – assalto ao Santa Maria e inundações –, é nestes que as diferenças entre os novos caminhos jornalísticos do RCP e a tradicional linha informativa da EN mais se fazem sentir. Um acontecimento imprevisto é, por definição, inimigo de um regime que rejeita a liberdade de informação e pensamento. Um regime munido de um dispositivo censório privilegia a estabilidade e o consenso, que tendem a ser postos em causa quando um acontecimento chega impetuosamente. Nos sons produzidos pelo RCP encontramos

vestígios que apontam para uma estação que, agarrando o imprevisto, foi capaz de ir além das narrativas e dos caminhos mais convencionais e mais convenientes ao regime.

Dispomos apenas de fragmentos sonoros, pedaços truncados, pouco ou nada contextualizados de origem, e muitos (demasiados) silêncios por decifrar. Ainda assim, mergulhar no vestígio é sempre mais estimulante e produtivo do que mergulhar no vazio do que não se quis ou não soube preservar.

Considerações finais

As notícias eram dadas sem retórica, num registo telegráfico. A “secura” dos noticiários tinha um tom completamente diferente do que então se fazia na rádio por essa altura. Era moderna aquela forma de dar a informação.
(Joaquim Letria in Rosa, 2014, p. 38)

Quando iniciámos este caminho investigativo, na linha do horizonte estava o desejo de validar e materializar, com recursos sonoros cruzados entre si, analiticamente testados, teoricamente enquadrados e interpretados no seu contexto, esta convicção de Joaquim Letria, que, em 1962 e 1963, na polivalência do trabalho jornalístico que desenvolvia para o *Diário de Lisboa* e para a Associated Press, ainda conseguiu tempo para ser noticiarista do RCP. As memórias de Letria, à semelhança da dos demais noticiaristas, oferecem-nos do RCP a imagem de um projeto jornalístico estruturado, com características singulares que o tornam divisor de águas relativamente ao jornalismo praticado no meio sonoro nas décadas de 1960 e 1970. A crença de Letria, ator implicado no projeto do RCP, de que “era moderna aquela forma de dar a informação”, haveria de ser comprovada, acreditávamos, no cruzamento de todas as variáveis da investigação, de que a audição da produção sonora era a principal e imprescindível.

O som, na sua verdade expressiva, na intenção audível, na forma como conta uma história e diz da História, seria o pretexto e o argumento clarificador da pertinência e dos efeitos de contágio do projeto do Serviço de Noticiários do RCP sobre a rádio informativa daquele período. O som escrutinaria a memória dos que diariamente construíram os inovadores noticiários na Sampaio e Pina, clarificando-a nas dúvidas existentes, validando-a, e contrariando-a, sempre que as recordações e a materialidade sonora não coincidissem. O som poderia não ser fácil de localizar, sabíamos-lo, mas estaria, algures, tanto

quanto possível, salvaguardado num espaço físico do Arquivo da RTP, e colocado à disposição do investigador.

A realidade da investigação revelou-se mais complexa, desafiadora e indicial do que as expectativas com que partimos para o terreno. Mostrámo-lo na tese que, ao longo destas páginas, procurámos enunciar. Ao mesmo tempo que íamos expondo os resultados e os limites da investigação, tratávamo-los com um olhar crítico, comentando-os e problematizando-os. As considerações que aqui fazemos, agora de forma mais sistemática e em jeito conclusivo, já foram, em boa medida, trazidas à evidência, ao sabor do que a investigação ia possibilitando e negando.

O desejo de “resgatar” para o debate académico e conhecimento público determinado tema ou, pelo menos, trazer luz acrescida sobre ele, tornando-o mais visível e empiricamente mais consistente, parecia colidir com o ponto prévio fundamental de qualquer trabalho de investigação: a existência e acessibilidade das fontes. Os registos sonoros dos noticiários do RCP não existiam em arquivo: à realidade que se pretendia investigar faltava, afinal, a materialidade sonora, condição principal do projeto investigativo delineado. Pela investigação, e na sua passagem a escrito, muitas vezes ecoou o verso de José Afonso, recuperado pelo historiador Luís Trindade (2022) para o título da sua mais recente obra: “num silêncio aflito”.

À falta de noticiários, produto-chave do Serviço de Noticiários criado por Luís Filipe Costa para o RCP, haveríamos de encontrar registos sonoros de acontecimentos marcantes do panorama histórico e mediático e, neles, escutar as vozes e o trabalho do corpo de noticiaristas do RCP.

Encontrámos registos de arquivo de alguns acontecimentos – assalto ao paquete Santa Maria, em 1961, visita presidencial a Moçambique de 1964, inundações de Lisboa de 1967, e cimeira Nixon/Pompidou de 1972 –, mas descobrimo-los sob a forma de vestígios, tratados noutros lugares que não os espaços curtos dos noticiários, de cadência quase horária, marca distintiva do novo jornalismo do RCP. Sabemos, através das entrevistas realizadas e da bibliografia apurada, que existiam sinergias entre os noticiários e os programas da estação que tinham uma componente informativa e mobilizavam para si algum do trabalho desenvolvido pela redação do RCP. Mas, os registos sonoros sobreviventes, que atestam a relação entre a informação e a programação, que comprovam que o acontecimento foi noticiado, não são o retrato fiel do trabalho inovador e do espírito dos noticiaristas formados por Filipe Costa. O que resta do acontecimento, na maioria dos exemplos recolhidos, é inserido em programas que têm um tempo, uma linguagem e uma estética próprias, não necessariamente os mesmos que apuráramos se dispuséssemos de uma amostra significativa de noticiários do RCP para um período temporal definido.

Os registos sonoros dos acontecimentos de que dispomos são, antes, o simulacro do possível, o recorte sonoro de uma realidade informativa mais ampla que não foi guardada, a não ser sob a forma de indícios que pedem ao investigador cuidadosa, prudente, e não generalizável interpretação.

Na procura das fontes sonoras que teimavam em trair as expectativas, encontramos um “problema de arquivo” que se tornaria, ele próprio, objeto de investigação. O desenho da investigação reconfigurou-se, refletiu sobre os desafios heurísticos de quem pretende mergulhar no som do tempo. O mergulho, dada a escassa volumetria informativa do caudal, teve a profundidade do que é praticável, ainda assim suficiente para esclarecer algumas questões e manter em aberto outras tantas, numa busca que se quer contínua, instigadora e resiliente, à imagem e semelhança do meio.

Ao aparecer, o novo polo de discussão – o arquivo – desencadeou em nós o retorno a aspetos da nossa formação e experiência profissional passada. A partir do momento em que o arquivo se tornou problema, causa, condicionante e matéria reflexiva, abordá-lo parecia-nos necessário e o mais avisado, tornando-o parte integrante da ética e da epistemologia desta investigação.

Quando um historiador ou investigador fazem uma abordagem histórica da realidade, a sua experiência de trabalho nos arquivos, a partir dos arquivos, parece só ser visível na lista de referências bibliográficas finais e no aparato crítico das notas de rodapé, que obedecem aos cânones mais elementares da divulgação de um trabalho que se quer academicamente sustentado e credível. O trabalho discreto, demorado e silencioso do investigador reforça a ideia feita do carácter igualmente discreto, sigiloso e silencioso do arquivo.

O que aqui pretendemos mostrar é que o arquivo está longe de ser o sítio neutral e desinteressado onde a memória e a factualidade residem. Pelo contrário, o silêncio, a placidez e o segredo do arquivo exigem que o investigador se interrogue sobre eles e que, junto de quem o descreve e guarda, se peçam elementos de meta informação que o ajudem a compreender e a retirar de uma neutralidade que nunca foi a sua. O documento fala pela forma como o interrogamos e pela forma como chegou até nós. Cada passo dado em falta, entre a produção documental e a chegada ao arquivo definitivo, cada fragmento destruído ou não conservado, cada registo mal classificado ou mal descrito arquivisticamente e, por isso, perdido ou subaproveitado, contam uma história, em nada inocente, de que o investigador deve ser conhecedor e dela dar a conhecer. Porque, de todos os atores históricos, o documento talvez seja o primeiro.

O que esta tese pretende alavancar, a partir dos caminhos teóricos e empíricos percorridos, e do obstáculo sentido como mais evidente – o arquivo –, é que os constrangimentos heurísticos e epistemológicos observados não são reduto exclusivo de uma investigação nem de um investigador

isolados. Descido o rio, se olharmos para a nascente que dá início ao curso de água, vemos que os obstáculos que dela emanam são transversais ao campo de estudos. Se nos focarmos na realidade atual da documentação de arquivo radiofónica, sobretudo na sua perspetiva diferencial sonora, facilmente entendemos que, numa perspetiva ampla, o “problema de arquivo” não afeta apenas quem pretende investigar aspetos da história da rádio, como o jornalismo radiofónico inaugurado nos anos 1960 sob a iniciativa do RCP que, assumindo um lugar de relevância indiscutível na história da rádio e do radiojornalismo em Portugal, é, no entanto, uma parcela ínfima do conhecimento sobre a rádio.

O problema que os estudos da rádio enfrentam em Portugal, mas também noutras latitudes, e que assenta na conservação, disponibilidade e acesso às fontes sonoras, vai para além do binarismo história/estudos da rádio. O problema com que os estudos da rádio se deparam diariamente não está (apenas) nas práticas de preservação do passado que impedem um conhecimento mais firme da história circunstancial do que já foi. O problema, abrangente, profundo e comum a todos os que fazem investigação e ajudam a construir este campo de estudos, reside no tempo presente e segue veloz rumo ao futuro.

Se um investigador da rádio – afastando deste debate o cidadão comum que, por certo, sentirá ainda mais contrariedades e terá menos meios de ação do que um académico – quiser fazer uma investigação centrada, a título de exemplo, nas últimas eleições legislativas, recorrendo a uma amostra sistemática de registos sonoros, provavelmente debater-se-á com dificuldades operacionais. Mesmo com a existência de material online conservado (que, para além de resultar de uma prática seletiva norteada por um ou outro critério específico, não oferece garantias de que esse material digital fique *ad aeternum* acessível), o investigador precisa da segurança e da estabilidade da documentação que emana de um sistema de arquivo criterioso e integrado, que considere o acontecimento “eleições legislativas de 2022” relevante para ser conservado, nos seus vários momentos. Acontecimento esse, note-se, que não ocorreu há 50 ou há 20 anos, mas há menos de um ano. Mais, mesmo se o investigador se propuser a investigar um facto ou acontecimento ainda mais recente, também sentirá, decerto, obstáculos ao nível da disponibilidade dos registos áudio, que o impedirão de levar a cabo o projeto de investigação tal como previamente delineado. Isto porque, sabemos, a obrigação legal de conservação pelas emissoras termina 30 dias após a emissão do produto radiofónico. Estas circunstâncias fazem com que o investigador, frequentemente, se antecipe ao acontecimento que pretenda estudar e se organize logisticamente para o gravar à medida que vai decorrendo, temendo que, quando chegar o momento de o estudar, ele já não esteja disponível online ou não seja acessível a partir dos serviços de arquivo das emissoras. Ou, então, o investigador recorre a outro expediente, que tem sido valiosíssimo para quem quer estudar a rádio,

que é perguntar, a título privado, ao jornalista de determinada estação, ao sonoplasta da outra ou a certo protagonista se, por acaso, não dispõe de determinado material sonoro que, por vias mais ortodoxas, parece não conseguir alcançar.

Esta é, portanto, uma investigação de doutoramento que, centrada no jornalismo do RCP das décadas de 1960-1970, olha para o edifício-rádio como um todo, cujo conhecimento necessita de bem mais do que dos 30 dias de gravação exigidos por lei, e do que o gesto e a solidariedade dos profissionais ou curiosos da rádio que, por ímpeto da profissão, interesse pelo meio ou temperamento pessoal, tendem a guardar o que a lei não obriga, facultando informal e generosamente ao investigador os materiais sonoros que vão colecionando.

Descido o rio da presente investigação, dizíamos atrás, se olharmos para a nascente que dá início ao curso de água, vemos um estrangular ou uma rarefação das fontes que retiram liberdade ao investigador e que impedem que o caudal cresça em conhecimento, seja na área da história da rádio ou na área da rádio que todos os dias se faz, e que deveria ter um suporte sonoro organizado e a salvo, que fosse disso testemunho. E, ainda assim, o campo continua a crescer significativamente, em número e qualidade, como a bibliografia o demonstra.

Mas, o nosso foco nunca deixou de ser o RCP e o projeto jornalístico que resulta da criação do Serviço de Noticiários, liderado por Luís Filipe Costa, nas décadas de 1960 e 1970. A pergunta principal da investigação permaneceu inalterada e com pertinência redobrada, face à escassez dos materiais e ao assomar das dúvidas: *Em que medida é que o Serviço de Noticiários do Rádio Clube Português, inaugurado no início da década de 1960, constitui um elemento de rutura e é a primeira experiência moderna de jornalismo radiofónico em Portugal?*

As fontes orais ouvidas, a bibliografia apurada, a documentação escrita mobilizada e a procura insistente de material empírico sonoro, capazes de esclarecer do alcance do Serviço de Noticiários do RCP não fornecendo respostas cabais, não deixam de oferecer uma linhagem de sinais e contributos válidos e enriquecedores.

No confronto que fizemos entre o material sonoro produzido pelo RCP e o da EN para um mesmo acontecimento, encontrámos nuances e, por vezes, contrastes evidentes, reveladores de um RCP capaz de uma informação mais “nervosa”, atual, imediata, com um olhar mais amplo sobre a realidade, menos comprometido com o regime político, e com preocupações de objetividade na forma e na linguagem, distintas da matriz sonora da rádio oficial do regime. De igual modo, reconhecemos marcas de linguagem e de enquadramento da notícia, em tudo semelhantes às que sabemos serem próprias da Emissora Nacional, altifalante privilegiado do Estado Novo. Os sinais de mudança que identificámos não apagam

as continuidades que persistiram. Se acaso a rutura empreendida pelo RCP na história da informação da rádio fosse radical e imediata, ainda assim, marcas de continuidade sempre se vislumbrariam.

Na relação com os entrevistados, protagonistas ativos e interessados da memória a que se pretende aceder, encontramos, invariavelmente, um olhar luminoso, agregador, afetivo e apaixonado, porventura cristalizado e romantizado, sobre um projeto inovador, capaz de fazer uma rutura completa com a realidade da informação praticada pela Emissora Nacional. Os dados empíricos de que dispomos, sobretudo quando a nossa intenção seria olhar exaustivamente para o produto sonoro “noticiário”, por eles produzido, não são suficientes para retribuir e validar por completo a luminosidade desta memória. Precisaríamos, como dissemos ao longo deste trabalho, de uma amostra sonora empiricamente sustentável, sujeita a um processo de categorização, capaz de nos fazer aceder ao conhecimento sistemático de variáveis que, dada a insipiência e fragilidade do material sonoro de que dispomos, não nos permitem aceder a vários aspetos, que vão da forma ao conteúdo das notícias produzidas e transmitidas aos microfones do RCP. A título de exemplo, destacamos aspetos como: o número e a duração das peças jornalísticas; a sua dimensão geográfica; os temas predominantes dos noticiários; a identificação das vozes presentes nas notícias; os temas que abrem os noticiários e os valorizam; a morfologia das peças e os géneros jornalísticos mobilizados; o peso do som das declarações dos protagonistas na construção do noticiário, e o recurso ao direto.

Entre a memória recolhida e a factualidade dos vestígios sonoros escutados existem, no entanto, óbvios pontos de contacto. O caso mais emblemático, aquele que mais mostras evidentes de rutura nos dá, é o da cobertura das inundações de 1967. Neste caso, em particular, os testemunhos dos profissionais do RCP e os sons de arquivo são solidários entre si, e mostram um acontecimento que estilhaça a ordem inscrita na agenda do regime e que rompe completamente as rotinas dos jornalistas do RCP naqueles dias. O acontecimento emerge na sua natureza conflitual e intempestiva, e é acompanhado ao momento, em direto dos estúdios do RCP, numa maratona informativa que mobiliza todos os profissionais, e que é, inclusivamente legitimada, em direto, pelo proprietário da estação. Se não fosse o relato sonoro do RCP, o acontecimento só seria transposto para lá do perímetro dos bairros clandestinos e dos locais rurais da Grande Lisboa mais afetados pela catástrofe na manhã seguinte, através dos jornais. Os sinais e as dinâmicas do acontecimento, incómodos para o regime, fizeram-se ouvir numa estação de rádio mergulhada ela própria no xadrez ideológico do poder político. A vontade de estar “na primeira linha da informação”, ofuscando publicamente a Emissora Nacional, e recolhendo os dividendos de uma popularidade forjada na mediatização do acontecimento, revelou-se, a Botelho Moniz, mais sedutora do que o prudente silêncio. O caso das cheias evidencia também como o jornalismo

radiofónico se soube impor no panorama mediático dos finais da década de 1960. Os “rapazes” do RCP, em contraste com a atitude da EN, deram provas de ousadia, e mostraram, na prática, a flexibilidade e a agilidade da rádio face ao imprevisto e às situações de emergência. Perseguiram a informação e utilizaram o direto da emissão contínua para uma maior sincronia entre a rádio e a realidade dos atingidos pela catástrofe. Nos locais de crise, exploraram a reportagem radiofónica e deram voz aos cidadãos, numa atitude menos formal e de proximidade. É-nos evidente que a cobertura radiofónica das inundações, que divulgou e deu peso ao acontecimento, constitui um marco importante na história do jornalismo e dos jornalistas radiofónicos em Portugal. A Censura, em vésperas da morte política de Salazar, não obstante os limites que a breve trecho foi impondo, não foi suficientemente robusta para, no imediato, domar o acontecimento e a informação na sua globalidade. Os dispositivos de controlo do Estado Novo são ultrapassados pela natureza disruptiva e imprevista do acontecimento, mas, sublinhamos, são-no também pelos jornalistas da RCP que sabem aproveitá-lo a seu favor, tendo consciência da dimensão do acontecimento e da necessidade da sua inscrição no espaço público.

O material empírico mais robusto de que dispomos é este, e não permite generalizações e certezas proclamadas. Mas, nem elas são necessárias se pensarmos que os sinais que emanam são suficientes para enunciar um ambiente de rutura informativa que nasce não só da forma como os acontecimentos mediáticos, circunstanciais, exigem uma reação rápida e instintiva que os torne noticiáveis, mas da atitude pensada e estruturada de criação de um serviço de noticiários dentro do RCP. Esse ato fundacional, acima da atitude-reflexo que leva o jornalista a contar a notícia, é o elemento-chave que nos permite afirmar a construção de um jornalismo especificamente radiofónico, nascido no interior do RCP, e materializado na criação do Serviço de Noticiários, no início da década de 1960. Este serviço orgânico, que conta com o absoluto respaldo da estrutura diretiva da estação, vai ser norteado pelo pensamento de Luís Filipe Costa que o chefia, e conta com uma equipa de noticiaristas – vocacionados para a escrita da notícia –, que garante, por turnos, quase hora a hora, a continuidade informativa dos dias. As marcas de emergência de uma nova estrutura informativa, adaptada ao meio rádio, com espírito de síntese e atualidade, são inegáveis.

Os sinais e os indícios investigados permitem-nos ver no projeto jornalístico do RCP – respondendo à pergunta de partida da tese – marcas de modernidade, em muitos aspetos comparáveis ao jornalismo radiofónico tal como o entendemos na atualidade. O que não podemos dispensar desta equação, na vertigem que o investigador quase sempre tem de comparar, estabelecer simetrias e identificar descompassos, é a variante que equilibra, matiza, explica e põe travão a qualquer comparação cega: a história. Foi esse o nosso propósito quando entendemos necessário mobilizar, na teoria e na prática, esta

dimensão do conhecimento. Balizados nos fundamentos e nos mecanismos epistemológicos em que a história se move, percebemos que podemos comparar o projeto jornalístico do RCP com as práticas informativas da EN, e dessa comparação extrair a modernidade do RCP. Também podemos aventar, depois de devidamente estudados, que projetos como o projeto jornalístico da TSF, iniciado na década de 1980, em democracia, têm no Serviço de Noticiários do RCP origem, ainda que indiretamente. O que não podemos é estabelecer similitudes quando as realidades históricas são diametralmente opostas. Ou seja, não podemos esperar do projeto jornalístico do RCP, inaugurado num tempo de mudança, mas ainda assim em plena ditadura, uma linguagem e uma destreza equiparáveis à que o jornalista alcança quando o regime político sustenta, provê e incentiva a liberdade de ação e pensamento. Variáveis indispensáveis ao jornalismo em ambiente sonoro como a plasticidade e a fluidez da linguagem, o despojamento de categorias formais, a não reverencialidade face ao poder ou, simplesmente, poder sair para um direto sempre que o acontecimento o justificar, independentemente do acontecimento beliscar ou não a ordem instituída, só são viáveis se o contexto sócio-político o permitir; se o caminho da história o tiver tornado possível. Não podemos esperar do jornalismo radiofónico inaugurado pelo RCP algo que não faz parte do tempo no qual emergiu e das circunstâncias históricas que lhe são postas à disposição. Não podemos comparar o que, historicamente, é mediado pela emergência de uma palavra – liberdade – que, aí sim, com a possibilidade de inequívoca rutura, transforma irremediavelmente as práticas e o pensamento subjacentes ao exercício de um jornalismo feito para o ouvido.

Os vestígios sobrantes, os sinais, os silêncios e os interditos que fomos colecionando e interrogando não são de molde a não fornecerem respostas. Neles encontramos a vitalidade do projeto jornalístico idealizado por Luís Filipe Costa e pontes para investigações futuras, que permitam perceber até que ponto, por exemplo, a realidade do jornalismo radiofónico construído logo após a emergência da democracia se alimentou da experiência do RCP das décadas de 1960 e 1970.

Nesta investigação procurámos, desde a sua idealização, que os arquivos sonoros fossem condição de ciência. Mas, ao querermos torná-los esteios ou parte fundamental da investigação, capazes de, em teoria, neutralizar, corroborar ou negar os testemunhos que vivenciaram a experiência, não contávamos com tantas debilidades ao nível da memória arquivística. Vimos que o problema da consolidação da história da rádio, enquanto saber indispensável aos estudos da rádio, é, em larga medida, um problema de natureza estrutural, epistemológica e heurística, chamado arquivo.

A concluir esta investigação, defendemos que, a montante, a legislação e as políticas públicas de arquivo terão de ser mais generosas para com a memória sonora, a comunidade que a sustenta e quem a quer investigar e valorizar. A discussão e a consciencialização para a defesa do património sonoro

exigem um sinal político mais robusto, que, esperamos, venha a ser concretizado com o futuro Arquivo Nacional do Som. Mas, reiteramos, esse trabalho político de pedagogia e dotação de meios de ação concretos só será verdadeiramente produtivo se as instituições detentoras deste património se abrirem verdadeiramente à sociedade. Se os arquivos das estações de rádio ou das entidades que os conservam se construírem como eixos vitais da própria ontologia da rádio, garantindo a memória interna e provendo a dos cidadãos. Se fizerem das práticas arquivísticas um dever diário consistente, e não um expediente burocrático, movido pelos mínimos olímpicos que a lei determina e salvaguarda. Se os arquivos forem abertos ao público em geral, e pesquisáveis por quem os quer usar e estudar, sem necessidade de mediação obrigatória. Se os arquivos tiverem recursos humanos especializados e em número suficiente. Se existirem condições de acolhimento que permitam ao utilizador ouvir livremente os sons num espaço que lhe seja reservado. Se, ouvidos os sons, for possível obter a reprodução dos documentos a um custo controlado e adequado aos fins de investigação. Se investigadores, cidadãos em geral, arquivistas e instituições detentoras de património sonoro não se evitarem. Se, juntos, discutirem necessidades e ensaiarem políticas e estratégias que, questionando o império da escrita e da imagem como fontes do conhecimento, façam da memória sonora um território de escuta e vivência inadiáveis.

Referências

Arquivos e fontes documentais

Arquivo da Fundação Mário Soares/Casa Comum
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Arquivo Sonoro da Rádio e Televisão de Portugal
Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra
Centro de Documentação da Rádio e Televisão de Portugal

Publicações periódicas

Antena
Diário de Lisboa
Diário de Notícias
Diário Popular
Nova Antena
O Século
Solidariedade Estudantil
Plateia
Rádio & Televisão
República

Entrevistas realizadas pela autora no âmbito deste projeto

António Macedo, Lisboa, 24 de maio de 2019
João Paulo Guerra, Lisboa, 20 de junho de 2016
Joaquim Furtado, Lisboa, 16 de julho de 2019
Joaquim Letria, Seixal, 10 de fevereiro de 2020
Manuel Bravo, Lisboa, 5 de junho de 2019

Entrevistas realizadas pela autora no âmbito de outros trabalhos

Adelino Gomes, Lisboa, 19 de junho de 2015
Armando Pires, Lisboa, 23 de julho de 2015
João Paulo Guerra, Lisboa, 7 de maio de 2014
José Nuno Martins, Lisboa, 27 de outubro de 2014
Luís Filipe Costa, Lisboa, 20 de outubro de 2014

Livros e artigos

- Afuera Heredero, Á. (2010). El proceso documental de audio en la Ser. *Revista General de Información y Documentación*, 20, 455–458.
<https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID1010110455A>
- Afuera Heredero, Á. (2016a). Las voces dormidas: el futuro incierto de los archivos de radio en España. *Archivamos*, 102, 4–11.
- Afuera Heredero, Á. (2016b). Recuperando nuestra memoria sonora: la digitalización de los archivos históricos de la SER. In *Jornadas Archivando: usuarios, retos y oportunidades. Actas* (pp. 121–132). <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5959592>
- Alcudia Borreguero, M. (2008). Los programas informativos. In M. Alcudia Borreguero (Ed.), *Nuevas perspectivas sobre los géneros radiofónicos* (pp. 33-59). Editorial Fragua.
- Alves, T. (2021). *1961 sob o viés da imprensa: os jornais portugueses, britânicos e franceses na conjuntura da eclosão da guerra no império português*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea. <https://doi.org/10.34619/zlqi-8ok3>
- Alvim, P. (1968). Os mortos e os fósforos. In P. Alvim et al. (Eds.), *O homem na cidade: crónicas* (pp. 3–5). Prelo.
- Antoine, F. (2006). Des voies pour la recherche sur la radio. *Recherches en Communication*, 26, 7–11.
https://www.researchgate.net/publication/45359167_Des_voies_pour_la_recherche_sur_la_radio
- Arnheim, R. (1936/1980). *Estética radiofónica*. Editorial Gustavo Gili.
- Aróstegui, J. (1996). El presente como historia (La idea de un análisis histórico de nuestro tiempo). In C. Navajas Zubeldia (Ed.), *Actas del Primer Simposio de Historia Actual de La Rioja* (pp. 17–43). Logroño: Instituto de Estudios Riojanos. <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/HISPNOV/article/view/2019>
- Ariza Chicharro, R. M. (2004). El archivo de la palabra de Radio Nacional de España. *Revista General de Información y Documentación*, 142, 29–58.
<https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID0404220029A>
- Atwood, R. (1978). New directions for journalism historiography. *Journal of Communication Inquiry*, 4(1), 3–14. <https://doi.org/10.1177%2F019685997800400101>
- Augusto, C. A. (2014). *Sons e silêncios da paisagem sonora portuguesa*. FFMS/Relógio d'Água.
- Aurell, J. (2005). *La escritura de la memoria: de los positivimos a los postmodernimos*. Universitat de València.
- Azevedo, C. (1999). *A censura de Salazar e Caetano*. Caminho.
- Bachelard, G. (1970). Rêverie et radio. In G. Bachelard, *Le droit de rêver* (pp. 216–223). PUF.
- Badenoch, A. (2022). European radio' s silenced witness: the European Broadcasting Union's Written Archives. *TMG Journal for Media History*, 25(2), 1–28.
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18146/tmg.822>
- Baitello Junior, N. (2014). A cultura do ouvir. In *A era da iconofagia. Reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura* (pp. 133–151). Paulus.
- Balsebre, A. (2001). *Historia de la radio en España (1874-1939)*. Vol. I. Madrid: Catedra.

- Balsebre, A. (2002). Per una defensa dels arxius sonors de la nostra memòria. *Item*, 32, 45-50.
- Balsebre, A. (2012). *El lenguaje radiofónico*. Cátedra.
- Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses: do século XIX ao marcelismo*. Escritório Editora.
- Baptista, C. & Camponez, C. (Eds.) (2022). *Contributos para uma história dos jornalistas em Portugal*. ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/xpg1-ij58>
- Baptista, C. & Henriques, C. (2017). O caso do Bispo do Porto na imprensa portuguesa (1958-1974): um episódio de resistência dos jornalistas durante o Marcelismo. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 0, 81–95. http://revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20170204-cb_ch.pdf
- Baptista, C. & Sousa, J. P. (2020). Para uma história do jornalismo em Portugal. Lisboa: ICNOVA. Retirado de <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/e-book-para-uma-historia-do-jornalismo-em-portugal/>
- Baptista, C., Sousa, J. P., & Azevedo, C. (Eds.). (2021a). Para uma história do jornalismo em Portugal II. Lisboa: ICNOVA. Retirado de <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/para-uma-historia-do-jornalismo-em-portugal-ii/>
- Baptista, C., Sousa, J. P., & Azevedo, C. (Eds.). (2021b). Para uma história do jornalismo em Portugal III. Lisboa: ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/fdpy-xftm>
- Barbosa, M. (1995). Senhores da memória. *INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 18(2), 84–101.
- Barbosa, M. (2005). O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. *Contracampo*, 12, 51–61. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i12.558>
- Barbosa, M. (2007). Meios de comunicação e história: Elos visíveis e invisíveis. In *V Congresso Nacional de História da Mídia* (pp. 1-18). São Paulo. <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0128-1.pdf>.
- Barbosa, M. (2012). Cenários de transformação: jornalismo e história no século XX. *Famecos*, 19(2), 458–480. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2012.2.12324>
- Barnard, S. (2000). *Studying radio*. Arnold.
- Barreto, J. (1999). A censura em Portugal (1926-1974). In A. Barreto & M. F. Mónica (Eds.), *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VII (pp. 275–284). Figueirinhas. https://www.academia.edu/6749490/A_Censura_em_Portugal_1926-1974
- Barthes, R. (1968). L'écriture de l'événement. *Communications*, 12, 108–112. <https://doi.org/10.3406/comm.1968.1175>
- Barthes, R. (1972/1986). El “grano” de la voz. In *Lo obvio y lo obtuso: imágenes, gestos, voces* (pp. 262-271). Paidós.
- Bebiano, R. (2002). A história como poética. In J. d'Encarnação (Ed.), *As oficinas da história* (pp. 47–70). Colibri.
- Bebiano, R. (2003). Temas e problemas da história do presente. In J. d'Encarnação (Coord.), *A história tal qual se faz* (pp. 225-236). Colibri. <http://www1.ci.uc.pt/pessoal/rbebianos/docs/estudos/hrecente.pdf>

- Bédarida, F. (1996). Tempo presente e presença da história. In M. Ferreira & J. Amado (Eds.), *Usos e abusos da história oral* (pp. 219–229). Fundação Getúlio Vargas.
- Bédarida, F. (1998). Definición, método y práctica de la historia del tiempo presente. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 20, 19–27.
<https://revistas.ucm.es/index.php/CHCO/article/view/CHCO9898110019A>
- Berger, A. A. (2000). *Media and communication research methods: an introduction to qualitative and quantitative approaches*. Sage.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1966/2010). *A construção social da realidade*. Dinalivro.
- Birdsall, C. (2015). Can we invent a field called “Radio Preservation Studies”? *Flow*, 21.
<https://www.flowjournal.org/2015/05/can-we-invent-a-field-called-radio-preservation-studies/>
- Birdsall, C. (2016). Sound and Media Studies: archiving and the construction of sonic heritage. In J. G. Papenburg & H. Schulze (Eds.), *Sound as popular culture: a research companion* (pp. 133–148). MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9975.003.0018>
- Birdsall, C. (2018). Worlding the archive: radio collections, heritage frameworks, and selection principles. In G. Föllmer & A. Badenoch (Eds.), *Transnationalizing radio research: new approaches to an old medium* (pp. 197–208). transcript.
<https://doi.org/https://doi.org/10.25969/mediarep/12430>
- Birdsall, C. (2019). Radio documents: broadcasting, sound archiving, and the rise of Radio Studies in interwar Germany. *Technology and Culture*, 60(2), 96–128.
<https://doi.org/10.1353/tech.2019.0065>
- Birdsall, C. (2022). Tracing the archival lives of radio: Recorded sound collections in Belgian and Dutch Radio (1930s-1950s). *TMG Journal for Media History*, 25(2), 1–30.
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18146/tmg.819>
- Birdsall, C. & Harrison, E. (2022). Researching archival histories of radio. *TMG Journal for Media History*, 25(2), 1–12. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18146/tmg.841>
- Birdsall, C. & Tkaczyk, V. (2019). Listening to the archive: sound data in the humanities and sciences. *Technology and Culture*, 60(2), 1–13. <https://doi.org/10.1353/tech.2019.0061>
- Bloch, M. (1949/2010). *Introdução à história*. Publicações Europa-América.
- Bolter, J. D. & Grusin, R. (2000). *Remediation: understanding new media*. The MIT Press.
- Bonifácio, M. F. (1993). O abençoado retorno da velha história. *Análise Social*, 28(122), 623–630.
http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=14
- Bonixe, L. (2009). *A informação radiofónica: rotinas e valores-notícia da reprodução da realidade na rádio portuguesa. A internet como cenário emergente*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Bonixe, L. (2012). *A informação radiofónica: rotinas e valores-notícia da reprodução da realidade na rádio portuguesa*. Livros Horizonte.
- Bonixe, L. (2014). Temáticas e linhas de investigação do jornalismo radiofónico português. In M.L. Martins & J. Veríssimo (Eds.), *Comunicação Global, Cultura e Tecnologia: Livro de atas*. 8.º

- Congresso SOPCOM (pp. 913–919). Sopcom.
https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/10571661/livro_de_Latas_8_SOPCOM_913_919.pdf
- Bonixe, L. (2019). *As rádios locais em Portugal: da génese ao online. Contexto e prática do jornalismo de proximidade*. Lisboa: ICNOVA. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/as-radios-locais-em-portugal-da-genese-ao-online-contexto-e-pratica-do-jornalismo-de-proximidade/>
- Bonixe, L. (2022). A segunda fase da liberalização da rádio em Portugal: os projetos jornalísticos das rádios regionais. In N. Ribeiro & A. I. Reis (Eds.), *História do jornalismo radiofónico em Portugal: dos primeiros noticiários aos anos 90* (pp. 151–174). ICNOVA.
<https://doi.org/https://doi.org/10.34619/vfxc-dqut>
- Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2(2-3), pp. 88–104. <https://doi.org/10.3406/arss.1976.3454>
- Braudel, F. (1972). *História e ciências sociais*. Editorial Presença.
- Brecht, B. (1932/2007). O rádio como aparato de comunicação: discurso sobre a função do rádio. *Estudos Avançados*, 21(60), 227-232. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10250>
- Briggs A. & Burke, P. (2006). *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Zahar.
- Broersma, M. (2011). From press history to the history of journalism. *medien & zeit*, 3, 17–28.
- Buarque, M. D. (2008). Documentos sonoros: características e estratégias de preservação. *PontodeAcesso*, 2(2), 37–50. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3021>
- Burke, P. (1992a). A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In P. Burke (Ed.), *A escrita da história: novas perspectivas* (pp. 327-348). UNESP.
- Burke, P. (1992b). A nova história, seu passado e seu futuro. In P. Burke (Ed.), *A escrita da história: novas perspectivas* (pp. 7-37). UNESP.
- Burke, P. (2000). *Variedades de história cultural*. Civilização Brasileira.
- Burton, A. (2005). Introduction: Archive fever, archive stories. In A. Burton (Ed.), *Archive stories: facts, fictions, and the writing of history* (pp. 1–24). Duke University Press.
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Livros Horizonte.
- Cabrera, A. & Lima, H. (2022). *Imprensa em Portugal: uma história*. ICNOVA.
<https://doi.org/10.34619/gj8d-c84k>
- Cádima, F. R. (1996). *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*. Presença.
- Camponez, C. (2012). Jornalismo: o fracasso de um contrapoder entre poderes. In A. Sá, A. T. Peixinho & C. Camponez (Eds.), *Aprofundar a crise: olhares multidisciplinares* (p. 159-). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0574-6>
- Cardina, M. (2012). História oral: caminhos problemas e potencialidades. In P. Godinho (Ed.), *Usos da memória e práticas do património* (pp. 27–43). Colibri.
- Cardoso, C. R., Azevedo, C. & Sousa, J. P. (2022). Para uma história das revistas de informação geral em Portugal. ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/7wgf-1qry>
- Cardoso, J. L. (Coord.) (2015). *Olhando para dentro (1930-1960)*. In A. C. Pinto & N. G. Monteiro (Dir.), *História Contemporânea de Portugal*. Vol. 4. Objectiva/MAPFRE.

- Carey, J. W. (1974/1997). The problem of journalism history. In E. S. Munson & C. A. Warren (Eds.), *James Carey: a critical reader* (pp. 86–94). University of Minnesota Press.
- Carles, J. L. (1992). Nuestra memoria sonora: importancia de los archivos sonoros. *Historia y Fuente Oral*, 7, 189–191.
- Carvalho, J. R. (Org.) (2014). *As caixas mudaram o mundo? Usos femininos dos media no Estado Novo*. MinervaCoimbra.
- Carvalho, A. (1999). *A censura à imprensa na época marcelista*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Castro, M. J. (2016). Império e propaganda: as viagens presidenciais às colónias ultramarinas durante o Estado Novo. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 5(1), 75–84.
<https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.5120164518>
- Catroga, F. (2016). *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*. Almedina.
- Cebrián Herreros, M. (2012). *Información en radio*. Editorial Síntesis.
- Chalaby, J. (2003). O jornalismo como invenção anglo-americana: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, 3, 29–50. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-03-Jean-Chalaby.pdf>
- Chester, G. (1949). The press-radio war: 1933-1935. *The Public Opinion Quarterly*, 13(2), 252–264.
<http://www.jstor.org/stable/2746050>
- Chignell, H. (2013). The BBC, radio archives and the role of the academic researcher.
https://www.academia.edu/11178941/The_BBC_radio_archives_and_the_role_of_the_academic_researcher
- Conboy, M. (2010). The paradoxes of journalism history. *Historical Journal of Film, Radio and Television*, 30(3), 411–420. <https://doi.org/10.1080/01439685.2010.505040>
- Cook, T. (2011). “We Are What We Keep; We Keep What We Are”: archival appraisal past, present and future. *Journal of the Society of Archivists*, 32(2), 173–189.
<https://doi.org/10.1080/00379816.2011.619688>
- Cook, T. (2013). Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science*, 13, 95-120. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9180-7>
- Cornu, D. (1999). *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Instituto Piaget.
- Correia, F. & Baptista, C. (2006). O ensino e a valorização profissional do jornalismo de 1941 até 1970. In J. P. Sousa & R. J. Pinto (Eds.), *Jornadas Internacionais de Jornalismo. Horizontes do Jornalismo* (pp. 231–251). Universidade Fernando Pessoa.
<https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/356/1/Actas%20Jornadas%20Internacionais%20de%20Jornalismo.pdf>
- Correia, F. & Baptista, C. (2007). *Jornalistas: do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Caminho.

- Costa, F. S., Cardina, M. & Vieira, A. A. B. (2014). Inundações na região de Lisboa (1967): um olhar sobre o impacto político e social. In *Actas del VIII SLAGF Simposio Latinoamericano de Geografía Física y IV SIAGF Simposio Iberoamericano de Geografía Física* (pp. 1263–1271).
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34268/1/1263.pdf>
- Costa, F. S., Cardina, M. & Vieira, A. A. B. (2016). As inundações de 1967 na região de Lisboa: uma catástrofe com diferentes leituras. *Investigaciones Geográficas*, 51, 103–114.
<https://doi.org/10.5354/0719-5370.2016.41749>
- Crespo Ocaña, Á., Gómez-Cornejo Ortiz, J. C. & Rodeño Arráez, M. J. The Radio Nacional de España sound archive preservation. In *ELPUB, International Conference on Electronic Publishing. Proceedings* (pp. 125–132).
https://elpub.architecture.net/system/files/pdf/0319.content.07509_0.pdf
- Crisell, A. (1986). *Understanding radio*. Routledge.
- Crisell, A. (2002). *An introductory history of British broadcasting*. Routledge.
- Cristo, D. (2005). *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. MinervaCoimbra.
- Crook, T. (1998). *International radio journalism: history, theory and practice*. Routledge.
- Croucher, S. M. & Cronn-Mills, D. (2015). *Understanding communication research methods*. New York: Routledge.
- Cruz, C. (2016). *Uma vida: autobiografia*. Porto Editora.
- Cunha, I. F. (2004). Repensar a investigação empírica sobre os media e o jornalismo. *BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.html>
- Curran, J. (2002). Media and the making of British society, c. 1700-2000. *Media History*, 8(2), 135–154. <https://doi.org/10.1080/1368880022000047137>
- Curran, J. (2008). Communication and history. In B. Zelizer (Ed.), *Explorations in communication and history* (pp. 46-59). Routledge.
- Curto, D. R. (2013). *Para que serve a história?* Tinta-da-china.
- Darnton, R. (1990). Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução* (pp. 70–97). Companhia das Letras.
- Dayan, D. & Katz, E. (1999). *A história em directo: os acontecimentos mediáticos na televisão*. Minerva.
- Dennis, E. E. & Pease, E. C. (1993). Radio: the forgotten medium. *Media Studies Journal*, 7(3).
https://works.bepress.com/edward_pease/89/
- Derrida, J. (1995). Archive fever: a freudian impression. *Diacritics*, 25(2), 9–63.
- Diário da viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe* (1965). Lisboa: Agência Geral do Ultramar. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/VP/VP-1964&p=1>

- Dolan, J. (2003). The voice that cannot be heard: radio/broadcasting and “the archive.” *The Radio Journal - Internacional Studies in Broadcast & Audio Media*, 1(1), 63–72.
<https://doi.org/10.1386/rajo.1.1.63/0>
- Dosse, F. (2003). *A história*. EDUSC.
- Dosse, F. (2012). História do tempo presente e historiografia. *Tempo e Argumento*, 4(1), 5–22.
<https://doi.org/10.5965/2175180304012012005>
- Duff, W. M. & Harris, V. (2002). Stories and names: archival description as narrating records and constructing meanings. *Archival Science*, 2, 263–285.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1007/BF02435625>
- Eco, U. (1977/2002). *Como se faz uma tese em ciências humanas?* Presença.
- Erjavec, K. (2008). How to study the history of journalism? Critical reflection on the directions of the history of journalism. *Medijska istraživanja*, 14(1), 21–34.
- Faus Belau, Á. (1981). *La radio: introduccion a um medio desconocido*. Editorial Latina.
- Faus Belau, Á. (2007). *La radio en España (1896-1977): una historia documental*. Madrid: Taurus.
- Febvre, L. (1953/1989). *Combates pela história*. Presença.
- Ferraretto, L. A. (2010). Pesquisa a respeito do rádio e de outros meios sonoros no século 21: das transformações na natureza do meio e de seus congêneres aos seus usos no contexto da convergência digital. *Rádio-Leituras*, 1, 7–25. <https://periodicos.ufop.br/radio-leituras/article/view/94>
- Ferraretto, L. A. (2012). A pesquisa coletiva em mídia sonora. In J. M. de Melo, R. M. Dalla Costa, & J. Fonseca (Eds.), *Paradigmas brasileiros em ciências da comunicação* (pp. 429–441). INTERCOM.
- Ferreira, C. (2013). *Os media na Guerra Colonial: a manipulação da Emissora Nacional como altifalante do regime*. MinervaCoimbra.
- Ferreira, N. F. (2012). Evolução legal dos arquivos audiovisuais e sonoros em Portugal. *PontodeAcesso*, 4(1), 156–171. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5146>
- Ferreira, S. P. M. (2013). *O Arquivo da Rádio da RTP. Preservação do seu acervo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
https://run.unl.pt/bitstream/10362/12236/1/Dissertacao_SoniaFerreira.pdf
- Figueira, J. (1999). *Jornalismo em liberdade*. Almedina.
- Fontcuberta, M. (2010). *A notícia: pistas para compreender o mundo*. Casa das Letras.
- Foucault, M. (2005). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Edições 70.
- Franco, G. (1993). *A censura à imprensa (1820-1974)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- Frank, R. (1999). Questões para as fontes do tempo presente. In A. Chauveau & P. Tétart (Eds.), *Questões para a história do tempo presente* (pp. 103-117). EDUSC.
- Garcia, J. L., Alves, T. & Léonard, Y. (Eds.) (2017). *Salazar, o Estado Novo e os media*. Edições 70.
- Garner, K. (2003). On defining the field. *The Radio Journal - Internacional Studies in Broadcast and Audio Media*, 1(1), 5–11.
- Gaskell, G. (2003). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático* (pp. 64–89). Editora Vozes.

- Gil, J. (2008). *Portugal, hoje: o medo de existir*. Relógio d'Água.
- Godinho, J. (2022). O telejornalismo no tempo do Estado Novo. De 1956 a 1974. In A. S. Lopes, A. G. Duarte, F. L. Cardoso, J. Godinho, M. C. Coutinho, & M. J. Mata (Eds.), *O jornalismo visual em Portugal: contributos para uma história* (pp. 153–228). <http://hdl.handle.net/10400.21/15069>
- Gomes, A. (2011), João Paulo Guerra: “Gosto de ouvir as pessoas e de as dar a ouvir”. In J. Rebelo (Coord.), *Ser jornalista em Portugal: perfis sociológicos* (pp. 374-391). Lisboa: Gradiva.
- Gomes, J. C. (2013). Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa. *Media & Jornalismo*, 12(23), 77–103. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/rmj23jc.pdf>
- Gomes, J. C. (2019). Gravação de telefonemas de censores: uma questão política no marcelismo. *Media & Jornalismo*, 19(35), 37-50. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_3
- Gonçalves, R. F. M. (1999). *Jornalismo e valores: o projecto informativo TSF-Rádio Jornal (1988-1993)*. Edinova.
- Goody, J. (2022). *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Edições 70.
- Grau Moracho, J. & Guallar Delgado, J. (2003). RNE digitaliza su archivo sonoro. *El Profesional de la Información*, 12(2), 130–132. <http://profesionaldelainformacion.com/contenidos/2003/marzo/12.pdf>
- Green, R. (2008). Who jailed audio? *IASA Journal* (30), 40–44. <https://www.iasa-web.org/sites/default/files/iasa-journal-30-all.pdf>
- Guerra, J. P. (1996). A linguagem da rádio. In AA.VV, *Colóquios sobre rádio: 1.ª série de colóquios efectuados na Sociedade Portuguesa de Autores* (pp. 49-52). Sociedade Portuguesa de Autores/Publicações D. Quixote.
- Hampton, M. & Conboy, M. (2013). Journalism history: a debate. *Journalism Studies*, 15(2), 154–171. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2013.816547>
- Hardt, H. & Brennen, B. (1993). Introduction: communication and the question of history. *Communication Theory*, 3(2), 130–136. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.1993.tb00062.x>
- Haussen, D. F. (2004). A produção científica sobre o rádio no Brasil: livros, artigos, dissertações e teses (1991-2001). *Famecos*, 25, 119–126. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2004.25.3291>
- Haussen, D. F. (2011). Trajetória das pesquisas em rádio no Brasil. *Rádio-Leituras*, 2(2), 107–115. <https://periodicos.ufop.br/radio-leituras/issue/view/37>
- Haussen, D. F. (2015). Memória dos textos sobre rádio publicados na revista *INTERCOM* (2002-2012). In *Alcar 2015 - 10.º Encontro Nacional de História da Mídia*. <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9780>
- Haussen, D. F. (2016). Revistas de comunicação brasileiras registram a pesquisa sobre rádio (2002-2012). *INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39(3), 155–165. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201639>
- Henriques, C. (2015). Recensão do livro *Las cartas de La Pirenaica: memorias del antifranquismo*, de A. Balsebre e R. Fontova. *Ler História*, 68, 216-222. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1791>
- Henriques, C. (2016). O imaginário colonial português na revista *Antena* (1965-1968) do Rádio Clube Português. *Media & Jornalismo*, 16(29), 139–157. https://doi.org/10.14195/2183-5462_29_9

- Henriques, C. (2018). Quando o rádio era o *new médium*: uma análise exploratória da publicidade na imprensa aos aparelhos de rádio em Portugal. *Rádio-Leituras*, 9(1), 146-189. <https://periodicos.ufop.br/radio-leituras/article/view/1741/1398>
- Henriques, C. (2019). As inundações de Lisboa de 1967 como acontecimento mediático no Rádio Clube Português. *Media & Jornalismo*, 19(35), 165-181. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_11
- Henriques, C. (2021a). Uma história da rádio pouco sonora: em torno dos arquivos sonoros radiofônicos de Portugal e Espanha. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 10(1), 269–287. <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/9840/7510>
- Henriques, C. (2021b). Mário Mesquita, jornalismo e história: o estranho dever do diálogo. In C. G. Riley, C. Henriques, P. M. Gomes, & T. C. e Cunha (Eds.), *A liberdade por princípio: estudos e testemunhos em homenagem a Mário Mesquita* (pp. 261–274). Tinta-da-china.
- Hilmes, M. (2002). Rethinking radio. In M. Hilmes & J. Loviglio (Eds.), *Radio reader: essays in the cultural history of radio* (pp. 1–19). Routledge.
- Hilmes, M. (2014). The lost critical history of radio. *Australian Journalism Review*, 36(2), 11–22.
- Hobsbawm, E. (2010). *Escritos sobre a história*. Relógio D'Água.
- Hobsbawm, E. (2011). *A era dos extremos: história breve do século XX (1914-1991)*. Presença.
- Isidro, J. (2016). *O programa segue dentro de momentos. Autobiografia*. Marcador.
- Jackaway, G. (1994). America's press-radio war of the 1930s: case study in battles between old and new media. *Historical Journal of Film, Radio and Television*, 14(3), 299–314. <https://doi.org/10.1080/01439689400260211>
- Jeanneney, J.-N. (1998). Audiovisual: o dever de nos ocuparmos dele. In J.-P. Rioux & J.-F. Sirinelli (Eds.), *Para uma história cultural* (pp. 139–155). Lisboa: Estampa.
- Jeanneney, J.-N. (2003). *Uma história da comunicação social*. Terramar.
- Jiménez Martín, S. (2008). *La creatividad en los informativos radiofónicos. Pautas para elaborar informaciones atractivas*. Editorial Fragua.
- Jiménez, S. & Rodero, E. (2005). La expresividad en los informativos radiofónicos. *Comunicación y Sociedad*, 18(2): 83-107. <https://dadun.unav.edu/handle/10171/8246>
- Judt, T. (2017). *Pensar o século XX*. Lisboa: Edições 70.
- Kepplinger, H. M. & Habermeier, J. (1995). The impact of key events on the presentation of reality. *European Journal of Communication*, 10(3), 371–390. <https://doi.org/10.1177/0267323195010003004>
- Ketelaar, E. (1992). Archives of the People, By the people, For the People. *South Africa Archives Journal*, 34, 5-16.
- Ketelaar, E. (2001). Tacit narratives: the meanings of archives. *Archival Science*, 1, 131–141. <https://doi.org/https://doi.org/10.1007/BF02435644>
- Kischinhevsky, M. et al. (2015). Desafios metodológicos nos estudos radiofônicos no século XXI. In M. C. Barbosa, M. C. S. Barbosa, C. R. M. Luz & A. Fernandes (Orgs.), *Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Comunicação e cidade espetáculo*. São Paulo: INTERCOM. http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT4-RM.htm

- Kischinhevsky, M., Benzecry, L., Mustafá, I. & De Marchi, L. (2017). A consolidação dos estudos de rádio e mídia sonora no século XXI: chaves conceituais e objetos de pesquisa. *INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 40(3), 91–108. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201736>
- La Rocca, F. (2017). A mutação visual do mundo social. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 25. <https://doi.org/10.21814/rlec.174>
- Lacey, K. (2008). Ten years of radio studies: the very idea. *The Radio Journal - International Studies in Broadcast & Audio Media*, 6(1), 21–32. <https://doi.org/10.1386/rajo.6.1.21/4>
- Lacey, K. (2018). Up in the air? The matter of radio studies. *The Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media*, 16(2), 109–126. https://doi.org/10.1386/rjao.16.2.109_1
- Lacouture, J. (1978/1998). A história imediata. In J. Le Goff, R. Chartier & J. Revel (Eds.), *A história nova* (pp. 215–240). Martins Fontes.
- Lazarsfeld, P. F. & Field, H. (1946). *The people look at radio*. The University of North Carolina Press. <https://archive.org/stream/peoplelookatradi00colorich#page/n0/mode/2up>.
- Le Goff, J. (1977/2000a). *História e memória: História*. Vol. 1. Lisboa: Edições 70.
- Le Goff, J. (1977/2000b). *História e memória: Memória*. Vol. 2. Lisboa: Edições 70.
- Le Goff, J. & Nora, P. (Eds.) (1977). *Fazer história: Novos problemas*. Vol. 1. Bertrand.
- Le Goff, J. & Nora, P. (Eds.) (1981). *Fazer história: Novas contribuições*. Vol. 2. Bertrand.
- Le Goff, J. & Nora, P. (Eds.) (1987). *Fazer história: Novos objectos*. Vol. 3. Bertrand.
- Legorburu Hortelano, J. M. (2011). La organización del trabajo en los servicios informativos. In M. P. Martínez-Costa, (Ed.), *Información radiofónica: cómo contar noticias en la radio hoy* (pp. 233-262). Ariel.
- Leite, E. (2014). 76 anos de gravação sonora na rádio pública: o desafio da permanência. In M. D. Silva & M. R. Pestana (Eds.), *Indústria da música e arquivos sonoros em Portugal no século XX: práticas, contextos, patrimónios* (pp. 139-143). Câmara Municipal de Cascais/Instituto de Etnomusicologia.
- Lewis, P. M. (2000). Private passion, public neglect: the cultural status of radio. *International Journal of Cultural Studies*, 3(2), 160-167. <https://doi.org/10.1177/136787790000300203>
- Lima, H. (2013). Meios de censura e formas de condicionamento do jornalismo na ditadura portuguesa. *Media & Jornalismo*, 12(23), 105–117. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/71180>
- Lopez, D. C. & Mustafá, I. (2012). Pesquisa em rádio no Brasil: um mapeamento preliminar das teses doutorais sobre mídia sonora. *MATRIZES*, 6(1), 189–205. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v6i1-2p189-206>
- Macedo, J. B. (2011). Para uma epistemologia da informação. In A. Cabrera (Ed.), *Jornais, jornalistas e jornalismo* (pp. 11-25). Livros Horizonte.
- Magni, C. (1995). Inathèque de France: um convite à pesquisa audiovisual. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, 9, 89–100.
- Maia, J. M. (1975). *Aqui Emissora da Liberdade*. RCP.
- Maia, J. M. (1995/2009). *A telefonia: memórias da rádio*. Âncora Editora.

- Marta-Lazo, C. & Ortiz Sobrino, M. Á. (2013) Gestión de los fondos documentales en Radio Nacional de España. *El Profesional de la Información*, 22 (5), 399–403.
<https://doi.org/10.3145/epi.2013.sep.04>
- Martins, M. L. (2011a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Grácio Editor.
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29167/1/CriseCastelodaCultura.pdf>
- Martins, M. L. (2011b). O que podem as imagens. Trajecto do uno ao múltiplo. In M. L. Martins, J. B. Miranda, M. Oliveira, & J. Godinho (Eds.), *Imagem e pensamento* (pp. 129–135). Grácio Editor.
- Martins, M. L. (2012). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento. *INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(1), 233–251. <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-58442012000100012>
- Martins, M. L. (2017). A cultura na era da mobilização do humano pela tecnologia: da universidade das ideias à universidade dos números. In U. Sidoncha & C. Moura (Eds.), *Metamorfoses da cultura* (pp. 155–178). Nova Vega.
- Martínez Albertos, J. L. (1977). *El mensaje informativo: periodismo en radio, TV y cine*. A.T.E.
- Martínez-Costa, M. P. (2011) Ed.), *Información radiofónica: cómo contar noticias en la radio hoy*. Ariel.
- Martínez-Costa, M. P. & Díez Unzueta, J. R. (2005). *Language, géneros y programas de radio: introducción a la narrativa radiofónica*. EUNSA.
- Martínez Gallego, F. & Laguna, A. (2014). El historiador de la comunicación entre la teoría de la comunicación y la teoría de la historia. *Revista de Historiografía*, 20, 217–238. <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REVHISTO/article/view/2356>
- Mattoso, J. (1997). *A escrita da história: teoria e métodos*. Estampa.
- Mattoso, J. (2002). Pode a história ser contemplativa? In José d'Encarnação (Ed.), *As oficinas da história* (pp. 19–37). Colibri.
- McQuail, D. (2003). Teoria da comunicação de massas. Fundação Calouste Gulbenkian.
- McLuhan, M. (1964/2008). A rádio: tambor da tribo. In M. McLuhan, *Compreender os meios de comunicação: extensões do homem* (pp. 301-310). Relógio D'Água.
- Meditsch, E. (1997). A nova era do rádio: o discurso do radiojornalismo como produto intelectual eletrônico. *BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*.
<http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-discurso-radiojornalismo.html>
- Meditsch, E. (1999). *A rádio na era da informação*. Minerva.
- Meditsch, E. (2002). O jornalismo é uma forma de conhecimento? *Media & Jornalismo*, 1(1), 9–22.
<http://cicdigitalpolo.fcsh.unl.pt/pt/revista-media-jornalismo-no-1/>
- Mendes, P. E. (2021). Marcelo Caetano e a sua circunstância rumo à liderança: poder simbólico, ambição e adaptação. *Opinião Pública*, 27(3), 1024–1057.
<https://doi.org/http://doi.org/10.1590/1807-019120212731024>
- Menduni, E. (2004). An unheard story? The challenge for radio studies in Italy. *The Radio Journal – International Studies in Broadcast & Audio Media*, 2(1), 45–56.
<https://doi.org/10.1386/rajo.2.1.15/0>
- Meneses, J. P. (2016). *Jornalismo radiofónico*. Braga: CECS/ Universidade do Minho.

- Menezes, J. E. O. (2016). *Cultura do ouvir e ecologia da comunicação*. UNI.
- Merayo Pérez, A. (1992). *Para entender la radio: estructura del proceso informativo radiofónico*. Publicaciones Universidad Pontificia de Salamanca.
- Merayo Perez, A. (2011). La construcción del relato informativo radiofónico. In M. P. Martínez-Costa, (Ed.), *Información radiofónica: cómo contar noticias en la radio hoy* (pp. 59-96). Ariel.
- Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. MinervaCoimbra.
- Miguel, A. (1992). *Rádio Renascença: os trabalhos e os dias (1933-1948)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Moreira, S. V. (2005). Da memória particular aos estudos acadêmicos: a pesquisa sobre rádio no Brasil. In A. Bragança & S. V. Moreira (Eds.), *Comunicação, Acontecimento e Memória* (pp. 124-128). INTERCOM.
- Nerone, J. (1993). Theory and history. *Communication Theory*, 3(2), 148-157. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.1993.tb00064.x>
- Nerone, J. (2013). Why journalism history matters to journalism studies. *American Journalism*, 30(1), 15-28. <https://doi.org/10.1080/08821127.2013.767693>
- Neves, F. (2021). O Rádio Clube Português e a Guerra Civil Espanhola. In C. Baptista, J. P. Sousa & C. Azevedo (Eds.), *Para uma história do jornalismo em Portugal II* (pp. 349-364). Lisboa: ICNOVA. <https://doi.org/https://doi.org/10.34619/9dnw-scas>
- Nora, P. (1974/1987). O regresso do acontecimento. In J. Le Goff & P. Nora (Eds.), *Fazer história: Novos problemas* (pp. 243-262). Vol. 1. Bertrand Editora.
- Nora, P. (1991). O acontecimento e o historiador do presente. In J. Le Goff, E. Le Roy Ladurie & G. Duby et al. (Eds.), *A nova história* (pp. 45-54). Edições 70.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>
- Nunes, A. M. (2011). Arquivos sonoros: realidade proto-emergente em Portugal? *Estudos do Século XX*, 11, 53-68. <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/36730>
- Oliveira, L. T. (2010). A história oral em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, 139-156. <http://hdl.handle.net/10071/2436>
- Oliveira, M. (2010). *Metajornalismo; quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*. Braga: Grácio Editor/Universidade do Minho. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/137
- Oliveira, M. (2011). L'esthétique de l'écoute: sur la liaison de l'imaginaire radiophonique à la parole émotive. *Sociétés*, 111, 123-130. <https://doi.org/10.3917/soc.111.0123>
- Oliveira, M. (2013). A história surda dos estudos de rádio e os desafios da investigação sobre as significações do ouvir. *Significação*, 39, 71-87. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2013.59951>
- Oliveira, M. (2015). Som em frequência moderada: cartografia dos Estudos de Rádio em Portugal. In M. Oliveira & N. Prata (Eds.), *Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários* (pp. 239-249). CECS/Universidade do Minho. <https://www.cecs.uminho.pt/publicacao/radio-em-portugal-e-no-brasil-trajetoria-e-cenarios/>

- Oliveira, M. (2016). O excesso de luz e a fragilização do ouvido. In *Atas do Congresso Internacional Comunicação e Luz* (pp. 329–335). CECS/ Universidade do Minho. Retirado de <https://www.cecs.uminho.pt/publicacao/atas-do-congresso-internacional-comunicacao-e-luz/>
- Oliveira, M. (2018). Acoustemology: The status of sound and research methods in sonic studies. In J. I. Gallego, M. Fernández-Sande & N. Limón (Eds.), *Trends in radio research: diversity, innovation and policies* (pp. 341–354). Cambridge Scholars Publishing. Retirado de <https://hdl.handle.net/1822/66674>
- Oliveira, M. & Prata, N. (2015). *Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários*. Braga: CECS/Universidade do Minho. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/179
- Oliveira, P. A. (2001). A política externa do marcelismo: a questão africana. In F. Martins (Ed.), *Diplomacia & guerra. Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*. Lisboa: Colibri. Retirado de <https://books.openedition.org/cidehus/3567>
- Oliveira, P. A. (2005). Calvet de Magalhães e o Acordo Luso-Americano de 1971. *Relações Internacionais*, 8, 141–151. <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i/77-relacoes-internacionais-n-8>
- Ortiz, M. Á. (2009). La creatividad como valor añadido en los contenidos informativos. *Creatividad y Sociedad*, 13, 237–260. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4209590>
- Osborne, T. (1999). The ordinariness of the archive. *History of the Human Sciences*, 12(2), 51–64. <https://doi.org/10.1177/09526959922120243>
- Paton, C. A. (1990). Whispers in the stacks: the problem of sound recording archives. *The American Archivist*, 53(2), 274–280. <http://www.jstor.org/stable/40293449>
- Paulo, H. (2011). 1961: o assalto do Santa Maria e o desmoronar do regime salazarista em Portugal. *História Revista*, 16(1), 53–80. <https://doi.org/10.5216/hr.v16i1.14704>
- Pena Rodríguez, A. (1998). *El gran aliado de Franco. Portugal y la Guerra Civil Española: prensa, radio, cine y propaganda*. Edicions do Castro.
- Pena Rodríguez, A. (2017). *Salazar y el fascismo español: propaganda franquista y salazarista en la colonia española en Portugal (1933-1939)*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1347-5>
- Pena Rodríguez, A. & Hohlfeldt, A.(Eds.) (2021). *Para uma história do jornalismo português no mundo*. ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/xqyc-dlxv>
- Pereira, M. H. F. (2009). A história entre os inimigos do evento e os advogados da estrutura. *Ler História*, 57, 59–71. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1845>
- Pimentel, I. F. (2013). *História da oposição à ditadura (1926-1974)*. Figueirinhas.
- Piñeiro-Otero, T. (2015). Los “Radio Studies” en España: tres décadas de investigación en las revistas académicas de Comunicación. *Estudios Sobre El Mensaje Periodístico*, 21(2), 1169–1188.
- Piñeiro-Otero, T. (2016). La radio en la investigación comunicativa en España: una línea minoritaria para un medio mayoritario. *Signo Y Pensamiento*, 35(69), 30–48. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.syp35-69.rice>

- Piñeiro-Otero, T. (2017). La investigación radiofónica española desde la perspectiva de su comunidad científica. Características, percepciones y valoraciones. *Revista Española de Documentación Científica*, 40(4), 1–15. <https://doi.org/10.3989/redc.2017.4.1417>
- Piñeiro-Otero, T. & Martín Pena, D. (2018). Radio studies: an overview from the Ibero-American academia. *Comunicar: Media Research Journal*, 57. <https://doi.org/10.3916/C57-2018-10>
- Pinto, A. C. (Coord.) (2015). *Em busca da democracia (1960-2000)*. In A. C. Pinto & N. G. Monteiro (Dir.), *História Contemporânea de Portugal*. Vol. 5. Madrid: Objectiva/MAPFRE.
- Pinto-Coelho, Z. (2010). Porquê a semiótica? In *Encontro do Grupo de Trabalho de Semiótica – SOPCOM*. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29722>
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3–15. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>
- Ponte, C. (2004). *Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Livros Horizonte.
- Portelli, A. (1996). A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, 1(2), 59–72.
- Portelli, A. (1997). O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, 14, 25–39. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>
- Prado, E. (1989). *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus.
- Prata, N. (2011). Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da INTERCOM: 20 anos. *Rádio-Leituras*, 2, 3–28. <https://periodicos.ufop.br/radio-leituras/article/view/377/344>
- Prata, N. (2014). Pesquisa em rádio no Brasil: o protagonismo do GP Rádio e Mídia Sonora da INTERCOM. In O. J. Morais (Ed.), *Ciências da Comunicação em processo. Paradigmas e mudanças nas pesquisas em Comunicação no século XXI. Conhecimento, leituras e práticas contemporâneas* (pp. 277–333). INTERCOM.
- Prata, N., Mustafá, I., & Pessoa, S. C. (2014). Teóricos e pesquisadores de rádio no Brasil. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 3(1), 65–82. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.3120143966>
- Price-Davies, E. et al. (2004). Review of Radio Studies teaching. *The Radio Journal – International Studies in Broadcast and Audio Media*, 2(2), 101–122. <https://doi.org/10.1386/rajo.2.2.101/4>
- Prieto, L. (2007). Información y documentación radiofónica: espacios para un interés común. La experiencia de Radio Nacional de España. *El Profesional de la Información*, 16(5), 443–449. <https://doi.org/10.3145/epi.2007.sep.06>
- Prins, G. (1992). História oral. In P. Burke (Ed.), *A escrita da história: novas perspectivas* (pp. 163–198). UNESP.
- Quéré, L. (2005). Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, 6, 59–75.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, C. & Reis, E. (2001). As cheias no sul de Portugal em diferentes tipos de bacias hidrográficas. *Finisterra*, 36(71), 61–82. <https://doi.org/10.18055/Finis1648>
- Rebelo, J. (2006). Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra. *Revista Científica de Información y Comunicación*, 3, 17–28. <https://core.ac.uk/download/pdf/51396444.pdf>

- Reis, A. (1993). O jornalista e o historiador: aproximações e diferenças. *Penélope*, 12, 135-142.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2685810>
- Reis, A. I. (2015). *O áudio nas cibernotícias da rádio*. Media XXI.
- Reis, A. I. (2022). Rádios ‘piratas’ e jornalismo radiofónico na década de 80: ruturas e continuidades. In N. Ribeiro & A. I. Reis (Eds.), *História do jornalismo radiofónico em Portugal: dos primeiros noticiários aos anos 90* (pp. 97–150). ICNOVA. <https://doi.org/https://doi.org/10.34619/vfxc-dqut>
- Repiso, R., Torres Salinas, D. & Delgado López-Cózar, E. (2011). Análisis de la investigación sobre Radio en España: una aproximación a través del análisis bibliométrico y de redes sociales de las tesis doctorales defendidas en España entre 1976-2008. *Estudios Sobre El Mensaje Periodístico*, 17(2), 417–429. https://doi.org/10.5209/rev_ESMP.2011.v17.n2.38123
- Ribeiro, A. P. G. (2015). História oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. *Contracampo*, 32(2), 73–90. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i32.668>
- Ribeiro, N. (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Universidade Católica Portuguesa.
- Ribeiro, N. (2005). *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo (1933-1945)*. Quimera.
- Ribeiro, N. (2011). The rise of a new field: researching communication history in the Iberian countries. *m&z*, 26(3), 6-15. <http://hdl.handle.net/10400.14/13255>
- Ribeiro, N. (2014). *Salazar e a BBC na II Guerra Mundial: Informação e propaganda*. Almedina.
- Ribeiro, N. (2017). A política radiofónica do Estado Novo (1933-1945). In J. L. Garcia, T. Alves & Y. Léonard (Eds.), *Salazar, o Estado Novo e os “media”* (pp. 49–68). Edições 70.
- Ribeiro, N. (2022). Fernando Pessa e o jornalismo radiofónico: do pioneirismo na Emissora Nacional à BBC. In N. Ribeiro & A. I. Reis (Eds.), *História do jornalismo radiofónico em Portugal: dos primeiros noticiários aos anos 90* (pp. 73–96). ICNOVA.
<https://doi.org/https://doi.org/10.34619/vfxc-dqut>
- Ribeiro, N. & Reis, A. I. (Eds.). (2022). *História do jornalismo radiofónico em Portugal: dos primeiros noticiários aos anos 90*. ICNOVA. <https://doi.org/https://doi.org/10.34619/vfxc-dqut>
- Ricoeur, P. (1991). Événement et sens. In *L’espace et le temps. Actes du XXIIe Congrès de l’Association des Sociétés de Langue Française (Dijon, 1988)* (pp. 9–21). Dijon/Paris: Société Bourguignonne de Philosophie/Vrin.
http://www.fondsriceur.fr/uploads/medias/articles_pr/evenement-et-sens.pdf
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP.
- Robertson, C. (2011). Introduction: thinking about archives, writing about history. In C. Robertson (Ed.), *Media History and the Archive* (pp. 1–7). Routledge.
- Rodero, E. (2002). Una voz mágica para contar las noticias. *Chasqui*, 80, 52–56.
<https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i80.1461>
- Rodero, E. (2009). Y siempre, por último, con ustedes: la radio. Revisión de la producción bibliográfica y hemerográfica radiofónica en España. *Admira*, 1, 98–126.
- Rodes, J. M. (2005). Les collections de l’Inathèque. *Le Temps des Médias*, 4, 295–297.
<https://doi.org/10.3917/tdm.004.0295>
- Rodrigues, A. D. (1988a). A magia da rádio. In A. D. Rodrigues, *O campo dos media: discursividade, narratividade, máquinas* (pp. 117-122). Vega.

- Rodrigues, A. D. (1988b). A rádio, medium do nosso tempo. In A. D. Rodrigues, *O campo dos media: discursividade, narratividade, máquinas* (pp. 123-132). Vega.
- Rodrigues, A. D. (1995/2009). Prefácio. In J. M. Maia, *A telefonia: memórias da rádio* (pp. 15-17). Âncora.
- Rodrigues, A. D. (1996). A linguagem da rádio. In AA.VV, *Colóquios sobre rádio: 1.ª série de colóquios efectuados na Sociedade Portuguesa de Autores* (pp. 53-56). Sociedade Portuguesa de Autores/Publicações D. Quixote.
- Rodrigues, A. D. (1999). O acontecimento. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (pp. 27-33). Vega
- Rooks, S. (2010). What happened to the BBC Sound Archive? *Journal of the Society of Archivists*, 31(2), 177–185. <https://doi.org/10.1080/00379816.2010.506791>
- Rosa, D. S. (2014). *Joaquim Letria sem papas na língua. Conversa com Joaquim Letria*. Âncora Editora.
- Rosas, F. (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. In J. Serrão & A. H. O. Marques (Dir.), *Nova História de Portugal*. Vol. 12. Editorial Presença.
- Rosas, F. (1998). *Estado Novo (1926-1974)*. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*. Vol. 7. Estampa.
- Rosas, F. (1999). O marcelismo e a crise final do Estado Novo. In F. Rosas (Ed.), *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)* (pp. 9–27). Edições Colibri.
- Rosas, F. (2016). *História e memória. "Última lição" de Fernando Rosas*. Tinta-da-china.
- Rosas, F. & Brito, J. M. B. (Dir.) (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. 2 vols. Círculo de Leitores.
- Rousso, H. (1996). O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, 17, 85–91. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019>
- Rousso, H. (2016). O nosso tempo. In H. Rousso, *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo* (pp. 219–280). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Saby, F. (2013). Approche historique du dépôt légal en France. *Sociétés & Représentations*, 35, 17–26. <https://doi.org/10.3917/sr.035.0015>
- Salosaari, P. (2022). The audio legacy of Finnish radio: an exploration of key factors in the preservation of radio sound collections. *TMG Journal for Media History*, 25(2), 1–27. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18146/tmg.823>
- Sanmartí, J. M., Paniagua, P. & Ramón, M. de. (2002). Periodismo, la plebeyización triunfante: Los medios como indicadores de la historia. In *Actas del III Simposio de Historia Actual* (pp. 437–445). Gobierno de La Rioja. Instituto de Estudios Riojanos.
- Santaella, L. (2005). *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal*. Iluminuras.
- Santaella, L. (2007a). *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. Paulus.
- Santaella, L. (2007b). As linguagens como antídotos ao midiacentrismo. *Matrizes*, 1, 75-97.
- Santos, B. S. (1995). *Um discurso sobre as ciências*. Afrontamento.
- Santos, B. S. (1999). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Afrontamento.

- Santos, F. S. (2017). Também é preciso encontrar o silêncio. In A. Natário, I. Nery, & S. Branco (Eds.), *Tudo por uma boa história: confidências e relatos de jornalistas portugueses* (pp. 79–85). A Esfera dos Livros.
- Santos, P. B. (2005a). *Igreja Católica, Estado e sociedade (1968-1975): o caso Rádio Renascença*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, R. (2003). Rádio Clube Português: da escassez de frequências à grande importância no meio radiofónico nacional (1931-1936). *Media & Jornalismo*, 3, 51–66.
<http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-04-Rogério-Santos.pdf>
- Santos, R. (2005b). *As vozes da rádio (1924-1939)*. Caminho.
- Santos, R. (2012). A rádio portuguesa na década de 1960. A revista *Antena* (1965- 1968) e a promoção da rádio. In I. Ferin, A. Cabrera & J. P. Sousa (Eds.), *Pesquisa em media e jornalismo. Homenagem a Nelson Traquina*. LabCom.
- Santos, R. (2013). “A rádio não tem emissão educativa. É essencialmente distração”. Da tradição à modernidade radiofónica (1961-1969). In *Colóquio “O meio rádio e os 75 anos da Rádio Renascença”*. Universidade Católica Portuguesa.
<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/10344>
- Santos, R. (2014). *A rádio em Portugal: “Sempre no Ar, Sempre Consigo” (1941-1968)*. Colibri.
- Santos, R. (2015). História da rádio em Portugal: dos pioneiros à rádio nova (1924-1974). In M. Oliveira & N. Prata (Eds.), *Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários* (pp. 21-34). CECS/Universidade do Minho.
- Santos, R. (2017a). As audiências como elemento de compreensão das tendências da rádio entre as décadas de 1940 e 1970. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 0, 169–186.
<http://revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20170909-rs.pdf>
- Santos, R. (2017b). *Estudos da rádio em Portugal*. Universidade Católica.
- Santos, R. (2017c). *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968-1975)*. MinervaCoimbra.
- Santos, R. (2018). *Sintonias da rádio em Lisboa (1924-1975)*. Colibri.
- Santos, R. (2020). *Os microfones da rádio: do Portuense à Delírio*. MinervaCoimbra.
- Santos, R. (2021). *A Rádio Colonial em Angola: festas e rifas para comprar o emissor*. Universidade Católica Editora.
- Santos, R. (2022a). “*Queria dedicar este disco à minha namorada*”: cultura, política e programação na rádio. Colibri.
- Santos, R. (2022b). Informação radiofónica (décadas de 1930 a 1970). In N. Ribeiro & A. I. Reis (Eds.), *História do jornalismo radiofónico em Portugal: dos primeiros noticiários aos anos 90* (pp. 11–72). ICNOVA. <https://doi.org/https://doi.org/https://doi.org/10.34619/vfxc-dqut>
- Santos, S. C. (2013). *Da rádio estatal ao modelo integrado: compreender o serviço público de radiodifusão em Portugal*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0637-8>
- Sardica, J. M. (2011). *O século XX português*. Texto Editores.
- Scannell, P. (2010). Television and history: questioning the Archive. *The Communication Review*, 13(1), 37–51. <https://doi.org/10.1080/10714420903558654>

- Scannell, P. & Cardiff, D. (1991). *A social history of British broadcasting. 1922-1939, Serving the Nation*. Vol. 1. Basil Blackwell.
- Schudson, M. (1978). *Discovering the news: a social history of American newspapers*. Basic Books.
- Shepard, S. (1982). *Motel chronicles*. City Lights Books.
- Seaton, J. (1981/2003). Broadcasting history. In J. Curran & J. Seaton (Eds.), *Power without responsibility: the press, broadcasting, and the new media in Britain* (pp. 105-232). Routledge.
- Shingler, M. & Wieringa, C. (1998). *On air: methods and meanings of radio*. Arnold.
- Smith, M. M. (2002). Echoes in print: method and causation in aural history. *The Journal of the Historical Society*, 2(3-4), 317-336. <https://doi.org/10.1111/1540-5923.00028>
- Sobreira, R. M. (2003). *Os jornalistas portugueses (1933-1974): uma profissão em construção*. Livros Horizonte.
- Soengas, X. (2005). El discurso radiofónico: particularidades de la narración sonora. *Prisma.Com*, 1, 101-127. <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/588/540>.
- Sousa, J. P. (Ed.). (2018). *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI - XX)*. ICNOVA. <https://www.icnova.fcsb.unl.pt/noticias-em-portugal/>
- Sousa, J. P. (2020). *Para uma história do jornalismo iconográfico em Portugal. Das origens a 1926*. ICNOVA. <https://www.icnova.fcsb.unl.pt/para-uma-historia-do-jornalismo-iconografico-em-portugal-das-origens-a-1926/>
- Sousa, J. P. (Ed.). (2020). *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos*. ICNOVA. <https://www.icnova.fcsb.unl.pt/imprensa-e-mudanca-portugal-e-brasil-no-primeiro-quartel-de-oitocentos/>
- Sousa, J. P. (2021). *Portugal: pequena história de um grande jornalismo I: da manufatura à indústria*. ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/hyc1-qblv>
- Sousa, J. P. (2022). *Portugal: pequena história de um grande jornalismo II: da segmentação à digitalização*. ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/p27e-5jla>
- Starkey, G. (2012). Radio Studies: the sound and vision of an established medium in the digital age. *Sociology Compass*, 6(11), 845-855. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2012.00499.x>
- Starkey G. & Crisell, A. (2009). *Radio journalism*. SAGE.
- Sterling, C. H. (2009). The rise of Radio Studies: scholarly books over four decades. *Journal of Radio & Audio Media*, 16(2), 229-250. <https://doi.org/10.1080/19376520903279423>
- Sterne, J. (2009). The preservation paradox in digital audio. In K. Bijsterveld & J. van Dijck (Eds.), *Sound souvenirs: audio technologies, memory and cultural practices* (pp. 55-65). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Tengarrinha, J. (1965/1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Caminho.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*. Temas e Debates.
- Tétu, J.-F. (2004). La radio, un média délaissé. *Hermès*, 38, 63-69.
- Thompson, P. (1972). The BBC Archives. *Oral History*, 1(2), 11-18. <http://www.jstor.org/stable/40178376>
- Torgal, L. R. (2015). *História... Que história? Notas críticas de um historiador*. Temas e Debates.

- Traquina, N. (2007). *Jornalismo*. Quimera.
- Traquina, N. (Ed.) (1999). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Vega.
- Traverso, E. (2012). *O passado, modo de usar: história, memória e política*. Unipop.
- Trindade, L. (2022). *Silêncio aflito: a sociedade portuguesa através da música popular (dos anos 40 aos anos 70)*. Tinta-da-china.
- Tucher, A. (2007). Hope for journalism history. *Journal of Magazine and New Media Research*, 9(2), 1–6. <https://muse.jhu.edu/article/773791/pdf>
- Tucher, A. (2014). Why journalism history matters: The gaffe, the “stuff”, and the historical imagination. *American Journalism*, 31(4), 432–444. <https://doi.org/10.1080/08821127.2014.969671>
- Tuchman, G. (1999a). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 74-90). Veja.
- Tuchman, G. (1999b). Contando “estórias”. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 258-262). Veja.
- Veyne, P. (2008). *Como se escreve a história*. Edições 70.
- Vidal-Naquet, P. (1987/2012). *Os assassinos da memória: um Eichman de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Papirus.
- Vieira, T. O. (2013). O risco da patrimonialização: a (não) avaliação e seleção dos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. *PontodeAcesso*, 7(3), 148–166. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/7965>
- Whittington, I. (2014). Radio Studies and 20th-Century literature: ethics, aesthetics, and remediation. *Literature Compass*, 11(9), 634–648. <https://doi.org/10.1111/lic3.12175>
- Wolf, Mauro (2009). *Teorias da comunicação*. Presença.
- Zelizer, B. (2004). *Taking journalism seriously: news and the academy*. Sage.
- Zelizer, B. (2014). Memory as foreground, journalism as background. In B. Zelizer & K. Tenenboim-Weinblatt (Eds.), *Journalism and Memory* (pp. 32-49). Palgrave Macmillan.
- Zuculoto, V. (2016). A história do campo acadêmico do rádio no Brasil: registros referenciais para uma proposta de roteiro de percurso. In V. Zuculoto, D. Lopez & M. Kischinhevsky (Eds.). *Estudos Radiofônicos no Brasil: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da INTERCOM* (pp. 26-47). INTERCOM.

Anexos

Anexo 1

Registos sonoros do Rádio Clube Português recolhidos no Arquivo Sonoro da RTP

Acontecimento	Referência	Data	Descrição	Duração
Assalto ao paquete Santa Maria	AHD8538-1	1961/12/31	Notícia retrospectiva sobre o acontecimento	0:43; Total do programa: 1:08:01
Visita presidencial a Moçambique	AHD9106-3	1964/07/25	Peças noticiosas sobre o acontecimento	20:39
Inundações de Lisboa	AHD9119-4	1967/11/26	Comunicado da CP sobre as condições de circulação ferroviária em Portugal após as inundações	1:39
	AHD9119-5	1967/11/26	Comunicado do Ministro do Interior	6:00
	AHD9119-7	1967/11/26	Entrevista telefónica de Luís Filipe Costa a Júlio Botelho Moniz	5:12
	AHD9119-8	1967/11/26	Reportagem sobre o incêndio no paiol do Forte do Carrascal	1:12
	AHD9119-9	1967/11/27	Crónica de Luís Filipe Costa para a Cadena SER	2:44
	AHD9119-10	1967/11/28	Programa especial da Cadena SER	8:24
	AHD9119-11	1967/11/27	Reportagem no Carregado, Hospital Vila Franca de Xira e Alhandra	3:02
	AHD9119-12	1967/11/29	Reportagem em Odivelas	3:07
	AHD9119-13	1967/11/30	Mensagem de Júlio Botelho Moniz de apelo à solidariedade	4:16
Cimeira dos Açores	AHCD301-2	1971/12/10	Peças noticiosas sobre o acontecimento	24:28

Anexo 2

Registos sonoros da Emissora Nacional recolhidos no Arquivo Sonoro da RTP

Acontecimento	Referência	Data	Descrição	Duração
Assalto ao paquete Santa Maria	AHD1648-1	1961/12/31	Notícia retrospectiva sobre o acontecimento	2:72 Total programa: 55:20
Visita presidencial a Moçambique	AHD1252-3	1964/08/06	Peças noticiosas sobre o acontecimento	12:22
Cimeira dos Açores	AHD1079-1	1971/12/10	Peças noticiosas sobre o acontecimento	5:35